

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Por uma arqueologia fenomenológica:
Experiências múltiplas em um lugar
(sítio Ari Duarte I, Pinhal da Serra/RS)**

CAROLINA AVELINE DEITOS ROSA BISINELLA

Porto Alegre

2012

Carolina Aveline Deitos Rosa Bisinella

**Por uma arqueologia fenomenológica:
Experiências múltiplas em um lugar
(sítio Ari Duarte I, Pinhal da Serra/RS)**

Tese de doutoramento apresentada como requisito parcial e último à obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em História, área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas. Versão revisada após ser defendida e aprovada em 13 de março de 2012.

Orientador: Dr. Klaus Hilbert

Porto Alegre

2012

Dados Internacionais de

Catálogo na Publicação (CIP)

B622p Bisinella, Carolina Aveline Deitos Rosa

Por uma arqueologia fenomenológica: experiências múltiplas em um lugar (sítio Ari Duarte I, Pinhal da Serra/RS) / Carolina Aveline Deitos Rosa Bisinella. – Porto Alegre, 2012.

252 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas, PUCRS.

Orientador: Dr. Klaus Hilbert.

Bibliotecário Responsável

Ginamara Lima Jacques Pinto

CRB 10/1204

Carolina Aveline Deitos Rosa Bisinella

**Por uma arqueologia fenomenológica:
Experiências múltiplas em um lugar
(sítio Ari Duarte I, Pinhal da Serra/RS)**

Orientador: Dr. Klaus Hilbert

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Klaus Hilbert (Orientador) - PUCRS

Prof. Dra. Tânia Andrade Lima - UFRJ

Prof. Dra. Sílvia Moehlecke Copé – UFRGS

Prof. Dr. José Alberione dos Reis – FURG

Prof. Dr. Arno Alvarez Kern - PUCRS

Porto Alegre

2012

*Ao meu grande amor, Álvaro,
por todas as palavras e gestos
de compreensão, incentivo e afeto.*

Agradecimentos

Ao olhar para esta página em branco, por alguns instantes, fiquei me perguntando sobre o que deveria dizer e a quem deveria agradecer. Ainda não sei bem como começar, mas nomes de pessoas não param de vir à minha mente, por terem participado, compartilhado, lido, comentado, ouvido, questionado, auxiliado, compreendido, com palavras, conselhos, ideias, informações, experiências, livros, textos, documentos...Começarei então com um singelo, porém sincero, agradecimento: muito obrigada a todos!

Mais uma vez, fui muito bem acolhida nesse curso de pós-graduação, tanto pelos funcionários (Carla e Adílson, extremamente competentes e atenciosos, diga-se de passagem), quanto pelos professores e colegas que tive o prazer de conhecer e conviver. Hoje, a PUCRS e o Programa de Pós-Graduação em História, são também a minha casa.

Um agradecimento muito especial aos meus grandes e eternos amigos da arqueologia, que me ensinaram tanto sem pedir nada em troca e foram, durante muito tempo, como uma família para mim, mesmo cada um tendo seguido o seu rumo: João, Nana, Rodrigo, Adri, Clá e Zeli, pelos momentos inesquecíveis que vivemos juntos. E em especial para ti, Clá, amiga de todas as horas, por doar seu tempo me aconselhando, indicando bibliografias e discutindo por onde era melhor seguir. Agradeço também aos estagiários do NuParq Luisa D'Avila e Marcelo Sanhudo, por partilharem gentilmente comigo suas pesquisas.

Aos meus queridos e queridas colegas de trabalho, educadores fantásticos, que dedicam suas vidas nesta profissão tão maravilhosa e fundamental: Andrea, Cristina, Sheila e Cleo (da Escola Desenvolver), Monica, Jéssica, Vera Artico, Ninpha, Vera Arlete, Suzana, Ana Paula, Kelly, Tania, Melissa, Luís, Marília, (do Colégio Pastor Dohms), Gessi, Titi, Rose, Aline, André (do Colégio Sinodal do Salvador) e a muitos outros que não mencionei aqui, por mero esquecimento. Às minhas queridas colegas da Unidade Higienópolis, Rosani e Márcia, por terem sido sempre tão receptivas e parceiras no desafio de ensinar, dentre outras coisas, pré-história e arqueologia aos nossos alunos. À minha grande amiga, Aline, que, apesar de não ser de longa data, certamente permanecerá ao meu lado por muito tempo. À outra grande amiga, Dani, por

ter aceitado revisar a tese, tão sensivelmente e dedicadamente como nenhuma outra pessoa faria. Sou, a todos, muito grata.

À minha eterna orientadora e igualmente grande amiga, Sílvia Moehlecke Copé, por estar, durante todos esses anos, sempre aberta a ouvir, a discutir e a auxiliar, no que quer que fosse. Aprendi e ainda aprendo muito contigo, esteja certa disto.

Um agradecimento especial ao meu orientador de sempre, Klaus Hilbert, antes de tudo um parceiro, que discutiu comigo cada uma das ideias contidas nesta tese. Vou sentir falta das nossas conversas em que procuramos descobrir a essência da arqueologia e do fazer arqueológico. Muito obrigada por embarcar comigo nesta aventura!

Aos meus familiares queridos. À minha mãe, Kátia, e às minhas queridas irmãs Gabriela e Luciana, mesmo estando longe, acho que nunca estivemos tão perto. Aos meus irmãos amados, Mauri e Pedro, um pedido de desculpas por minha ausência em vários momentos, em que deveria estar com vocês, curtindo suas férias, mas não podia. À minha outra irmã, Juliana (eu sei, somos muitos), por procurar estar sempre por perto, e ao meu pai, Mauri, por toda confiança em mim depositada, bem como por seu amor em todas as horas. Saibam que amo muito todos vocês!

Por fim, ao meu amor, Álvaro. Parceiro de todas as horas, conselheiro, confidente, e muitas outras coisas que não cabem no papel. Nunca tenha dúvida do quanto te amo e sou feliz por te ter ao meu lado, sempre!

Muito obrigada a todos! Sinto-me muito honrada e privilegiada por ter cada um de vocês em minha vida!



*Escavou seus armários, gavetas, sua memória.
Juntando os cacos com toooooo cuidado,
colocou na estante olhando por alguns instantes,
examinando, analisando, lembrando e aprendendo
a só enterrar aquilo que já foi resolvido...
deixando de fingir recomeçar e
assumindo todo o velho e bom caminho percorrido.
Afinal, não haveria nenhuma nova descoberta,
não veria a ponta do grande achado,
se não fosse aquele tropeço.*

Barbara Damas. *Arqueologia*
(<http://blogdamas.blogspot.com>)

Resumo

Esta tese é fruto de questionamentos, dúvidas e reflexões pessoais minhas a respeito da arqueologia, principalmente em relação à sua prática. Partindo do pressuposto de que se trata de uma ciência do passado, desenvolvida no presente e projetada para o futuro, desenvolvi um estudo em micro escala, em torno do sítio arqueológico Ari Duarte I (RS-PE-41), procurando privilegiar as práticas, as experiências e as vivências ocorridas nele por diversos indivíduos e/ou grupos ao longo do tempo. Sob uma ótica fenomenológica, baseada no engajamento perceptivo e corporal com o mundo material, analisei o envolvimento ativo não apenas daqueles que viveram lá muito tempo atrás, mas igualmente de pessoas como os próprios arqueólogos e os habitantes de Pinhal da Serra, tais como agricultores, estudantes e autoridades políticas, dentre outros. Conceituando este local enquanto um lugar, constituído de significados, organizei o texto a fim de abordar grandes eixos temáticos a ele vinculados: a descoberta, a relação com a terra, com as coisas e suas substâncias e com o patrimônio.

Palavras-chave: arqueologia, arqueologia pré-colonial, estruturas semisubterrâneas, fenomenologia, patrimônio, Pinhal da Serra (RS).

Abstract

This thesis is the result of my own personal questionings, doubts and reflections on Archaeology, focusing mainly on its practice. Based on the assumption that Archaeology is a science of the past, developed in the present, and projected for the future, I have developed a micro-scale study around the archaeological site Ari Duarte I (RS-PE-41) where I have tried to emphasize the practices, experiences — personal and otherwise — which occurred there to individuals and/or groups of individuals over time. From a phenomenological point of view, based on perceptive and corporal engagement to the material world, I have analyzed the active involvement of not only those who lived a long time ago, but also of people such as the archaeologists themselves and the inhabitants of Pinhal da Serra, such as farmers, students and political authorities, among others. Conceptualizing that location as a place, constituted by meaning, I have organized this text in order to approach large thematic axes linked to it: the discovery, the relation to the land, to the things and their substances and to the heritage.

Keywords: Archaeology, pre-colonial Archaeology, semisubterranean structures, Phenomenology, heritage, Pinhal da Serra (RS).

Lista de ilustrações

Figura 1- “O conjunto maior de casas na propriedade do seu Ari (O sítio magnífico!)” -----	60
Figura 2- “O conjunto maior de casas na propriedade do seu Ari (O sítio magnífico!)” -----	60
Figura 3- “O conjunto maior de casas na propriedade do seu Ari (O sítio magnífico!)” -----	60
Figura 4- Croqui esquemático do sítio Ari Duarte I -----	62
Figura 5- “Nas terras de Ari, o conjunto magnífico de estruturas subterrâneas” -----	63
Figura 6- “Nas terras de Ari, o conjunto magnífico de estruturas subterrâneas” -----	63
Figura 7- “Nas terras de Ari, o conjunto magnífico de estruturas subterrâneas” -----	64
Figura 8- Localização do sítio Ari Duarte I (RS-PE-41) em corte de planta topográfica -----	73
Figura 9- Planta topográfica do sítio Ari Duarte I-----	74
Figura 10- Foto de satélite tridimensional mostrando o capão de araucárias (no centro) em que o sítio Ari Duarte I se encontra -----	75
Figura 11- Exemplares de <i>araucária augustifolia</i> -----	76
Figura 12- Agrupamento de araucárias ao fundo, onde o sítio Ari Duarte I se localiza -----	77
Figura 13- Prospecção nos arredores do lugar Ari Duarte I -----	85
Figura 14- Pesquisador olhando para baixo à procura de artefatos -----	85
Figura 15- Pesquisadora manipulando possível evidência arqueológica com um trado -----	87
Figura 16- Pesquisadora fazendo anotações sobre sedimentos retirados -----	88
Figura 17- Classificação dos sedimentos em diferentes camadas arqueológicas -----	89
Figura 18- Aspectos observados na tradagem 1, a oeste da estrutura semi-subterrânea 1-----	89
Figura 19- Retirando a cobertura vegetal das estruturas -----	90
Figura 20- Observando informações da régua com o teodolito -----	90
Figura 21- Segurando a régua -----	90
Figura 22- Estendendo a malha -----	90
Figura 23- Dados de topografia e limites da casa 1 -----	91
Figura 24- Despejando a terra em um monte -----	92
Figura 25- Escavando a terra na estrutura -----	92

Figura 26- Escavando curvado -----	93
Figura 27- Escavando de joelhos (na frente) e escavando sentado (atrás) -----	93
Figura 28- Escavando abaixado -----	93
Figura 29- Escavando deitado -----	93
Figura 30- Desenhando vestígios -----	94
Figura 31- Escrevendo o diário -----	94
Figura 32- Coletando objetos-----	95
Figura 33- Fotografando a evidência -----	95
Figura 34- Estado da estrutura (casa 1) após mais de um ano sem escavação: fenômeno encoberto -----	96
Figura 35- Estado da estrutura (casa 1) após mais de um ano sem escavação: fenômeno encoberto -----	96
Figura 36- Fenômeno novamente iluminado (casa 1) -----	96
Figura 37- Fenômeno novamente iluminado (casa 1) -----	96
Figura 38- Planta mostrando a estratégia de escavação a ser aplicada nas estruturas 2, 3 e 4-----	97
Figura 39- Arqueólogos procuram estabelecer limites entre mundos da natureza e da cultura, delimitando estruturas semisubterrâneas -----	99
Figura 40- Arqueólogos procuram estabelecer limites entre mundos da natureza e da cultura, delimitando estruturas semisubterrâneas -----	99
Figura 41- Camadas arqueológicas caracterizadas por diferenças na coloração, através do Código Munsell -----	100
Figura 42- Método da escavação pelo quadriculamento em solo argiloso-----	101
Figura 43- Método da escavação pelo quadriculamento em solo argiloso-----	101
Figura 44- Desenho do perfil estratigráfico da parede oeste da casa 5-----	101
Figura 45- Desenho tridimensional do topo da camada 3 da estrutura 5-----	102
Figura 46- Listagem de dias de chuva em campo, em 2006 -----	103
Figura 47- Água da chuva e umidade a dificultar as escavações (estrutura 5) -----	104
Figura 48- Água da chuva e umidade a dificultar as escavações (estrutura 5) -----	104
Figura 49- Raízes de árvores nas quadrículas-----	105
Figura 50- Pesquisador cortando uma raiz -----	105
Figura 51- Estrutura 5 – Diferentes estágios da criação de um espaço escavado-----	107

Figura 52- Estrutura 5 – Diferentes estágios da criação de um espaço escavado-----	107
Figura 53- Estrutura 5 – Diferentes estágios da criação de um espaço escavado-----	107
Figura 54- Estrutura 5 – Diferentes estágios da criação de um espaço escavado-----	107
Figura 55- Pesquisadores escavando na área superficial em posições mais confortáveis ---	108
Figura 56- Pesquisadores escavando na área superficial em posições mais confortáveis ---	108
Figura 57- Pesquisadores escavando na área superficial em posições mais confortáveis ---	108
Figura 58- Pesquisadores escavando na área superficial em posições mais confortáveis ---	108
Figura 59- Área da “estrada” antes da escavação: O escondido-----	109
Figura 60- Área da “estrada” durante a escavação: O revelado -----	109
Figura 61- Tradagem sobre o “anel” que delimita o conjunto das estruturas subterrâneas -	113
Figura 62- Tradagem dentro de uma estrutura semisubterrânea do conjunto -----	113
Figura 63- Terraceamento ao sul do sítio-----	114
Figura 64- Um dos montículos do sítio Ari Duarte I (em destaque) (Fonte: acervo do NuPARq/UFRGS) -----	117
Figura 65- Croqui esquemático da escavação da estrutura semisubterrânea 1 -----	119
Figura 66- Perfil da parede norte, na quadrícula 105/98 -----	119
Figura 67- <i>Feature 1</i> – Uma possível área de refugio de uma fogueira-----	120
Figura 68- <i>Feature 2</i> – Uma possível fogueira -----	121
Figura 69- <i>Feature 3</i> - Um possível buraco de poste -----	121
Figura 70- Croqui da escavação das estruturas 2, 3 e 4 com camadas 1 e 2 evidenciadas --	123
Figura 71- Croqui da escavação das estruturas 2, 3 e 4 com camadas 2 e 3 evidenciadas (Fonte: acervo do NuPARq/UFRGS) -----	124
Figura 72- Perfil estratigráfico da parede leste da quadrícula 105/89 da estrutura 2-----	124
Figura 73- Área perturbada no centro da estrutura (<i>camada preta</i> ou <i>camada 1a</i>) -----	126
Figura 74- Croqui esquemático da escavação da estrutura semisubterrânea 5 -----	127
Figura 75- Escavação da zona central e plana da estrutura 5 -----	128
Figura 76- Croqui da escavação em parte da estrutura 5 -----	129
Figura 77- Croqui da escavação da área externa (estrada) com camada arqueológica evidenciada -----	130
Figura 78- Artefatos arqueológicos em área superficial do sítio -----	131

Figura 79- Croqui esquemático da área do Museu do Homem do Planalto das Araucárias, em torno do sítio arqueológico Ari Duarte I (RS-PE-41) -----	134
Figura 80- Lascas de calcedônia reveladas pela prática da arqueologia (sítio Ari Duarte III) -----	137
Figura 81- Localização de artefatos líticos descobertos nas prospecções em superfície ----	140
Figura 82- Aspectos observados na tradagem 3, a norte da estrutura semi-subterrânea 1---	141
Figura 83- Diário do nível 5 da quadrícula 117/130 da estrada, referente aos dias 19 a 23.01.2007 -----	143
Figura 84- Uso da peneira durante as escavações no sítio Ari Duarte I-----	146
Figura 85- Árvore logo após cair no solo-----	147
Figura 86- Pesquisadores observando objetos -----	147
Figura 87- Artefatos líticos revelados pela queda da árvore-----	147
Figura 88- Casa em Pinhal da Serra onde a equipe do NuPARq ficou alojada -----	148
Figura 89- Lavagem das peças coletadas no sítio Ari Duarte I no laboratório de campo ---	149
Figura 90- Lavagem das peças coletadas no sítio Ari Duarte I no laboratório de campo ---	149
Figura 91- Números do catálogo geral do NuPARq/UFRGS-----	151
Figura 92- Dados de parte dos objetos naturais descartados em laboratório -----	153
Figura 93- Diversidade de tipos tecnológicos líticos (estrutura 1) -----	157
Figura 94- Núcleo unipolar lascado em basalto (estrutura 1) -----	157
Figura 95- Núcleos bipolares lascados em calcedônia (estrutura 1) -----	158
Figura 96- Aproveitamento de matérias-prima (estrutura 1) -----	159
Figura 97- Quantidade de córtex nos artefatos (estrutura 1) -----	159
Figura 98- Quantidade de cicatrizes em lascas (estrutura 1) -----	160
Figura 99- Instrumento bifacial com retoques e prováveis marcas de uso, em basalto (estrutura 1) -----	160
Figura 100- Lasca unipolar com retoques e prováveis marcas de uso, em basalto (estrutura 1) -----	161
Figura 101- Tipos tecnológicos identificados por camada (estruturas 2, 3 e 4) -----	162
Figura 102- Vestígios de lascamento por camada (estruturas 2, 3 e 4) -----	162
Figura 103- Instrumento unifacial com retoques e prováveis marcas de uso, em basalto (estruturas 2, 3 e 4) -----	163

Figura 104- Lasca unipolar com prováveis marcas de uso, em basalto (estruturas 2, 3 e 4) -----	163
Figura 105- Tipos tecnológicos identificados (estrutura 5) -----	164
Figura 106- Lascas unipolares em basalto, com retoques e prováveis marcas de uso (estrutura 5) -----	165
Figura 107- Aproveitamento de matérias-primas (estrutura 5) -----	166
Figura 108- Quantidade de córtex nos artefatos (estrutura 5) -----	166
Figura 109- Quantidade de cicatrizes nas lascas (estrutura 5) -----	166
Figura 110- Instrumento unifacial com retoques e prováveis marcas de uso, em basalto (estrutura 5) -----	167
Figura 111- Lasca unipolar com retoques e prováveis marcas de uso (estrutura 5) -----	167
Figura 112- Tipos tecnológicos. Sítio RS-PE-41 (estrada) -----	168
Figura 113- Aproveitamento de matérias-primas (estrada) -----	169
Figura 114- Quantidade de córtex nos artefatos (estrada) -----	169
Figura 115- Quantidade de cicatrizes nas lascas (estrada) -----	169
Figura 116- Cerâmica ponteadada (estrutura 1) -----	171
Figura 117- Presença de decoração (estrutura 1) -----	172
Figura 118- Tipos de decoração (estrutura 1) -----	172
Figura 119- Tipos de queima (estrutura 1) -----	172
Figura 120- Marcas de uso (estrutura 1) -----	172
Figura 121- Espessura dos fragmentos (estrutura 1) -----	173
Figura 122- Substância basáltica (estrada) -----	178
Figura 123- Substância basáltica (estrada) -----	178
Figura 124- Substância basáltica (estruturas 2, 3 e 4) -----	178
Figura 125- Substância basáltica (estruturas 2, 3 e 4) -----	178
Figura 126- Substância de calcedônia (estrutura semisubterrânea 5) -----	179
Figura 127- Substância de calcedônia (estrutura semisubterrânea 5) -----	179
Figura 128- Substância de calcedônia (estrutura semisubterrânea 1) -----	180
Figura 129- Substância de calcedônia (estrutura semisubterrânea 1) -----	180
Figura 130- Substância de quartzo (estrutura semisubterrânea 5) -----	181
Figura 131- Substância de quartzo (estrutura semisubterrânea 5) -----	181

Figura 132- Substâncias basálticas (estrutura semisubterrânea 1) -----	182
Figura 133- Substâncias basálticas (estrutura semisubterrânea 1) -----	182
Figura 134- Substâncias basálticas (estruturas semisubterrâneas 2, 3 e 4) -----	182
Figura 135- Substâncias basálticas (estruturas semisubterrâneas 2, 3 e 4) -----	182
Figura 136- Substâncias cerâmicas (estrutura semisubterrânea 1) -----	184
Figura 137- Substâncias cerâmicas (estrutura semisubterrânea 1) -----	184
Figura 138- Substâncias cerâmicas (estrutura semisubterrânea 1) -----	184
Figura 139- Substâncias cerâmicas (estrutura semisubterrânea 1) -----	184
Figura 140- Ferramentas para natureza utilizadas na escavação de estrutura semisubterrânea -----	188
Figura 141- Uso de enxadas para limpar o terreno -----	188
Figura 142- Uso de lonas para cobrir a estrutura -----	188
Figura 143- Colher de pedreiro em uso -----	189
Figura 144- Ferramentas para natureza e para cultura na escavação de estrutura semisubterrânea -----	190
Figura 145- Uso de teodolito e tripé-----	190
Figura 146- Uso de câmera fotográfica -----	190
Figura 147- A Kombi do NuPARq no sítio AriDuarte I -----	191
Figura 148- A Kombi do NuPARq no sítio AriDuarte I -----	191
Figura 149- Almoço no sítio Ari Duarte I-----	192
Figura 150- Momentos de pausa nas escavações (descanso e observação da natureza) ----	192
Figura 151- Momentos de pausa nas escavações (descanso e observação da natureza) ----	192
Figura 152- O mundo do laboratório científico do NuPARq/UFRGS -----	193
Figura 153- O mundo do laboratório científico do NuPARq/UFRGS -----	193
Figura 154- O mundo do laboratório científico do NuPARq/UFRGS -----	193
Figura 155- Ferramentas para produzir cultura em laboratórios de arqueologia-----	195
Figura 156- Ferramentas para produzir cultura em laboratórios de arqueologia-----	195
Figura 157- Ferramentas para produzir cultura em laboratórios de arqueologia-----	195
Figura 158- Ferramentas para produzir cultura em laboratórios de arqueologia-----	195
Figura 159- Outras coisas presentes no laboratório de pesquisa do NuPARq/UFRGS-----	196

Figura 160- Outras coisas presentes no laboratório de pesquisa do NuPARq/UFRGS -----	196
Figura 161- Placa informativa colocada no sítio arqueológico Ari Duarte I -----	202
Figura 162- Vistas gerais dos impactos nas áreas 60 e 61 -----	202
Figura 163- Vistas gerais dos impactos nas áreas 60 e 61 -----	202
Figura 164- Vistas gerais dos impactos nas áreas 62 e 64 -----	203
Figura 165- Vistas gerais dos impactos nas áreas 62 e 64 -----	203
Figura 166- Vistas gerais dos impactos nas áreas 67 e 70 -----	203
Figura 167- Vistas gerais dos impactos nas áreas 67 e 70 -----	203
Figura 168- Vistas gerais dos impactos nas áreas 88 e 89 -----	203
Figura 169- Vistas gerais dos impactos nas áreas 88 e 89 -----	203
Figura 170- Logo do PAHPA -----	208
Figura 171- Sede da antiga Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra-----	212
Figura 172- Notícia sobre o PAHPA no site da Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra---	214
Figura 173- Palestra da professora Sílvia Copé para estudantes e professores no sítio Ari Duarte I -----	221
Figura 174- Palestra da professora Sílvia Copé para estudantes e professores no sítio Ari Duarte I -----	221
Figura 175- Pesquisadores dando explicações e conduzindo os visitantes em tour pelo sítio -----	221
Figura 176- Pesquisadores dando explicações e conduzindo os visitantes em tour pelo sítio -----	221
Figura 177- Pesquisadores mostrando artefatos e explicando suas características -----	221
Figura 178- Pesquisadores mostrando artefatos e explicando suas características -----	221
Figura 179- Brasão do município de Pinhal da Serra -----	224
Figura 180- Espaço de destaque para Pinhal da Serra no site da Rota dos Campos de Cima da serra -----	225

Lista de siglas e abreviaturas

BAESA- Energética Barra Grande

C.A.S.A- Centro de Atendimento Sócio-ambiental

CECOTUR- Circuitos Ecoturísticos e de Turismo Cultural

CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente

DENATRAN- Departamento Nacional de Trânsito

EIA- Estudo de Impacto Ambiental

EMBRATUR- Empresa Brasileira de Turismo

FUNDHAM- Fundação Museu do Homem Americano

UHE- Usina hidroelétrica

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MHOPA- Museu do Homem do Planalto das Araucárias

NuPArq- Núcleo de Pesquisa Arqueológica da UFRGS

PAHPA- Parque Arqueológico do Homem do Planalto das Araucárias

PARNA- Parque Nacional da Serra da Capivara

RIMA- Relatório de Impacto Ambiental

SAB- Sociedade de Arqueologia Brasileira

Sumário

Introdução	20
1 A descoberta e o lugar	27
1.1 O ato da descoberta na arqueologia	29
1.1.1 Atos de experiência perceptiva e ação corporal: Do fenômeno à analogia	31
1.1.2 Fenômeno x Encobrimento: Estudos de caso do ato da descoberta na arqueologia do Rio Grande do Sul	40
1.2 A descoberta dos sítios arqueológicos	48
1.2.1 Sobre lugar	49
1.2.2 A(s) descoberta(s) do lugar Ari Duarte I	52
1.2.2.1 Um local com “panelas no chão”: o envolvimento da comunidade local	54
1.2.2.2 Um sítio “fabuloso e magnífico”: o encontro pelos arqueólogos	57
1.2.3 A(s) futura(s) descoberta(s) do lugar Ari Duarte I	66
2 A terra e o lugar	68
2.1 Propriedades físicas e ativas do lugar	72
2.2 Os arqueólogos e a terra	78
2.2.1 O procurar e o coletar: levantamento superficial nos arredores das estruturas semi-subterrâneas	83
2.2.2 O testar: realização de tradagens no conjunto de estruturas semi-subterrâneas e no entorno	86
2.2.3 O topografar e o quadricular: realização da planta do sítio e definição das linhas de referência e de base para a colocação de malhas para escavação	89
2.2.4 O escavar: trabalhos de escavação arqueológica no sítio	91
2.2.4.1 Escavação da estrutura semisubterrânea 1	91
2.2.4.2 Escavação das estruturas semi-subterrâneas 2, 3 e 4	96
2.2.4.3 Escavação da estrutura semi-subterrânea 5	100
2.2.4.4 Escavação da área superficial 1	107
2.2.4.5 Não escavação das demais estruturas do sítio	110
2.3 A comunidade remota e a terra	111
2.3.1 Terraceamento no terreno	112

2.3.2 Montículos de terra -----	116
2.3.3 Estruturas semisubterrâneas -----	117
2.3.3.1 Estrutura semisubterrânea 1 -----	118
2.3.3.2 Estruturas semisubterrâneas 2, 3 e 4 -----	122
2.3.3.3 Estrutura semisubterrânea 5 -----	125
2.3.4 Áreas superficiais -----	129
2.4 O Museu do Homem do Planalto das Araucárias e a terra -----	132
3 As coisas, suas substâncias e o lugar -----	135
3.1 Coisas antigas -----	136
3.1.1 As coisas quando se tornam “antigas”: a definição pelos arqueólogos -----	136
3.1.1.1 Quando as coisas se tornam “antigas” em campo -----	139
3.1.1.2 Quando as coisas se tornam “antigas” em laboratório -----	149
3.1.2 As coisas antes de se tornarem “antigas”: quando tudo começou -----	154
3.1.2.1 Os vestígios arqueológicos enquanto “coisas” -----	154
3.1.2.2 Os vestígios arqueológicos enquanto “substâncias” -----	174
3.2 Coisas não antigas -----	186
3.2.1 Coisas não antigas em campo -----	187
3.2.2 Coisas não antigas em laboratório -----	192
4 O lugar do patrimônio -----	197
4.1 Os sujeitos envolvidos com o patrimônio arqueológico -----	200
4.1.1 A participação de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento -----	200
4.1.1.1 Os arqueólogos e os compromissos assumidos com o passado -----	200
4.1.1.2 Futurizando o passado: por um museu em um parque -----	206
4.1.2 Por um atrativo turístico? A atuação do poder público municipal -----	211
4.1.3 Memórias da e para a comunidade local -----	216
4.2 O patrimônio e a construção da(s) identidade(s) -----	223
Considerações finais -----	228
Referências Bibliográficas -----	232
Anexos -----	245

Introdução

“And so we leave inner space. It is now time to examine alternative places and timelines. It is time to visit new worlds containing strange and wonderful, and even sometimes strangely familiar places, customs and people. It is time to leave our world and move on”¹ (RUSSEL, 2002, p. 55)

Esta tese é resultado de questionamentos, dúvidas e insatisfações que me acompanham desde que iniciei meus estudos na arqueologia, há mais de dez anos. Traz, no entanto, discussões e ideias muito diferentes das que coloquei no projeto de pesquisa original. A proposta inicial de trabalho envolvia a análise de uma paisagem arqueológica situada no município de Pinhal da Serra, no vale do rio Pelotas, composta por inúmeros sítios arqueológicos, de variadas naturezas – estruturas subterrâneas, sítios a céu-aberto, estruturas anelares em relevo e outras. Meu objetivo principal era investigar as formas pelas quais uma paisagem arqueológica fora apropriada, transformada e percebida pelos grupos que se engajaram com ela no passado. Isto seria realizado a partir de uma perspectiva espacial de análise e de interpretação da distribuição dos vestígios- estruturas e artefatos arqueológicos.

Passados alguns meses surgiram outras indagações, intuítos e desejos. Em grande parte influenciada pelas leituras e pelas discussões suscitadas nas aulas sobre cultura material com o professor e orientador desta tese Klaus Hilbert, as problemáticas e os objetivos da pesquisa tomaram outros rumos. O que elaborei e que apresento aqui é, neste sentido, fruto de questionamentos em torno do que é a arqueologia e qual a sua essência, o que faz o arqueólogo e qual o seu compromisso social e, sobretudo, onde isto tudo se encaixa com o tempo presente, no qual vivemos e o conhecimento arqueológico é produzido. Com essas e outras preocupações em mente, foi preciso repensar a escala de análise da pesquisa, reduzindo-a a um estudo de caso envolvendo o sítio arqueológico Ari Duarte I (RS-PE-41).

¹“E então deixamos o espaço interior. É agora hora de examinar lugares e linhas do tempo alternativas. É hora de visitar novos mundos contendo lugares, costumes e pessoas estranhos e maravilhosos, e mesmo às vezes estranhamente familiares. É hora de deixar nosso mundo e ir adiante” (tradução minha).

Ao pensar e refletir sobre o que é a arqueologia, encontrei na obra de Vítor Oliveira Jorge muitas reflexões com as quais me identifiquei, especialmente em relação à vinculação dessa ciência com o tempo presente. Para ele, se antes a arqueologia tinha como unidade o artefato isolado (desde a época dos antiquários e colecionadores) hoje ela tem como objeto de estudo toda a realidade que nos envolve. Considerando que é feita de passado, desenvolvida no presente e projetada no futuro, deve ser vista como uma profissão, uma atividade útil à sociedade (que exige dela financiamentos importantes e cada vez maiores para poder se desenvolver), não podendo mais apresentar uma imagem de antiquário, que valoriza apenas as coisas antigas, raras e esteticamente interessantes. Jorge acredita que os arqueólogos devam, deste modo, se portar de uma forma completamente diferente, tal como os sociólogos e os antropólogos fazem, mostrando-se úteis e capazes de produzir futuro (Jorge, 2000).

Esta preocupação em discutir a ligação da arqueologia com o presente me conduziu também a indagar de que forma o conhecimento científico é produzido, e assim acabei direcionando a discussão para um estudo acerca do contexto cultural da produção do conhecimento arqueológico, ou seja, a respeito da configuração social da própria arqueologia.

Outra questão que me instigava, há bastante tempo, dizia respeito à essência do fazer em arqueologia, ou seja, o que existe, nesta área do saber, que não existe em outros ofícios? Após muitas leituras e reflexões que efetuei em busca de respostas, arrisco-me a dizer que é a *descoberta*. A arqueologia poderia ser resumida à descoberta. A descoberta de sítios, a descoberta de estruturas e feições em um sítio, a descoberta de coisas, a descoberta das funções de uma coisa, e assim por diante. Descobertas que ocorrem tanto em campo quanto em laboratório. Descobertas que permitem trazer à luz, tanto no sentido literal quanto no figurado, fenômenos ligados a um mundo material relacionado ao passado, ligados a engajamentos que foram desencadeados entre as pessoas e a materialidade à sua volta. Descobertas essas que não são atos puramente físicos, mas igualmente e, sobretudo, perceptivos e significativos, vistos pela ótica fenomenológica. Descobertas que tornam possíveis que determinadas coisas, até então desconhecidas, tornem-se conhecidas. É a partir de uma descoberta (ou de várias) que o arqueólogo resolve suas dúvidas de pesquisa e da mesma forma adquire novos problemas. Isto ocorre porque uma descoberta permite que novas descobertas ocorram, em um futuro próximo ou distante. E, além de tudo isso, a descoberta é um dos grandes desejos do arqueólogo, que planeja, aguarda, imagina, anseia realizar novas descobertas a todo o momento. A arqueologia seria, neste sentido, *descoberta*.

Existem muitas formas de uma descoberta ser realizada na arqueologia. Muitas vezes é o próprio arqueólogo que a realiza, identificando sítios e artefatos sobre ou sob a superfície, analisando os mesmos objetos em laboratório e descobrindo novas coisas. Mas, em vários casos, outros indivíduos se encarregam destes atos, descobrindo elementos com alguma significação e conduzindo pesquisadores até tais achados. São igualmente, em minha opinião, atos de descoberta.

Tais indivíduos podem ser vistos como *senhores de fenômenos*, usando a expressão de Bruno Latour (2001), na medida em que são responsáveis, em certa medida, pelos descobrimentos que realizam. É através da sua atuação sobre os lugares, a terra, as estruturas, que realizam encontros com o mundo material. Os agricultores, arando a terra, e os arqueólogos, criando expectativas do que vão encontrar, procurando, cavoucando a terra. São senhores dos fenômenos que enxergam, pois são sensíveis ao que se mostra a eles, se importando de alguma forma. São senhores de fenômenos que antes se encontravam escondidos, escurecidos entre a vegetação, em baixo da terra.

Assim, nem todas as descobertas acontecem ao acaso. Antes, são fruto de envolvimento perceptivos e sensoriais com os fenômenos que ocorrem ao redor. A descoberta apenas não ocorre quando, diante dos fenômenos materiais que estão à nossa frente, deles não tomamos conhecimento, não nos importamos ou não reconhecemos qualquer significado. Nestes casos, tais fenômenos são encobertos, deles não havendo conhecimento nem desconhecimento, conforme Heidegger acreditava (Heidegger, 2005).

Quando sítios, estruturas, objetos são descobertos, seja por arqueólogos ou por outros sujeitos (como agricultores, por exemplo) são trazidos à luz, e assim retirados da escuridão em que se encontravam. Deixam de fazer parte de um passado morto e estático. Passam a ter vida novamente, mas uma vida completamente distinta da que possuíam outrora. Para Holtorf, nenhuma vida de um sítio ou de um artefato pode ser assumida antes da sua descoberta em seu contexto presente. Quaisquer afirmações sobre o que aconteceu antes desse momento são o resultado de vários processos e ações no presente. Obviamente o autor não pretende insinuar que a evidência material não existe previamente, mas o ponto em questão é que isto não é de grande preocupação desde que todas as propriedades e características das coisas, incluindo sua identidade material e idade, são atribuídas a elas algum tempo depois do seu descobrimento. Todo o conhecimento arqueológico, portanto, se certo ou especulativo, sobre suas vidas passadas são de fato resultado de suas vidas presentes (Holtorf, 2002).

O leitor pode se questionar a respeito do que ganharei com a adoção dessa perspectiva. O maior benefício, de acordo com Holtorf, é descobrir mais sobre o que de fato os arqueólogos estão fazendo quando eles estudam o passado, como eles transformam certas coisas em evidências arqueológicas, ou como as últimas se tornam antigas, em última análise. Ao contrário do que se poderia esperar, comenta esse pesquisador, os seus resultados de trabalho demonstram que as respostas para nenhuma destas perguntas é através de análises cuidadosas. Muitas vezes uma decisão tomada em uma fração de segundo, baseada no estabelecimento de rotinas e velhos hábitos, conta para a maioria das respostas. Às vezes algumas coisas tornam-se evidências arqueológicas logo após saírem do solo, em outras de modo não tão rápido ou automático (Holtorf, 2005). Vítor Jorge, de forma similar, salienta que:

“[...] efectivamente, o que a arqueologia faz é re-apresentar aos nossos olhos aquilo que é, como tudo o resto, actual. Somos nós que criamos os objectos, as estruturas, os sítios e as paisagens arqueológicas, somos nós que as “vemos” hoje como tal” (Jorge, 2000, p. 58).

A descoberta, compreendida aqui enquanto a essência da arqueologia está presente na maior parte das discussões que apresento nesta tese. Proponho-me, neste sentido, a contar a história de uma descoberta que começou há tempos, quando membros de uma comunidade rural de Pinhal da Serra identificaram em um lugar algo especial e diferente, que ouviam os moradores mais antigos chamar de “panelas no chão”. A partir da descoberta inicial, muitas outras foram desencadeadas. Há uns anos, no contexto da construção de uma usina hidrelétrica na localidade, chegaram por lá pesquisadores de arqueologia, que, tendo sido conduzidos ao local pelo seu proprietário atual, passaram a se referir a ele como um “sítio fabuloso e magnífico”. Logo após, passou a ser denominado sítio Ari Duarte I, e em seguida, sítio RS-PE-41. Outras denominações e significados ainda foram dados a tal local e ainda serão conferidos, como no caso do Museu do Homem do Planalto das Araucárias (MHOPA) a ser implantado nele, estando associado à criação de um parque arqueológico na região – o Parque Arqueológico do Homem do Planalto das Araucárias (PAHPA).

Não apenas descobertas se dão nos lugares. Segundo a ótica fenomenológica, ocorrem também engajamentos, vivências, experiências, que os transformam tanto em termos físicos quanto abstratos. Sendo assim, destaco que o objetivo principal deste trabalho refere-se à

análise dos vários tipos de relações sociais ocorridas entre distintos sujeitos no local em questão, desde os períodos mais remotos até os dias atuais. Tal lugar, visto como um espaço cultural em constante modificação, não é apenas fisicamente alterado, mas igualmente percebido, significado e (re) significado ao longo do tempo. Assim, os significados, que resultam desses vínculos entre os indivíduos e o mundo material, uma vez desencadeados, não tem fim.

Envolvidos com o lugar Ari Duarte I existem vários sujeitos. Além dos próprios pesquisadores, existem outros que possuem ou ainda possuirão algum tipo de relacionamento com o lugar. Além dos já citados, serão incluídos os habitantes da região (agricultores, estudantes, pessoas ligadas ao poder público, como prefeitos e secretários, dentre outros), os profissionais que estão planejando a instalação do museu no local (no caso arqueólogos, museólogos e arquitetos) e, ainda, as pessoas que poderão visitar este lugar futuramente (como habitantes da região, turistas e interessados em geral).

Organizei o texto da tese a fim de abordar grandes eixos temáticos vinculados ao lugar Ari Duarte I – a *descoberta*, a relação com a *terra*, com *as coisas e suas substâncias* e com o *patrimônio* - e a vinculação desses assuntos com as ações dos diferentes sujeitos envolvidos e em distintas temporalidades. Neste sentido, através da abordagem de tais temas, direciono o trabalho para a análise dos engajamentos que ocorreram entre as pessoas e o mundo físico que compõe o espaço estudado, os quais foram e ainda são responsáveis pela sua transformação (tanto física quanto significativa) com o passar do tempo.

No capítulo um, denominado “*A descoberta e o lugar*”, traço uma discussão geral acerca da importância da descoberta para a arqueologia. Através da adoção de uma ótica fenomenológica, baseada em experiência perceptiva e ação corporal, discuto como se deram os descobrimentos de alguns sítios arqueológicos no Rio Grande do Sul por pesquisadores que atuaram na década de 1980 e do sítio arqueológico Ari Duarte I há poucos anos. Por fim, faço um esforço no sentido de antecipar as futuras descobertas que ocorrerão no lugar quando o mesmo for transformado em museu arqueológico aberto ao público.

No segundo capítulo, sobre “*A terra e o lugar*”, ao abordar a terra enquanto uma substância, avalio os contatos perceptivos e corporais estabelecidos este elemento que compõe o lugar estudado por diferentes pessoas – principalmente os pesquisadores e os construtores e habitantes das estruturas antigas sob e sobre o solo. Ao considerar os elementos materiais como não arbitrários, ou seja, portadores de características ativas, procuro entender as formas

pelas quais substâncias como a terra interferiam e ainda interferem no dia a dia das pessoas, permitindo ou restringindo a realização de ações sobre ela, tanto pelas populações antigas quanto por indivíduos modernos, como os arqueólogos.

Com a temática “*As coisas, suas substâncias e o lugar*” verso no terceiro capítulo acerca da existência de coisas antigas e modernas intimamente ligadas ao lugar Ari Duarte I. Sobre as coisas antigas, denominadas arqueológicas, busco compreender como elas se tornaram antigas, através da atuação de investigadores no presente, e como estavam inseridas em seus contextos originais, através da análise tanto das suas formas acabadas quanto das substâncias que as formam. Logo em seguida, apresento e discuto a importância das coisas modernas da arqueologia, usadas tanto em campo quanto em laboratório, a fim de caracterizar o fazer arqueológico enquanto uma prática perceptiva, sensitiva e corporizada tal como me propus igualmente no segundo capítulo.

No quarto e último capítulo, que intitulei “*O lugar do patrimônio*”, vinculo o lugar Ari Duarte I ao processo de patrimonialização que o mesmo vem sofrendo, dentre outros motivos, por ter sido o escolhido para ser a sede de museu a céu aberto no futuro parque arqueológico a ser instalado na região. Partindo do pressuposto de que todo e qualquer patrimônio pode ser vivido e sentido de diferentes maneiras por distintas pessoas, considero a participação de todos os indivíduos e/ou grupos envolvidos através de palavras, ditas ou escritas, e de ações. Ao final, relaciono o papel do patrimônio e de outros elementos com a construção de uma identidade local para Pinhal da Serra.

É importante tornar claro que fiz essas e outras escolhas em grande parte motivada pelas certezas de quais caminhos que não queria trilhar. Uma preocupação que tinha em mente era de não desvincular os eventos em relação às suas instâncias de tempo. Ao estudar diversos acontecimentos relacionados a um único lugar, passado, presente e futuro mostravam-se invariavelmente interligados. Em um passado distante, ele fora criado e ocupado, modificado e transformado por determinadas pessoas, perdurando no presente através da presença física dos vestígios resultantes destas ações. Em um tempo pretérito não tão distante, esse mesmo espaço físico, que foi socialmente constituído anteriormente, é vivenciado de outros modos, por outros indivíduos, sendo continuamente alterado e (re) significado à medida que o tempo passa. Em momentos próximos do presente, que vão se tornando passado rapidamente, o mesmo lugar torna-se o espaço de trabalho de alguns pesquisadores, os quais se preocupam em trazer à tona os eventos ocorridos em outras épocas.

Além disso, tal local ainda é alvo de expectativas de alguns indivíduos para o futuro, e neste sentido, pode-se dizer que um novo lugar já existe, uma vez que já tenha sido idealizado, projetado e imaginado na mente de certas pessoas. Assim, busquei vincular tais momentos de tempo na escrita dos capítulos, não seguindo uma ordem cronológica de ocorrência dos eventos.

Outra preocupação era escapar da divisão completamente artificial que se estabelece entre a teoria e a prática em qualquer trabalho científico. Na dissertação que desenvolvi anteriormente, ressaltai a importância de não separar estes domínios, uma vez que eles são intimamente relacionados na produção do conhecimento sobre o passado (Rosa, 2007). Tendo esse pensamento em vista, busquei conduzir a escrita do texto tentando evitar a separação entre as orientações teórico-metodológicas seguidas e as atividades práticas realizadas. Em todos os capítulos discuto conceitos e abordagens, procurando sempre vinculá-los à prática.

Optei, além disso, em redigir este texto em primeira pessoa. Tal escolha relaciona-se com a importância de explicitar a autoria de um texto. É uma forma de assumir o compromisso, enquanto arqueóloga, de estar elaborando uma produção discursiva sobre o passado através da adoção de uma postura subjetiva no presente (Reis, 2007).

1. A descoberta e o lugar

*“Lord Carnavon: “Can you see anything?
“Carter: “Yes, wonderful things.”²”*

(Descoberta da tumba de Tutankhamon, em 1922.
RUSSEL, 2002, p. 47)

O ato de descobrir está intrinsecamente ligado à arqueologia. Na cultura popular, o arqueólogo é geralmente identificado como aquele que descobre coisas, tesouros, lugares, mistérios, esconderijos³. Quem nunca ouviu ou leu histórias de descobertas arqueológicas, como da famosa tumba de Tutankhamon? Quem já não assistiu a documentários que falam sobre esses encontros, imaginando como seria fascinante participar de uma experiência como essa?

No entanto, o leitor deve estar se perguntando qual seria o propósito de incluir em um estudo de arqueologia o ato da descoberta. A partir da perspectiva que adoto no desenvolvimento deste trabalho, uma resposta nada simples, mas muito esclarecedora seria dizer que os arqueólogos fazem muito mais do que estudar coisas, a partir do momento em que essas são consideradas enquanto portadoras de longas histórias de vida que vão muito além da sua criação, uso e descarte em contextos passados. Em alguns casos, tais histórias incluem a participação de cientistas da área, quando são descobertas e dotadas de significância arqueológica. Conforme Hilbert (2009):

² “Lorde Carnavon: Consegue ver alguma coisa? Carter: Sim, coisas maravilhosas” (tradução minha)

³ Para os interessados no tema, Cornelius Holtorf desenvolveu um interessante estudo considerando a arqueologia como cultura popular após refletir, em sua tese doutoral, acerca do papel de antigos monumentos no presente e perceber que os limites existentes entre as pessoas do passado e os significados do presente são deliberadamente indeterminados. Na obra intitulada *From Stonehenge to Las Vegas: Archaeology as Popular Culture*, Holtorf tem como objetivo principal sugerir um novo entendimento da própria arqueologia profissional, mudando a ênfase da arqueologia como um modo de aprender sobre o passado para uma arqueologia como um conjunto de relações no presente. Ele afirma que a arqueologia adquire uma significância metafórica no presente, manifestando-se de diversas formas na cultura popular, não acadêmica e científica (Holtorf, 2005).

“Arqueólogos fazem muito mais que estudar artefatos. Arqueólogos “descobrem”, “resgatam”, “acham”, “evidenciam”, “objetos”, “coisas”, “cultura material”, “artefatos”, “produtos”, “tralhas”, “peças”, “troços”, “trambolhos”, “bugigangas” na “terra”, no “solo”, em “sedimentos” em “camadas”, “depósitos” em “estratigrafias”; fazem “prospecções”, “pesquisas”, “investigações”, eles “campeiam”, fazem “escavações”, “trincheiras”, “sondagens”, “cortes”, “perfis”; depois “analisa”, “avalia”, “estuda”, “mede”, “classifica” as coisas, “escreve”, “digitaliza”, “publica”, “avalia”, “critica” textos”. (HILBERT, 2009:12)

A grande maioria dos pesquisadores concordaria com o fato de que todas essas atividades fazem parte do seu ofício, embora deixem de mencioná-las e assim de considerá-las em seus trabalhos. Na verdade, é somente no momento em que, enquanto arqueólogos, nos questionamos sobre o que fazemos e assumimos que a arqueologia é uma prática no e para o presente que estas reflexões surgem à tona.

Seguindo a abordagem desenvolvida por autores como Shanks (1998, 2002), Holtorf (2002, 2005), Edgeworth (2006a), Lucas (2001) e Hilbert (2009), claramente influenciados pelo desenvolvimento das abordagens pós-processuais na arqueologia⁴, acredito que o trabalho do arqueólogo vai muito além de encontrar e analisar artefatos e estruturas, uma vez que as histórias de vida das coisas não terminam com a deposição, mas continuam até os dias atuais. Assim, atividades como descoberta, interpretação, arquivamento e exibição são tidas como relevantes no estudo do processo de vida das coisas também. Adotar tal linha de pensamento permite, segundo Holtorf, compreender como estas coisas se desdobram no presente e se estendem tanto para o passado quando para o futuro (Holtorf, 2002).

Proponho-me neste trabalho analisar as longas histórias de vida dos sítios e dos artefatos a partir da sua descoberta - do seu encontro pelos arqueólogos - que de forma ativa

⁴ Shanks e Hodder (1995) avaliaram o termo pós-processual colocando que ele refere-se apenas a uma posição em relação à arqueologia processual. Não diz respeito a uma única e específica escola teórica ou a um enfoque específico para o estudo da cultura material, pois abarca uma gama ampla de vertentes e perspectivas de estudo. Hodder (1994) mencionou algumas, tais como arqueologia feminista, indigenista, de minorias étnicas, estruturalista, pós-estruturalista, marxista, neo-marxista (teoria crítica), cognitiva, contextual e interpretativa. Este movimento iniciou-se entre o final da década de 1970 e o início da de 1980 na Inglaterra, especialmente com os trabalhos desse último autor, sendo de destaque os trabalhos *The Present Past, Symbols in Action* e *Symbolic and Structural Archaeology*, todos publicados em 1982.

constroem suas próprias fontes de estudo e assim possibilitam que ocorram as etapas seguintes que envolvem uma pesquisa científica em arqueologia.

1.1 O ato da descoberta na arqueologia

Momentos de descoberta são especiais, mágicos, fascinantes, emocionantes. Quantos arqueólogos não diriam que se trata da parte mais importante de seu trabalho, de sua vida? O principal objetivo da escavação, para muitos, é fazer descobertas e encontrar tesouros de vários tipos - que vão desde pontas de flecha a simples lascas de pedra, e de urnas funerárias a fragmentos de cacos de cerâmica. A arqueologia é, logo, sempre uma aventura ao não conhecido.

A descoberta não é apenas importante para os cientistas, mas para todos aqueles que são fascinados por coisas, por lugares, por histórias. Pode ser um achado muito especial para um agricultor que, ao preparar a terra para o cultivo, percebe um objeto ou uma estrutura e reconhece nele (a) algum significado especial. É muito comum quando se vai a campo procurar sítios deparar-se com histórias de pessoas que encontraram peças “bonitas”, “bem trabalhadas”, e as guardaram em sua casa com cuidado. Assim como essa existem muitas outras histórias semelhantes que poderiam ser contadas.

Ao mesmo tempo em que essa essência gera fascínio, especialmente para os especialistas da área, também é responsável por diferenciar a arqueologia da maioria das outras ciências. Poucas têm a possibilidade de descobrir fontes completamente novas e assim poder elaborar e responder a outras questões de pesquisa. Muitos vestígios materiais ainda estão por descobrir, escondidos no subsolo de regiões pouco ou nada investigadas. Em muitas áreas do conhecimento, o que se alteram são os objetos de pesquisa, as abordagens, as metodologias, enquanto que na arqueologia, deste modo, são as próprias fontes de estudo. Barker destaca esta questão afirmando que enquanto cientistas como os historiadores modificam nossa visão do passado ao reconsiderar as evidências, propondo novos questionamentos, os arqueólogos, particularmente, produzem novas evidências (Barker, 1998). E muitos pesquisadores se baseiam nessa característica, mesmo que inconscientemente, para justificar a importância de realizar uma pesquisa que “produza conhecimento arqueológico sobre uma região pouco trabalhada”, que “possibilite futuras pesquisas comparativas a nível regional”, e assim por diante.

Mas do que se trata o ato da descoberta? Como podemos definir este momento tão importante do trabalho dos arqueólogos? Apenas recentemente alguns pesquisadores procuraram responder a esse questionamento, sendo a obra de Matt Edgeworth⁵ uma referência de análise do ato da descoberta. Para ele, trata-se da relação temporal entre um sujeito (incorporado) e um objeto (emergente) ocorrido invariavelmente na prática:

“As a working definition, the ‘act of discovery’ can be said to be the initial encounter, or transaction, between a subject and a material object as it emerges from the ground in the context of archaeological practice”⁶. (EDGEWORTH, 2006a: 75, destaque do autor)

Em resumo, é através desse ato que o vestígio material é conferido de significância e transformado em evidência arqueológica. Conforme esse autor, tal encontro sempre envolve ao menos um agente ou sujeito, um objeto (uma feição ou outro padrão arqueológico), um campo material (do qual o objeto emerge) e um contexto de trabalho (uma escavação, por exemplo, na qual o sujeito, o objeto e o campo material são amarrados entre si) (Edgeworth, 2006a).

Tais transações materiais, todavia, sempre acontecem dentro de um contexto mais amplo de uma rede de interações sociais desenroladas através do tempo, da qual o objeto emerge e toma forma. Assim, as interpretações e as identificações dos vestígios materiais não são nunca o produto do raciocínio prático apenas de um indivíduo ou sujeito, pois tais interpretações e estratégias para lidar com as evidências estão continuamente em discussão e são reformuladas neste movimento pelos membros da equipe em uma escavação ou outra atividade de campo. Essas trocas são chamadas de transações sociais por Edgeworth, que as caracteriza como sendo interações entre dois ou mais trabalhadores, mediadas principalmente (mas não exclusivamente) pela linguagem falada (Edgeworth, 2006a).

⁵ Matt Edgeworth desenvolveu, no início da década de 1990, um estudo a respeito do ato da descoberta com o objetivo de analisar como o conhecimento sobre o passado é produzido e reproduzido (Edgeworth, 2006a). Para Holtorf, esta obra foi uma das poucas que tratou dessa problemática até recentemente, quando outros pesquisadores como Gavin Lucas (2001) retomaram o estudo do ato da descoberta. Segundo Holtorf, estes estudos propõem, basicamente, que a arqueologia não é apenas observação desinteressada, mas sim um encontro com e a transformação de objetos materiais (Holtorf, 2005). É importante destacar que a obra de Edgeworth serviu de inspiração para a realização desta tese e em especial deste capítulo. Deste modo, muitas referências são feitas às ideias do referido autor.

⁶“Como uma definição útil, o ‘ato da descoberta’ pode ser dito a ser o encontro inicial, ou transação, entre um sujeito e um objeto material assim que ele emerge da terra no contexto da prática arqueológica” (tradução minha).

Outra característica importante do ato da descoberta, segundo Edgeworth, é de que se trata de uma atividade prática envolvendo habilidades manuais e intelectuais, um encontro entre os domínios material e cognitivo, mediado pelo corpo na prática. Portanto, não é apenas um ato material, como poderia se pensar a priori:

“As concrete human action, the act of discovery is a complex and mysterious and as difficult to understand as any other material practice in which agents equipped with symbolic faculties are engaged. Yet theory tends to regard the act of discovery literally just the uncovering of material evidence, as if the covers were merely pulled back to reveal the facts. Excavation is seen as mundane, ordinary, run-of-the mill, matter-of-fact, and of little theoretical interest. And as a corollary of this, the people who dig up the evidence from the ground – who actively recognize and select out relevant objects and patterns from a field of background ‘noise’, who manipulate and the explore the unfolding evidence and transform it into meaningful data- are regarded, as far as theory is concerned, as little more than ‘manual’ (as opposed to ‘intellectual’) workers”⁷. (EDGEWORTH, 2006a, p. 46)

Apesar de parecer bastante claro que a descoberta é muito importante para a arqueologia, poucos se debruçam sobre a análise da essência desse ato e de como ele é percebido pelas pessoas. A seguir procuro refletir acerca da percepção e da reflexão dessa essência por diferentes sujeitos.

1.1.1 – Atos de experiência perceptiva e ação corporal: Do fenômeno à analogia

Sítios e artefatos arqueológicos são descobertos, trazidos à luz. São vestígios que surgem em diversos momentos diante de diferentes pessoas. Ao me perguntar como este

⁷“ Enquanto ação humana concreta, o ato da descoberta é complexo e misterioso, e tão difícil de entender quanto qualquer outra prática material em que agentes equipados com faculdades simbólicas estejam engajados. No entanto, a teoria tende a considerar o ato da descoberta literalmente apenas como o descobrimento da evidência material, como se as cobertas fossem meramente removidas para revelar os fatos. A escavação é vista como mundana, ordinária, medíocre, prosaica, e de pouco interesse teórico. E como corolário disso, as pessoas que escavam do solo a evidência– que ativamente reconhecem e selecionam objetos e padrões relevantes em meio a um campo de “ruído” de fundo, que manipulam e exploram a evidência que vai-se revelando e a transformam em dado significativo – são consideradas, pelo que toca a teoria, pouco mais do que trabalhadores ‘manuais’ (em oposição a ‘intelectuais’)” (tradução minha).

processo ocorria, como se apreendia o sentido das coisas, em grande parte influenciada pela leitura do trabalho de Edgeworth, encontrei amparo na abordagem fenomenológica, a qual de forma bastante resumida procuro caracterizar a seguir.

O pensamento fenomenológico, dentro do consenso aceito, apareceu pela primeira vez no trabalho de Franz Brentano no século XIX. Brentano propunha o que chamou de uma psicologia descritiva, diferenciada do estudo neurológico de processos mentais e com preocupações com a significação e conteúdo de atos cognitivos (Thomas, 2006).

Já a fenomenologia, enquanto escola filosófica propriamente dita, tem como pai Edmund Husserl e Martin Heidegger e Merleau-Ponty, dentre outros, como adeptos. Husserl procurou estabelecer uma ciência que poderia identificar as estruturas fundamentais da consciência, desvendando o problema da percepção (Thomas, 2006). A fenomenologia, desta maneira, se preocupa com o encontro humano, a experiência e a compreensão de coisas mundanas, e como estes acontecimentos vêm a ser possíveis.

Para Heidegger, a fenomenologia não era uma ciência como um todo, mas um meio de falar a alguém tudo o que se mostra em si mesmo para nós, e tudo que parece ser alguma coisa. E tudo que se mostra em si mesmo era, para este pensador, um fenômeno. Os fenômenos mostram a si mesmo ao revelarem-se, constituindo a totalidade do que está à luz do dia ou se pode por à luz e significando um modo privilegiado de encontro (Heidegger, 2005). Assim, a fenomenologia pode ser caracterizada pela busca dos sentidos e significados dos fenômenos, de suas essências.

Segundo Heidegger, o conceito oposto de fenômeno é o de encobrimento, e existem diferentes modos possíveis de encobrimento dos fenômenos. Um fenômeno pode-se manter encoberto por nunca ter sido descoberto. Dele não há nem conhecimento nem desconhecimento. Um fenômeno pode estar entulhado, pois após ter sido descoberto voltou a encobrir-se. Este encobrimento pode ser total ou como geralmente acontece o que antes se descobriu ainda se mantém visível, embora com aparência (Heidegger, 2005).

Ângela Bello, uma filósofa que se dedicou a estudar as obras de Husserl, destaca que estamos em contato, através das sensações, com o mundo físico. A percepção, desta forma, uma porta, uma forma de ingresso, uma passagem para lidar com o mundo material, da mesma forma que com o das coisas abstratas. Este contato somente é possível através dos sentidos, como a visão e o tato, por exemplo, que são vividas por nós (Bello, 2006). Assim,

para haver a percepção do mundo material é necessário existir algo material, obviamente, e haver sensações como de ver e tocar este material.

Neste ponto há uma novidade no estudo da percepção dos fenômenos, pois Husserl afirma que o ser humano tem a capacidade de ter consciência de ter realizado esses atos enquanto ele está vivendo esses atos, sabe que os está realizando, se dá conta disto. Esse “dar-se-conta” é a consciência de algo, por exemplo, a consciência de tocar alguma coisa. E a partir do momento em que tomamos consciência destas ações, podemos refletir sobre elas. Todo ato perceptivo é, desta forma, um ato vivido pelo sujeito de forma consciente (Bello, 2006). Nesta questão da consciência reside a principal diferença entre as abordagens fenomenológicas de Husserl e Heidegger. Apesar de ter a certeza de que todas as coisas existem, os homens existem, as comunidades existem, Husserl não aborda o plano da existência, mas do sentido, do significado das coisas que existem. Assim, não importa o fato de existir, mas o sentido desse fato. Heidegger, que foi um discípulo de Husserl, altera esta visão, interessando-se pelo fenômeno da existência humana ao qual denomina *Dasein* (Bello, 2006).

E o que tudo isso tem a ver com a arqueologia? A abordagem fenomenológica mostra ser de grande valia quando se questiona o que se mostra, como se mostra e a quem se mostra no ato da descoberta. Os objetos, as estruturas, os sítios se mostram, ou qualquer outro tipo de vestígio da existência humana no passado. O que proponho, então, é pensar como estes fenômenos ocorrem e diante de quem. De que maneira, repentinamente, coisas desconhecidas simplesmente surgem da terra ou por vezes repousam na superfície como que se estivessem à espera de alguém que as encontrassem? Ou até mesmo como estes vestígios são descobertos por leigos, pois tiveram algum significado reconhecido por eles que tem o cuidado de guardá-los em suas casas. Sejam arqueólogos, agricultores ou outras pessoas que se importem com esses objetos, todos tem a oportunidade de vivenciar um “encontro privilegiado”, usando a expressão de Heidegger (2005).

Neste encontro com o mundo físico há dois níveis de atos conscientes, conforme o pensamento Husserliano. Existe o primeiro nível de consciência que é o nível dos atos perceptivos, e um segundo nível de consciência que é o nível dos atos reflexivos. O sujeito primeiro percebe o fenômeno que se mostra, depois procura o sentido (tanto de coisas físicas quanto abstratas). Todo ser humano é capaz de saber que realiza atos perceptivos e de refletir sobre eles. A reflexão é uma vivência dos homens, e não dos animais, por exemplo, pois corresponde à capacidade que os primeiros têm de se dar conta do que estão fazendo (Bello,

2006). Tanto a percepção dos fenômenos quanto a reflexão sobre o seu sentido são, portanto, processos mentais conscientes.

O momento inicial da descoberta refere-se, deste modo, sempre ao encontro com a coisa, com seu caráter material que é percebido pelo sujeito corporificado através das sensações. Todo pensamento e conhecimento que surgem posteriormente fazem parte desse segundo nível de consciência - o da reflexão.

Durante a reflexão, na busca pelos significados do que se mostra, os seres humanos sempre se baseiam em suas próprias experiências, realizando a todo o momento analogias. Mesmo rotular um item material como um caco de cerâmica evoca e pressupõe uma grande parte de conhecimento sobre como os potes devem ser feitos, as funções ou propósitos que eles devem ter servido no contexto da ação humana e assim por diante. Segundo Barker (1998), a observação não é um processo automático - depende inteiramente do conhecimento particular do observador. Assim, podemos concordar com a ideia de que as analogias implícitas ou explícitas são embutidas no mais 'objetivo' dos dados (Edgeworth, 2006a).

Conforme Edgeworth, o ato da percepção é um processo analógico, tanto que modelos analógicos são embebidos na observação, manipulação e registro de vestígios materiais. Isto significa, em sua análise, que os dados (as unidades básicas da análise teórica) são os próprios produtos da analogia. Então, para dar conta de um modo adequado do papel da analogia no ato da descoberta, tal pesquisador volta-se para o estudo do processo de produção dos dados em atividades práticas, como no caso da escavação, adotando uma perspectiva etnográfica a fim de transportar problemas teóricos de volta ao domínio prático. Para tanto, ele explica o porquê de compreender a analogia relacionada à prática:

“In the fieldwork report it will be argued that a kind of practical analogy lies at the heart of the inferences which the archaeologists make in the practices of excavation. These analogies condition the perception, recognition, selection, identification and manipulation of material evidence, and the transformation of that evidence into data. As creative practical operations, analogies-in-action facilitate the production of original knowledge about the past, as well the reproduction of existing knowledge. They not only constrain archaeological interpretation; they also enable archaeological interpretation to take place in the first instance. To locate the role of analogy in the production (rather than in the justification) of knowledge is to take the question of the analogy from the theory to practice, from the text to life-world, from abstract inference to inference-

in-action, and from subjective thought to the transaction between the subject and the object”⁸. (EDGEWORTH, 2006a, p. 51)

Segundo essa abordagem, a analogia está sempre relacionada com a produção dos dados nas práticas da escavação. Adotando uma visão mais ampla, pode-se considerar que todo e qualquer tipo de analogia, seja efetuada na descoberta primeira de um sítio arqueológico ou em outros momentos como na análise dos artefatos em laboratório, constitui a base para a produção e a construção dos dados arqueológicos. Acredito que seja oportuno refletir neste momento sobre o caráter dos dados na arqueologia.

Quando o arqueólogo prospecta, escava ou analisa objetos e estruturas em laboratório, ele não produz dados no sentido literal do termo, pois esses não estão prontos à espera de observadores que apenas os coletam no registro arqueológico. Os dados são construções contemporâneas, frutos da prática interpretativa dos arqueólogos ao escavar os sítios e ao analisar os restos materiais obtidos a partir de determinados métodos de análise (Rosa, 2007; Copé & Rosa, 2008).

Segundo Tomášková, os pesquisadores esquecem-se frequentemente de que os dados, em sua essência, são representações dos fatos, das realidades passadas, e de que as metodologias empregadas na arqueologia produzem tais informações a partir do estudo dos vestígios materiais. Assim, os dados arqueológicos são constituídos em grande parte a partir de como são vistos pelos pesquisadores no presente, bem como de acordo com as características materiais dos próprios objetos (Tomášková, 2003). Na mesma linha de raciocínio, Edgeworth enfatiza que os vestígios materiais não podem ser considerados como dados. Os vestígios materiais (exceto no momento da descoberta) existem independentemente da prática arqueológica, uma vez que antes do descobrimento sempre existiram fora do domínio da arqueologia. Os dados, por outro lado, são os produtos dessa prática, sendo

⁸“No relatório de trabalho de campo será argumentado que um tipo de analogia prática repousa no coração das inferências que os arqueólogos fazem nas práticas da escavação. Estas analogias condicionam a percepção, o reconhecimento, a seleção, a identificação e a manipulação da evidência material, e a transformação desta evidência em dados. Como operações práticas criativas, as analogias-em-ação facilitam a produção do conhecimento original sobre o passado, assim como a reprodução do conhecimento existente. Elas não apenas constroem a interpretação arqueológica; elas também possibilitam à interpretação arqueológica tomar lugar em primeiro lugar. Situar o papel da analogia na produção (em vez do que na justificação) do conhecimento é tomar a questão da analogia da teoria à prática, do texto ao mundo vivido, da inferência abstrata à inferência-em-ação, e do pensamento subjetivo à transação entre o sujeito e o objeto” (tradução minha).

produzidos a partir dos vestígios materiais. São, portanto, culturais de uma parte a outra, somente vindo a existir através das variadas ações dos arqueólogos (Edgeworth 2006a).

As analogias são efetuadas através da ação corporal e da percepção. Entretanto, para a maioria dos pesquisadores, a analogia é principalmente uma forma de razão teórica e um modo de argumento, em vez de uma faculdade cognitiva embutida na práxis humana (Edgeworth, 2006a).

Edgeworth avalia vários papéis do corpo na realização das analogias práticas – enquanto veículo, fonte, alvo e base. O corpo é o veículo das analogias, pois o objeto emerge e toma forma na percepção dentro do contexto de ação corporal de um sujeito, que descobre o objeto, o reconhece, o manipula e o explora. Este movimento é sempre ativo em vez de passivo, engajado no lugar de desengajado e dialético, uma vez que é mediado através do contato corporal direto com o objeto em questão. O corpo igualmente pode ser visto como a fonte das analogias práticas, no sentido de que está imbuído de esquemas perceptivos corporificados, ferramentas cognitivas e habilidades práticas que habilitam o sujeito a reconhecer o objeto como um artefato. O corpo é alvo das analogias práticas na medida em que o sujeito percebe o artefato não em relação ao seu corpo, mas em relação àquele do sujeito inferido, ou agente humano passado, que é pressuposto a ter confeccionado e utilizado o artefato. Esse agente é suposto a ter possuído poderes básicos motores-perceptivos e simbólicos normalmente associados com o corpo humano. E, por fim, o corpo é a base das analogias práticas, porquanto ele mesmo é um dado sem o qual nenhuma analogia poderia ocorrer. Qualquer analogia realizada na prática está, por conseguinte, situada no corpo, ou na relação entre um sujeito corporificado e um objeto emergente (Edgeworth, 2006a).

Através da percepção, possibilitada pelo envolvimento corporal, o arqueólogo geralmente se preocupa em distinguir, a partir da descoberta, o que é arqueológico (e, portanto, cultural) e o que não é arqueológico (e logo, natural). Os vestígios materiais existem independentemente da prática arqueológica e se tornam dados apenas com a intervenção do arqueólogo, conforme coloquei previamente. Desta forma, estabelecer em campo ou em laboratório o que é natural e o que é arqueológico é sempre uma construção intelectual realizada por parte de um pesquisador, o qual está mais ou menos habilitado para realizar esta tarefa.

Quando se pergunta aos arqueólogos de campo como eles reconhecem achados, coloca Edgeworth, eles comumente apontam as propriedades objetivas do próprio achado – um

fragmento de caco de cerâmica ou uma lasca de pedra – explicando as características materiais que atraíram sua atenção a ele e que o distinguem de outros objetos, os naturais (Edgeworth, 2006a).

Esse mesmo estudioso chama a atenção para o fato de que o “natural” é uma das categorias mais importantes da evidência encontrada na prática da escavação, ainda que seja raramente constituída como um objeto de atenção. Surge geralmente como uma forma negativa ou um antônimo da evidência ‘arqueológica’, ‘artificial’ ou ‘artefatural’. Os padrões arqueológicos de significância são sempre ‘localizados’, ‘cercados por’ e ‘escavados do’ natural. O natural é, por conseguinte, o cenário do qual os objetos arqueológicos emergem e salientam-se ou, dito de outro modo, a descrição aplicada a objetos e padrões para os quais nenhuma identificação positiva ou significância pode ser encontrada em termos de agência humana passada. Assim, o seu significado está ligado com aquilo que é oposto: ‘natural’ significa ‘não arqueológico’, ‘não artefatural’ e assim por diante (Edgeworth, 2006a, destaques do autor).

Já o termo arqueológico denota o produto ou efeito da agência cultural em algum tempo no passado distante. Nos registros de campo, geralmente apenas os vestígios arqueológicos são marcados, enquanto que o natural é o pano de fundo no qual estes materiais se sobressaem. Edgeworth, em seu estudo etnográfico de uma escavação, percebeu momentos em que estas diferenciações não pareciam ser tão claras e que, às vezes, tinham de serem revistas e reinterpretadas. Ele exemplificou algumas destas situações. Em um dos casos, um arqueólogo inicialmente tomou um vestígio como sendo “natural”, mas após explorar mais tarde tal padrão começou a tomar forma e alcançou a transição do status “natural” para o “arqueológico”. Em outro momento, o status de “arqueológico” de uma feição mudou na visão de um pesquisador, que propôs uma explicação “natural” para a mesma evidência – embora a escavação posterior tivesse provado ser ‘arqueológico’ depois de tudo. Nestes casos a transição de ‘natural’ a “arqueológico” ou vice-versa é flexível, e pode mudar de acordo com novas evidências encontradas ou com a visão de um investigador. Tal distinção entre cultura e natureza, ainda que não seja considerada como uma posição cartesiana e fechada, é fundamental para toda percepção e raciocínio arqueológicos (Edgeworth, 2006a, destaques do autor).

A fim de finalizar as colocações iniciais sobre o ato da descoberta e suas principais características, ilustro dois momentos de descobertas arqueológicas. Estes instantes foram

registrados de diferentes formas pelos sujeitos que os perceberam, vivenciaram e refletiram na busca dos seus sentidos. São exemplos que como os arqueólogos ou pessoas fascinadas por objetos realmente se sentem ao fazer descobertas. O primeiro relato foi escrito por Britt Arnesen, uma estudante de biologia da Universidade do Alasca, em um projeto de arqueologia de campo, após seu primeiro achado:

“And there it was. The clearest obsidian that I had thought only existed in the memories of tired academics and dry textbooks. A loud victory cry rang out over the Koyukuk Valley...I am high. I am goofy and high...This is the first site I have ever found...I will always know that it is there, with clues to the mystery of human origins...What a feeling this is!” (HOLTORF, 2005, p. 30)

O outro relato foi escrito por mim na introdução da dissertação de mestrado que apresentei em 2007, quando comentava sobre o fascínio que os arqueólogos possuem pelas coisas. Faz parte de uma lembrança que guardei na memória, de um momento em que estava realizando uma prospecção, há alguns anos atrás, e que expressei em palavras na escrita do texto citado:

“Certa vez, estava realizando um levantamento arqueológico no meio de um milharal, em baixo de um sol escaldante e sob uma temperatura muito alta, quando, de repente, olhei para o chão e deparei-me com um belo biface. Não era um simples biface, era uma peça magnífica, lascada em um seixo de arenito silicificado e repleta de retoques e marcas de uso. Por alguns instantes, esqueci o calor insuportável que estava sentindo, a sensação da roupa suada grudando no corpo, e fiquei admirando a peça que havia encontrado. Fiquei muito emocionada, um tanto sem palavras, pois era simplesmente fantástico o fato de poder olhar para baixo e descobrir objetos como este na terra.” (ROSA, 2007, p. 10)

Nestes dois relatos percebem-se sentimentos, emoções, fascínios. Seja pela experiência de estar em campo e encontrar tais objetos, seja pela leitura desses trechos, a sensação que surge é de que esses objetos estavam repousando sob ou sobre a terra, na

⁹“E lá ela estava. A obsidiana mais iluminada que eu pensava que apenas existia nas memórias de acadêmicos cansados e livros escolares enxutos. Um grito vitorioso alto soou sobre o Vale Koyukuk...Estou orgulhoso. Estou tonto e orgulhoso...Este é o primeiro sítio que eu já encontrei...Sempre saberei que ele está lá, com pistas para o mistério das origens humanas...Que sentimento isto é!” (tradução minha).

expectativa de serem descobertos. Mas a expectativa, na verdade, é sempre gerada pelos próprios arqueólogos, que geralmente estão esperando algo aparecer, um tanto magicamente, diante dos seus olhos. E quando isso acontece, a impressão e o sentimento, falando por experiência própria, é de que nada mais naquele momento importa, e que precisamos tocar, pegar este objetos em nossas mãos e admirá-los por alguns instantes. São, sem sombra de dúvida, encontros muito privilegiados.

No caso da peça que encontrei entre os pés de milho, não houve, aparentemente, nenhum tipo de encontro entre esse artefato e o proprietário da terra em que o primeiro estava. Seja por desconhecimento do que poderia se tratar, seja por não reconhecer nenhuma característica humana no objeto, ou ainda por qualquer outra razão, nenhuma significância foi conferida por ele que cotidianamente trabalhava no solo em busca do seu sustento. Ele simplesmente não “enxergava” o objeto, aquilo que, conforme aponto aqui, estava se mostrando para ele.

Os sentidos mais aguçados e estimulados pelo nosso corpo nestes instantes são, indiscutivelmente, a visão e o tato. Inicialmente enxergamos aquilo que se mostra; logo em seguida, tocamos aquilo que se mostra. Assim, neste caso, os fenômenos são percebidos e sentidos pelo olhar e pelo toque.

Todavia, esse encontro não produz apenas fascínio, igualmente produz e reproduz conhecimentos sobre os objetos recém encontrados. É quando pensamos sobre o que acabamos de ver e procuramos o seu sentido, refletindo em nossas mentes. Criamos e usamos nomenclaturas de matérias-primas, técnicas de lascamento, classificações e tipologias, metáforas e metonímias, palavras relacionadas ao mundo dos arqueólogos que não fazem muito sentido para outras pessoas. O fascínio proporcionado pelo descobrimento de alguma coisa material somente existe porque já vimos outras coisas parecidas ou diferentes antes e conseguimos avaliar quão refinado (tecnicamente) ou belo (esteticamente) é o que acabamos de enxergar e manusear.

O ato de reconhecer ou selecionar um objeto particular é, para Edgeworth, um tipo de evento crucial. No meio do trabalho rotineiro, sobre coisas rotineiras, algum aspecto do mundo de repente emerge – sempre com um grau de imprevisão – para comprometer a visão e romper a rotina. Um encontro acontece, que é quantitativamente diferente de encontros normais com outras evidências materiais (Edgeworth, 2006a).

Todos os momentos citados acima são atos de descoberta, encontros especiais com o mundo material. A seguir, procuro avaliar se esta etapa tão relevante da prática arqueológica era registrada nos relatos escritos de alguns pesquisadores que atuaram no Rio Grande do Sul décadas atrás e de que forma isto era realizado.

1.1.2 – Fenômeno x Encobrimento: Estudos de caso do ato da descoberta na arqueologia do Rio Grande do Sul

Os investigadores escolhidos para análise e discussão se destacaram na arqueologia desenvolvida no estado nas décadas de 1960 a 1980, quando as pesquisas nessa área estavam apenas começando. Segundo Schmitz, até 1964 o território do extremo sul do país era praticamente inexplorado arqueologicamente, ano em que iniciaram os primeiros esforços nesta direção¹⁰.

Eurico Miller, Pedro Inácio Schmitz e Pedro Augusto Mentz Ribeiro, além de terem se destacado entre os demais pesquisadores que realizaram estudos neste período, exerceram grande influência sobre os profissionais das gerações posteriores. Muitas das técnicas de campo e de análise dos artefatos, bem como das abordagens teóricas adotadas por estes estudiosos foram largamente utilizadas na condução dos trabalhos que foram desenvolvidos na arqueologia do Rio Grande do Sul a partir dos anos 1980, podendo ainda ser encontradas em investigações efetuadas nos últimos anos.

Os materiais selecionados destes autores foram textos escritos nesse período que relatam o desenvolvimento de atividades de campo, como prospecção e escavação, e também de análise de objetos em laboratório, tais como relatórios de campo e textos de divulgação das pesquisas em revistas e periódicos da época.

Eurico Miller foi um pesquisador que participou do Pronapa no Rio Grande do Sul, em meados dos anos 1960. Nas publicações em que apresenta os resultados das investigações em

¹⁰ No final desse ano teve início um levantamento arqueológico de parceria entre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo e o Instituto Anchieta de Pesquisas, patrocinado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. E no ano seguinte, em 1965, iniciaram-se as atividades do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa) patrocinadas pelo Smithsonian Institution de Washington, que realizou uma grande quantidade de trabalhos em diversas áreas do Estado (Schmitz, 1967).

diversas regiões do Estado, Miller procura descrever os sítios e os artefatos encontrados, sempre os relacionando com tradições e fases arqueológicas. É importante destacar que uma das preocupações e objetivos mais importantes definidos pelos idealizadores desse programa (Betty Meggers e Clifford Evans) era definir filiações culturais entre sítios e regiões através do enquadramento dos vestígios em tais parâmetros. Além disso, a metodologia de campo adotada pelo Pronapa previa registro de todos os sítios encontrados na área escolhida para prospecção, sendo mapeados, examinados, escavados quando a espessura do depósito permitia, com coleta de amostragens representativas (Meggers e Evans, 1965; Evans, 1967).

A descoberta dos sítios é invariavelmente descrita como uma ação objetiva e científica, tornada possível pelo reconhecimento de padrões não naturais que são facilmente identificáveis pelos especialistas da área – os arqueólogos. Da mesma forma, a descoberta dos objetos é relatada de forma altamente impessoal, como que se não tivesse sido fruto da identificação por parte de um sujeito, durante as investigações. É comum o uso de frases no modo impessoal: “Ocorrem urnas com apliques internos ou escora de tampa. Raramente ocorrem pequenos potes junto, externa e (ou) internamente às urnas” (MILLER, 1969, p. 40) ou “Ocorrem raros apêndices como cabo e alça de pote” (MILLER, 1969, p. 47).

Além disso, estes sítios parecem, em suas descrições, se tratar de entidades próprias e autosuficientes em relação aos lugares em que estão inseridos na paisagem, sem qualquer menção aos indivíduos responsáveis pela sua existência tanto no passado quanto no presente: “Os sítios distribuem-se principalmente ao longo do rio Uruguai e vão rareando à medida que nos aproximamos dos campos do planalto [...] Ocupavam tanto terrenos de várzea, como ladeiras suaves. Suas dimensões variam de 500 a 3000 m², predominando os de dimensões médias [...] Os sítios assentam-se principalmente em terrenos sobre a serra, outrora cobertos pela mata, às margens de arroios e coxilhas lindantes” (MILLER, 1969, p. 35, 37).

Nos únicos momentos em que há referências aos sujeitos responsáveis pela ocupação dos sítios e pela confecção dos artefatos, os conceitos de tradição e de fase são utilizados: “Esta fase da Tradição Tupi guarani faz-se presente também ao norte e nor-nordeste [...] Esta fase no presente momento desdobra-se ao longo do rio Uruguai numa distância de aproximadamente 300 km” (MILLER, 1971, p. 49, 50).

Pedro Ignácio Schmitz destaca-se na arqueologia do Rio Grande do Sul por ter realizado, e ainda estar realizando, inúmeras pesquisas desde os anos 1960. Tais investigações estavam vinculadas ao Instituto Anchieta de Pesquisas, em São Leopoldo, nas quais

Schmitz havia realizado trabalhos em conjunto com os arqueólogos Fernando La Salvia e Pedro Mentz Ribeiro. Estes estudos incluem pesquisas em casas subterrâneas do planalto, aterros e câmoros em áreas alagadiças do sudeste, sítios líticos do sudoeste, sítios com cerâmica tupi-guarani no vale do rio Pardinho, dentre outros. Quando possível, eram realizadas escavações em alguns sítios, como nos de estruturas subterrâneas.

O relato dos resultados obtidos em levantamentos, prospecções e escavações é realizado de modo bem descritivo e objetivo por Schmitz, mas diferentemente dos trabalhos de Miller, os sujeitos responsáveis pelas ações de encontrar e identificar sítios e objetos são mencionados em alguns momentos: “De maio a agosto Fernando La Salvia localizou 24 sítios com 116 casas subterrâneas, sendo de notar que alguns destes sítios já tinham sido visitados anteriormente por Schmitz” (SCHMITZ, 1967, p. 3). Em outros trechos, tais indivíduos são citados de forma impessoal: “Na proximidade de casas subterrâneas foram encontrados dois montículos aproximadamente circulares [...]. Foram visitados vários abrigos nos quais se haviam depositado os mortos” (SCHMITZ, 1988, p. 77); “As casas subterrâneas aparecem dentro de capões de mato, ou em campo aberto, perto de córregos, nascentes ou banhados” (SCHMITZ, 1988, p. 81).

Também são citados, de um modo geral, aqueles que teriam sido os construtores e habitantes de estruturas como os cerritos: “Toda a terra do cerrito foi acumulada pela mão humana, não se sabendo se para formar um aterro diretamente, ou como aterro e ao mesmo tempo como dejetos. Os materiais arqueológicos encontrados atestam a ocupação humana desde a base até o topo. Os moradores tinham em seu poder diversos implementos líticos, de basalto negro, polido, são alguns machados de pequenas dimensões” (SCHMITZ, 1967, p. 12).

As escavações realizadas em algumas estruturas de determinados sítios arqueológicos tinham como objetivo confirmar a ocupação humana de tais locais e fornecer mais informações sobre a cultura do grupo que as construíra. Havia igualmente o intuito de confirmar ideias pré-concebidas sobre a ocupação destes locais, o que acabava por antecipar as possíveis descobertas e adequar as evidências encontradas com as hipóteses inicialmente levantadas. Por exemplo, no caso das estruturas subterrâneas localizadas no planalto meridional, Schmitz acreditava que todas essas estruturas haviam sido utilizadas como habitações, e assim procurava invariavelmente encontrar indícios que confirmassem essa interpretação, como evidências de postes dos telhados (como os acúmulos de pedras de

tamanhos variados ao redor de pequenos espaços centrais vazios), degraus e entradas de acesso, banquetas internas e fogões. Os procedimentos de intervenção arqueológica empregados nestes lugares visavam, portanto, localizar vestígios deste tipo. Escavava-se, geralmente, nos sítios com muitas estruturas subterrâneas, uma estrutura grande e uma pequena. E ao redor das casas eram abertas trincheiras transversais, visando à localização de esteios, fogueiras e outros vestígios associados ou construtivos da habitação (Schmitz, 1967).

Outro exemplo de esquemas antecipatórios existentes nos pensamentos dos arqueólogos, que condicionam as interpretações que são elaboradas a partir das evidências descobertas, pode ser encontrado na análise dos montículos de terra encontrados próximos às estruturas subterrâneas. Schmitz acreditava que se tratava de locais construídos para o sepultamento dos indivíduos do grupo. Apesar de não encontrar indícios para uma conclusão segura desta hipótese, o autor continuava mantendo tal interpretação, dizendo que o local poderia ter sido o lugar de deposição de mortos ou de suas cinzas. Ele confirmou que se refere a um acúmulo artificial de terras, mas não se preocupou em elaborar outra interpretação para a estrutura encontrada (Schmitz, 1967). Posteriormente, outros pesquisadores passaram a afirmar que tais montículos eram o resultado dos processos construtivos das estruturas subterrâneas, tendo sido formados pelo acúmulo da terra retirada desses locais no momento da sua construção (Ribeiro & Ribeiro, 1985).

Pedro Mentz Ribeiro, por fim, foi igualmente um arqueólogo de destaque nas pesquisas do Rio Grande do Sul, tendo realizado e desenvolvido investigações em várias regiões do estado, algumas em parceria com o Instituto Anchiitano de Pesquisas. Ribeiro, semelhantemente a Schmitz e Miller, registra de maneira objetiva e distanciada a descoberta dos sítios arqueológicos por parte dos pesquisadores, deixando clara a importância de detectar o maior número possível dos mesmos. São comuns em seus textos frases em que são citados quantos sítios foram identificados: “Conseguimos 27 sítios em campo aberto, 39 conjuntos totalizando 135 casas subterrâneas, 3 estruturas, 3 galerias subterrâneas, 3 cavernas e 2 abrigos sob-rocha” (RIBEIRO e RIBEIRO, 1985, p. 51). Os arqueólogos, mencionados em conjunto na terceira pessoa do plural, “conseguem” sítios, realizam cortes e coletas, obtêm datações, tudo da forma mais objetiva e pretensamente científica possível, sem qualquer emoção e/ou envolvimento pessoal com suas fontes e objetos de estudo.

As atividades de campo realizadas envolviam a prospecção dos sítios com cortes em quadrículas ou trincheiras, especialmente daqueles locais que apresentavam manchas pretas

no solo (que era um forte indício de encontrar um local com artefatos e outros indícios da ocupação humana no passado). Em outras situações, como no caso das estruturas subterrâneas, se escavava totalmente algumas que apresentassem evidências da sua construção e ocupação humana, como carvão e cerâmica. De forma semelhante aos outros pesquisadores citados, havia o intuito de enquadrar as evidências encontradas nas tradições e fases já existentes, e quando não havia indícios suficientes para tanto, criavam-se novas fases arqueológicas, como no caso das fases Guabiju e Erveiras (da tradição Taquara), criadas por Ribeiro nas pesquisas no vale do rio Pelotas (Ribeiro & Ribeiro, 1985).

A análise dos artefatos encontrados seguia as orientações dos manuais mais utilizados na época e sugeridos pelo Pronapa: Meggers & Evans (1970) e Emperaire (1967). Procurava-se classificar os objetos nas categorias indicadas nesses manuais, novamente de forma objetiva e impessoal. Além disso, buscava-se estabelecer uma relação direta entre as características dos sítios e dos artefatos com as fases arqueológicas das tradições já estabelecidas.

Naturalmente, tais registros feitos pelos arqueólogos Miller, Schmitz e Ribeiro demonstram que as metodologias empregadas por eles acabaram por influenciar e determinar as formas pelas quais as descobertas arqueológicas realizadas foram descritas na época. Assim, tais textos são fruto de sua época, de um contexto histórico particular, no qual a arqueologia brasileira estava buscando se afirmar enquanto ciência. Era necessário para isto, entretanto, a meu ver, realizar investigações e produzir registros das mesmas que se distanciassem de ações amadoras e instintivas de aventureiros e oportunistas que eram comuns em períodos anteriores.

O Pronapa foi responsável em grande parte por levar a cabo este projeto, ditando os parâmetros nos quais as pesquisas passariam a ser efetuadas a partir desta época, desde a prospecção até a análise das evidências em laboratório. No Guia para a prospecção arqueológica no Brasil, desenvolvido por Meggers e Evans em 1965, estava explícita a filosofia de trabalho a ser seguida, sendo o principal objetivo o de identificar o maior número possível de sítios nas áreas selecionadas para os levantamentos, onde os maiores rios e seus tributários encontravam-se. O método de trabalho aplicado referia-se a coletas sistemáticas de superfície de todos os sítios encontrados nas prospecções ao invés de escavações intensivas. Quando um sítio apresentava ‘apreciável espessura de refugo’, procedia-se com a abertura de um ou dois cortes estratigráficos. A vantagem deste tipo de metodologia de campo era a de

identificar uma grande quantidade de sítios no tempo previsto. Os dados fornecidos - acreditava-se - dariam uma melhor idéia da área do que aquela proporcionada pelo estudo em um ou poucos sítios. A escavação sistemática dos sítios ficava reservada para o futuro, após a análise de todos os materiais encontrados. O propósito final era de efetuar um panorama geral sobre as culturas remotas do território brasileiro (Meggers e Evans, 1965; Evans, 1967).

Em outros momentos, em pesquisas acadêmicas financiadas por outras instituições, como o Instituto Anchieta de Pesquisas e o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) de Santa Cruz do Sul, quando havia condições de estender e aprofundar as pesquisas, intervenções de campo mais efetivas eram feitas, como a escavação de muitos sítios arqueológicos, com destaque para os de estruturas subterrâneas. Onde havia manchas pretas associadas a artefatos, onde havia carvão, buracos de postes, em resumo, onde havia mais materiais arqueológicos, se escavava, na expectativa de se encontrar mais vestígios de ocupação remota. Dentro disto, seguindo técnicas e metodologias há tempos desenvolvidas e utilizadas em países com tradição de pesquisas na área, define-se escavar em quadrículas e/ou trincheiras, a fim de estabelecer parâmetros e metodologias cientificamente embasadas para a condução dos estudos.

O ato da descoberta, nos termos em que estão sendo compreendidos aqui, naturalmente não pode ser enxergado nestas práticas, exatamente porque as preocupações na época eram bem diferentes. Miller, Schmitz e Ribeiro, assim como a maioria dos arqueólogos na época em questão, procuravam imediatamente compreender o que tinham encontrado, definir se era arqueológico ou não, de que tradição e fase arqueológica fazia parte, e assim por diante.

Os fenômenos em si não puderam ser enxergados. Retomando Heidegger, o conceito que se opõe ao de fenômeno é o de encobrimento. Neste caso, acredito que os fenômenos mantiveram-se encobertos por nunca terem sido descobertos de fato. Deles não houve nem conhecimento nem desconhecimento (Heidegger, 2005). Os sítios e os objetos estavam se mostrando aos referidos pesquisadores, que não puderam percebê-los por estarem acostumados com outras formas de lidar com o mundo material que estava à sua volta, resultantes de uma ocasião, conforme já destaquei, em que a arqueologia estava buscando objetividade, neutralidade e cientificidade.

Além disso, na maior parte dos seus textos são encobertos também os próprios sujeitos do passado, os responsáveis pela cultura material encontrada por eles, arqueólogos, no

presente. Mas, talvez sem perceberem, quando definiam um sítio, um artefato como arqueológico, estavam implicitamente se referindo a um produto da ação humana em algum tempo distante. Mesmo sabendo o significado de algo que era arqueológico, não natural, não o tornavam claro quando escreviam sobre os seus achados. Em muitos trechos estes autores parecem até sugerir que os sítios e os objetos simplesmente estavam ali, distribuindo-se sozinhos pela paisagem ou ocorrendo com determinadas características. Esse tipo de descrição impessoal era bastante comum nesses tempos idos.

Edgeworth traz em seu trabalho vários exemplos que nos levam a refletir sobre a existência prévia de indivíduos corporificados. Segundo ele, podemos invocar esses sujeitos quando identificamos que buracos foram escavados, árvores removidas, corpos queimados, e outros tipos de trabalhos intencionais realizados sobre o meio natural. Assim, estamos os percebendo como os responsáveis pelos efeitos arqueológicos observáveis (Edgeworth, 2006a).

As abordagens adotadas pelos investigadores citados poderiam ser classificadas no que Edgeworth denomina de metáfora do registro. Conforme esse autor, enquadram-se nesta definição todos os arqueólogos que encararam ou ainda encaram a cultura material como registro material dos fatos do passado, de forma empirista. Eles tendem a considerar os fatos como coisas que são contidas ou transcritas do registro material independentemente de qualquer contribuição subjetiva ou cultural dos agentes da descoberta. A metáfora do registro, neste sentido, negligencia o papel ativo dos agentes da descoberta, bem como as habilidades culturalmente adquiridas, racionais e técnicas possuídas por estes agentes, que os capacita a constituir objetos materiais ou padrões como ‘fatos’ a serem inscritos (Edgeworth, 2006a, destaque do autor).

Os agentes da descoberta são efetivamente deixados de fora dos relatos de escavação, pois somente pela exclusão dos agentes da descoberta é possível preservar a aparente objetividade dos fatos registrados. Conforme sua análise:

“The metaphor of material remains as RECORD is embedded in contemporary archaeological discourse. As any reading of the literature shows, material evidence is often spoken of as a MANUSCRIPT, a TEXT, a PALIMPSEST, or a CODE. The landscape itself is an historical DOCUMENT – a TESTAMENT and a TESTIMONIAL to the past. We can find out about the past by READING, DECODING, DECIPHERING, TRANSLATION or TRANSCRIBING the record, for the record is something that

can TELL, INFORM, COMMUNICATE, ILUMINATE and REVEAL. It is a REPOSITORY OF FACTS, a STORE OF KNOWLEDGE and a MINE OF INFORMATION. Knowledge is PRESERVED in the Record. Like a book, this record can be CONSULTED. When we excavate a site, there is a sense in which we are TURNING THE PAGES of the past, working our way back through the CHAPTERS, ANNALS and CHRONICLES of time”¹¹. (EDGEWORTH, 2006a, p. 14, destaques do autor).

Por conseguinte, considerar os vestígios materiais como registro nos apresenta a possibilidade de abrir, como um livro, um passado que está morto e acabado. É desta forma que os sítios e os artefatos surgem nos relatos de arqueólogos como Miller, Schmitz, Ribeiro e de muitos outros que realizam pesquisas atualmente, que parecem ‘descobrir’ os fatos. E os registros representativos feitos dos vestígios materiais – plantas, notas, fotos, amostras, e outros – são vistos como sendo praticamente equivalentes ao registro material. Para Edgeworth, este cenário não apenas faz uma injustiça às tarefas criativas de registro e interpretação do material arqueológico, mas também desconsidera o papel ativo do pesquisador em fazer uma descoberta em primeiro lugar, desta forma mantendo a ilusão de uma objetividade dos fatos arqueológicos (Edgeworth, 2006a).

Um contraponto a este empenho empirista e de objetividade e neutralidade na produção do conhecimento científico pode ser encontrado na pesquisa realizada por Mariana Cabral na região do vale do rio Maquiné, no Rio Grande do Sul. Sua proposta de trabalho compreendia transformar a atividade de registro dos sítios arqueológicos em interpretação da cultura material. Para tanto, ela partiu de uma perspectiva fenomenológica, fazendo a prospecção dos sítios (ou, como ela preferiu colocar, dos lugares). Este empenho serviria para proporcionar uma aproximação com os antigos habitantes, pois estar novamente nos mesmos lugares abria a possibilidade de olhar novamente as mesmas vistas e conhecer os lugares onde

¹¹“A metáfora dos vestígios materiais como REGISTRO está embebida no discurso arqueológico contemporâneo a. Como qualquer leitura da literatura mostra, fala-se com frequência da evidência material como um MANUSCRITO, um TEXTO, um PALIMPSESTO, ou um CÓDIGO. A própria paisagem é um DOCUMENTO histórico – um TESTAMENTO e um TESTEMUNHO do passado. Podemos descobrir sobre o passado ao LER, DECODIFICAR, DECIFRAR, TRADUZIR ou TRANSCREVER o registro, pois o registro é algo que pode CONTAR, INFORMAR, COMUNICAR, ILUMINAR e REVELAR. É um REPOSITÓRIO DE FATOS, um ESTOQUE DE CONHECIMENTO e uma MINA DE INFORMAÇÃO. O conhecimento está PRESERVADO no Registro. Como um livro, este registro pode ser CONSULTADO. Quando escavamos um sítio estamos, em certo sentido, VIRANDO AS PÁGINAS do passado, e através do trabalho retrocedemos pelos CAPÍTULOS, ANAIS e CRÔNICAS do tempo” (tradução minha).

deixaram suas marcas. Além disso, Cabral procurou incluir em sua prática a experiência sensorial do corpo no espaço, o que permitiu a percepção ativa dos lugares estudados e a posterior construção de uma interpretação sobre formas de habitar um mundo no passado (Cabral, 2005).

Pareceu-me importante trazer este exemplo para mostrar como o ato da descoberta pode ter espaço nas pesquisas arqueológicas. Mesmo sem mencioná-lo nestes termos, tal pesquisadora deu importância a ele ao se deixar, através da experiência perceptiva e corporal no espaço, sensível aos fenômenos que estavam se mostrando à sua volta. E fazendo isso, tornou explícita a transação entre o sujeito e o objeto que sempre se dá em qualquer prática arqueológica.

Em seguida, procuro analisar e refletir sobre o ato da descoberta em um dos momentos mais especiais do trabalho dos pesquisadores desta área do conhecimento – o encontro dos sítios arqueológicos.

1.2 A descoberta dos sítios arqueológicos

Assim como os objetos, os sítios arqueológicos não tem vida no presente antes da sua descoberta. Mas como estes lugares tornam-se arqueológicos, antigos? Como são dotados de significância, seja ela arqueológica ou não? Na busca de respostas para tais questionamentos procuro direcionar a discussão a seguir.

Acredito que seja oportuno neste momento tecer comentários breves sobre o conceito de sítio arqueológico, antes de introduzir a noção de lugar. Em geral, os arqueólogos entendem que um sítio arqueológico é um local que apresenta vestígios arqueológicos (estruturas, artefatos) e que pode ser facilmente delimitado ao identificar-se a área de dispersão de tais vestígios (Schaan, 2007). Assim, cabe a um pesquisador habilitado para realizar esta tarefa determinar que locais serão considerados sítios arqueológicos e, por conseguinte, preservados como parte do patrimônio arqueológico de determinado país.

São os arqueólogos que conferem tais significados a esses locais. Para outras pessoas, no entanto, simplesmente há algo ali que é especial, diferente, que não aparece em outros espaços, onde seus avós ou pais falavam que viviam índios, e assim por diante. Este é o caso de muitos moradores que descobrem achados de maneira acidental, trabalhando a terra para o

plantio. Em outros casos ainda, através de aventuras exploratórias de novos lugares, jovens descobrem sítios fantásticos, como os de pinturas rupestres, por exemplo. Aliás, nem todos os sítios precisam ser descobertos, pois sua existência material é inquestionável como as pirâmides mesoamericanas e as cidades e estradas andinas (Copé & Rosa, 2008). Assim, de diferentes formas, esses locais surgem diante de certas pessoas e passam a ter uma história de vida, a qual, em alguns casos, pode não vir a ser conhecida por um arqueólogo.

Quando um arqueólogo descobre ou é levado a descobrir um lugar que confere significância arqueológica, geralmente ele faz associações com suas experiências anteriores, com as de outros pesquisadores que já leu a respeito, e assim por diante. Algo que não é de nenhuma forma conhecido pode talvez não ser identificado como arqueológico.

A seguir, procuro explicar de que forma o conceito de lugar pode ser muito útil e interessante para nos referirmos a locais como os sítios arqueológicos.

1.2.1 – Sobre o lugar

Yi-Fu Tuan, um geógrafo chinês, foi um dos primeiros pensadores a desenvolver a noção de lugar como um espaço que, ao ser preenchido com experiências, torna-se significativo. Para ele, os animais e os humanos experimentam os lugares de modos distintos. Os animais estabelecem relações biológicas com os locais que estão em um caminho, como descansar, beber, acasalar, tornando-os centros de significância em que eles podem satisfazer suas necessidades ou se defender contra intrusos. Os seres humanos também param em determinados espaços para atender a exigências biológicas, todavia, através da emoção e do pensamento, dão ao lugar uma gama de significação inconcebível no mundo animal – por exemplo, as importâncias que dão a eventos biológicos como o nascimento e a morte (Tuan, 1977; 1985).

Lugares surgem quando experiências são vividas neles. Segundo Tuan, experiência é um termo abrangente para os vários modos através dos quais as pessoas conhecem e reconstroem uma realidade. Isto pode ocorrer de forma direta e íntima ou indireta e conceitual. Quando usamos nossos sentidos, como o toque e a audição, podemos conhecer o local em que moramos intimamente. Já a partir do momento em que utilizamos somente ideias e conceitos, de modo simbólico, para caracterizar um lugar, apenas podemos conhecer sobre ele - principalmente se ele for muito extenso, como uma cidade, um país (Tuan, 1977).

Segundo Tuan seria possível conhecer um lugar intimamente e, ao mesmo tempo, conceitualmente. Isto ocorre quando articulamos ideias sobre o lugar e igualmente conseguimos expressar como o conhecemos através de sentidos como o toque, o paladar, a audição, o olfato e até mesmo a visão. Assim, a experiência surge como uma mistura de sentimento e pensamento. É uma tendência comum considerar estes elementos como opostos – um que registra estados subjetivos e outro que se reporta na realidade objetiva – mas seriam os dois parte de um contínuo experiencial, sendo ambos modos de conhecer os espaços e os transformar em lugares (Tuan, 1977).

Thomas situa tal abordagem, claramente influenciada pela filosofia fenomenológica, em seu contexto de surgimento e desenvolvimento. Fora precisamente a dimensão fenomenologicamente reflexiva que atraiu os geógrafos e arquitetos durante os anos 1960 e 1970. Nestas disciplinas, no início do século, ocorrera uma ênfase em uma concepção cartesiana de espaço no qual poderiam ser discutidas as relações entre objetos em condições puramente geométricas. A geografia humanística, mais tarde, apresentou um enfoque alternativo focado no lugar, enquanto um fenômeno difícil de considerar em condições quantitativas e geométricas. Um lugar simplesmente não é uma região de espaço, mas é experimentado por pessoas como tendo significado (Thomas, 2006).

O arqueólogo Julian Thomas utiliza, em seus estudos, o conceito de lugar para referir-se aos locais relacionados a mundos vividos. O espaço é, em seu ponto de vista, transformado em um lugar pela ação humana - ao ser usado e consumido e, igualmente, por envolvimento em estruturas de pensamento. Não é necessário, entretanto, que o espaço seja alterado fisicamente para que isso aconteça. Um lugar, desta forma, poderia emergir de qualquer lugar - a partir do momento em que nos damos conta de que estamos em algum lugar, esse se tornaria um lugar (Thomas, 1996).

Edgeworth, de forma similar a Thomas, chama a atenção para esta questão ao considerar rios enquanto artefatos. Embora sejam comumente tidos como naturais, os rios, segundo o autor, são também culturais, na medida em que são parte de histórias de indivíduos e grupos. Ao longo dos milênios e séculos, os rios foram sendo artificialmente modificados, desviados, estreitados, ampliados, dragados, aprofundados, redirecionados, canalizados e assim por diante. Foram utilizados para vários tipos de atividades sociais e culturais – de deposição ritual a festivais e regatas. Para esse autor, o ponto crucial desta questão é de que todos os artefatos, sólidos ou até mesmo líquidos, como no caso dos rios, são inevitavelmente

uma mistura do natural e do cultural. Estes dois aspectos são inextricavelmente ligados (Edgeworth, 2008; 2011). Fica claro, a partir de tal exemplo, que estabelecer distinções entre o que é apenas natural e arqueológico não é uma tarefa das mais fáceis. Menos limitante seria considerar estas fronteiras de modo mais fluido e transitório e, deste modo, não dicotômico.

Um espaço, sendo ele sólido como a terra ou fluido como a água, percebido dessa maneira, torna-se significativo em virtude do seu envolvimento em mundos vividos. Ingold afirma que cada lugar adquire uma significância única através do engajamento das pessoas com o mundo. Neste engajamento, tanto físico quanto mental, os significados são agarrados ao mundo, não podendo ser descolados dele (Ingold, 2000). Para Bárbara Bender, a partir de uma perspectiva fenomenológica é possível considerar de que forma designamos significado a lugares, nos movemos ao seu redor, entrelaçando-os com memórias, histórias e estórias, criando o sentido de pertencimento. Não apenas vemos os lugares, mas os experimentamos com todos nossos sentidos (Bender, 1993).

Um lugar, desta forma, deve esse caráter às experiências que propicia àqueles que gastam seu tempo lá – às visões, sons e cheiros que constituem sua ambiência específica. E estes, em troca, dependem dos tipos de atividades nas quais seus habitantes se ocupam. É a partir deste contexto relacional do engajamento das pessoas com o mundo, no negócio da moradia ou de outra atividade, que cada lugar toma sua significação singular (Ingold, 2000).

Ainda, segundo Thomas, a partir de uma abordagem fenomenológica, o corpo humano é o meio através do qual as pessoas obtêm seu entendimento do mundo, uma vez que o espaço vivido, experimentado só pode ser vivido através de ação corporal. Tal postura, que se baseia na noção de que através do corpo humano o homem vivencia o lugar, aproxima-se muito do enfoque também adotado por Tilley nos seus estudos. Para este autor, os lugares não são somente vistos, mas experimentados através do corpo humano em todos os sentidos (Tilley, 1994).

Essa forma íntima de proximidade é o resultado da habitação de um espaço. Nossa percepção de espaço se baseia, por conseguinte, na habilidade humana de viver experiências, e é exatamente esta ação que constitui a ordem espacial do espaço vivido (Thomas, 1996).

Os lugares, em suma, são considerados nesses trabalhos como locais com significados humanos, com sua singularidade da existência manifestada e expressada no dia-a-dia da vida

e na consciência das pessoas com modos de vida particulares. Assim, seus significados giram em torno da sua percepção existentes ou vividas neles (Thomas, 1996).

Explicitados os termos nos quais lugar está sendo compreendido e mencionado neste texto, parto para uma análise reflexiva da(s) descoberta(s) do *lugar Ari Duarte I*.

1.2.2 A(s) descoberta(s) do lugar Ari Duarte I

Falar sobre a(s) descoberta(s) do lugar Ari Duarte I remete à problemática de estudo dos sítios compostos por estruturas subterrâneas e outras movimentações de terra, como montículos e aterros. Geralmente a descoberta de sítios como esses é feita por moradores locais, pois na maioria dos casos as estruturas subterrâneas são facilmente perceptíveis na paisagem como elementos culturais. Com exceção dos casos onde tais estruturas foram modificadas em contextos pós-deposicionais com entulhamentos e/ou trabalhos de aragem, a identificação das mesmas como não naturais, e neste caso arqueológicas, é muito comum.

Nos casos onde é comprovada a ação do homem em construir e utilizar estas estruturas, e as mesmas podem ser assinaladas como arqueológicas, as pesquisas em geral direcionam-se no sentido de compreender os processos construtivos e as possíveis funções de tais locais¹². Há milhares de estruturas subterrâneas que mostram que a prática de escavar o solo como processo construtivo de casas, fogueiras, silos, sepulturas, depósitos de lixo, sistemas defensivos, fossos, é bastante comum e encontrada por todo o globo e em vários períodos da trajetória humana (Copé, 2006a):

¹²Diferentemente desse enfoque geralmente dado pelos estudiosos no que se refere ao estudo das estruturas subterrâneas, baseado em análises que buscam caracterizar os processos construtivos, a utilização do espaço interior e as atividades realizadas nele, Luciane Kamase abordou a problemática da diferenciação entre as casas subterrâneas e as feições resultantes de processos naturais, chamadas de doliniformes, na região do Alto Parapanema, em São Paulo. Assim, ela procurou diferenciar as evidências ‘arqueológicas’ (depressões antrópicas) das ‘naturais’ (feições doliniformes). Segundo Kamase, tal pesquisa se mostrava útil uma vez que em São Paulo tais estruturas eram pouco conhecidas, sendo muitas vezes confundidas com as estruturas subterrâneas. A pesquisa mostrou que apenas a escavação, em alguns casos, é capaz de esclarecer se houve mesmo a construção e a ocupação das referidas depressões (Kamase, 2005).

“No Velho Mundo, as estruturas semienterradas ou enterradas são registradas desde o pré-mousteriense no paleolítico médio até o calcolítico europeu, havendo casos isolados até a Alta Idade Média. Geograficamente, estão presentes desde a Europa Ocidental até o Extremo Oriente. No Novo Mundo, as estruturas semi-subterrâneas foram utilizadas por grupos tribais da América do Norte, Mesoamérica e América do Sul como moradias e, em alguns casos, para fins cerimoniais, e como poços de armazenamento desde 5500 a.C. até a atualidade”. (COPÉ, 2006b, p. 3)

Tendo em vista que cada lugar adquire uma significância única em seu engajamento com mundos humanos e possui uma história de descoberta particular (ou muitas, quando há várias pessoas envolvidas), procuro resgatar e refletir sobre os diferentes momentos de encontro com o lugar Ari Duarte I e seus desdobramentos. Seguindo a perspectiva fenomenológica explicitada anteriormente, isto será feito considerando tanto as percepções dos fenômenos através de ações sensitivas e corporais, quanto as significações dadas a eles através de pensamento reflexivo e analógico.

Como tal esforço de análise desses momentos está sendo empreendido alguns anos após os mesmos terem ocorrido, faço uso das fontes produzidas na época pela equipe de pesquisadores que realizaram a identificação e o estudo inicial do sítio arqueológico, tais como anotações de diários de campo, fotos e relatórios de pesquisa. Para resgatar as percepções e as impressões que ficaram na memória de alguns dos sujeitos envolvidos, elaborei questionários que encaminhei a eles, que os responderam após reverem as fotos tiradas quando da(s) descoberta(s) do lugar. Desta forma, empreendi um resgate do ato da descoberta.

Além de considerar as percepções e as considerações que os pesquisadores de arqueologia levantaram na época e também recentemente (reavivando suas lembranças), incluo na tentativa de trazer à tona o ato da descoberta deste local a voz daqueles que tem uma relação muito próxima com os lugares arqueológicos – os moradores locais. Assim, através de uma primeira tentativa, procuro realizar uma análise multivocal da(s) descoberta(s) do lugar Ari Duarte I, abarcando outros sujeitos que o vivenciaram e o significaram de variadas formas. Como geralmente são as comunidades locais que encontram e identificam os locais com estruturas subterrâneas, nada mais justo do que ouvir-los em primeiro lugar.

1.2.2.1 Um local com “painéis no chão”: O envolvimento da comunidade local

O envolvimento da arqueologia com as comunidades locais pode ser situado no entendimento, em um número crescente de profissionais, de que a arqueologia é mais do que uma disciplina restrita a métodos de instrumentalização científica para coletar e interpretar dados, conforme destaca Shackel. Desde o início da década de 1990, alguns arqueólogos têm dado grandes passos no sentido de tomar parte dos processos de decisões locais, trabalhando com comunidades e demais envolvidos nas discussões sobre gerenciamento patrimonial. Ainda assim, para Shackel, estamos longe de uma arqueologia completamente integrada no gerenciamento patrimonial de lugares e comunidades (Shackel, 2004).

Em geral, os estudos em arqueologia pública partem da premissa de que os conhecimentos arqueológicos e históricos são produzidos e não descobertos – ideia esta que também compartilho e que já fora previamente discutida nesse capítulo. Tal construção, que é sempre limitada pela materialidade dos restos do passado, os quais restringem o que se pode dizer nestas histórias, reside sempre em um presente político e um contexto social atual que precisa ser reconhecido e explicitado pelo pesquisador. Autores como Dring e Silliman deixam claro que o ofício dos arqueólogos e historiadores envolve mais do que produzir histórias, pois acaba por produzir relações sociais, principalmente com as comunidades locais. Para eles é necessário perceber que relações como essas permitem a criação destas histórias, reconhecendo o papel destes contextos sociais e culturais no presente tanto quanto tentamos estudar no passado (Dring & Silliman, 2008).

Um bom exemplo de desenvolvimento de uma arqueologia pública aplicada pode ser encontrado no trabalho de Carol McDavid no sítio Levi-Jordan, no Texas. Tal pesquisadora desenvolveu um projeto controlado pelos membros de comunidades de descendentes etnicamente diversos, estando os arqueólogos participando como consultores e colaboradores. Durante a realização do projeto, McDavid procurou incorporar alguns temas pós-processuais em suas ações, como a flexibilidade, a multivocalidade, a interatividade e a contextualidade (McDavid, 2004).

Por multivocalidade, McDavid quer simplesmente dizer que é preciso assegurar que uma diversidade de pessoas tenha a oportunidade de participar na conversação dos projetos de pesquisa arqueológicos (McDavid, 2004). Em outras palavras, adotar uma perspectiva

multivocal significa dar voz, literalmente falando ou não, a todos aqueles que têm algum tipo de envolvimento com o sítio arqueológico que está sendo estudado. Significa, visto de outra forma, acreditar que o arqueólogo não é o único a ter autoridade sobre o conhecimento do passado, levando a visão das comunidades a sério.

No caso do lugar Ari Duarte I, o envolvimento da comunidade local não ocorre por esta ser ou se apresentar como descendente das populações antigas da região, mas por ter um contato direto com os sítios arqueológicos, que estão em suas propriedades hoje. Conforme pode ser lido nos trechos do diário de campo escrito pelo pesquisador João Saldanha e colocados abaixo, foram membros da própria comunidade de Pinhal da Serra que conduziram os arqueólogos à descoberta do lugar referido.

Segunda, 29/10/2001

[...] “Invasão da área da barragem pelo Movimento dos Atingidos pelas barragens. “Ninguém entra, só sai”.

Terça, 30/10/2001

“Fomos verificar a situação na estrada da UHE. Nada de novo. Estão esperando a reintegração da área pela justiça para acabar com o protesto. Voltamos para Pinhal da Serra, a fim de procurar o telefone do Zezinho, proprietário de terras com cerca de 16 estruturas subterrâneas, segundo informação do Sr. Odilon, morador local. Fomos recebidos pelo Prefeito de Pinhal da Serra, que procurou contatar Zezinho por telefone, pois o mesmo mora em Porto Alegre. Durante as tentativas (esperamos mais de uma hora) conversamos com o prefeito da possibilidade de um convênio com a prefeitura para a divulgação do patrimônio arqueológico do município. Como era quase hora do almoço e o contato com o Zezinho não tinha sido realizado, deixamos a prefeitura para irmos para Esmeralda, comprar itens não obtidos em Pinhal da Serra, como vassouras. Ao voltarmos de Esmeralda às 14 horas voltamos a entrar em contato com o prefeito. Ele nos disse que Zezinho permitia que visitássemos sua propriedade, que o sítio se encontrava próximo a um açude e que falássemos com seu zelados, o Sr. Salustiano ou a Dona Marli, sua esposa para que nos acompanhassem. Pegamos a estrada para São Roque. Não encontramos ninguém em casa nas terras do Zezinho. Demos uma olhada rápida da área e nada encontramos. Resolvemos voltar para Pinhal, mas a cerca de 1 km, o cabo do acelerador da Kombi quebrou, o que nos obrigou a ir a pé até a cidade para buscar um mecânico. Durante o percorrimento da estrada, identificamos uma possível estrutura subterrânea, possivelmente cortada em um lado pela construção de um caminho e muito entulhada de pedras trazidas

*para seu interior pela limpeza do terreno para cultivo. Contatamos o mecânico e Rodrigo foi com ele para consertar a Kombi. Ele informou Rodrigo que nas terras do seu Ari, sogro de Dorival, o mecânico, existiam cerca de **quatro ou cinco “panelas” no chão (estruturas subterrâneas) que seu avô dizia que era de índio**. As terras do seu Ari estão bem próximas de nossa casa, podendo serem vistas da estrada que passa em frente”.*

Quarta, 31/10/2001

*“Obra ainda interdita por atingidos por hidrelétricas. Aproveitamos para conversar com o seu Dorival, o mecânico, para descobrirmos como chegar nas terras do seu Ari Duarte: Pega-se a estrada para Barra Grande, a primeira casa antes de uma igreja à direita. Dorival também nos falou que nas terras de João Fidêncio existiam as “panelas no chão”. Após muita procura encontramos a casa de Ari Duarte. Fomos muito bem recebidos pelo proprietário, que nos levou a um capão de mato próximo à sua casa, onde existia **um sítio fabuloso, com várias estruturas subterrâneas, montículos e terraceamentos**. (22J 0483597/6919862 Alt 948m). Este sítio arqueológico foi denominado Ari Duarte I. Quando conversamos com o proprietário sobre a possibilidade de pesquisa ele se mostrou bem favorável” Logo após ele nos levou a um outro conjunto de 3 estruturas ainda nas suas terras (22J 0483298/6920046 Alt 932m). Ele diz que eram bem mais fundas, mas como arava a terra no entorno, as enxurradas acabaram levando muito sedimento para o interior das estruturas. Este sítio arqueológico foi denominado Ari Duarte II (Foto 70). Seu Ari nos indicou um local próximo onde ele arava a terra e saía “pedras bem trabalhadas”, a cerca de 1 Km do conjunto menor de estruturas, em área agora coberta por gramíneas. Este sítio foi denominado Ari Duarte III. Posteriormente a área foi arada e foram identificadas inúmeras peças líticas e cerâmica da tradição Taquara (Foto 71).” (Diários de Campo de 29, 30 e 31.10.2001, grifos meus)*

Moradores locais conduzindo pesquisadores a sítios arqueológicos. Esta é uma situação bastante comum na arqueologia, pois aqueles que lidam com a terra cotidianamente geralmente estão acostumados a identificar estruturas e objetos que não são formados pela natureza. Além disso, acontecem com frequência casos em que os habitantes conhecem as estruturas subterrâneas como sendo “buracos de bugre” ou “panelas no chão”, fazendo referências a histórias que seus avós e bisavós contavam. Esta é a história do lugar Ari Duarte

I, que antes de ser denominado desta forma (e posteriormente por sítio RS-PE-41) pelos pesquisadores, era um local conhecido como de “panelas no chão”.

Quando moradores locais, como o seu Ari Duarte, levam os pesquisadores a locais com evidências não naturais, estes passam a ter uma história que será contada de outra forma, por indivíduos que estão acostumados a lidar com o passado – os arqueólogos.

1.2.2.2 Um sítio “fabuloso e magnífico”: o encontro pelos arqueólogos

A partir do momento em que o seu Ari Duarte levou os arqueólogos da equipe do NuPARq ao local com “panelas no chão”, este passou a fazer parte do seu mundo. Isto ocorreu quando estavam sendo realizados os trabalhos de salvamento arqueológico da área afetada pela construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande, entre os municípios de Pinhal da Serra, no Rio Grande do Sul, e Anita Garibaldi, em Santa Catarina, a partir de 2001, sendo que o planejamento da construção e as atividades iniciais de levantamento arqueológico foram realizados na década de 1980¹³. A equipe do NuPARq foi contratada para realizar o resgate de 10 sítios líticos superficiais na área diretamente atingida pelo canteiro de obras, e foi exatamente durante a realização das atividades de salvamento desses sítios que outros foram descobertos, incluindo o Ari Duarte I. A equipe do NuPARq foi contratada para realizar o resgate de 10 sítios líticos superficiais na área diretamente atingida pelo canteiro de obras, e

¹³ O início dos trabalhos arqueológicos na área afetada pela construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande remonta, entretanto, ao início da década de 1980 quando os arqueólogos Pedro Augusto Mentz Ribeiro e sua equipe e os pesquisadores Arno Alvarez Kern, José Otávio Catafesto de Souza e Fernando Seffner efetuaram pesquisas no vale do rio Pelotas, na região que seria inundada pelo reservatório da planejada usina. As investigações foram realizadas na margem esquerda deste rio, desde os limites dos municípios de Vacaria com Bom Jesus até os de Vacaria com Esmeralda. Foram selecionadas para prospecção quatro zonas ao longo do rio e de seus afluentes da margem esquerda. No município de Esmeralda, do qual Pinhal da Serra foi posteriormente emancipado, Ribeiro e sua equipe detectaram a existência de setenta e sete sítios arqueológicos de variadas naturezas - vinte e sete de superfície em campo aberto, trinta e nove conjuntos de estruturas subterrâneas, três estruturas anelares sobre a superfície, três galerias subterrâneas, dois abrigos sob rocha e três cavernas (Ribeiro & Ribeiro, 1985) Nos municípios de Vacaria e Bom Jesus, Kern, Souza e Seffner identificaram outros quinze sítios arqueológicos, dos quais grande parte encontrava-se fora da área de inundação. A pesquisa desenvolvida evidenciou a existência de quatro tipos diferentes de sítios, aparentemente pertencentes à mesma cultura: conjunto de estruturas subterrâneas que se poderiam considerar aldeias, grandes habitações ou estruturas isoladas, sítios a céu aberto do tipo sítio-acampamento e sítios para obtenção de matéria-prima (Kern et al, 1989).

foi exatamente durante a realização das atividades de salvamento desses sítios que outros foram descobertos, incluindo o Ari Duarte I¹⁴.

Em 29 de outubro de 2001, conforme o leitor pôde perceber com a leitura do diário colocado acima, teve início uma sequência de eventos que ocasionaram a descoberta do lugar por alguns membros da equipe de pesquisa do NuPArq. Após ficarem temporariamente impossibilitados de efetuar os trabalhos de resgate nos sítios localizados no canteiro de obras, os investigadores João Darcy de Moura Saldanha, Rodrigo Angrizani e Clarisse Callegari Jacques procuraram realizar contatos com pessoas da comunidade a fim de identificar outros locais com evidências arqueológicas. Foi necessário, nesse meio tempo, solucionar um problema ocorrido no transporte utilizado, e assim foi procurado um mecânico, que, sabendo o que faziam e procuravam os pesquisadores, informou que nas terras do seu sogro, o seu Ari, havia painéis no chão que seu avô dizia que eram de índio. Com essa informação alcançada e a Kombi consertada, eles partiram para a busca das terras do seu Ari. Chegando lá, o mesmo os levou ao sítio composto por várias estruturas subterrâneas e outras modificações no relevo e depois em outros locais com características semelhantes.

Assim, não pode deixar sem ser mencionado e considerado o fato de que os pesquisadores já foram conduzidos ao local esperando encontrar “painéis no chão”, que na linguagem da arqueologia quer dizer estruturas subterrâneas. Neste sentido, o primeiro encontro entre tais investigadores e o local de certa forma já havia sido antecipado, criando expectativas sobre o que se estava por descobrir.

O local encontrado, com o auxílio de um morador da região, logo se tornou um *objeto de significância*, usando a expressão de Edgeworth (2006a). Segundo esse autor, todas as ações realizadas pelos arqueólogos em campo, ao entrar em contato com a materialidade de sítios, de estruturas e de objetos, podem ser classificadas em dois tipos: em transações materiais e em atos de inscrição.

¹⁴ Acrescento algumas informações a fim de deixar o leitor a par das atividades de salvamento realizadas posteriormente aos trabalhos na área do canteiro, pela equipe do NuPArq. No levantamento da área da estrada que liga a sede do município de Pinhal da Serra à usina e, depois, na área do reservatório, foram localizados outros 30 sítios arqueológicos, sendo 20 conjuntos de estruturas escavadas, cinco sítios com estruturas circulares em relevo, dois sítios lito-cerâmicos e quatro sítios líticos superficiais. Em consequência dos impactos causados em nove sítios arqueológicos que existiam na área do canteiro de obras do lado do RS, que foram destruídos antes da chegada e dos trabalhos de resgate arqueológico, foram concedidas medidas compensatórias para os danos causados ao patrimônio arqueológico neste local. A empresa contratante, a BAESA, concedeu recursos financeiros para a realização de pesquisas em nove outros sítios arqueológicos, além da construção de um parque arqueológico para a visitação turística. As pesquisas nos nove sítios arqueológicos, assim como a construção e manutenção do parque ficaram sob responsabilidade da equipe NUPArq/UFRGS, coordenada por Sílvia Moehlecke Copé.

As transações materiais envolvem o encontro inicial com a evidência e a consequente manipulação da mesma, escavando na terra, limpando superfícies, com o intuito de transformá-la ou não em objeto de significância. Já os atos de inscrição dizem respeito à produção de dados sobre a evidência, momento em que essa é representada de diferentes formas (com desenhos, fotografias, signos numéricos ou linguísticos, etc). (Edgeworth, 2006a).

No caso da descoberta inicial de um sítio arqueológico, acredito que podemos distinguir transações materiais de atos de inscrição. A seguir, procuro analisar e caracterizar todas as ações efetuadas pelos pesquisadores a partir da descoberta do lugar, em tais termos definidos e aplicados por Edgeworth em seu trabalho.

A descoberta arqueológica do lugar foi um momento especial para os sujeitos envolvidos. Foi vivenciado através de transações materiais possibilitadas pelo sentido da visão e do envolvimento corporal no reconhecimento das estruturas e do local como um todo, assim como resultou em registros diversos – os atos de inscrição (diários, desenhos e fotografias) e ainda permanece em suas memórias, que foram transcritas em palavras no preenchimento dos questionários citados anteriormente¹⁵.

Clarisse lembra ter inicialmente caminhado pelo sítio, subindo e descendo pelo terreno, procurando entender o que via. Quando visitamos um sítio com estruturas em diferentes níveis no solo, é bastante comum procurar conhecer o lugar através de movimentos corporais de subida e descida. É importante descer e entrar nas estruturas subterrâneas, subir de volta à superfície, subir e descer dos montículos e, de um modo geral, subir e descer entre a grande movimentação de terra que foi empreendida para, aparentemente, nivelar o terreno em relação ao restante da paisagem. Clarisse também comenta que o que mais a impressionou no lugar foi a beleza da paisagem em que as estruturas se encontravam – um capão lindo de araucárias. Fotografias diversas, exemplos de atos de inscrição, registraram tais características do local (ver as figuras 1, 2 e 3 abaixo).

¹⁵ Tanto as perguntas quanto as respostas completas dos questionários foram colocados em anexo. As questões elaboradas e encaminhadas aos pesquisadores envolvidos com os encontros do lugar Ari Duarte I procuraram trazer à tona tanto os atos perceptivos quanto reflexivos desencadeados com as descobertas do referido local.



Figura 1: “O conjunto maior de casas na propriedade do seu Ari (O sítio magnífico!)”¹⁶
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figura 2: “Conjunto maior de casas na propriedade do seu Ari”
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figura 3: “Conjunto maior de casas na propriedade do seu Ari”
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

O envolvimento perceptivo do corpo e do sentido da visão permite, não apenas neste exemplo, realizar atos de reflexão, procurando compreender e dar sentido ao que os olhos veem. João relata que ficou muito impressionado com a quantidade de movimentação de terras e com o fato de que foram produzidos aterros para nivelar toda uma aldeia antiga – o que nos permite afirmar que suas percepções iniciais o conduziram a interpretar do que se tratava aquele lugar e como ele havia sido modificado no passado.

João faz claramente analogias com as características de outros sítios de estruturas subterrâneas que já visitara, deixando claro que sua impressão mais forte foi a de ter

¹⁶ As legendas que acompanham as fotos foram escritas na época em que foram tiradas, por membros da equipe do NuPArq/UFRGS.

encontrado um lugar diferente, com bastante modificação de terra formando aglomerações de buracos. O lugar era diferente, portanto, em relação a outros lugares que ele conhecia.

Para finalizar a análise do primeiro momento de descoberta pela equipe de arqueólogos, destaco uma das preocupações mais importantes dos pesquisadores quando encontram um possível sítio arqueológico: identificar seu caráter não natural. À primeira vista, Clarisse, que não tinha muita experiência de campo, diz “não ter visto nada”. “Nada”, para ela, significava não haver estruturas arqueológicas, pois até aquele momento conhecia apenas buracos bem profundos (ao contrário dos encontrados no local). Após percorrer o terreno, no entanto, começou a achar estranho que o mesmo tenha se formado naturalmente. Ela lembra ter ficado na expectativa, esperando os colegas dizerem o que achavam (aqueles mais velhos e experientes e, que, portanto, detinham mais conhecimento e autoridade em campo).

João era, nesta época, um desses pesquisadores mais experientes da equipe, com anos de pesquisa em arqueologia e, principalmente, de pesquisa no estudo de sítios com estruturas subterrâneas e outras movimentações de terra. Para ele, todavia, nunca houve dúvidas de que aquilo era realmente um sítio arqueológico. Tanto que foi o responsável, ainda em campo, por se referir ao lugar da seguinte forma (conforme pode ser lido nos trechos do diário acima exposto): “um sítio fabuloso, com várias estruturas subterrâneas, montículos e terraceamentos”. Além disso, desenhou uma planta do sítio, um croqui esquemático das suas estruturas em relação à topografia do local – mais um exemplo de um ato de inscrição (veja a figura 4 a seguir).

Este mesmo pesquisador esclarece que o local passou a ser chamado de Ari Duarte I por ter sido utilizado o mesmo critério que o pesquisador Ribeiro havia efetuado nas pesquisas que realizara na região de Pinhal da Serra (nos anos 1980). Assim, usava-se primeiro no nome do proprietário das terras em que o sítio era encontrado, e depois o número referente ao achado (se havia mais de um sítio nas terras do mesmo). Ari Duarte I passou a ser denominado o primeiro sítio descoberto nas terras do seu Ari Duarte, e Ari Duarte II e III aos identificados posteriormente.

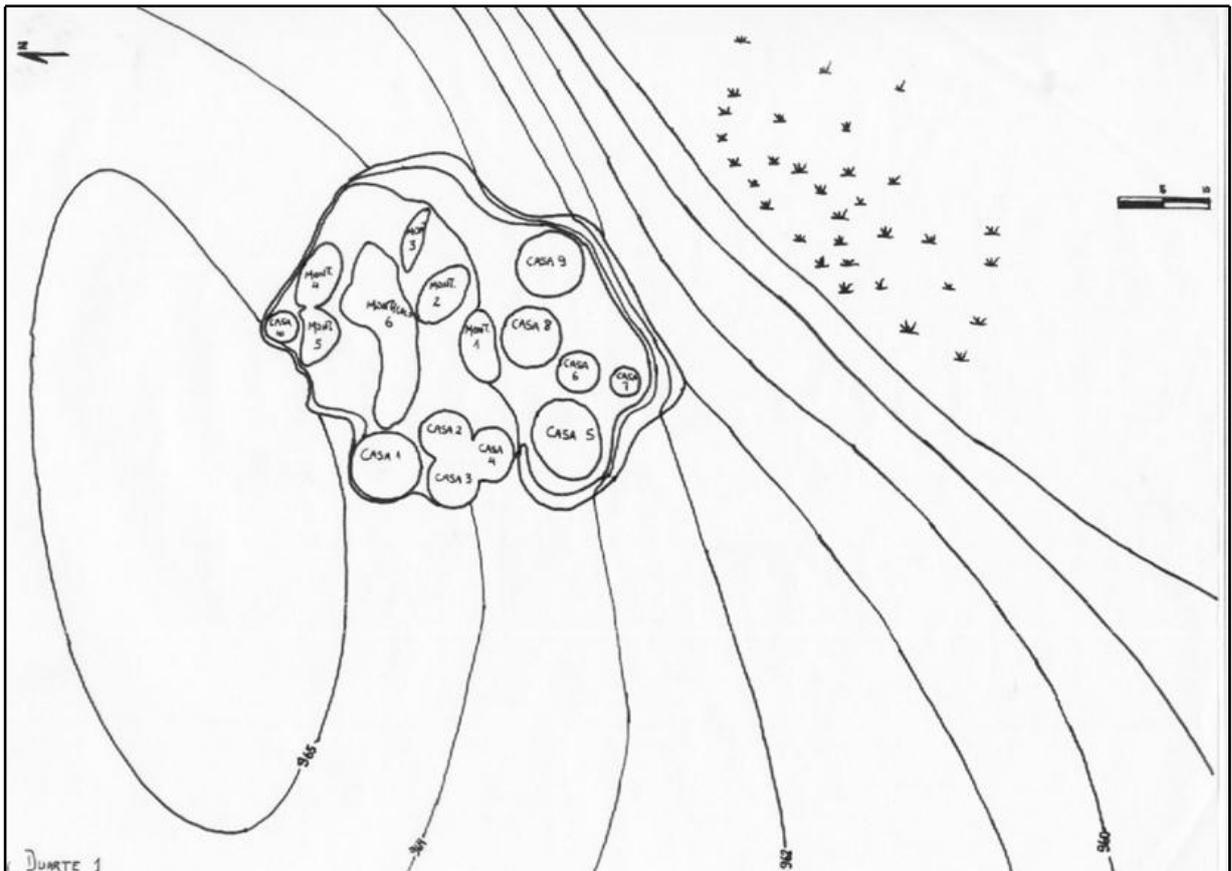


Figura 4: Croqui esquemático do sítio Ari Duarte I (Fonte: Acervo do NuPARq/UFRGS)

Três dias após o primeiro encontro, em 02 de novembro de 2001, outras pesquisadoras estiveram no local, – Silvia Moehlecke Copé (coordenadora do projeto), Adriana Fraga da Silva, Mariana Petry Cabral e eu mesma, Carolina - acompanhadas pelos pesquisadores que estiveram no local três dias antes.

O segundo momento de descoberta do lugar pelos pesquisadores diferencia-se do primeiro exatamente pelo fato de já ter ocorrido um primeiro encontro e, em consequência disso, terem sido efetuados relatos e comentários a respeito. Através do que foi contado sobre

o local, criam-se expectativas por aqueles que ainda não o conhecem, as quais poderão ser concretizadas ou superadas com a descoberta. Quando questionadas a respeito dos comentários que ouviram dos colegas sobre o lugar, Adriana rememora que João e Rodrigo destacaram a complexidade das construções, relacionada às possíveis movimentações de terra que teriam ocorrido lá, características essas que os surpreendia bastante. Ela recorda-se vagamente de ter ouvido falar quão especial era o lugar encontrado. Adriana também lembra que ficou muito curiosa de conhecê-lo, criando obviamente expectativas positivas do que iria encontrar. Suas expectativas foram consolidadas em grande parte, tendo sido superadas apenas em relação à beleza do bosque de araucárias onde o sítio se encontra, que era muito mais bonito do que ela imaginava. Em relação às minhas próprias lembranças, infelizmente não trago na memória muita coisa sobre esses eventos, mas com certeza lembro ouvir João e Rodrigo falarem, antes de eu conhecer o lugar, o quanto ele era maravilhoso e fantástico.

Ao chegar ao local, Adriana resume suas percepções com a palavra curiosidade. Ela relata que estava muito instigada em conhecer o local, tendo assim caminhado pelo sítio contornando seus limites e observando as estruturas subterrâneas e outras que havia. Mariana conta que, ao mesmo tempo em que andava pela área, tirava fotos de tudo o que via, uma vez que essa tarefa era de sua responsabilidade quando estava em campo (ver as figuras 5, 6 e 7). De forma semelhante à Clarisse, me vejo novamente naquele cenário tentando compreender o que via e procurando acompanhar as interpretações elaboradas pelos colegas mais experientes.



Figura 5: “Nas terras de Ari, o conjunto magnífico de estruturas subterrâneas”
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

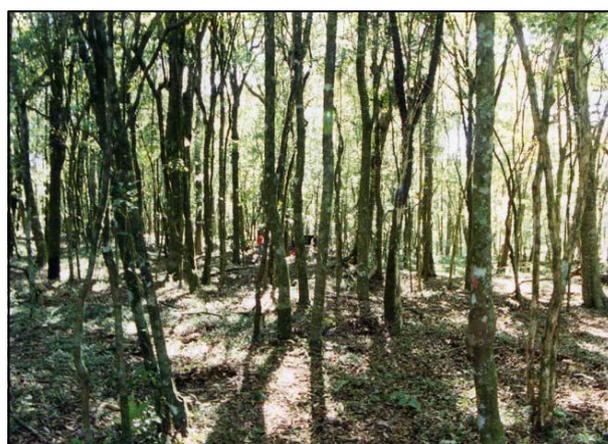


Figura 6: “Nas terras de Ari, o conjunto magnífico de estruturas subterrâneas”
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figura 7: “*Nas terras de Ari, o conjunto magnífico de estruturas subterrâneas*”

(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Como dito anteriormente, tais momentos iniciais de percepção e reconhecimento do lugar são possibilitados pelo envolvimento do corpo no espaço e pelo sentido da visão. São principalmente estes elementos que são acionados quando vemos pela primeira vez locais que esperamos serem arqueológicos. Audição, olfato, toque e paladar são certamente sentidos que poderiam ter sido aguçados nestes instantes, mas dificilmente são utilizados quando a visão possibilita um conhecimento íntimo e direto do lugar. Em outras partes desta tese pretendo avaliar como os outros sentidos permitem que o lugar em questão seja vivido, experimentado em todas as matizes possíveis.

Os relatos do segundo ato de descoberta, assim como os do primeiro, confundem percepção e reflexão da realidade. Ao mesmo tempo em que percebem o local os sujeitos tentam imediatamente compreender o que percebem. Mariana, uma das pesquisadoras mais experientes da equipe, comenta que procurou comparar o sítio Ari Duarte I com os outros de estruturas subterrâneas que ela conhecia, a fim de entendê-lo melhor. Havia, para ela, bem mais modificações de terra e dava para ver os volumes que se formavam no meio das araucárias (diferentemente dos sítios de Bom Jesus que eram bem conhecidos pelos membros dessa equipe). Os montículos eram mais salientes e parecia que havia uma maneira de construir as estruturas que jogava mais com os volumes. A impressão mais forte que ficou para esta pesquisadora era de que era um sítio muito diferente dos outros que ela e a equipe conheciam até aquele momento.

Todas as interpretações elaboradas nestas visitas, conforme o que é relatado nos questionários, foram realizadas em conjunto, principalmente entre os membros mais experientes da equipe. Juntaram-se todas as evidências observadas para decidirem se estavam diante de um sítio arqueológico. Os altos e baixos formados com os montículos e os buracos confundiam o olhar, à primeira vista, como destaca Mariana, e, além disso, as estruturas subterrâneas não eram tão profundas, conforme já foi destacado. Discutiu-se sobre as modificações na terra, tentando ver seus limites, entender suas formas, ver quais montículos tinha(m) continuidade com os outros, se as formas dos buracos eram regulares e se havia cacos de cerâmica e fragmentos de lítico em superfície. Após conversarem e avaliarem todos esses e outros elementos envolvidos, concordaram que tinha tudo para ser arqueológico, pois olhando o entorno todo ficava bem óbvio que aquilo era uma modificação intencional do terreno. Assim, estabeleceu-se o caráter cultural do local, visto que as referidas modificações não poderiam ser naturais. Mesmo que não se soubesse na época como as modificações na terra haviam sido realizadas, compreenderam o lugar como não natural quando eliminaram o caráter natural.

Através dos relatos elaborados por alguns dos envolvidos nos atos de descoberta do lugar Ari Duarte I, percebe-se claramente que as percepções e reflexões variam de indivíduo para indivíduo. Aqueles que tinham mais experiência de pesquisa no assunto, ainda que tenham questionado inicialmente se se tratava de um local modificado e construído pelo homem, conseguem perceber os aspectos que o diferenciam de outros, percebendo através do olhar quão magnífico e fabuloso ele é. E somente estabelecem estas interpretações e adjetivações, pois, lembrando Edgeworth, se baseiam em suas próprias experiências culturais para interpretar os vestígios arqueológicos, estabelecendo analogias a todo o momento (Edgeworth, 2006a). Em resumo, o lugar Ari Duarte I somente pôde ser caracterizado como magnífico e fabuloso porque outros lugares não eram assim ou não eram vistos desta forma.

Já aqueles, ou melhor, aquelas participantes (Clarisse e eu, Carolina) que não estavam ainda acostumadas a enxergar estes fenômenos culturais, possuíam mais dificuldade de percebê-los dessa forma, sendo preciso se amparar e concordar com as explicações daqueles que entendiam mais do assunto.

Ambos os instantes de descoberta do lugar Ari Duarte I, lembrados e contados por aqueles que participaram deles, nos mostram que não é fácil separar os atos perceptivos dos

reflexivos e analógicos, pois tentamos instintivamente dar sentido ao que vemos. Para Edgeworth, a partir do momento em que um sítio arqueológico é reconhecido como tal, é difícil para o arqueólogo separar a percepção da linguagem, pois a própria percepção do arqueólogo e seu entendimento do sítio já é uma descrição dele. A maioria dos padrões materiais tem nomes que os descrevem mais ou menos exatamente, como ‘feições’, ‘buracos’, etc. Neste sentido, é muito complicado separar o ato de reconhecer padrões significantes a partir do ato de nomeá-los, e ao nomeá-los interpretá-los (Edgeworth, 2006a, destaques do autor).

Quando damos nomes aos lugares, os investimos de sentido e significação. Nos apropriamos deles de alguma forma. Toda e qualquer nomeação é uma forma de apropriação de algum lugar, alguma estrutura, alguma coisa. Todos os arqueólogos fazem isso, dão nomes às coisas que estudam, diariamente. Inicialmente o lugar encontrado pelos pesquisadores recebeu a denominação Ari Duarte I, conforme explicado anteriormente. Entretanto, outra nomenclatura, mais oficial, foi conferida ao local – RS-PE-41 (uma sigla que nos diz sobre a localização do mesmo: RS = Rio Grande do Sul, PE = bacia hidrográfica do rio Pelotas e 41 é o número sequencial dos achados na região). Esta nova nomeação registra o sítio arqueológico no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

1.2.3 A(s) futura(s) descoberta(s) do lugar Ari Duarte I

O lugar Ari Duarte I, cenário de diferentes contextos sociais passados e presentes, será ainda palco de descobertas futuras. Isto será possível graças a implantação de um parque arqueológico em Pinhal da Serra, o qual resumidamente caracterizo a seguir.

Conforme expliquei anteriormente, em razão dos impactos causados em sítios arqueológicos existentes na área do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Barra Grande, a empresa BAESA concedeu recursos para a realização de medidas compensatórias aos danos causados ao patrimônio arqueológico neste local. Dentre estas medidas foi prevista a elaboração, a implantação e a manutenção de um parque arqueológico pela equipe do NuParq/UFRGS. O sítio arqueológico Ari Duarte I (RS-PE-41) foi o escolhido pelo IPHAN para sediar uma das unidades do parque – o Centro de Interpretação Arqueológica ou Museu

do Homem do Planalto das Araucárias (MHOPA). Situado numa área de seis hectares na propriedade do Sr. Ari Duarte, os visitantes poderão conhecer esse sítio, pois o mesmo será transformado em um museu a céu aberto. O MHOPA apresentará três ou quatro estruturas semi-subterrâneas escavadas e musealizadas (o material arqueológico será repostado, após análise laboratorial, na posição exata onde foi encontrado), assim como as áreas de atividades externas às casas, através de um circuito induzido por uma passarela de madeira que conduzirá o visitante sobre o sítio (Copé, 2006c).

Desta forma, tanto membros da comunidade local, como trabalhadores e estudantes, quanto visitantes de fora, sejam pesquisadores ou turistas, terão a oportunidade de descobrir este lugar, vivenciando-o e sentindo-o através de um encontro privilegiado. Diferentes percepções surgirão destes futuros encontros, que darão origem a novos significados ao lugar.

Tais descobertas, que são experiências claramente perceptivas, ocorrerão através do envolvimento do corpo no espaço. É através da ação corporal que os visitantes irão conhecer o lugar, caminhando sobre trilhas e passarelas, enxergando os fenômenos que estão se mostrando a eles. Deste modo, a experiência do corpo no espaço permite uma percepção diferente desse, que é engajada, ativa e não contemplativa. Este espaço, para estas pessoas, será transformado em lugar, pois serão preenchidos com memórias e significados.

O projeto do parque serve neste momento para nos mostrar que um lugar ou uma paisagem, como enfatiza Silva, em uma perspectiva mais ampla, podem ser entendidos enquanto uma superposição de experiências, materializadas ou não, em um espaço. Além do passado e do presente, tem relação com o futuro, na medida em que são alvo de expectativas dos indivíduos, que idealizam, projetam e imaginam em suas mentes novos lugares ou paisagens (Silva, 2006). Presente, passado e futuro se fundem em um só tempo e em um único lugar, entrelaçando histórias, memórias e significados relacionados a mundos vividos.

2. A terra e o lugar

“Que transformação, que movimento, que deformação, que invenção, que descoberta! Ao saltar do solo para a gaveta, o pedaço de terra beneficia-se de um meio de transporte que já não o modifica. [...] Tendo operado a passagem de um torrão para um signo, o solo pode agora viajar pelo espaço sem ulteriores transformações e permanecer intacto ao longo do tempo [...]”

(LATOUR, 2001: 66)

Experimentar é uma forma de conhecer e de reconstruir a realidade. Quando usamos nossos sentidos podemos conhecer intimamente partes dela, como os lugares (Tuan, 1977). Mas de que forma podemos conhecer diretamente os lugares? Do que eles são compostos? O que existe neles para ser experimentado, visto, tocado, ouvido? Quais elementos, materiais ou não, permitem que as pessoas se engajem com eles, atribuindo-os valores e sentidos ao longo do tempo?

Para aqueles que construíram os monumentos megalíticos do Neolítico francês, as pedras certamente exerceram um papel em seu imaginário simbólico, como procura demonstrar os estudos de Scarre (Scarre, 2004, apud Boivin 2004). Já entre os ameríndios da Mesoamérica e da América do Sul, determinados minerais foram utilizados para produzir sons e assim fazer música, fazendo pesquisadores como Owoc se interessar pelas qualidades multi-sensoriais do cotidiano dessas sociedades (Owoc, 2004, apud Boivin, 2004).

No caso do lugar Ari Duarte I, existe um elemento do mundo material em especial a ser considerado: *a terra*. A terra apresenta, sem sombra de dúvida, um papel de grande importância neste local, e é exatamente esta relevância que pretendo avaliar ao longo deste capítulo. Tal proposta de estudo partiu da percepção de que os indivíduos envolvidos com esse lugar possuíram e ainda possuem uma relação íntima e forte com este elemento que o compõe.

Já fora bastante discutido entre os arqueólogos e outros cientistas sociais a importância da terra para as sociedades antigas. A comunidade que se estabeleceu no local em questão,

remotamente, o ocupou ao escavar o solo, abrindo buracos e criando montículos e aterros para atender a determinados fins. De um modo geral, as sociedades pré-coloniais do Brasil estabeleceram fortes laços com a terra, construindo moradias, enterrando seus mortos, retirando dela matéria-prima para a confecção de objetos, e assim por diante.

A comunidade basicamente agrícola, que vive atualmente em Pinhal da Serra, modifica tal espaço ao plantar e retirar árvores, assim como ao prover o seu sustento, cultivando alimentos e outros produtos. Em épocas mais recentes, outros interagem com a terra ao produzir fontes de pesquisa e conhecimento sobre as sociedades remotas. Esses, os arqueólogos, constroem, não apenas materialmente, mas em termos de significado, vestígios e objetos de estudo a partir do que encontram sobre ou sob a terra. Vivem de encontrar sítios, estruturas e coisas na terra, e assim também garantem o seu sustento, de uma forma um tanto diferente. Além disso, há aqueles que estão planejando implantar um museu arqueológico no local, o qual, apesar de existir apenas em papéis, certamente irá modificar de muitas formas a terra do lugar, pois o mesmo será preparado para receber turistas e visitantes em geral.

O contato direto com a terra, seja através do que os olhos enxergam, seja por meio dos movimentos corporais de caminhar sobre ela, de tocá-la, permitiram, e ainda permitirão que o lugar Ari Duarte I seja conhecido, reconstruído, modificado, significado e (re) significado de modos muito íntimos e especiais. Permite que várias realidades sejam construídas e (re) construídas com o passar do tempo.

Uma abordagem como esta, influenciada pela fenomenologia, baseia-se em uma visão bastante ampla da cultura material, que abarca um estudo holístico e integrado de todas as substâncias reveladas pelos arqueólogos e não apenas as análises de artefatos acabados. Boivin (2004), que adota esta linha de pensamento para desenvolver um interessante trabalho sobre o engajamento humano com o mundo mineral, alerta para a necessidade de acabar com as distinções tradicionais que insistem em dividir o registro arqueológico em esferas separadas e isoladas de estudo.

O registro arqueológico é formado por várias substâncias orgânicas e minerais. Tanto estruturas quanto objetos foram produzidos a partir da aquisição e da manipulação de pedras, terra, ossos, madeira e outros materiais. A própria terra, categoria de análise deste capítulo, é uma substância, formada, por sua vez, por várias outras.

Segundo Boivin, a importância do mundo material, e especialmente o mineral, para as sociedades humanas, não é nova, pois se estende por todos os períodos e regiões do globo. No entanto, os entendimentos dele variam bastante. Enquanto que as sociedades capitalistas atuais percebem os minerais como mercadorias que devem ser exploradas para obter ganho econômico, sendo percebidas como objetos passivos, as sociedades pré-industriais tinham, em geral, uma visão bastante distinta, conforme afirma a autora citada:

“Within such societies, minerals are frequently symbolically meaningful, ritually powerful, and deeply interwoven into not just economic and material, but also social, cosmological, mythical, spiritual and philosophical aspects of life. In fact, such societies do not even necessarily recognize ‘mineral’ as a distinctive category of matter, to be held in opposition to the so-called ‘animal’ and ‘vegetal’ realms of living matter. Rather than neutral and inert, minerals in a number of societies are animate, and are engaged with on the basis of a worldview that understands all matter to be infused with spiritual energy and ‘life-force’” (BOIVIN, 2004, p. 2)¹⁷

Tal tendência em considerar os aspectos não funcionais do mundo mineral é ainda bastante recente na arqueologia, podendo ser observada em estudos publicados apenas a partir da década de 1990¹⁸. O que muitos autores têm procurado demonstrar, sobretudo, é que os minerais simbolizam. Para muitas comunidades, como afirma Boivin, eles são vivos, ativos, não inertes, atribuídos com qualidades e propriedades geralmente associadas ao mundo do sagrado, do divino (Boivin, 2004).

^{17c} Dentro de tais sociedades, os minerais são, com frequência, simbolicamente significativos, ritualmente poderosos, e profundamente entrelaçados em aspectos não apenas econômicos e materiais, mas também sociais, cosmológicos, míticos e filosóficos da vida. De fato, tais sociedades nem mesmo necessariamente reconhecem ‘mineral’ como uma categoria distinta de matéria, a ser mantida em oposição aos assim chamados reinos ‘animal’ e ‘vegetal’ da matéria viva. Em vez de neutros e inertes, os minerais, em várias sociedades, são animados, e deve-se lidar com eles tendo-se como base uma visão de mundo que acredita que toda matéria está infundida de energia espiritual e “força vital”. (tradução minha).

¹⁸ Boivin cita alguns desses trabalhos, que tem se focado nas propriedades simbólicas da cultura material: como Lemmonier (1992), em análises dos aspectos sociais da tecnologia, Gosden & Marshall (1999) e Hoskins (2006) nos estudos das biografias das coisas e Bender (1998), Tilley (1994) e outros na apreciação dos poderes evocativos das paisagens e das práticas rituais e simbólicas (Boivin, 2004).

O interesse em avaliar não apenas os objetos, mas as substâncias que os originaram, como pedra, argila, madeira, entre outros, estaria ligado ao reconhecimento da não arbitrariedade dos símbolos materiais, ou seja, ao entendimento de que os minerais e outras substâncias não apenas representam, mas ativamente incorporam experiências, memórias e qualidades sobrenaturais. Vários estudos têm trazido à tona, desta forma, as qualidades não representativas do mundo material (Boivin, 2004). De acordo com Boivin, a postura crítica da representação em arqueologia argumenta que os minerais, os objetos e as paisagens que eles criam têm efeitos físicos, sensuais, emocionais, fisiológicos e espirituais nas pessoas, que o paradigma textual predominante nas ciências sociais simplesmente não considera. O mundo material tem propriedades evocativas e poderosas por razões que vão além do mero valor simbólico, e tem muito a ver com o modo em que os humanos se engajam fisicamente com ele e o transformam. Seus significados emergem, neste sentido, das características do mundo material e das suas propriedades iminentes. Tal pesquisadora cita vários exemplos de entendimentos que existem em muitas sociedades de como tais símbolos e significados não são meramente representativos. Em várias delas, a terra surge como um símbolo para a feminilidade, pois é fértil, como a mulher; a pedra é considerada masculina porque é forte como o homem; o ocre é comparado ao sangue porque é vermelho, e quando misturado com água pode ter a aparência de sangue derramado por atividades humanas; a mica, por sua vez, pode ser relacionada à luz e a noções de bem e de sagrado uma vez que possui a qualidade de brilhar, enquanto que o quartzo adquire outras significações porque brilha quando é esfregado (Boivin, 2004).

Boivin reflete sobre essa questão afirmando que os arqueólogos precisam considerar tal faceta da interação humana com a materialidade se esperam fazer mais do que impor preconceitos modernos e abordagens acadêmicas na interpretação de um registro arqueológico predominantemente composto por minerais – eles precisam considerar conceitualizações alternativas do mundo material e mineral (Boivin, 2004).

Hilbert, seguindo a mesma linha de raciocínio e influenciado pelas ideias do filósofo Soentgen, destaca que as substâncias existem, que aparecem, são fracionáveis, são espécies naturais, elas tem tendências, qualidades, são materiais e concretas. As substâncias não são apenas matérias-primas, moldáveis e controláveis pelo sujeito que impõe seu domínio sobre elas, não são apenas porções vazias, elas têm características ativas e produtivas (Hilbert, 2009). Em suma, as substâncias - a terra é uma delas - permitem e ao mesmo tempo restringem uma série de ações que possam ocorrer sobre elas, não sendo, por conseguinte,

meramente símbolos abstratos. A sua manipulação e modificação pelas pessoas, de acordo com suas características peculiares, produz transformações no lugar, permitindo assim que diferentes experiências sejam desencadeadas nele. Os próprios arqueólogos, por exemplo, fazem isso, pois realizam muitas ações sobre a terra que encontram nos sítios, mexendo nela, separando coisas dela, etc.

2.1 Propriedades físicas e ativas do lugar

Qualquer local possui propriedades físicas e naturais como cobertura vegetal, solo, relevo, dentre outros, que antecedem as próprias ocupações humanas que possam ou não ter ocorrido nele. Tais aspectos, mesmo que sejam anteriores à ação do próprio homem, fazem parte da história de todos os locais estudados pela arqueologia, pois, de determinados modos, permitiram e/ou restringiram uma série de intervenções neles ao longo do tempo. Não fazem parte, entretanto, das suas histórias enquanto lugares, uma vez que, os últimos apresentam relação apenas com mundos vividos, experimentados por pessoas.

Assim sendo, a análise dessas pré-condições permitirá compreender melhor os diferentes usos que foram feitos deste espaço, tais como aterramento e construção de estruturas subterrâneas, trabalhos agrícolas e de retirada de árvores, atividades de intervenção arqueológica e planejamento da implantação de um museu a céu aberto, etc. Serão incluídos nesta análise aspectos geológicos, geomorfológicos, topográficos, pedológicos, climáticos e relacionados à cobertura vegetal do lugar.

O sítio arqueológico RS-PE-41 localiza-se próximo ao núcleo urbano do município de Pinhal da Serra, que por sua vez situa-se na porção nordeste do estado do Rio Grande do Sul e limita-se ao norte com o Estado de Santa Catarina (município de Anita Garibaldi), ao sul com o município de Lagoa Vermelha, ao leste com o município de Esmeralda e a oeste com o município de Barracão. Sua posição exata em coordenadas geográficas é 22J0483597 UTM 6919862 (figura 8).

Em termos topográficos, o conjunto das estruturas foi implantado em um capão de araucárias localizado em uma área de encosta de inclinação suave, não abrupta no terreno, se estendendo por cerca de 1900m². Observe nas imagens a seguir a concentração das estruturas, tanto das escavadas no solo quanto os montículos de terra, em tal local (figuras 9 e 10).

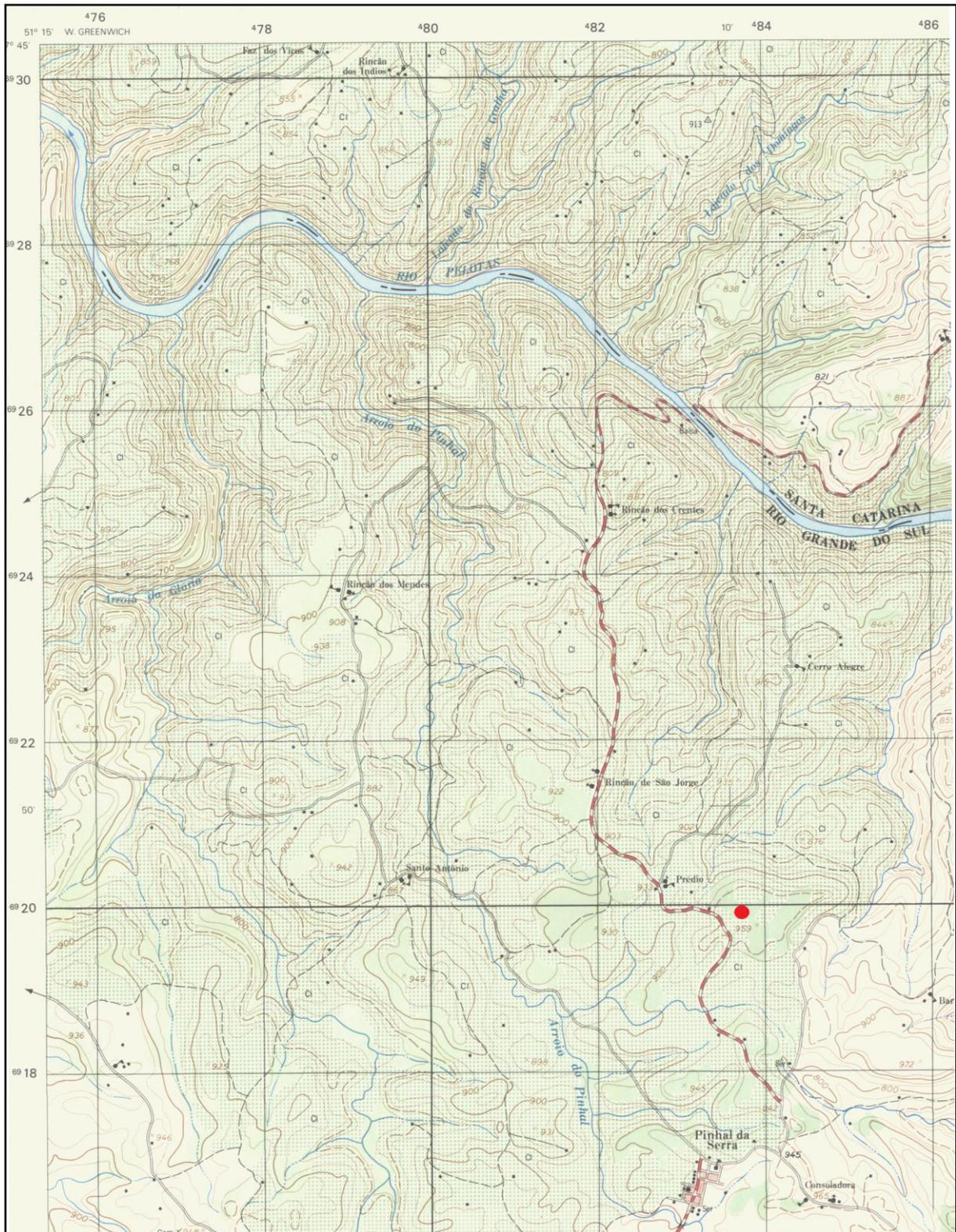


Figura 8: Localização do sítio Ari Duarte I (RS-PE-41) em corte de planta topográfica

(Planta Pinhal da Serra FOLHA SG.22-Y-D-VI-4 MI-2904/4)

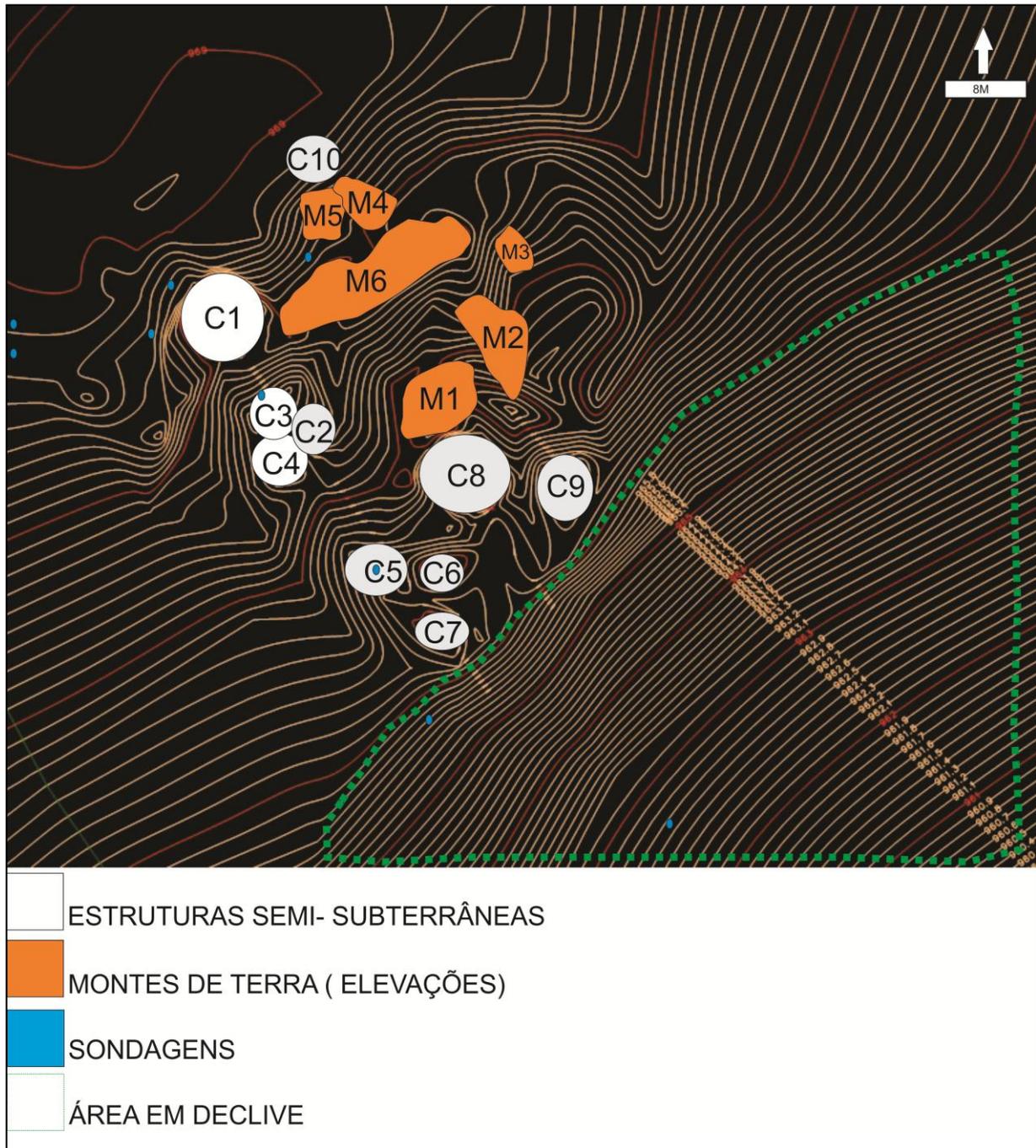


Figura 9: Planta topográfica do sítio Ari Duarte I (Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)¹⁹

¹⁹ Os pontos destacados em azul na planta referem-se a locais em que foram realizadas sondagens para coleta sistemática de sedimentos, a fim de, ao analisar sua granulometria, compreender melhor de que forma se deu o manejo do sedimento quando as estruturas foram construídas, assim como sua cronologia. Tal intervenção arqueológica foi realizada em junho de 2011, por membros da equipe do NuPArq, e está utilizado pelo estudante Marcelo Sanhudo para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa, o qual mencionarei em mais detalhes ainda neste capítulo.



Figura 10: Foto de satélite tridimensional mostrando o capão de araucárias (no centro) em que o sítio Ari Duarte I se encontra. (Fonte: Google Earth)

Em termos geológicos, a área em que o sítio se encontra pertence à Formação Serra Geral, que se constitui de uma sucessão de corridas de lavas, de composição predominantemente básica, apresentando uma sequência superior identificada como um domínio relativo de efusivas ácidas. O vulcanismo que lhe deu origem estaria relacionado a fraturamentos distensionais causados por movimentos epirogênicos ocorridos de modo mais significativo durante o período Juracretáceo, estando intimamente relacionados aos processos geodinâmicos que culminaram com a abertura do Atlântico Sul e a consequente separação dos continentes da América do Sul e da África. Suas formas de relevo foram esculpidas em rochas efusivas ácidas, representadas principalmente pelo basalto, em todas suas variações de cor e textura. São comuns nessas rochas agregados intersticiais constituídos por quartzo, calcedônia, plagioclásio mais sódico, feldspato potássico e clorita (IBGE, 1986).

O município de Pinhal de Serra pertence à região geomorfológica do Planalto das Araucárias, que corresponde à porção mais oriental do Domínio Morfo Escala: 1:5.000 das Bacias e Coberturas Sedimentares que abrange trechos do Estado do Rio Grande do Sul e a porção sul do Estado de Santa Catarina. Tal região combina relevos planálticos com rochas efusivas ácidas da Formação Serra Geral que ocorrem normalmente capeando as rochas efusivas básicas, correspondendo, em geral, aos relevos mais conservados dessa região geomorfológica. O rio Pelotas é um dos principais rios que a atravessam.

As características geomorfológicas da região do Planalto das Araucárias são muito variadas, apresentando unidades diferenciadas. O município em que o sítio estudado se encontra pertence à unidade geomorfológica Planalto dos Campos Gerais, que apresenta ampla área elevada, onde são registradas as maiores cotas altimétricas de todo o domínio (as cotas mais elevadas, a leste, estão entre 1100 e 1200m) (IBGE, 1986).

A cobertura vegetal é do tipo savana gramíneo-lenhosa. Este tipo de vegetação é caracterizado por um tapete herbáceo, com predomínio de gramíneas, onde se encontra distribuído número regular de plantas lenhosas, como campos e árvores, podendo ocorrer isolados ou sob a formação de capões, acompanhados ou não por florestas de galeria ao longo dos cursos de água. No Planalto das Araucárias esta formação se desenvolve em altitudes superiores a 800 m acima do mar. A vegetação arbórea é constituída por exemplares de *araucária augustifolia* (figuras 11 e 12), que se encontram isolados ou em agrupamentos, assim como por capões de variadas dimensões e florestas de galeria, os quais são compostos por espécies típicas da Floresta Ombrófila Mista (IBGE, 1986).

São comuns nestas áreas ações antrópicas relacionadas à atividade da pecuária, através do uso da vegetação gramínea nativa como pastagem para o gado. Para a sua realização o fogo é utilizado regularmente na eliminação da folhagem seca da vegetação herbácea. As queimadas juntamente com o pastoreio do gado constituem fatores da modificação da composição florística desse estrato herbáceo (IBGE, 1986).



Figura 11: Exemplares de *araucária augustifolia* (Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

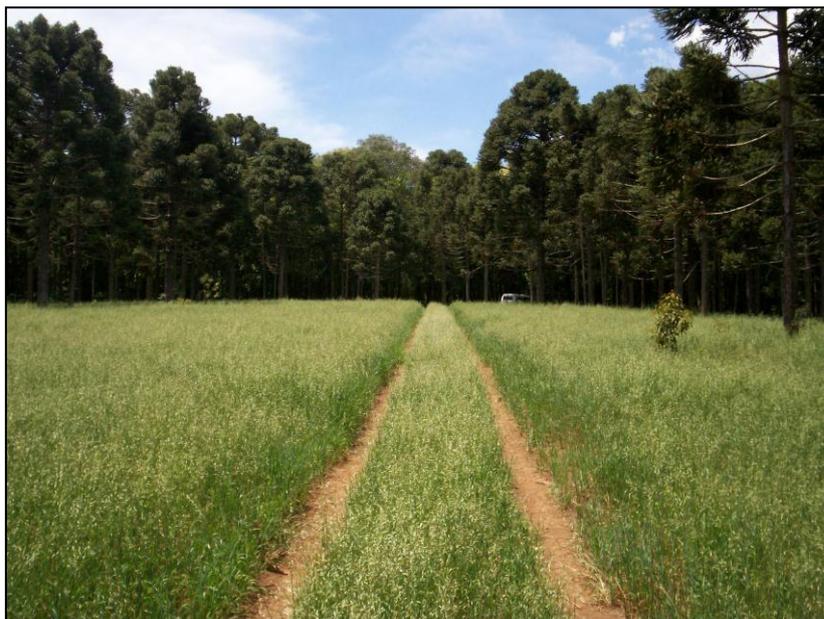


Figura 12: Agrupamento de araucárias ao fundo, onde o sítio Ari Duarte I se localiza
(Fonte: Acervo do NuPARq/UFRGS)

Em termos pedológicos, o solo é do tipo latossolo bruno câmbico álico, cujas características são uma textura argilosa, proveniente da sua constituição por basalto e por minérios como caulinita, óxidos de ferro e alumínio, uma acentuada acidez e uma baixa quantidade de nutrientes. Os latossolos são solos profundos, bem drenados, de coloração brunada. Nos Campos de Cima da Serra, em razão das limitações climáticas (geadas), são utilizados para cultivos frutíferos de clima temperado, pastagens e culturas de inverno (IBGE, 1986; Streek et al, 2008).

O clima é úmido moderado, e apresenta temperatura média anual entre 16° e 18°C, estando as temperaturas mínimas em julho entre 6° e 8° C , e máximas em janeiro variando de 27° e 33°C. No inverno ocorrem geadas e nevasdas com alguma frequência e predominam os ventos Leste e Minuano. Em termos pluviométricos, na região do Planalto das Araucárias, devido a sua situação geográfica, ocorre uma concentração maciça de chuvas na borda da escarpa do planalto. A média de pluviosidade é de mais de 1700 mm anuais, sendo os meses mais chuvosos janeiro, agosto e setembro, e os menos chuvosos, abril, maio e julho (IBGE, 1986).

2.2 – Os arqueólogos e a terra

Vários cientistas lidam com a terra. Paleontólogos, geólogos, pedólogos e arqueólogos, dentre outros, realizam investigações em meio a ela, na busca de respostas para diversos questionamentos.

Os arqueólogos, de um modo especial, desenvolvem seus estudos mexendo e remexendo na terra. Sem dúvida, quando chegam a um local com vestígios arqueológicos, os procedimentos que realizam o modificam consideravelmente, tornando-se palco de atividades de prospecção, escavação, aberturas de poços-teste, instalação de diferentes equipamentos, etc. Esses eventos deixam marcas no lugar, negativos da presença e da ação transformadora que é executada por esses indivíduos. Lugares arqueológicos são fisicamente e simbolicamente construídos, que em essência são muito distintos dos outros que foram constituídos anteriormente. São nomeados, delimitados, registrados, analisados, modificados, sendo assim preenchidos com novos sentidos.

É meu intuito avaliar, neste sentido, como o arqueólogo cria suas fontes de pesquisa e pode assim acessar seu objeto de estudo – as sociedades passadas - ainda que de forma indireta. É, em outras palavras, como coloca Holtorf, um esforço no sentido de compreender como as coisas, os objetos do passado, se tornaram artefatos antigos. Segundo esse autor, que defende tal posição radical a respeito da relação entre os pesquisadores e os artefatos, tudo que os arqueólogos fazem hoje com sítios, monumentos e demais objetos é simplesmente uma contribuição para suas vidas. Como outras pessoas fizeram antes, nos relacionamos com eles, dando-lhes sentido e reinterpretando-os conforme queremos (Holtorf, 2002).

Em campo, vários tipos de intervenção arqueológica são efetuados pelos pesquisadores a fim de descobrir objetos e estruturas. Áreas são prospectadas, tradadas, coletadas, e, principalmente escavadas, a partir de determinados critérios e metodologias. Dentre essas atividades, certamente a escavação é a principal delas. Logo, torna-se fundamental refletir sobre essa ação, tanto em termos teóricos quanto práticos.

A seguir apresento diferentes formas que adotei para abordar a escavação, a meu ver, interligadas e complementares: como uma *clareira*, uma *prática materializante* e uma *habilidade artesanal*²⁰.

No coração da filosofia do ser de Heidegger (*Dasein*) havia a noção de *clareira*²¹ – uma abertura em que entidades podem emergir da escuridão, ou tornarem-se visíveis ao serem trazidas à luz. Tal ideia é baseada na metáfora de uma floresta escura que apresenta uma *clareira*, um lugar agradável onde o sol brilha, permitindo que emerjam na luz da consciência humana todas as coisas que são descobertas ou encontradas no mundo (Edgeworth, 2006b).

Edgeworth usa tal metáfora para explicar, em termos arqueológicos, como são encontrados objetos e padrões que estavam escondidos, enterrados, através de atos de descoberta. Isto pode se dar através de atividades como a escavação, que poderia ser vislumbrada, neste sentido, como uma *clareira* em uma floresta, apenas distinta por apresentar limites artificiais que são criados por pessoas como os arqueólogos. Podem ser definidos por cortes de máquinas, por marcas feitas por colheres de pedreiro, por linhas que marcam os limites entre o conhecido e o não conhecido, o visível e o não visível no campo da percepção humana. Edgeworth reflete a respeito destas questões, traçando ligações entre o campo material arqueológico e uma *clareira*: os limites criados na escavação como as extremidades de uma *clareira* e a escavação como a *clareira* onde objetos e padrões podem emergir à luz (Edgeworth, 2006b).

O mesmo autor ainda torna claro como, no campo da experiência humana, tais *clareiras* ocorrem. De forma ativa ao descobrir, explorar, investigar a materialidade à sua volta, através do envolvimento corporal e da percepção pelos sentidos:

“[...] *What is special about human experience, after all, is that it is not a static field in quite the same way that a forest clearing is. It is experience-in-movement. Human beings not only discover; they also explore, investigate. The horizons of their shifting fields of awareness expand and contract rather than remain constant [...]*”²². (EDGEWORTH, 2006b, s/p)

²⁰ Em inglês, *craft skill* (Edgeworth, 2006a).

²¹ Em inglês *clearing* (Edgeworth, 2006b).

²²“[...] O que é especial sobre a experiência humana, acima de tudo, é que ela não é completamente um campo estático do mesmo modo que a *clareira* na floresta é. É experiência em movimento. Os seres humanos não apenas descobrem; eles também exploram, investigam. Os horizontes de seus mutáveis campos de consciência expandem e contraem-se em vez de permanecerem constantes [...]” (tradução minha).

Quando tais objetos e demais vestígios materiais saem de um estado de escuridão em que se encontravam, quando ainda faziam parte do mundo da natureza, são transformados em algo completamente diferente - vestígios arqueológicos. Desta forma, a escavação pode igualmente ser concebida como uma prática capaz de materializar objetos, estruturas, mas não no sentido literal do termo, e sim em relação a novos significados que pode atribuir a formas materiais que já existiam (Lucas, 2001).

Lucas sugere, neste sentido, que consideremos a escavação como uma prática materializante, entendendo-a como uma espécie de desalojamento em vez de destruição. Segundo ele, arqueólogos como Mortimer Wheeler, desde a década de 1950, além de considerar a escavação como algo que permitia recuperar e compreender os vestígios arqueológicos, igualmente acreditava que essa prática acabava destruindo o contexto e a integridade desses vestígios (Lucas, 2001). Tal paradoxo era resolvido por esse e outros pesquisadores com a ideia de que a recuperação justificava o ato da escavação, dando a ela status científico ou acadêmico. Era, para eles, um mal necessário.

Algumas passagens escritas por Barker, décadas mais tarde, apresentam essa concepção:

*“Every archaeological site is itself a document. It can be read by a skilled excavator, but it is destroyed by the very process which enables us to read it [...]”*²³. (BARKER, 1998, p. 13)

*“[...] But generally excavation is destruction and often total destruction [...]”*²⁴. (BARKER, 1998, p. 14)

Segundo Lucas, existiriam vários problemas em adotarmos essa posição em relação à escavação. Um deles, já citado no capítulo anterior, é que sustenta uma separação entre sujeito e objeto. De um lado o arqueólogo, que através da escavação destrói e ao mesmo tempo recupera; e de outro, os vestígios do passado. Tal dicotomia assim desconsidera o engajamento humano, do pesquisador, com a realidade objetiva, representada pelos restos materiais, tornando completamente sem importância o fato de que a existência dos vestígios

²³ “Cada sítio arqueológico é em si próprio um documento. Pode ser lido por um escavador habilidoso, mas é destruído pelo mesmo processo que nos possibilita lê-lo [...]” (tradução minha).

²⁴ “Mas geralmente a escavação é destruição e frequentemente destruição total [...]” (tradução minha).

como arqueológicos depende inteiramente da caracterização do arqueólogo como tal. Outro fato negligenciado é o próprio ato da escavação, que é desvalorizado como um ato negativo em contraste com o registro, que é positivo. O registro tornava-se assim mais importante do que a escavação em si (Lucas, 2001).

Uma visão alternativa seria, desta forma, considerar a escavação como uma ação que apenas desaloja ou desloca matéria, em vez de aniquilá-la. Evidentemente que este deslocamento altera sua configuração, em um círculo hermenêutico, através de uma prática que entrelaça a constituição do arqueólogo e da própria arqueologia (Lucas, 2001). Isto é exatamente o que procurou realizar Edgeworth em seus trabalhos de campo, nos quais aplicou o conceito de analogia prática ou analogia em ação para avaliar de que forma os pesquisadores constituem suas fontes de estudo (Edgeworth, 2006a).

Tal desalojamento ou deslocamento, ocorrido através da escavação, é uma prática de descoberta ativa, e não uma ação que simplesmente os revela ao arqueólogo, conforme Lucas:

“Excavation is a discovering practice, but not simply in the passive sense of a kind of revelation but in an active sense of materialisation; archaeology is perhaps unique among the social sciences in that it produces its own subject matter through a performance of presencing, of materializing its ‘data’ through excavation. The moment we put a pick in the ground, we are potentially bringing something new into the world, something which has never been seen before”²⁵ [...] (LUCAS, 2001, s/p)

Os arqueólogos são fundamentais neste processo de materialização. São eles que colocam ferramentas na terra, que encontram materiais, que trazem coisas novas ao mundo – o mundo particular da arqueologia.

Barker, apesar de ter adotado posições um tanto radicais em relação à escavação arqueológica, interessantemente afirmava que tal tarefa era um experimento que não poderia

²⁵“A escavação é uma prática de descoberta, não simplesmente no sentido passivo de revelação, mas em um sentido ativo de materialização; a arqueologia é talvez única entre as ciências sociais ao produzir seu próprio objeto de estudo através do ato de presenciar, de materializar seus ‘dados’ através da escavação. No momento em que colocamos a picareta no chão, estamos potencialmente trazendo alguma coisa nova ao mundo, alguma coisa que nunca foi vista antes [...]” (tradução minha).

ser repetido. Lucas, ao discutir essa questão, afirma que, enquanto arqueólogos, nunca podemos voltar atrás, pois o sítio nunca será o mesmo depois de nossa intervenção. Ele sempre se torna algo fisicamente e/ou simbolicamente diferente. No entanto, isso não implica em concordar com a noção de que a escavação destrói o sítio, mas sim o modifica de um modo único, de acordo com interesses em jogo (Lucas, 2001).

Barker também destacava que, pelo fato desse experimento ser único, deve ser realizado por um profissional habilidoso e capacitado. Ao mesmo tempo, depende inteiramente do conhecimento particular deste profissional, assim como de ideias preconcebidas das estruturas que está procurando (Barker, 1998). Neste sentido, igualmente proponho considerar a escavação como uma habilidade artesanal, uma vez que pode apenas ser levada a cabo por um praticante habilidoso em sua prática. Esse praticante, um tipo de artesão, geralmente trabalha com um conjunto particular de ferramentas e de matérias-primas e possui um conhecimento de como manipulá-los adequadamente - conhecimento esse somente adquirido através de experiência prática (Edgeworth, 2006a).

Assim, transformar fenômenos materiais em dados é uma tarefa para poucos. É um tipo de ocupação habilidosa associada a um conjunto específico de matérias-primas, ferramentas e produtos, e também é uma tradição. É tradição, pois certas habilidades são passadas de um profissional a outro, de geração em geração, através de contatos pessoais na prática, de vivências e experiências realizadas em campo. É tradição, pois a destreza e o *know-how* de escavar não são nunca ensinados teoricamente, mas sim na prática, ao trabalhar em uma variedade de sítios, uma variedade de condições de solo, uma variedade de feições (Edgeworth, 2006a).

Uma vez concebendo a escavação como uma prática hábil, naturalmente poderíamos perceber o espaço fruto dessa atividade – o espaço escavado – como um produto de transações materiais que somente pode existir com a atuação e a inter-relação de sujeitos capazes, habilidosos e experientes. Um produto único e especial, que pode ser admirado ao término de uma escavação por todos os sujeitos envolvidos e que geralmente é registrado de diversas maneiras.

Em seguida apresento descrições e análises que realizei acerca das etapas de campo realizadas pelos pesquisadores no lugar Ari Duarte I, de 2006 a 2009, tais como prospecções, coletas superficiais e escavações de estruturas semisubterrâneas e de áreas superficiais. Mais uma vez, saliento que tal esforço reflexivo foi desenvolvido com base em uma abordagem

fenomenológica, considerando as percepções dos indivíduos assim como seus envolvimentos corporais nessas atividades práticas e igualmente intelectuais. Além disso, procurei identificar e distinguir transações materiais de atos de inscrição, caracterizados no capítulo anterior, com o intuito de compreender e refletir sobre o processo de constituição da própria arqueologia na prática.

Um dos primeiros atos de inscrição produzidos quando da descoberta do lugar pelos pesquisadores foi a elaboração de uma planta do mesmo (apresentada no capítulo 1), na qual se definiram nomes e números para cada estrutura identificada. Assim, foram distinguidas casas (estruturas semisubterrâneas) de montículos (elevações de terra no relevo). As intervenções arqueológicas efetuadas no sítio foram prospecções e coletas superficiais, tradagens, definição de áreas de quadriculamento de estruturas a serem escavadas, bem como trabalhos de topografia e, por fim, escavação de algumas estruturas semi-subterrâneas e de uma área em superfície.

Tais atividades, muito comuns em todo campo arqueológico, fazem parte de uma cadeia de ações que envolvem o ofício de todo pesquisador, uma espécie de cadeia operatória do trabalho de campo em arqueologia. Tão importante como o planejar a escavação e o próprio ato de escavar são os de procurar, de coletar, de testar (ou de tradar), de topografar e de quadricular.

2.2.1 O procurar e o coletar: levantamento superficial nos arredores das estruturas semi-subterrâneas

Em abril de 2006 tiveram início as atividades de intervenção no lugar Ari Duarte I, o primeiro dos sítios arqueológicos contemplado dentro do projeto de medidas compensatórias. Foram realizadas prospecções no local e nos seus arredores e em seguida a coleta superficial de artefatos líticos encontrados, conforme pode ser lido em um trecho do diário de campo colocado abaixo:

“Enquanto parte da equipe abria a trincheira no centro da Casa 1, Sílvia e Martial percorreram a área no entorno das estruturas semi-subterrâneas e encontraram peças líticas em superfície na estrada que leva ao sítio e local usado para o estacionamento da Kombi e numa lavoura de feijão recentemente colhida pelo sr. Ari. Fizeram coletas de superfície

plotando com a mira cada uma das peças, conforme verificado na tabela. Ao todo foram encontradas 24 peças e a área foi denominada de Área de Atividades 1. Os líticos lascados foram devidamente coletados e armazenados em sacos plásticos, identificados com o nome do sítio e data da coleta”. (COPE, 2006c, p. 11)

Em junho, dois meses após a primeira coleta de artefatos no local, mais peças foram evidenciadas no entorno das estruturas, após a ação das chuvas e da movimentação da terra com um trator (leia abaixo em trecho do relatório de campo). Fica claro que as características climáticas da região, de ocorrência de chuvas abundantes o ano todo, influenciou e determinou a descoberta de novos artefatos no lugar – as mesmas características que em outros momentos foram responsáveis por dificultar outras descobertas, como mostro na continuação deste texto. Além disso, é importante destacar que os moradores locais acabam, muitas vezes, interferindo no trabalho dos arqueólogos, possibilitando ou não que novos achados sejam realizados.

“As atividades da primeira semana de junho começaram com a coleta do material arqueológico encontrado na área externa às estruturas semi-subterrâneas, denominada área de atividades I [...] agora achamos (evidenciados pela chuva e a movimentação do trator) mais 16 peças no caminho e uma peça lítica em um buraco de tatu dentro do mato próximo a Casa 1 do conjunto de estruturas semi-subterrâneas. Medimos as alturas, distâncias e localização do material a partir do ponto P002. Todas as peças são líticas”. (COPE, 2006d, p. 5)

Prospectar em superfície e coletar evidências são atividades comuns em campo. Através dessas ações os pesquisadores percorrem as áreas que compõem os sítios e assim os conhecem melhor. Andam, distanciados uns dos outros, comumente em linha reta, olhando para o chão, na expectativa de encontrar objetos culturais em meio a terra, galhos, pedregulhos e outros elementos naturais. Pesquisadores experientes tem certeza, geralmente, de terem feito descobertas arqueológicas, enquanto estudantes e outros participantes, mais leigos, humildemente mostram seus possíveis achados para os primeiros a fim de confirmarem suas opiniões. Lembro-me de estar prospectando anos atrás, em algum município da Serra Gaúcha, e de ouvir de uma professora uma frase semelhante a esta “É isto mesmo! Já está conseguindo identificar bem quais materiais são artefatos”. A partir disso, como se diz, acostumamos nosso olhar a identificar vestígios arqueológicos.

No caso do lugar Ari I, assim como em outros, para participar de levantamentos e prospecções arqueológicas era necessário caminhar, observar, tocar, conversar com outras pessoas, envolvendo-se corporalmente e fazendo uso de alguns sentidos. Além disso, era preciso ter um conhecimento básico do que se esperado encontrar ou, como geralmente ocorre tantas vezes, ser acompanhado por um profissional mais capacitado nesta tarefa, que andará próximo para auxiliar ou que dirá “Se você achar que descobriu algo, me mostre”! Nas fotografias abaixo o leitor pode observar como ocorre essa prática em campo, e, quem sabe, no caso de já ter participado de uma alguma, se identificar com ela, lembrando momentos em que também olhava para baixo esperando encontrar algo de especial em meio a coisas comuns.



Figura 13: Prospecção nos arredores do lugar Ari Duarte I
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figura 14: Pesquisador olhando para baixo à procura de artefatos
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Quando um conjunto de objetos é identificado em uma área mais ou menos próxima, decide-se delimitá-la, nomeá-la, e anotar a localização exata de cada peça. Em seguida, anotações são realizadas, e, como resultado, tabelas são elaboradas com informações importantes. Todos estes registros podem ser classificados como atos de inscrição, pois envolvem a produção de dados sobre os vestígios materiais – artefatos - previamente identificados como tais.

2.2.2. O testar: realização de tradagens no conjunto de estruturas semisubterrâneas e no entorno

Em junho de 2006 foram efetuadas tradagens no conjunto de estruturas semisubterrâneas e no seu entorno a fim de verificar a existência de estratigrafia arqueológica. Ao todo foram realizados testes estratigráficos em diferentes pontos do lugar Ari Duarte I.

A tarefa de tradar é outra que geralmente acompanha o trabalho do arqueólogo nos sítios. Muitas vezes, quando não são encontradas evidências em superfície, somente com a utilização de um teste de tradagem é possível afirmar se o local em questão possui uma estratigrafia não natural, resultante da atuação de grupos humanos no passado. A existência de uma possível evidência arqueológica, neste caso, é determinada pelo uso de uma ferramenta chamada trado. O trado é manipulado com os dois braços, sendo necessário impor uma força mecânica neste instrumento para retirar sedimentos de diversas profundidades no solo. Através dessa transação material, que é desenvolvida de forma engajada e ativa por um sujeito em conjunto com uma ferramenta, vestígios arqueológicos podem ser constituídos ou não na prática. Observe a fotografia abaixo:



Figura 15: Pesquisadora manipulando possível evidência arqueológica com um trado
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

No sítio, após a retirada de sedimentos de diferentes profundidades, a pesquisadora cuidadosamente fazia anotações sobre suas características, principalmente em relação à coloração e à textura, aguçando sua visão e seu tato, respectivamente (figura 16). Somente com a junção de tais informações era possível determinar um caráter natural ou cultural à estratigrafia observada.



Figura 16: Pesquisadora fazendo anotações sobre sedimentos retirados
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Apesar de fazer registros sobre os sedimentos retirados, ainda não havia certeza de que a evidência manipulada fosse arqueológica. Tal momento poderia, assim, ser entendido como uma passagem da transação material ao ato de inscrição, uma vez que nem todos os vestígios arqueológicos podem ser imediatamente identificados. São necessárias ações como a de retirar os sedimentos, observando-os e fazendo anotações sobre eles, antes mesmo de poder se afirmar o caráter não natural dessas evidências. A transição da categoria “natural” para “cultural”, que somente pode ser determinada pela visão capacitada de um investigador, estava prestes a se concretizar, ou não, nesta transação material.

Uma vez interpretados os sedimentos recolhidos como pertencentes a distintas camadas arqueológicas, baseando-se nas diferenças de cor e textura e na existência de artefatos lascados, preocupou-se em registrar e representar tais vestígios realizando outros atos de inscrição, produzindo fotografias e tabelas como as expostas a seguir (figuras 17 e tabela 1):



Figura 17: Classificação dos sedimentos em diferentes camadas arqueológicas
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Profundidade (cm)	Observações
00-02	Camada bem escura com muito material orgânico (raízes e folhas em decomposição).
02-35	Camada marrom escura pouco compacta argilo-arenosa (como o horizonte inferior da camada 1 da trincheira).
35-53	Camada marrom claro, compacta, argilosa (como camada 2 da trincheira). No final desta camada e início da camada 3 encontramos um fragmento de basalto lascado.
53-85	Camada alaranjada muito compacta e argilosa (como camada 3 da trincheira). A partir de 70 cm de profundidade encontra-se algumas intrusões marrom sem modificação do grau de compactação. Esta camada corresponde à parte superior do basalto em decomposição

Figura 18: Aspectos observados na tradagem 1, a oeste da estrutura semi-subterrânea 1 (Copé, 2006c)

2.2.3. O topografar e o quadricular: realização da planta do sítio e definição das linhas de referência e de base para a colocação de malhas para escavação

Outros importantes atos de inscrição realizados no lugar Ari Duarte I foram as tomadas de pontos, com a utilização de um teodolito e uma régua, para elaborar uma planta

topográfica do sítio e para colocar, sobre as estruturas a serem escavadas, malhas de quadriculamento de 1m². Tais etapas, que precederam as atividades de escavação, envolveram todos os pesquisadores presentes, que puderam auxiliar retirando a cobertura vegetal das estruturas, anotando informações, olhando na mira, segurando a régua, estendendo a malha com barbantes e piquetes, e assim por diante. Esses são geralmente momentos de integração da equipe (veja as figuras 18 a 21 abaixo).



Figura 19: Retirando a cobertura vegetal das estruturas (Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figura 20: Observando informações da régua com o teodolito (Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figura 21: Segurando a régua
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figura 22: Estendendo a malha na casa 1
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

O envolvimento corporal é muito importante nesses momentos, pois é preciso andar pelo sítio, entrando e saindo de estruturas, descendo e subindo, abaixando-se e levantando-se. E o sentido da visão é fundamental, uma vez que o uso de equipamentos como o teodolito

requer a observação atenta e precisa de informações como altura e distância. Todas as anotações efetuadas são organizadas em tabelas, como a que segue:

Ponto inicial	Altura da mira	Ponto visado	Ângulo (°)	Altura	Distância	Observação
P0	1,360	P8	9,0	1,720	0,070	Desenho da casa 1
P0	1,360	P9	358,0	1,725	0,085	Desenho da casa 1
P0	1,360	P10	337,0	1,890	0,100	Desenho da casa 1
P0	1,360	P11	324,5	2,295	0,090	Desenho da casa 1
P0	1,360	P12	306,0	2,340	0,080	Desenho da casa 1
P0	1,360	P13	307,5	2,340	0,080	Desenho da casa 1
P0	1,360	P14	304,0	2,350	0,050	Desenho da casa 1
P0	1,360	P15	296,0	2,070	0,030	Desenho da casa 1
P0	1,360	P16	337,5	1,535	0,020	Desenho da casa 1

Figura 23: Dados de topografia e limites da casa 1 (Copé, 2006c)

2.2.4. O escavar: trabalhos de escavação arqueológica no sítio

Para apresentação e análise das escavações realizadas no lugar Ari I reproduzo as primeiras denominações das estruturas, definidas em 2001 quando da sua descoberta pelos pesquisadores. A seguir, reflito sobre as atividades de escavação efetuadas nas seguintes estruturas: estruturas semisubterrâneas 1 (“casa 1”), 2, 3 e 4 (“casas 2, 3 e 4”, conhecidas como conjunto *mickey*), 5 (“casa 5”), e área superficial 1 (“estrada”). As escavações foram realizadas em várias campanhas, entre abril de 2006 a fevereiro de 2009, dentro do projeto de medidas compensatórias citado anteriormente.

2.2.4.1. Escavação da estrutura semisubterrânea 1

A casa 1 foi o primeiro local a ser escavado. Após a definição das linhas de referência e de base e a colocação da malha de quadriculamento, seguiu-se a escavação da estrutura, em sua totalidade, em quadriculas de 1m². Esse método de escavação é conhecido na arqueologia como escavação horizontal, pois, ao propor uma escavação em grande superfície, retirando camada por camada, busca reconstituir o solo de habitação de forma muito próxima daquela que tinham seus habitantes no momento de sua partida, em tempo remoto (Copé & Rosa, 2008). Além disso, optou-se por aplicar esta metodologia porque era a mais adequada para compreender o processo de construção das estruturas e da formação do sítio como um todo.

Com o desenrolar da retirada dos sedimentos, percebeu-se a existência de diferentes camadas estratigráficas, bem semelhantes àquelas que foram identificadas nas tradagens realizadas inicialmente. Através da diferenciação de cores e texturas dos sedimentos, em relação às suas profundidades, foram definidas três camadas ao todo – denominadas camadas 1, 2 e 3.

O ato de escavar nada mais é do que a separação de substâncias. Substâncias naturais, chamadas ecofatos, de substâncias culturais, denominadas artefatos. Através do contato com a terra, seja ela arenosa, argilosa, os arqueólogos envolvem-se em transações materiais na esperança de realizar descobertas. Estes atos podem ocorrer em vários locais de um sítio: na própria estrutura que está sendo escavada, no monte onde se despeja a terra retirada, nos arredores da estrutura onde se peneira a terra à procura de achados, etc. No lugar Ari Duarte I não foi diferente (veja as figuras abaixo, que mostram exemplos de transações materiais).



Figura 24: Despejando a terra em um monte
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figura 25: Escavando a terra na estrutura
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Tais ações são efetuadas através do corpo, um veículo para as descobertas. O pesquisador tem condições assim de reconhecer, manipular, explorar o campo material à sua volta de forma ativa, engajada, uma vez que entra em contato corporal direto com o lugar em questão (Edgeworth, 2006a). Nessa exploração da materialidade percebe-se o envolvimento do corpo com diferentes movimentos, manifestados em variadas posições que o escavar exige: sentado, de joelhos, abaixado, curvado, deitado, dentre tantas outras. Observe essas variações posturais nas imagens a seguir:



Figura 26: Escavando curvado
(Fonte: Acervo do NuPARq/UFRGS)



Figura 27: Escavando de joelhos e escavando sentado
(Fonte: Acervo do NuPARq/UFRGS)



Figura 28: Escavando abaixado
(Fonte: Acervo do NuPARq/UFRGS)



Figura 29: Escavando deitado
(Fonte: Acervo do NuPARq/UFRGS)

Com transações como essas, a escavação torna-se uma prática materializante, pois a própria estrutura e os artefatos que surgem vão adquirindo uma materialidade completamente nova, tornando-se objetos de significância em dois tipos de dimensão: material e cognitiva (Edgeworth, 2006a). Quando tais objetos são conferidos com significado arqueológico,

ocorrem diversos atos de inscrição, que são inteiramente secundários à emergência e ao reconhecimento prático dos artefatos. A partir de então, uma terceira dimensão é adicionada – a textual - de modo que a significância do objeto é transformada novamente, só que desta vez em dados. Geralmente a transição de um estágio a outro da pesquisa em campo é marcada pela troca de ferramentas. Na maioria dos eventos fotográficos as ferramentas utilizadas nas transações materiais, como pás e colheres de pedreiro são colocados de lado, dando lugar a ferramentas de representação da evidência, como papeis, canetas, escalas e outros símbolos (Edgeworth, 2006a).

Há várias maneiras destes atos desenrolarem-se na prática, sendo os mais comuns os de fotografar, desenhar, medir, coletar as evidências encontradas, além de escrever relatos diários a respeito. Em tais ações, percebe-se uma mudança na postura do pesquisador, que de engajado torna-se desengajado. Antes, quando estava descobrindo um objeto, uma feição, ele estava ativamente engajado na manipulação do vestígio material. Ele estava em contato direto com o fenômeno material emergente. Depois, ao inscrever os seus achados, ele está distanciado deles, uma vez que passa a lidar com fenômenos estáticos. Observe abaixo como os pesquisadores encontravam-se distantes dos materiais que há pouco haviam sido descobertos – entre eles existem agora outras ferramentas: pranchetas, papeis, canetas, sacos plásticos, cadernos, câmeras, e outras:



Figura 30: Desenhando vestígios
(Fonte: Acervo do NuParq/UFRGS)

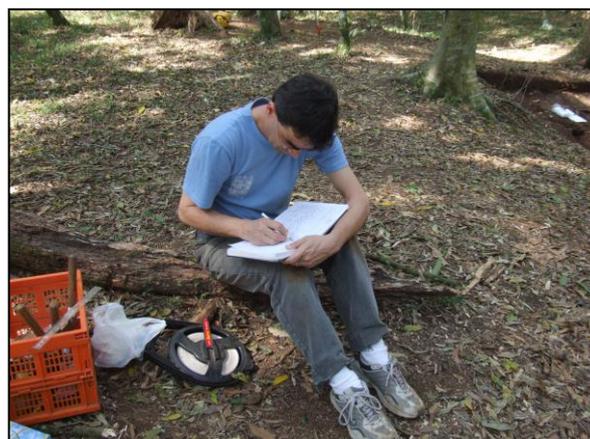


Figura 31: Escrevendo o diário de campo
(Fonte: Acervo do NuParq/UFRGS)



Figura 32: Coletando objetos
(Fonte: Acervo do NuPARq/UFRGS)



Figura 33: Fotografando a evidência
(Fonte: Acervo do NuPARq/UFRGS)

Interessantemente, os atos de inscrição representam paradas ou intervalos mais ou menos regulares na rotina das transações materiais, segundo Edgeworth (2006a). Quando estão registrando os fenômenos que observam, os pesquisadores param por alguns instantes, enquanto que o campo material também para. Para porque depende inteiramente da atuação desses indivíduos, depende das ações de tirar a terra, de cortar raízes, de fazer descobertas. Tão logo se termina de desenhar os objetos encontrados, de fotografá-los, de escrever nos diários, recomeça o relacionamento do arqueólogo com o mundo material à sua volta.

Relacionado ao esforço físico e intelectual que envolve qualquer escavação arqueológica, existem elementos naturais que surgem a todo o momento para facilitar ou dificultar as pesquisas de campo. Uma delas afeta enormemente os trabalhos de intervenção arqueológica: a deposição de sedimentos e outros materiais sobre o sítio após o início das escavações. Quando não se opta por cobrir a área, com o uso de lonas, por exemplo, ao se recomeçar as atividades, é necessário retirar toda a cobertura vegetal que se depositou sobre o sítio ou em parte dele.

Ilustro tal constatação com o que ocorreu na casa 1. Em janeiro de 2009, após mais de um ano em que a escavação da estrutura esteve parada, foi necessário limpar a área para que os trabalhos pudessem ser reiniciados, como fica visível nas imagens a seguir.



Figuras 34 e 35: Estado da estrutura 1 após mais de um ano sem escavação: fenômeno encoberto
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Podemos entender o que houve como o encobrimento de um fenômeno, tendo sido entulhado após o seu descobrimento. Seria um tipo de encobrimento único, diferente daquele em que um dado fenômeno mantém-se encoberto, pois nunca fora descoberto (Heidegger, 2005). Após a retirada dos entulhos, o fenômeno material pode novamente vir à tona, saindo da escuridão em que se encontrava temporariamente, através da ação de sujeitos corporificados. Perceba o ressurgimento desse fenômeno material na prática (figuras 34 e 35):



Figuras 36 e 37: Fenômeno novamente iluminado (estrutura 1)
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

2.2.4.2. Escavação das estruturas semi-subterrâneas 2, 3 e 4

Ao contrário da escavação da estrutura semi-subterrânea 1, as de números 2, 3 e 4 não puderam ser escavadas em sua totalidade, em função de limitações de tempo e de

recursos financeiros do projeto. Entretanto, a fim de compreender a funcionalidade dessas estruturas no espaço do planalto meridional, decidiu-se pela abertura de algumas quadrículas de 1m², no início de 2009. A estratégia adotada foi escavar no formato de uma cruz, procurando alcançar o centro de cada estrutura acoplada assim como o centro da grande estrutura geminada. Observe tal plano de intervenção elaborado pelos membros da equipe na planta da escavação que seria realizada:

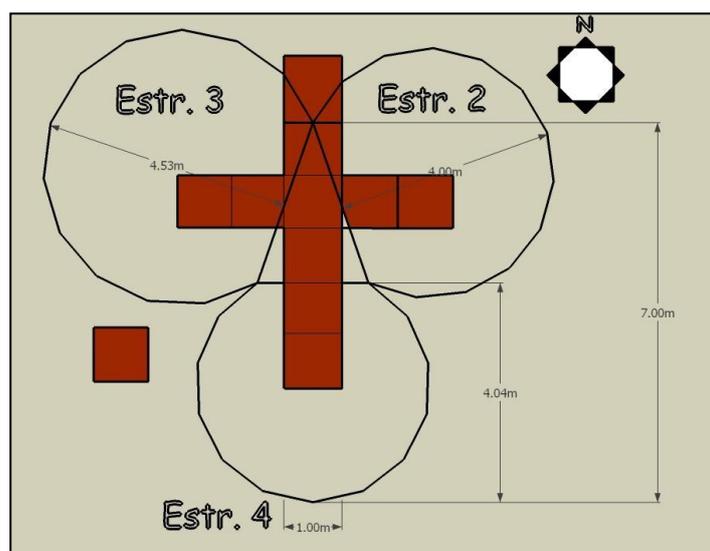


Figura 38: Planta mostrando a estratégia de escavação a ser aplicada nas estruturas 2, 3 e 4 (Copé, 2009)

Planejar a escavação é mais uma atribuição do trabalho do arqueólogo em campo. Geralmente, as decisões tomadas, a escolha por uma ou outra estratégia metodológica ser adotada é influenciada por ideias do que se espera encontrar. Assim, poderíamos nos referir aos padrões materiais, a serem descobertos, como *objetos de intenção*, nas palavras de Edgeworth, uma vez que a sua significância está estreitamente emaranhada com as intenções, projetos e propósitos dos próprios arqueólogos (Edgeworth, 2006a).

No caso das estruturas citadas, estavam explícitos os objetos de intenção dos pesquisadores ao adotar tal estratégia de escavação, como pode ser percebido em documento por eles elaborado:

“[...] propõem-se uma escavação em formato de cruz, com o intuito de alcançar o centro de cada estrutura acoplada. A preocupação, aqui, é de mostrar uma visão maior da possível

ocupação - visto que nas estruturas subterrâneas pode-se encontrar fogueiras e buracos de esteio ao centro – e nas estruturas geminadas não se descarta essa hipótese. Portanto, se existirem, através desse formato pode-se evidenciar tanto o centro de cada estrutura, como o centro da grande estrutura geminada, além da periferia norte, evidenciando, assim, seu processo construtivo.” (COPÉ, 2009, s/p)

Fogueiras e buracos de esteio eram o que os pesquisadores esperavam encontrar com o decorrer das escavações. Mas, no caso em que outros objetos, não esperados, fossem encontrados, as estratégias previamente estabelecidas geralmente teriam de ser revistas e modificadas, exatamente para dar conta daquilo que não estava sendo intencionado.

O planejamento das intervenções a serem efetuadas nas estruturas 2, 3 e 4 tornou-se igualmente fundamental em razão da particularidade desse tipo de construção geminada nos sítios com estruturas semisubterrâneas. Segundo Prous, que realizou um levantamento da ocorrência dos sítios como esses na região do planalto meridional, são raros os casos em que aparecem estruturas geminadas, ou seja, que são separadas somente por uma parede muito baixa (Prous, 1992)²⁶.

Uma tarefa importante que geralmente antecipa as atividades de escavação é a delimitação das estruturas a serem escavadas, especialmente quando estamos tratando de vestígios não muito comuns de serem encontrados em sítios de estruturas semi-subterrâneas, como as estruturas geminadas. Estabelecer limites é uma tarefa muito importante para os arqueólogos, pois o seu trabalho depende inteiramente de diferenciar vestígios naturais de culturais. Retomando Edgeworth, tal distinção entre natureza e cultura é fundamental para toda percepção e raciocínio arqueológicos (Edgeworth, 2006a). Observe abaixo os limites estabelecidos pelos arqueólogos existente entre os mundos natural e cultural:

²⁶Uma das principais questões de pesquisa que envolve o estudo das estruturas semisubterrâneas geminadas é descobrir a(s) sua(s) funcionalidade(s). Maria José Reis, ao realizar um minucioso trabalho sobre a ocorrência dos sítios de estruturas subterrâneas no sul do Brasil, correlacionou as estruturas muito pequenas e/ou geminadas, entre um a três metros, como unidades de armazenamento. Mesmo sem realizar escavações para identificar a função das mesmas, tal autora presumiu essa utilidade com a análise dos seus tamanhos e das informações etnográficas disponíveis (Reis, 1980).



Figuras 39 e 40: Arqueólogos procuram estabelecer limites entre mundos da natureza e da cultura, delimitando estruturas semisubterrâneas (Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Outra diferenciação estabelecida pela arqueologia, citada anteriormente, é aquela que existe em relação às diferentes camadas arqueológicas de um sítio. Através da análise de vários elementos, como cor, textura e existência ou não de artefatos, definem-se a quantidade e as características de cada estrato arqueológico de terra. Para diferenciar os sedimentos em relação às suas cores é comum na arqueologia, assim como em outras áreas como a pedologia e a agronomia, a utilização do Código Munsell²⁷.

Distinguir as cores é uma tarefa para o sistema visual humano. Através dele é possível perceber as colorações de sedimentos, objetos e demais vestígios que surgem em campo. Cabe aos arqueólogos, neste sentido, ter sempre em mãos um exemplar desse manual a fim de identificar e registrar, nesse caso, as diferentes colorações das camadas arqueológicas ou naturais analisadas. Muitas vezes é a própria diferença de cor que é utilizada para definir a existência de mais de uma camada arqueológica em de determinado local. Observe a tabela abaixo, que apresenta códigos específicos para as colorações identificadas nas estruturas 2, 3 e 4:

²⁷ O Código Munsell foi criado pelo artista plástico e professor Albert Henry Munsell no início do século XX e ainda influencia o modo como as cores são interpretadas hoje. Seu estudo é uma referência para a comunicação sobre as cores, pois estabeleceu um sistema esquematizado de identificação precisa das cores existentes baseado na percepção das cores pelo sistema visual humano. O *Munsell Soil Color Chart* é comercializado nos EUA desde 1917 (In: <http://www.coralis.com.br>),

105/89	Munsell	Local	Altura	Piquete
Camada I	3/5YR/3	Sudeste	24cm	Sudeste
Lente Preta	2.5/7.5YR/1	Noroeste	36cm	Sudeste
110/85				
Camada II	3/10YR/3		61cm	Sudoeste

Figura 41: Camadas arqueológicas caracterizadas por diferenças na coloração, através do Código Munsell (Copé, 2009)

2.2.4.3. Escavação da estrutura semi-subterrânea 5 (“casa 5”)

A estrutura semi-subterrânea 5, assim como a 1, foi escavada em sua totalidade, a partir do método do quadriculamento a cada 1m² e da retirada dos sedimentos por camadas estratigráficas. Apenas na camada 3, a mais profunda de todas, por acreditar tratar-se da principal camada de ocupação e também por conter mais artefatos e carvão, optou-se por escavar em níveis artificiais de 5cm.

A marcação da área a ser escavada em quadrados de 1m² ou mais, é largamente empregada nas intervenções arqueológicas de campo. Remonta aos trabalhos desenvolvidos na Inglaterra pelos pesquisadores Augustus Pitt Rivers e Mortimer Wheeler, a partir do final do século XIX. Ambos dedicaram boa parte da sua vida ao serviço militar inglês, lutando inclusive nas guerras mundiais, aplicaram sua vasta experiência militar em explorações arqueológicas, desenvolvendo técnicas e métodos precisos para realizar escavações impecavelmente organizadas. A Wheeler, especificamente, se atribui o uso da técnica do quadriculamento para fazer registros confiáveis dos vestígios encontrados (Renfrew & Bahn, 1998).

No caso do sítio arqueológico Ari Duarte I, tal técnica, que foi aplicada na escavação de todas as estruturas, mostrou-se, por um lado, muito adequada, tendo em vista as propriedades físicas do solo encontrado na área. Por se tratar de um latossolo, com textura argilosa, com exceção da camada orgânica bastante escura e friável situada na superfície, permite aos pesquisadores aprofundar as escavações em quadrículas sem que as paredes das

mesmas, nos limites das estruturas ou das áreas selecionadas para abertura, desabem (veja as imagens 39 e 40). Com isso, é possível visualizar os perfis estratigráficos (registrados em documentos como o colocado a seguir, na figura 41), assim como registrar os achados em relação aos seus locais de deposição remota.



Figuras 42 e 43: Método da escavação pelo quadriculamento em solo argiloso
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

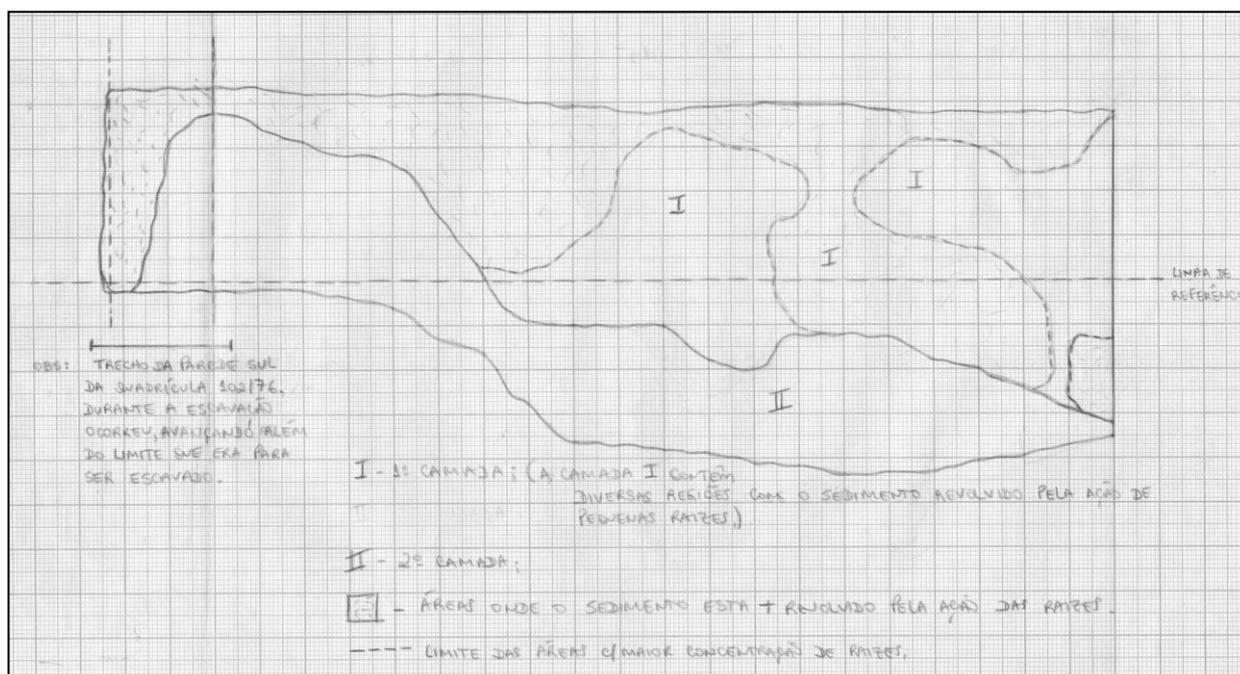


Figura 44: Desenho do perfil estratigráfico da parede oeste da casa 5 (quadrícula 102/76)
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Por outro lado, à medida que se evidenciam os limites das estruturas semisubterrâneas, no caso as suas paredes, a escavação prossegue respeitando-se esses limites identificados, deixando-se de escavar a totalidade do sedimento de cada quadrícula.

Evidentemente que a fins de registro e plotagem das evidências, segue-se tendo como referência as quadrículas previamente definidas.

É muito comum haver, neste sentido, a adequação de uma técnica às características particulares da área que está sendo escavada, uma vez que identificar e evidenciar as formas das estruturas é fundamental. Sítios como os compostos de estruturas semisubterrâneas do planalto, os sambaquis do litoral, ou as grandes aldeias indígenas da Amazônia não apresentam, como muitos sítios europeus e asiáticos, formas quadradas ou planificadas, embora sejam escavados a partir de técnicas como o quadriculamento, que foram criadas para atender às características dos últimos. A busca por uma escavação métrica em estruturas que não são métricas gera a situação que pode ser visualizada abaixo: quadrículas que tem formas bem diferentes da identificada no topo da camada mais profunda da estrutura 5: o centro de uma possível habitação antiga.

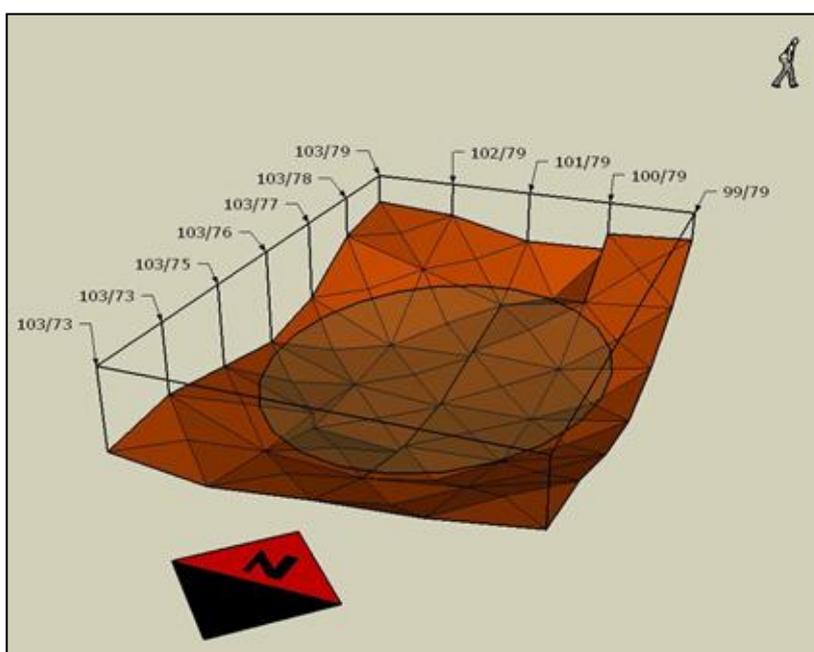


Figura 45: Desenho tridimensional do topo da camada 3 da estrutura 5. A área arredondada e de coloração diferenciada é a área mais plana e central da estrutura. (Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Não menos importantes, os aspectos climáticos e relacionados à cobertura vegetal do lugar igualmente influenciaram nas atividades de escavação, mas desta vez dificultando-as. No primeiro caso, o fato do clima nesta região ser úmido, ainda que moderado, provoca uma quantidade de chuvas considerável, que acaba atrapalhando e impedindo as atividades de intervenção no sítio.

Dias de chuva frequentemente são sinônimos de dias sem escavação. Em Pinhal da Serra, em tais momentos, os membros da equipe geralmente ficavam em casa, realizando tarefas como a limpeza do local em que estavam alojados e a própria limpeza dos materiais arqueológicos encontrados. Além disso, é o momento de colocar em dia os diários de campo, digitando-os, e discutir sobre os rumos que a escavação está tomando. Com o propósito de estender o período de escavações do projeto de medidas compensatórias em Pinhal da Serra, realizei um levantamento, na época, sobre os dias de trabalho em campo que foram prejudicados com a ocorrência de chuvas. Veja a relação referente ao ano de 2006:

<p>Abril/Maio/2006</p> <p>19/05/2006 – chuva a partir do meio da manhã</p> <p>20/05/2006 – chuva desde o início da manhã</p> <p>21/05/2006 - chuva o dia inteiro</p> <p>22/05/2006 – chuva pela manhã</p> <p>Junho/Julho/2006</p> <p>10/06/2006 – chuva o dia inteiro</p> <p>11/06/2006 – muita umidade em razão da chuva</p> <p>16/06/2006 – muita umidade de chuva em noite anterior</p> <p>21/06/2006 – chuva o dia inteiro</p> <p>22/06/2006 – chuva e umidade o dia inteiro</p> <p>02/07/2006 – chuva o dia inteiro</p> <p>16/07/2006 – umidade da chuva da noite anterior</p> <p>Setembro/2006</p> <p>15/09/2007 – chuva o dia inteiro</p> <p>16/09/2007 – chuva pela tarde</p> <p>17/09/2007 – chuva pela manhã</p> <p>20/09/2007 – chuva pela manhã</p> <p>21/09/2007 – chuvas alternadas durante o dia</p>
--

Figura 46: Listagem de dias de chuva em campo, em 2006 (Copé, 2008c)

Ao retornar a campo, após períodos como esses, o cenário encontrado pelos pesquisadores é desolador: lama por todo lado, água e umidade nas estruturas semisubterrâneas, que, por apresentarem uma forma côncava, naturalmente acumulam a água das chuvas.



Figuras 47 e 48: Água da chuva e umidade a dificultar as escavações (estrutura 5)

(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Outros problemas enfrentados nas escavações na região do planalto meridional são as baixas temperaturas e o menor tempo de insolação durante o dia em alguns meses do ano. O frio dificulta os movimentos corporais que envolvem a escavação, enquanto que a ausência de iluminação impede que as características dos sedimentos, especialmente sua coloração, sejam visualizados e distinguidos pelos pesquisadores. São eventos geralmente citados nos diários de campo pelos membros da equipe, como pode ser observado abaixo:

“Paramos para almoçar nossos sanduíches no sol, mas o frio continuava intenso. Retornamos logo para o trabalho, primeiro porque ficar parado dava mais frio e segundo, porque perderíamos a luminosidade cedo em função do tempo meio nublado. Seguimos escavando até umas 16:30h, pois a partir desse horário uma luz meio dourada se infiltrava pelas árvores, deixando toda a estratigrafia de uma cor só, dificultando a visualização de novas camadas e até de vestígios.” (Diário de campo de 01.05.2006)

Mesmo nos dias ensolarados, sem nuvens, nos meses próximos ao inverno e durante essa estação, o sol brilha menos horas por dia, obrigando os investigadores a ficarem em

campo menos tempo. Edgeworth chama a atenção para o fato de que os ciclos de noite e dia, parada para café e/ou almoço, impõem um padrão regular de pausas sobre a atividade da escavação, ainda que este padrão seja frequentemente rompido por mau tempo e outros fatores não previsíveis. Assim, para ele, os ritmos de engajamento e desengajamento coincidem com os ritmos de trabalho e descanso. E quando os arqueólogos estão todos descansando, ou longe do sítio, o campo material também está. Logo, podemos estabelecer uma relação direta entre a atividade ou não atividade dos pesquisadores e o estado do campo material (Edgeworth, 2006a).

Além das imposições climáticas, as características da vegetação existente no lugar também trouxeram obstáculos ao trabalho dos pesquisadores. Por ser um local com muitas árvores, um capão de araucárias, à medida que os sedimentos iam sendo retirados, as raízes dessas e de outras árvores vinham à tona, dificultando assim a escavação (veja a seguir).



Figura 49: Raízes de árvores nas quadrículas
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figura 50: Pesquisador cortando uma raiz
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Outro problema causado pelas raízes das árvores é o de perturbar as camadas arqueológicas e a localização dos artefatos depositados no local quando da sua ocupação remota. Não é raro deparar-se com tal situação em campo, que conduz os investigadores ao questionar e analisar as condições de perturbação dos sítios, que fazem parte dos seus próprios processos de formação com o passar do tempo.

Mais ou menos influenciada pelas características naturais de uma região, a atividade de escavação nos sítios pode ser interessantemente concebida enquanto um trabalho artesanal que requer habilidade e competência por parte de quem se propõe a fazê-lo. É um tipo de

experimento único, que não pode ser repetido e que, por esta razão, deve ser efetuado da melhor forma possível.

Se perguntados quanto à importância de que o ato de mexer na terra possui em suas vidas, certamente a maioria dos arqueólogos diria que se trata de um evento muito especial. Assim como um jardineiro, o arqueólogo lida constantemente com a terra, estabelecendo assim uma forma de contato físico muito peculiar e íntima. No contato com a terra, através das mãos e de uma ou mais ferramentas, tal pesquisador “sente-se em casa”, por assim dizer, pois está acostumado com a tarefa de escavar, retirando sedimentos do chão e encontrando objetos arqueológicos. Geralmente essa atividade é desenvolvida com o uso de ferramentas como a colher de pedreiro.

O produto final de tal trabalho artesanal na terra, desenvolvido através da união de um sujeito habilidoso e ferramentas especiais, como a colher de pedreiro, é um novo lugar, fisicamente e significativamente único: um espaço escavado. Observe nas fotografias abaixo a estrutura semi-subterrânea 5 em diferentes estágios da sua criação enquanto um espaço escavado:



Figuras 51, 52, 53 e 54: Estrutura 5 – Diferentes estágios da criação de um espaço escavado
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

2.2.4.4. Escavação da área superficial 1

A área superficial 1, denominada estrada, foi palco da abertura de vários cortes estratigráficos por ter sido identificada uma grande quantidade de materiais arqueológicos em superfície. A metodologia aplicada foi delimitar a área em quadras de 5x5m e, a partir delas, quadrículas de 1x1m a serem escavadas. Por se acreditar que a estratigrafia desse local seria diferente da encontrada nas estruturas semisubterrâneas, decidiu-se escavar em níveis artificiais de 5 cm. Apenas uma camada foi identificada, a qual apresentava um sedimento marrom muito compactado.

A escavação em um local superficial e relativamente plano mostrou-se muito distinta da realizada nas estruturas côncavas denominadas semisubterrâneas. A primeira constatação que se pode fazer é a de não se exigia movimentos corporais muito diferenciados para chegar

até o local da escavação e para o próprio ato de escavar. Não era necessário subir e descer, escavar curvado, de joelhos, nas mais variadas e difíceis posições, como evidenciado nas situações anteriores (figuras 52 a 55).



Figuras 55, 56, 57 e 58: Pesquisadores escavando na área superficial em posições mais confortáveis
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Por fim, proponho analisar a escavação enquanto uma clareira, no sentido de que permite que entidades, nesse caso materiais, emergjam da escuridão, tornando-se visíveis ao serem trazidas à luz. A metáfora de uma floresta escura que se transforma através da atuação de profissionais como os arqueólogos parece perfeitamente se encaixar nos casos em questão, em que sítios são iluminados ao serem escavados. A escavação de uma área como a estrada mostra-se distinta de uma clareira em uma floresta escura apenas por apresentar limites artificiais, como as quadrículas definidas pelos arqueólogos. Essas marcas podem ser entendidas enquanto linhas que marcam os limites entre o escuro e o iluminado, o escondido e o revelado, o conhecido e o não conhecido, o visível e o não visível. Já a própria escavação é

a clareira onde objetos e padrões puderam emergir da escuridão em que se encontravam. Perceba a seguir tais limites entre o conhecido e o não conhecido, entre o que estava escondido em baixo da terra e que fora revelado através de transações materiais:



Figura 59: Área da “estrada” antes da escavação: O escondido
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figura 60: Área da “estrada” durante a escavação: O revelado
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

2.2.4.5. Não escavação das demais estruturas do sítio

Desde a elaboração do projeto de medidas compensatórias aos danos causados ao patrimônio arqueológico na região de Pinhal da Serra, no início de 2006, por Sílvia Copé, coordenadora do NuPArq/UFRGS e desse projeto, definiu-se que apenas algumas estruturas do sítio Ari Duarte I seriam alvo de escavações, pois haviam limitações no cronograma e no orçamento para as pesquisas a serem realizadas. Essa é uma situação bastante comum na arqueologia, pois a escavação em grandes áreas, na totalidade dos sítios, envolve muitos recursos e tempo disponível para a sua realização. Procura-se, na grande maioria das vezes, efetuar um trabalho pontual, mas minucioso em campo. Veja abaixo a proposta inicial de trabalho para as intervenções arqueológicas a serem realizadas no local:

“Sítio 1/ARI DUARTE 1: Sítio composto por 10 estruturas subterrâneas, 6 montículos e um grande terraceamento que delimita a ocorrência das estruturas. A proposta de trabalho compreende a escavação de poços-teste distanciados 5 metros um do outro numa linha que corte o sítio no sentido Norte-Sul, bem como a escavação parcial de uma estrutura subterrânea grande, uma estrutura subterrânea pequena e três estruturas geminadas. Esta proposta prevê a abertura de 60 quadrículas de 1 x 1 metros, em 30 dias.” (COPÉ, 2006a1, p. 18)

A estrutura subterrânea grande escolhida foi a de número 1, a pequena a de número 5 e as três geminadas as de números 2, 3 e 4. Nenhuma outra intervenção arqueológica mais detalhada foi realizada nas demais estruturas identificadas. Assim, as estruturas subterrâneas de números 6, 7, 8, 9 a 10, os seis montículos de terra e o toda a extensão do terraceamento em volta das estruturas não foram alvo de escavações.

Alguém poderia se perguntar, portanto, de que forma podemos compreender, fenomenologicamente falando, as estruturas não escavadas? Para Lucas, nesses casos não devemos nos referir à ideia de preservação, uma vez que ela se opõe diretamente à de destruição (Lucas, 2001). Que tal, então, pensarmos nestes lugares através da metáfora de clareiras que não tiveram chance de vir à tona em determinadas florestas? Fenômenos que foram encobertos por nunca terem sido descobertos, como Heidegger afirmava? (Heidegger,

2005). Evidentemente que certas pessoas, neste caso arqueólogos, têm o poder de decidir quais clareiras ou fenômenos não serão descobertos, pelo menos em determinado momento. De forma ativa são responsáveis por isto, mesmo sem refletir sobre isso ou até mesmo sem perceber.

2.3 A comunidade remota e a terra

Em todo trabalho arqueológico é fundamental considerar a existência e a atuação das comunidades mais antigas de todas, que modificaram inicialmente os espaços estudados. Todo conhecimento que é produzido em arqueologia visa reconstituir, neste sentido, a vida dos indivíduos que viveram em locais como esses, conhecidos contemporaneamente como sítios arqueológicos.

Logo, torna-se preciso avaliar as ações que envolveram a construção do lugar Ari Duarte I a partir de grandes movimentações de terra, as quais originaram diferentes estruturas no terreno. Para analisar de que forma tais estruturas foram construídas, procurei estabelecer relações entre os manejos citados e as características físicas previamente apresentadas.

A decisão pela construção de estruturas cavadas no solo (e de outras a elas associadas) pode depender de diversas variáveis, que podem influenciar de forma isolada ou, mais comumente, em conjunto, como destaca Copé:

“[...] Entre as razões atribuídas pelos diversos autores consultados, a construção de moradias semienterradas ou enterradas estaria condicionada pela sua localização (latitude, altitude, clima) destacando sua qualidade térmica, pelo tipo de relevo, pelas matérias-primas disponíveis no meio ambiente, pelo desenvolvimento técnico exigido para a manipulação das matérias-primas e edificação, pela necessidade de defesa ou camuflagem, para atender as necessidades criadas pelas mudanças econômicas e a evolução nas relações sociais e políticas”. (COPE, 2006b, p. 3)

Todas essas variáveis relacionadas à adaptação ao meio, referentes à satisfação de necessidades básicas como alimentação e moradia foram, e ainda são, o alvo de estudo da

maioria dos pesquisadores que se dedicam a investigar a ocupação pré-colonial do planalto sul-brasileiro e, mais especificamente, os sítios que apresentam estruturas sob e sobre a terra. Vários estudiosos, coordenadores de grandes centros de pesquisa arqueológica podem ser citados, como Pedro Ignácio Schmitz, no Instituto Anchieta de Pesquisas, Sílvia Moehlecke Copé, do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas da UFRGS (NuPArq) e Pedro Augusto Mentz Ribeiro, que realizava pesquisas no Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) em Santa Cruz do Sul (Schmitz et al, 2002; Rogge et al, 2003; Beber, 2004; Copé & Saldanha, 2002; Copé et al, 2002; Copé, 2006a; Copé, 2006b; Ribeiro & Ribeiro, 1985).

Contudo, para escapar de análises predominantemente utilitárias e funcionais, proponho avaliar os relacionamentos ocorridos entre as pessoas que construíram e viveram nesses locais e a terra – visto como elemento central no engajamento desses indivíduos com o meio físico ao seu redor. Procuo então indícios que possam revelar de que formas tais envolvimento se deram a partir de um olhar perceptivo e sensitivo, focado nos contatos diretos e íntimos ocorridos na prática cotidiana.

Além dos dados empíricos elaborados nas ocasiões em que o sítio foi escavado, em várias temporadas entre 2006 a 2009, utilizo como fontes de estudo os dados obtidos nas intervenções de campo realizadas recentemente, em junho de 2011, previamente citadas. Como tal estudo tinha por objetivo geral compreender melhor as estratégias de ocupação do espaço pelos construtores das estruturas do sítio Ari Duarte I através da análise de sedimentos coletados em diversos locais, internos e externos às estruturas escavadas, acabou resultando em informações interessantes, que vieram a contribuir para a interpretação que eu já estava desenvolvendo sobre o assunto.

No trato com a terra surgiram formas e estruturas que atraíram os arqueólogos a estudar o referido lugar: terraceamentos ou grandes aterramentos no terreno, montículos e estruturas cavadas no solo.

2.3.1 Terraceamento no terreno

Um dos aspectos que mais chamou a atenção dos pesquisadores quando conheceram o local, em 2001, foi a existência clara de elevações de terra no entorno das estruturas. João

Saldanha, ao responder ao questionário citado no capítulo anterior, refere-se a esse aspecto da seguinte forma:

“Lembro de ficar bastante impressionado com a quantidade de movimentação de terras e ver que os “aterros niveladores”, que já tinha visto em outras casas subterrâneas individualmente, servir para nivelar toda uma aldeia”.(SALDANHA, 2010, s/p)

Além da identificação visual desse acúmulo de terras em torno das estruturas escavadas no solo e dos montículos, foi realizada, em 2006, uma tradagem sobre o anel que delimita o conjunto dessas estruturas. Comparando as estratigrafias desse teste com outro, dentro de uma estrutura escavada, observa-se uma semelhança muito grande entre elas, indicando possivelmente que ambas as estruturas foram resultantes das mesmas movimentações de terra empreendidas no local (veja as tabelas a seguir).

Profundidade (cm)	Observações
00-01	Camada húmica com muitas folhas e raízes.
01-39	Camada marrom claro pouco compacta e argilo-arenosa (com raízes em decomposição entre 13 e 18 cm de profundidade).
39-55	Camada marrom alaranjado, compacta e argilosa
55-83	Camada laranja homogênea muito compacta e muito argilosa com alguns nódulos de basalto em decomposição. A partir de 83 cm de profundidade, encontra-se o basalto em decomposição.

Figura 61: Tradagem sobre o “anel” que delimita o conjunto das estruturas subterrâneas (Copé, 2006c)

Profundidade (cm)	Observações
00-26	Camada marrom escuro de folhas decompostas e raízes .
26-80	Camada marrom claro levemente alaranjado, compacta e areno-argilosa.
80-85	Camada laranja, compacta e muito argilosa (como camada 3 da trincheira). Basalto em decomposição.

Figura 62: Tradagem dentro de uma estrutura semisubterrânea do conjunto (Copé, 2006c)

Marcelo Sanhudo, um dos principais pesquisadores envolvidos com os trabalhos de sondagem realizados no sítio recentemente, em 2011, destacou que o questionamento mais importante que norteou tal nova etapa da pesquisa no sítio Ari Duarte I foi refletir sobre como a área de inserção das estruturas fora pensada e arquitetada, uma vez que não havia dúvidas e ter havido um planejamento nesse sentido. Para isso, foi necessário avaliar se a declividade sul, abrupta e delimitadora do sítio, havia sido causada por fenômenos naturais ou antrópicos (Sanhudo, 2011).



Figura 63: Terraceamento ao sul do sítio (Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Por meio de análises granulométricas e de difração de RX, dentre outras, esse investigador está sendo responsável por buscar respostas para tal problemática de pesquisa, e já aponta interpretações neste sentido. Para ele, baseado nas análises que está realizando, nenhum processo natural foi percebido que justificasse essa elevação visível no terreno, o que levou a concluir que de fato trata-se de uma elevação resultante de ação humana. Logo, as estruturas certamente não foram escavadas de maneira aleatória no solo, mas antes exigiram tarefas como o nivelamento do terreno para a sua construção (Sanhudo, 2011).

Assim, em seu entendimento, a sociedade que construiu as estruturas usou a terra como fonte principal de material de construção, acumulando e retirando terra de alguns espaços e marcando fortemente sua presença e suas estratégias no local de vivência, que

envolveram sem dúvida planejamento, requinte, e técnica para ocupar o referido espaço (Sanhudo, 2011).

Outros pesquisadores, entretanto, já afirmavam, igualmente com base em fontes empíricas, a existência remota de um planejamento prévio da configuração espacial das diferentes estruturas semisubterrâneas. Esse é o caso de Saldanha, que, tendo investigado outros sítios com semelhante configuração espacial, afirmou que os terraceamentos podem claramente ser interpretados como niveladores de terreno (Saldanha, 2005). Copé, de modo similar, após realizar detalhadas escavações em um sítio com semelhante configuração espacial localizado no município de Bom Jesus, ressalta que os trabalhos de terraceamento, principalmente na sua área mais íngreme, em uma encosta, visavam proteger as estruturas semisubterrâneas da enxurrada das águas das chuvas. Assim, estaríamos lidando com construções que foram, sem dúvida, muito bem planejadas (Copé, 2006b).

Na realização de tamanho empreendimento certamente foi necessária a participação de vários indivíduos, que se envolveram corporalmente nas ações de retirar e de depositar a terra em diferentes locais. Terra essa que pode ser vista, nesse caso, essencialmente como uma substância.

Segundo Hahn e Soentgen, baseados em definições do dicionário Webster, podemos definir substância como a matéria em seu sentido físico, ou seja, matéria sem forma. A antropologia, ao contrário da arqueologia, está muito mais avançada no estudo das substâncias, podendo ser citadas várias pesquisas em que substâncias como sangue e leite, ligadas ao corpo, são fundamentais em várias sociedades, tendo relação, muitas vezes, com conceitos como o de parentesco. Alguns pesquisadores, neste sentido, tem se dedicado a avaliar como os sentidos, em especial nesses casos, o paladar e o olfato, são importantes para as percepções que determinadas comunidades tem do mundo material (Hahn & Soentgen, 2010).

Uma vez em contato com a terra, os construtores e habitantes do referido local tinham a oportunidade de experimentar essa substância, tendo-a entre seus dedos e mãos, percebendo sua textura, sua temperatura, seu cheiro, sentindo-se, quem sabe, mais próximos da natureza.

2.3.2. Montículos de terra

Inicialmente, muitos pesquisadores defendiam a hipótese de que os montículos de terra encontrados em torno de estruturas escavadas tinham uma função exclusivamente cerimonial, sendo utilizados como áreas de sepultamento dos mortos. Schmitz & Becker, a partir das escavações realizadas na localidade de Água Azul, no município de Caxias do Sul, entre os anos de 1967 e 1970, supunham que os montículos eram os túmulos dos antigos moradores do local. Chamados de pequenos aterros, essas elevações no terreno, que apareciam dispersas entre as estruturas escavadas, pareciam se tratar de sepulturas individuais, ainda que isso não tivesse sido provado empiricamente na ocasião (Schmitz & Becker, 1991).

Tempo depois, outras interpretações começaram a vir à tona, baseadas em dados produzidos em escavações tanto desses montículos quanto das estruturas escavadas. O próprio investigador Schmitz afirmou, a partir de estudos realizados na região de Vacaria, que a terra retirada com o rebaixamento dos pisos era claramente usada para vários fins, como nivelar bordas mais baixas, fazer montículos ou eventuais terraços no terreno. Não era simplesmente espalhada ao redor, em qualquer lugar. Ao comparar a terra retirada em uma estrutura escavada com a de um desses montículos, identificando consistência, cor e composição semelhantes, tal estudioso convenceu-se de que a terra, retirada da primeira estrutura, fora depositada na segunda (Schmitz et al, 2002).

Copé, de modo semelhante, com pesquisas desenvolvidas na região de Bom Jesus, descartou a função cerimonial e funerária relacionada aos montículos de terra dispersos ao redor das estruturas semisubterrâneas. Ao escavar uma trincheira no montículo encontrado no sítio RS-AN-03, em Bom Jesus, identificou uma estratigrafia exatamente inversa das encontradas nas estruturas escavadas no solo, comprovando que a terra que o compõe é resultado da escavação das estruturas pelos povos que as construíram e ocuparam (Copé & Saldanha, 2002).

No sítio Ari Duarte I existem, ao todo, seis elevações de terra, que se encontram agrupadas no lado nordeste do conjunto, que, como sabido, é composto ainda por dez estruturas escavadas no solo e por um grande aterramento ao seu redor. Veja na fotografia a seguir uma dessas elevações claramente visíveis no terreno.



Figura 64: Um dos montículos do sítio Ari Duarte I (em destaque)
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Teriam sido esses montículos formados pelo acúmulo da terra retirada da construção das estruturas semisubterrâneas? Ou teriam sido erguidos com o intuito de depositar os corpos dos habitantes que ali viviam? Infelizmente, apenas questionamentos como esses, retirados da literatura arqueológica, podem ser inferidos acerca da existência de tais vestígios no lugar Ari Duarte I, uma vez que a arqueologia, sem intervenções como a escavação, dificilmente produz descobertas, resumindo-se a meras hipóteses e possibilidades.

De todo modo, é certo dizer que os seis montículos em questão resultaram de um grande esforço coletivo vinculado à realização de ações não arbitrárias por parte de determinados indivíduos. Um empenho consciente e comum em dar àquele local uma espacialidade, uma configuração, e, conseqüentemente uma significação, através da movimentação da terra, uma das substâncias mais presentes nesse lugar.

2.3.3 Estruturas semisubterrâneas

2.3.3.1. Estrutura semisubterrânea 1

Os trabalhos de escavação da estrutura 1 revelaram a existência de 3 nítidas camadas arqueológicas, além da camada húmica, composta por restos orgânicos, que encontrava-se em sua superfície (figuras 60 e 61).

Primeira camada: Apresentava coloração marrom escura, era granulosa e friável. Nela foi encontrado material lítico, especialmente fragmentos pequenos como microlascas de quartzo, calcedônia e basalto. Alguns fragmentos de cerâmica também foram descobertos, embora em quantidade ínfima.

Segunda camada: Era composta por um sedimento mais claro, marrom-alaranjado, um pouco duro e argiloso. Tinha muitas interferências devido às raízes que penetram na terra e perturbam a estratigrafia. Igualmente apresentava material lítico, mas em menor quantidade.

Terceira camada: Ao contrário das outras, essa camada foi evidenciada apenas em algumas quadrículas, no centro da estrutura. Possuía um sedimento avermelhado e argiloso que se encontrava sobre as paredes de basalto decomposto. Nessa camada o material arqueológico encontrado, especialmente lítico, era mais abundante. Estimou-se que essa camada, por ser a mais profunda, era composta por uma mistura de vários sedimentos, da própria camada mais da desagregação das paredes e do fundo da estrutura (o piso de ocupação). Além disso, acredita-se que foram agregados à camada alguns sedimentos externos com húmus, logo após o abandono da estrutura. Com a proximidade da retirada final dessa camada os sedimentos foram ficando mais alaranjados, anunciando a chegada da camada estéril de basalto em decomposição na qual a estrutura foi escavada. Como não foram concluídas as escavações dessa camada não se alcançou o piso original da ocupação da mesma em tempo remoto. Durante a escavação dessa estrutura foram identificados sedimentos diferentes dos encontrados nas três camadas acima descritas, sem, contudo, formarem outras camadas estratigráficas. Foram definidos, pelos arqueólogos, como lentes, encontradas isoladas ou em conjunto, por apresentarem coloração mais escura do que o restante dos sedimentos e carecerem de forma e de unidade. Entre a primeira e a segunda foi encontrada uma lente muito escura, com carvões, e ao longo da terceira camada três conjuntos de lentes, denominadas de features.

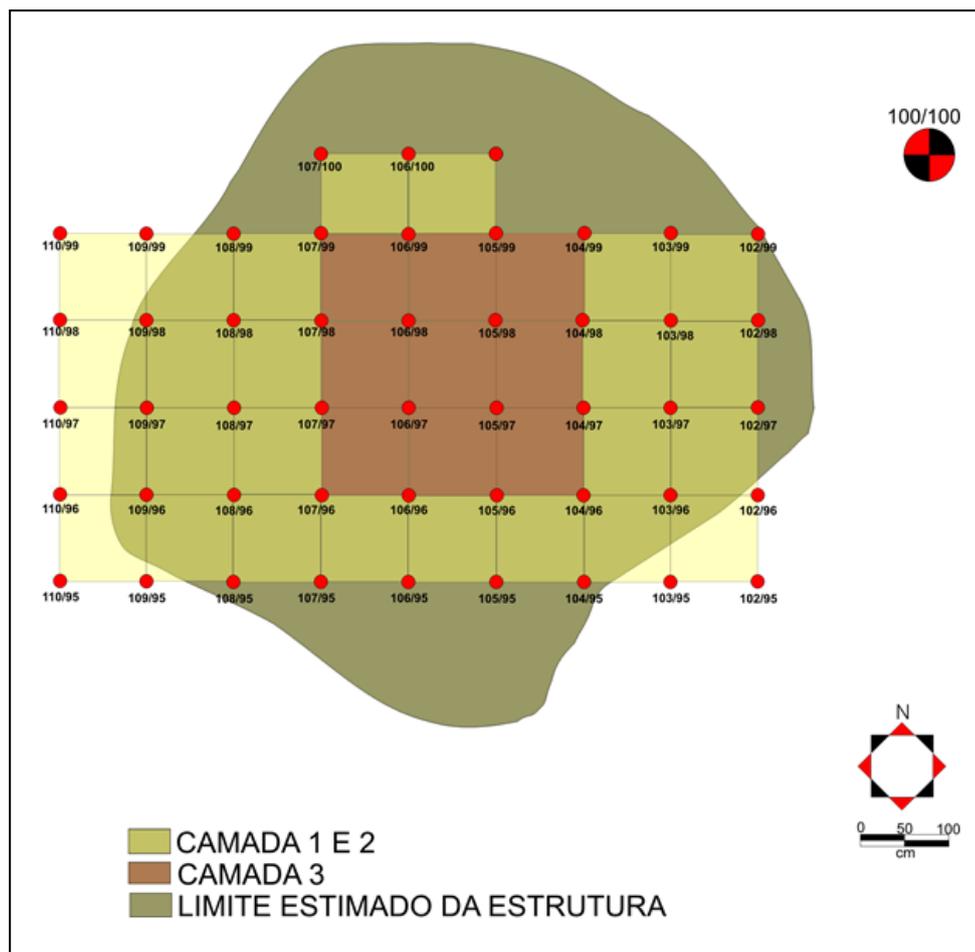


Figura 65: Croqui esquemático da escavação da estrutura semisubterrânea 1 (Fonte: Acervo do NuPArq)

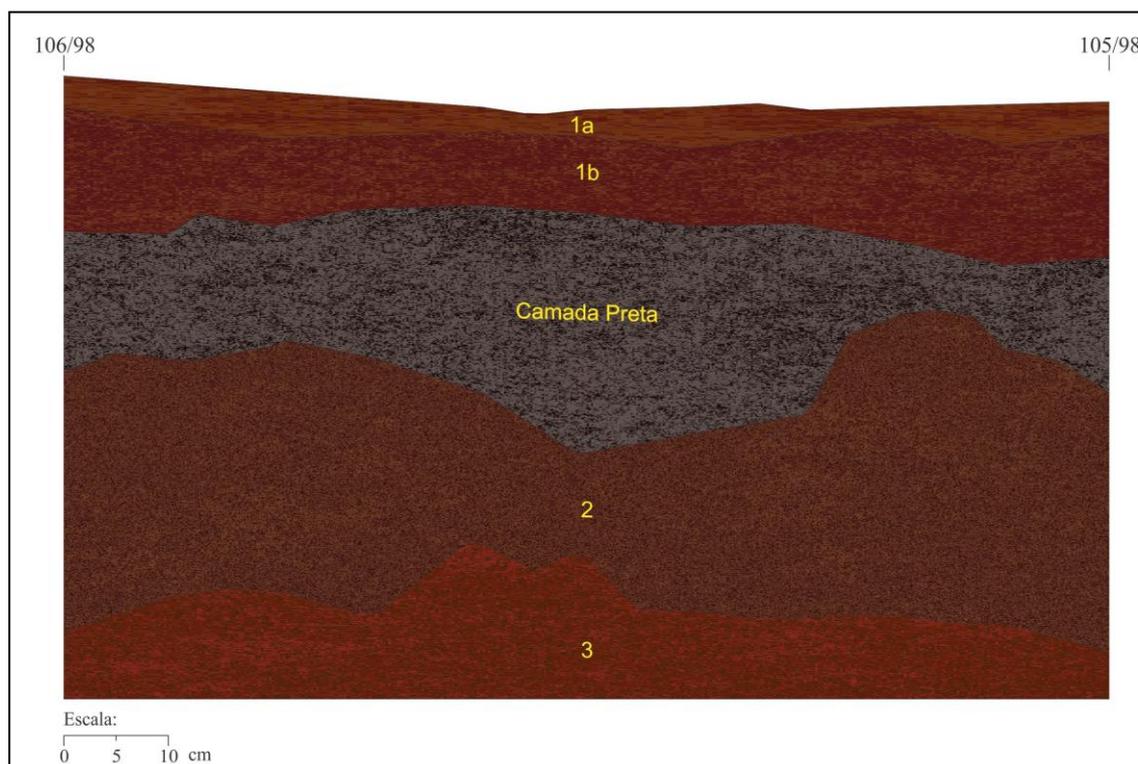


Figura 66: Perfil da parede norte, na quadrícula 105/98 (Fonte: Acervo do NuPArq)

A seguir apresento os principais elementos e características identificados na estrutura semisubterrânea 1 e algumas interpretações elaboradas na ocasião das escavações.

Formato da estrutura: O formato da estrutura era aproximadamente circular (como pode ser observado na figura 60). Com as escavações foi-se evidenciando um afunilamento da forma da estrutura, em direção a um centro arredondado na sua parte mais interna e profunda – característica bastante comum entre a maioria das estruturas semisubterrâneas encontradas no Brasil.

Feature 1 (possível zona de refugio): Na parede da estrutura 1 foram encontradas lentes escuras com evidências de queima, com a presença de carvões e cinzas. Por não apresentar uma forma regular e não ter muita espessura, descartou-se a possibilidade de tratar-se de uma fogueira e acreditou-se ser uma zona de refugio da mesma, que provavelmente se encontraria em outro lugar no interior da estrutura.

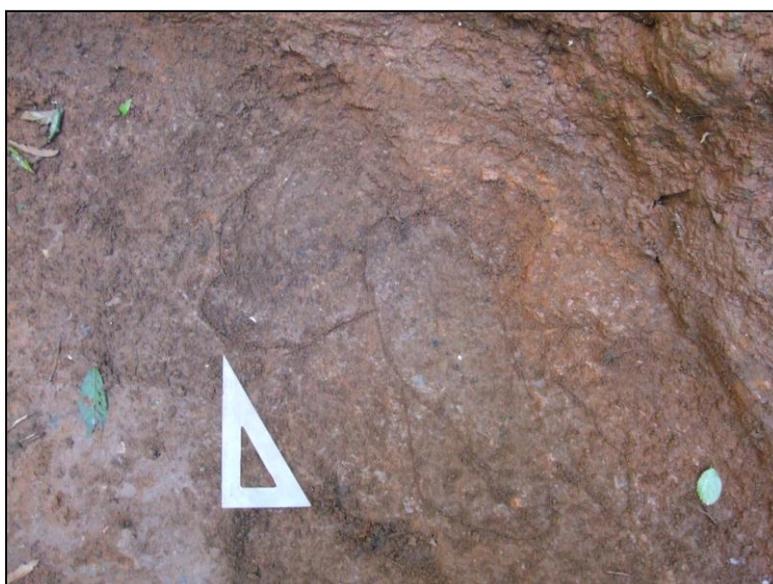


Figura 67: *Feature 1* – Uma possível área de refugio de uma fogueira
(Fonte: Acervo do NuPARq)

Feature 2 (possível fogueira): No centro da estrutura apareceram pedras de basalto associadas a uma mancha escura. Apesar da relativa raridade dos carvões e da presença de raízes, os pesquisadores defenderam a hipótese de se tratar de uma fogueira em bacia funda.

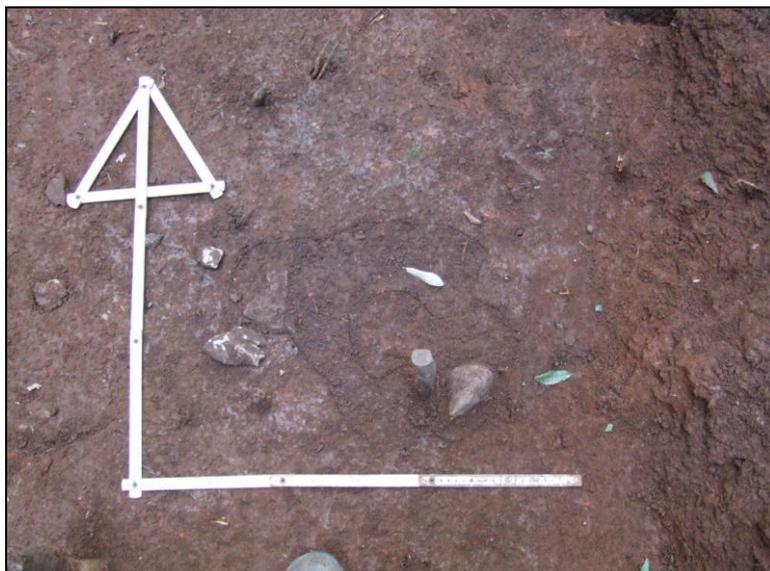


Figura 68: *Feature 2* – Uma possível fogueira (Fonte: Acervo do NuPArq)

Feature 3 (possível buraco de poste): Próximo do centro da estrutura foi encontrada uma mancha preta circular, que talvez fosse o negativo de um buraco de poste, que serviria para a sustentação da cobertura da estrutura.



Figura 69: *Feature 3* - Um possível buraco de poste (note a mancha circular no centro da foto)
(Fonte: Acervo do NuPArq)

Processos pós-deposicionais: Com a escavação da terceira camada da estrutura percebeu-se que os efeitos naturais do local agiram na conservação da estrutura após o seu abandono. Como suas paredes ficaram expostas à chuva, a argila do sedimento que as formavam foram dissolvidos, correram ao longo das paredes e se depositaram em seu fundo, misturando-se com a última camada - a de ocupação. Ao mesmo tempo em que ocorreu este fenômeno de erosão das paredes da estrutura, as águas da chuva trouxeram sedimentos de fora (às vezes até mesmo com materiais arqueológicos) que se depositaram tanto no fundo quanto nas paredes da estrutura. Pouco a pouco se formou uma camada nova de sedimento, que acabou protegendo as paredes e que interrompeu, assim, a erosão. Assim, concluiu-se que o sedimento resultante da desagregação das paredes não representava a forma original delas, já que foi deslocado e depositado várias vezes. E nem o sedimento avermelhado, que foi inicialmente foi identificado como sendo a parede da estrutura, pôde ser considerado como a forma original dessa parede. Esse fenômeno explica porque o sedimento que preenchia o fundo dessa estrutura era mais avermelhado, sobretudo nas bordas, do que o encontrado nas demais estruturas.

2.3.3.2. Estruturas semisubterrâneas 2, 3 e 4

Ainda que as estruturas 2, 3 e 4 não tenham sido escavadas em sua totalidade, a retirada dos sedimentos em profundidade comprovou que elas possuem o mesmo processo de deposição encontrado na estrutura 1 e compartilham algumas semelhanças com a estrutura 5. As camadas estratigráficas são as mesmas (veja os croquis a seguir):

Primeira camada: Apresentava sedimento marrom escuro, granuloso e friável, com muito material arqueológico lítico.

Segunda camada: Formada por sedimento marrom-alaranjado, mais compacto e argiloso do que o do estrato superior.

Terceira camada: Diferenciada das outras por possuir um sedimento avermelhado e argiloso que se encontrava sobre as paredes de basalto decomposto ou misturado com elas descendo até o piso da ocupação das estruturas.

Além disso, identificou-se um sedimento escuro, orgânico, friável e areno-argiloso, entre as camadas 1 e 2, nas áreas centrais das três estruturas, denominado lente preta. Provavelmente se formou com a intervenção e decomposição de raízes e também pela intrusão da camada húmica (ocasionada possivelmente pela ação das próprias raízes). Assim, concluiu-se que a lente preta, por apresentar essas características e por não mostrar-se presente em todas as quadrículas das estruturas, referia-se a um acúmulo orgânico de deposição no processo de entulhamento das mesmas.

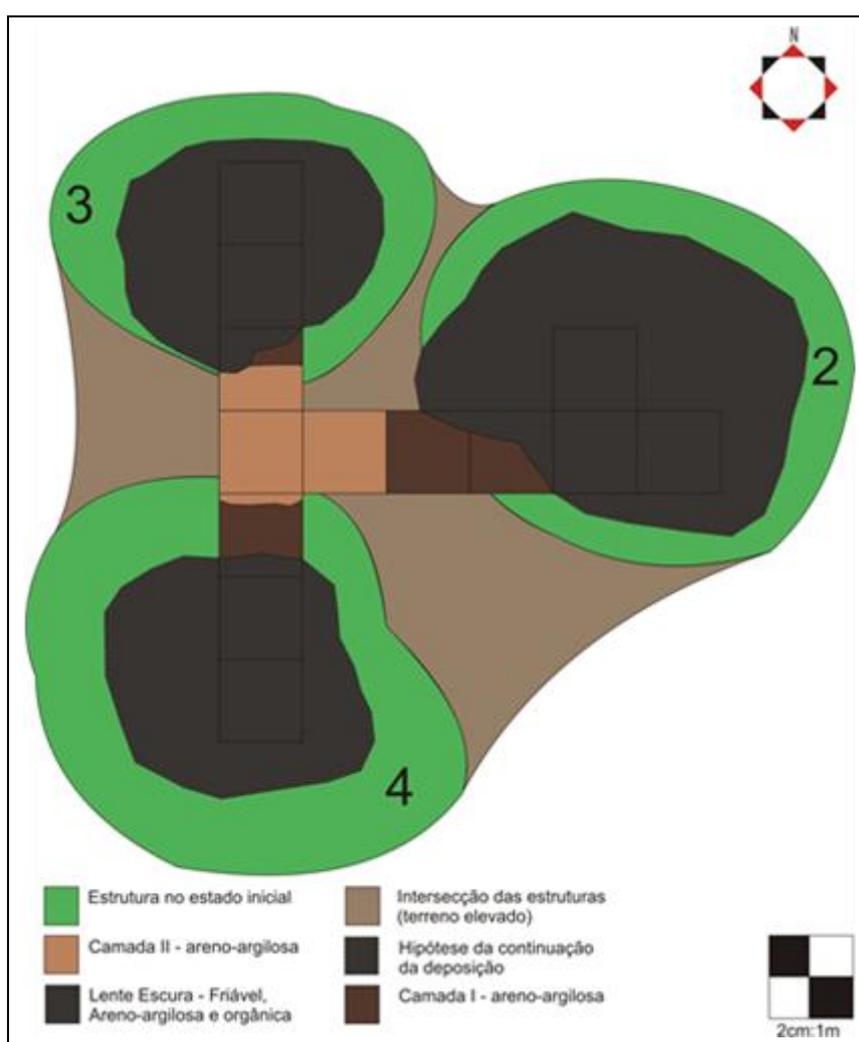


Figura 70: Croqui da escavação das estruturas 2, 3 e 4 com camadas 1 e 2 evidenciadas (Fonte: Acervo do NuPArq)

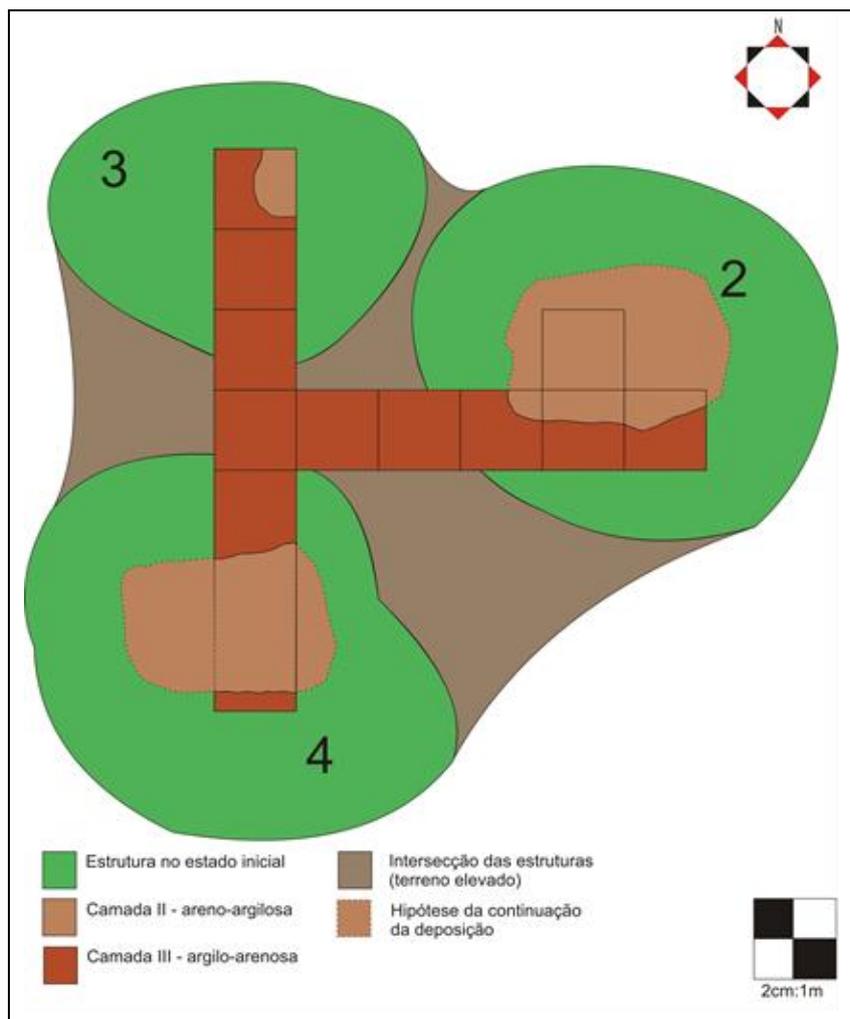


Figura 71: Croqui da escavação das estruturas 2, 3 e 4 com camadas 2 e 3 evidenciadas
(Fonte: Acervo do NuPArq)

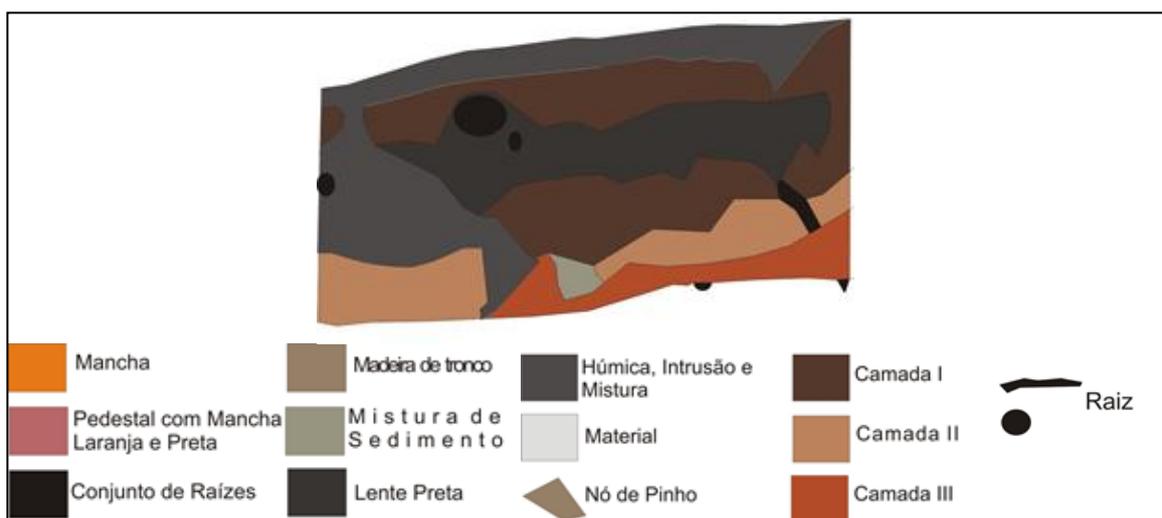


Figura 72: Perfil estratigráfico da parede leste da quadrícula 105/89 da estrutura 2
(Fonte: Acervo do NuPArq)

Mais uma vez, a retirada dos sedimentos depositados sobre as estruturas possibilitou a identificação e a análise dos principais elementos e características vinculadas a elas.

Formato das estruturas e sua relação com os processos pós-deposicionais: Com o processo gerado pelo abandono das estruturas ocorreram desabamentos e outras ações que alteraram tanto os seus formatos quanto os seus tamanhos. A partir dos aspectos materiais evidenciados, os pesquisadores envolvidos com as pesquisas nas estruturas em questão acreditam que a maior estrutura em diâmetro seria a 2, além de parecer estar mais preservada em relação aos desabamentos. Já a estrutura 3 parece ter sofrido muito mais com o processo de deposição, recebendo mais entulhos e apresentando uma forma irregular. Por fim, a estrutura 4, igualmente deformada por desabamentos e pelo crescimento da vegetação, deveria ser a menor e mais profunda delas, num formato semelhante a um funil. O fato das estruturas 3 e 4 terem sido mais atingidas com o desabamento e o entulhamento posterior de terra e demais materiais está relacionado com a sua localização no terreno, estando em uma área elevada e inclinada.

Ligação entre as estruturas: Como a terceira camada não foi retirada, que permitiria chegar nas paredes e nos pisos escavados no basalto, os pesquisadores não tiveram condições de definir a configuração completa das três estruturas e concluir que se tratam ou não de uma única estrutura, com a mesma parede de ligação. Mesmo assim, a configuração do sítio e das demais estruturas existentes nele, que se encontram muito próximas entre si, não apontam para a existência de uma estrutura geminada, e sim de três estruturas construídas independentemente que se encontram muito perto uma das outras.

2.3.3.3. Estrutura semisubterrânea 5

De modo muito semelhante à estrutura 1, foram identificadas três camadas arqueológicas com a escavação da estrutura semisubterrânea 5 (figura 73). São elas:

Primeira camada: Apresentava um sedimento marrom escuro, muito friável e seco, com a presença de artefatos líticos lascados.

Segunda camada: Possuía um sedimento de cor alaranjada e textura mais argilosa e mais compacta do que a do estrato superior. Também foram identificados nessa camada somente artefatos líticos.

Terceira camada: Tratava-se da camada de ocupação propriamente dita, da mesma forma que na estrutura 1. Igualmente apresentava uma coloração alaranjada, embora fosse muito mais compacta do que a que fora retirada anteriormente. Mais uma vez, foram recolhidos apenas artefatos líticos.

Outra semelhança identificada entre as estruturas 1 e 5 foi a presença de sedimentos distintos dos encontrados nos três estratos de terra acima expostos, que não configuravam a existência de uma nova camada. Na estrutura 5, haviam zonas perturbadas por raízes, de coloração escura, que foram denominadas de *camada preta* ou de *camada 1a*. Nessas áreas nitidamente havia uma mistura dos sedimentos das camadas 1 e 2, além de restos de raízes de árvores (veja a seguir).



Figura 73: Área perturbada no centro da estrutura (*camada preta* ou *camada 1a*)
(Fonte: Acervo do NuPARq)

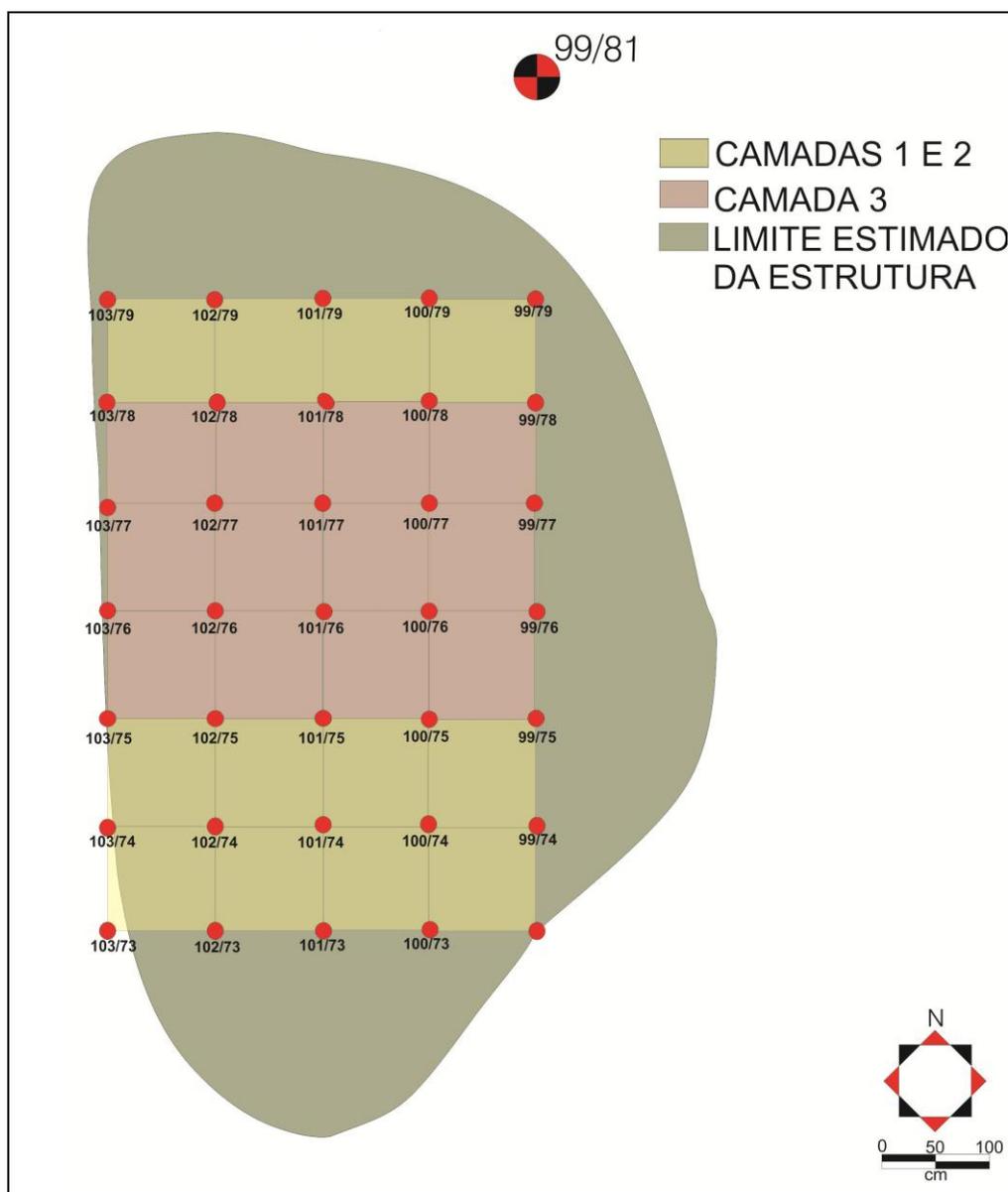


Figura 74: Croqui esquemático da escavação da estrutura semisubterrânea 5
(Fonte: Acervo do NuPArq)

Em seguida destaco algumas características identificadas na estrutura semisubterrânea 5 e possíveis interpretações a seu respeito.

Formatos da estrutura: Novamente percebe-se forma arredondada. Ficou clara, com a retirada dos sedimentos da camada 3, a existência de uma zona central relativamente plana e de bancadas nos arredores. Veja a fotografia a seguir:



Figura 75: Escavação da zona central e plana da estrutura 5 (Fonte: Acervo do NuPArq)

Área de refugio de fogueira: Durante a escavação da camada mais profunda de todas encontrou-se uma zona mais escurecida e com carvão que possivelmente poderia ser de restos de limpeza de uma fogueira. O sedimento nestas zonas apresentava-se mesclado com bolas de argila mais laranja, que podem ser restos de argila queimada junto a parede, possivelmente repetindo o padrão do que foi encontrado na estrutura 1.

Possível negativo de poste: Verificou-se um possível negativo de poste em uma das quadrículas, o qual, no final da escavação, percebeu-se não se tratar disso por não chegar a penetrar nas áreas das paredes das bancadas da estrutura.

Processos pós-deposicionais: A presença de raízes no interior da estrutura, uma vez misturadas com os sedimentos de diferentes camadas, formaram a zona perturbada anteriormente caracterizada, responsável por causar grandes interferências em seu estado após o seu abandono. Muitas raízes, vivas ou mortas, de tamanho relativamente grande, alteraram o contorno das paredes e bancadas encontradas em algumas quadrículas, como pode ser observado no croqui abaixo:

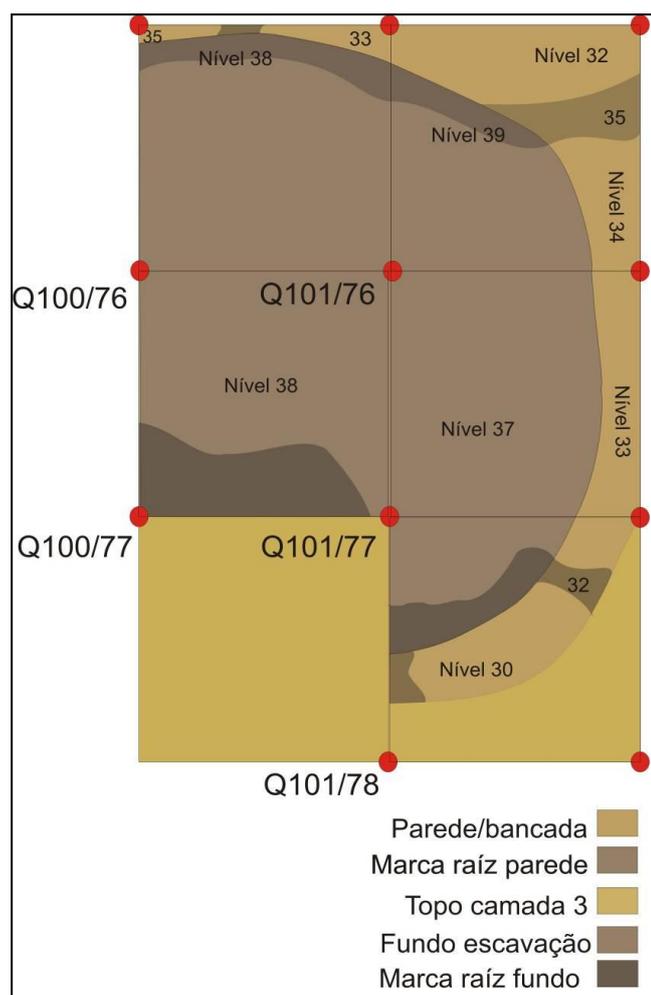


Figura 76: Croqui da escavação em parte da estrutura 5 (Fonte: Acervo do NuPArq)

2.3.4 Áreas superficiais

Segundo Reis, a maior parte das pesquisas realizadas sobre as estruturas cavadas no solo focaram-se apenas em análises restrita delas, excluindo os seus entornos, em locais superficiais, nos quais é muito comum a ocorrência de artefatos líticos e cerâmicos (Reis, 1997). Esse quadro começou a se alterar com o desenvolvimento de escavações nos arredores de tais estruturas, na busca de compreender melhor o modo de vida das sociedades que as construíram e ocuparam.

A escavação da área superficial denominada *estrada* no sítio Ari Duarte I revelou uma quantidade de artefatos maior do que a encontrada no interior das estruturas semisubterrâneas (figura 73). Apenas uma camada foi identificada, a qual apresentava um sedimento marrom muito compactado (croqui a seguir). Nenhuma outra estrutura foi identificada.

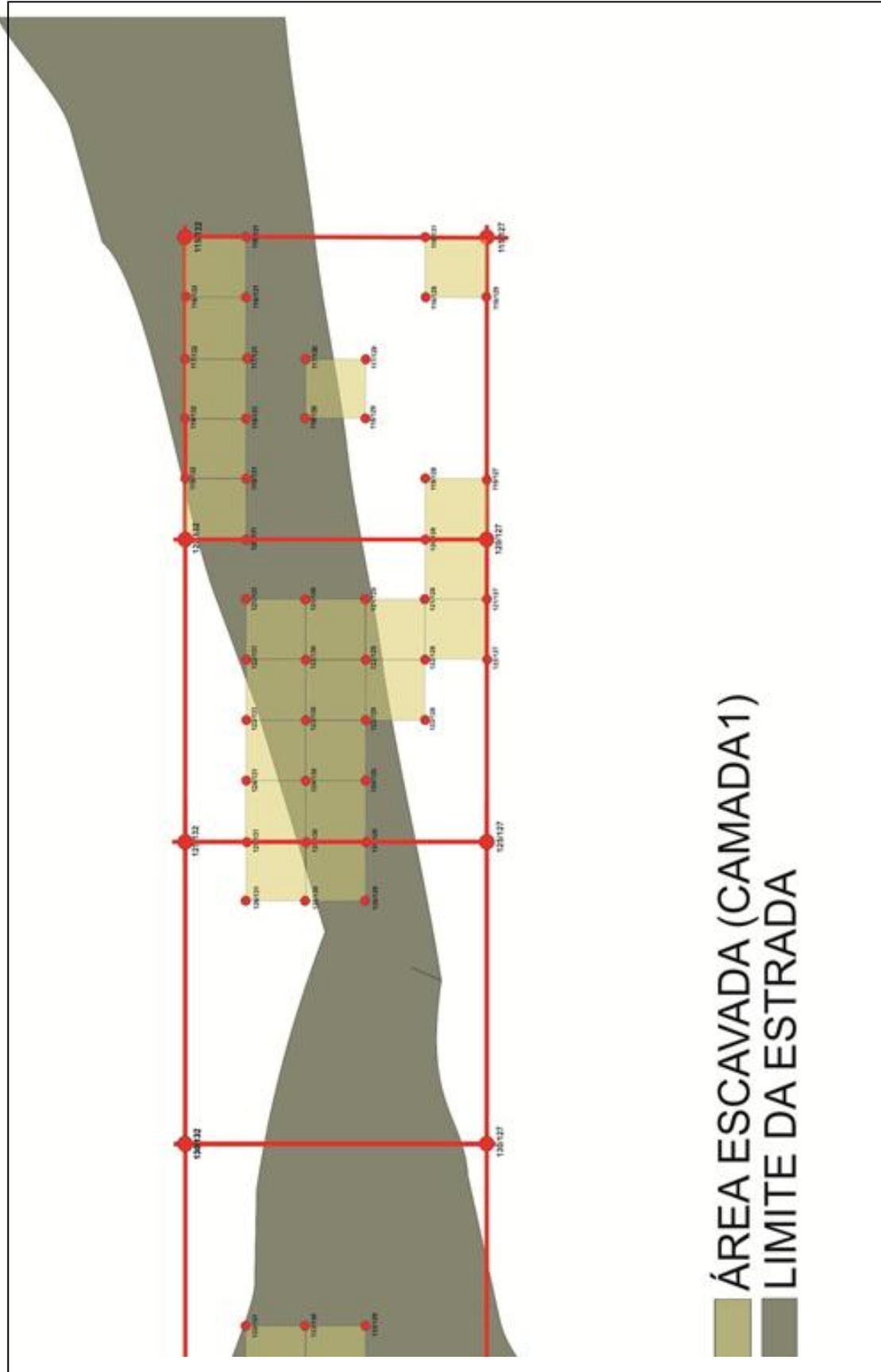


Figura 77: Croqui da escavação da área externa (estrada) com camada arqueológica evidenciada
(Fonte: Acervo NuParq/UFRGS)



Figura 78: Artefatos arqueológicos evidenciados em área superficial do sítio
(Fonte: Acervo NuPArq/UFRGS)

A descoberta de uma área de atividades cotidianas externa às estruturas semisubterrâneas mostra que entrar e sair das estruturas era uma prática habitual das pessoas que viviam no lugar. Subir e descer, desse modo, deveriam ser ações comuns, mas não as únicas, conforme pôde ser visto até agora.

No esforço de conceber o lugar, detalhadamente descrito acima, enquanto parte de um mundo vivido, não há como deixar de lado o envolvimento corporal e sensitivo das pessoas que remotamente o ocuparam, experimentando sua terra. Neste sentido, faço uma tentativa interpretativa e, por que não dizer imaginativa, de listar possíveis e prováveis ações, movimentos e sentidos que devem ter feito parte do cotidiano das pessoas em tal local.

Feche os olhos por alguns instantes e deixe-se levar pelas interpretações aqui elaboradas e por sua imaginação. Você poderá ver nesse lugar:

Adultos e jovens, talvez homens e mulheres, retirando terra de uns locais e depositando em outros, sentindo sua textura, sua temperatura, seu cheiro...

Crianças brincando, correndo de um lado para o outro, de pés descalços, entrando e saindo das estruturas rebaixadas, subindo e descendo, se sujando com terra...

Homens e mulheres realizando atividades cotidianas, dentro e fora das estruturas, ouvindo o barulho do vento, da chuva caindo na terra, dos animais, das crianças a cantar...

Pais ensinando jovens garotos a lascar pedras, sentindo o quanto são lisas ou rugosas...

Mães ensinando jovens garotas a moldar potes, deixando o barro escorrer entre suas mãos...

Todos se reunindo para fazer uma refeição, sentindo seu aroma e sabor...

Sentindo calor, perto da fogueira, ou frio, longe dela...

Alguns levando objetos, alimentos e outras coisas de dentro para fora, e de fora para dentro...

Enquanto alguns estão no lugar, entre as árvores, outros saem para buscar água, frutos, matérias-primas...

De pé, sentados, ajoelhados, deitados, acocados...

Sentindo, ouvindo, vendo tudo o que acontece ao seu redor, dia após dia.

Você foi capaz de ver?

2.4 O Museu do Homem do Planalto das Araucárias e a terra

A substância terra existente no lugar Ari Duarte I sofrerá alterações com a implantação do Museu do Homem do Planalto das Araucárias (o MHOPA) a ser realizada, que contará com três ou quatro estruturas rebaixadas disponibilizadas para visitação pública, nas quais haverá a reposição dos materiais arqueológicos que delas foram retiradas durante as escavações.

Várias estruturas e instalações foram previstas para a transformação do sítio em um museu quando da elaboração do projeto de construção do Parque Arqueológico do Homem do Planalto das Araucárias (o PAHPA) em 2006, as quais podem ser observadas no croqui colocado a seguir (figura 74).

Uma das principais são as trilhas no interior do sítio, através das quais os interessados poderão conhecê-lo caminhando por um circuito induzido por uma passarela de madeira, a qual privilegiará a visita das suas principais estruturas. Lagos artificiais também serão construídos, permitindo assim uma melhor apreciação da paisagem nos arredores do sítio. Além disso, foi planejada a implantação de prédios de apoio, com auditórios, banheiros e estacionamentos, dentre outras instalações (Copé, 2006c).

Em meio a tais estruturas serão inseridas placas de sinalização, com créditos institucionais e conteúdos diversificados desde que não prejudique a visibilidade ou a integridade do sítio. As estradas de acesso igualmente receberão sinalização de orientação turística, a ser definida com base no *Guia Brasileiro de Sinalização Turística*, publicado pelo IPHAN, DENATRAN e EMBRATUR em dezembro de 2001 (Copé, 2006c).

Sobre e sob a terra do lugar Ari Duarte I haverá, em pouco tempo, trilhas, lagos, prédios, banheiros, estacionamentos, placas, e outros elementos, no intuito de transformá-lo em algo completamente diferente do que já fora até então: um museu a céu aberto. Aberto a qualquer um, proporcionará um encontro significativo com uma realidade muito distante temporalmente, mas ao mesmo tempo muito próxima em termos espaciais. Não seria emocionante poder estar em um local há muito tempo habitado, com suas estruturas e objetos originais visíveis, imaginando como teria sido viver nele? Sensações como essa a arqueologia proporciona.

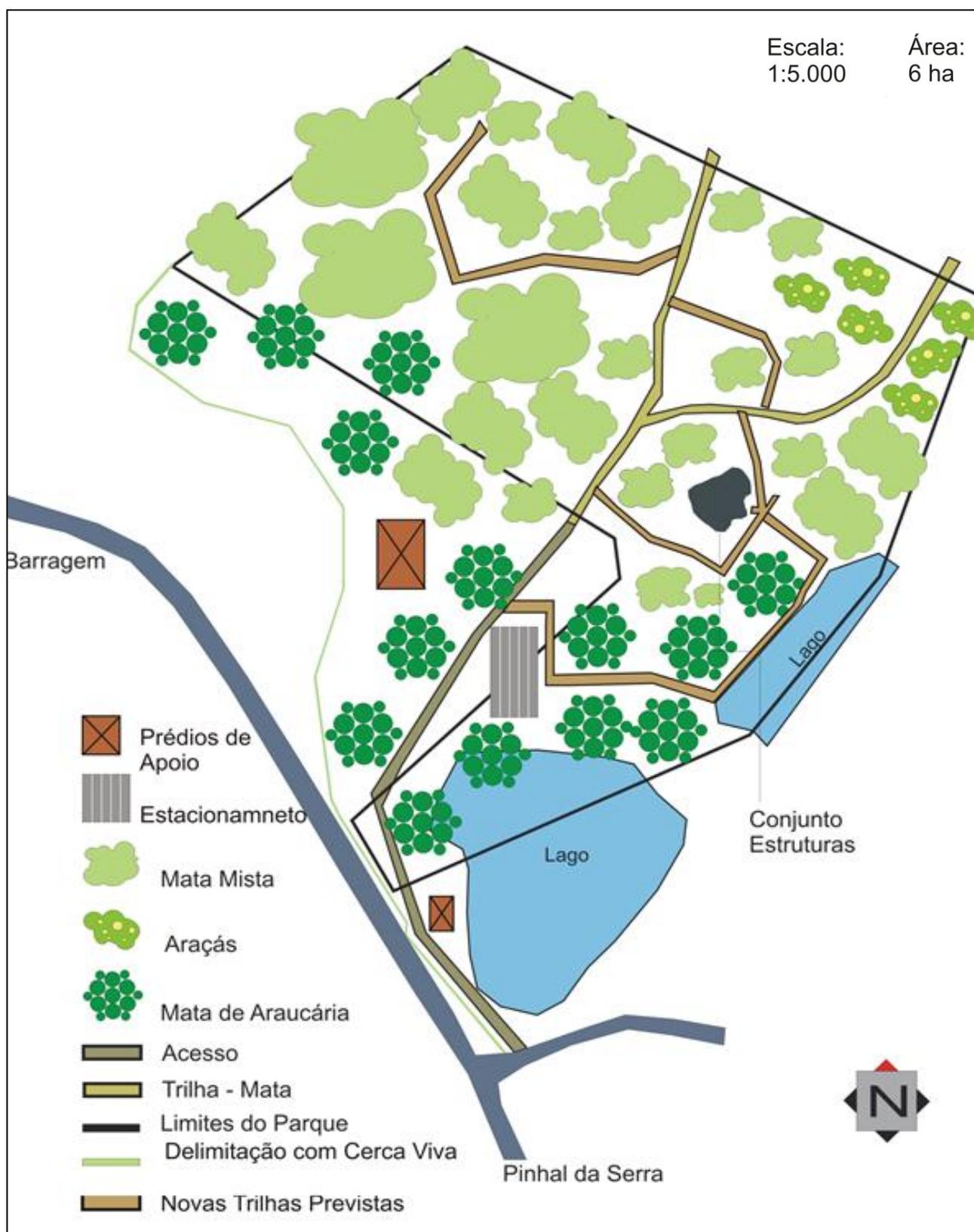


Figura 79: Croqui esquemático da área do Museu do Homem do Planalto das Araucárias, em torno do sítio arqueológico Ari Duarte I (RS-PE-41) (Fonte: Acervo NuParq/UFRGS)

3. As coisas, suas substâncias e o lugar

Que são substâncias? Substâncias existem, aparecem, são fracionáveis, são espécies naturais, elas têm tendências, qualidades, são materiais e concretas.

Que são coisas? Coisas têm lados, se escondem, aparecem, têm tendências, têm história, são substanciais

(HILBERT, 2009, s/p)

Em muitos lugares substâncias como pedra, madeira, osso, metal, argila, fibras vegetais e pigmentos podem ser encontradas. Mas somente em uma parte deles existem coisas - substâncias transformadas pelo homem - como potes de cerâmica, cabanas, instrumentos confeccionados em pedra, osso ou metal, etc.

Conforme Glassie, na troca com a natureza, homens e mulheres fazem coisas, deixando rastros na terra. Muitas coisas, como os objetos, recordam a tecnologia pela qual foram produzidos, encarnando a mente do criador e assim mantendo em suas formas e ornamentos os planos que os precederam e as decisões tomadas ao fazê-los. O mundo entra nos objetos nos seus materiais, permanecendo na textura das pedras, nos brilhos da seda, nos tecidos dos tapetes, e assim por diante. Em suma, os objetos da cultura material corporificam as relações humanas com a natureza e com os elementos que a formam (Glassie, 1999).

Os filósofos Hahn e Soentgen também pensam sobre as coisas, mas do ponto de vista fenomenológico. Eles as percebem, de um modo geral, como substâncias que podem ser parceladas, que ocorrem, e que apresentam tendências, inclinações. São estruturas materiais complexas às quais muitas propriedades podem ser atribuídas e que, geralmente, são associadas com valores específicos que as conferem definições sociais (Hahn & Soentgen, 2010). Ingold, de modo semelhante, compreende a matéria que formam as coisas enquanto materiais, os quais possuem propriedades processuais e relacionais e, portanto, não inertes e

fixadas, que interferem nas formas das coisas ao longo de fluxos de diversos materiais com o meio que os cercam (Ingold, 2007).

Assim, abordando não apenas as coisas, em seus estados finais, mas igualmente o que as constituem, torna-se possível compreender de modo mais significativo como se deram as relações entre as pessoas e o mundo material que as cercavam, relações essas que são propriamente mundanas, como ressalta Thomas (2006).

No presente capítulo analiso basicamente dois tipos de coisas ligadas ao lugar Ari Duarte I: as coisas antigas, ou arqueológicas, antes e depois de adquirirem essa significação, e as coisas não antigas, relacionadas ao fazer arqueológico.

3.1. Coisas antigas

Antes de me propor a discutir e a problematizar de que modos certos objetos assumem novos e diferentes sentidos ao tornarem-se vestígios arqueológicos, naturalmente já havia de deparado com a seguinte constatação: a de que os mesmos objetos podem adquirir novos significados mesmo que suas materialidades permaneçam inalteradas. A fim de compreender melhor como isso se dava na prática, debruicei-me em uma análise descritiva e reflexiva de como certos indivíduos, os arqueólogos, são capazes de produzir novas coisas em termos de significado, a qual poderá ser acompanhada a seguir.

3.1.1. As coisas quando se tornam “antigas”: a definição pelos arqueólogos

Todo e qualquer arqueólogo guarda na memória situações em que ficou diante de objetos, pela primeira vez, perguntando-se se de fato eram arqueológicos. Recordo-me de uma das primeiras escavações em que estive, no verão de 2001, em um sítio incrível de estruturas de terra localizado em Bom Jesus, no nordeste do Rio Grande do Sul, que estava sendo estudado pela equipe do NuPARq/UFRGS. Certamente uma das imagens que não sairá da minha mente é a de um caco relativamente grande de cerâmica (de cerca de 10 x 10 cm), com decoração ponteadada e coloração avermelhada, que encontrei atravessado na parede da quadrícula que estava escavando. Não esquecerei, da mesma forma, de como me senti

desapontada ao saber que não poderia retirá-lo naquele momento, pois o mesmo estava depositado entre duas quadrículas, e a outra ainda não estava sendo escavada. Retirá-lo naquele instante significaria desconsiderar as regras estabelecidas, que faziam parte da metodologia de escavação que estava sendo aplicada. Mas, para mim, significaria poder ter em mãos a primeira grande descoberta arqueológica que fiz: um belo caco de pote cerâmico.

Outro momento que guardo na memória ocorreu quando comecei a realizar uma pesquisa em laboratório, em que analisei o material arqueológico de um dos tantos sítios localizados em Pinhal da Serra, no início de 2002. A primeira tarefa que efetuei foi lavar e catalogar os artefatos coletados em campo. A cada lavagem, ao retirar a terra que cobria as peças, os objetos iam aparecendo diante dos meus olhos. A impressão que tinha, naqueles instantes, era de que estava “descobrimdo” os objetos, pois a água ia revelando aos poucos seus contornos, suas cores, suas texturas. Era muito provável que fossem de fato artefatos arqueológicos, mas a sensação proporcionada pelos primeiros contatos com eles em laboratório era muito especial, única mesmo. Era como estar descobrimdo esses objetos pela primeira vez.

Ao trazer essas situações, que me fazem lembrar momentos muito especiais da minha história na arqueologia, e ao remexer em antigos arquivos, acabei reencontrando algumas dessas peças, que, de certa forma, ajudei a trazer ao mundo.



Figura 80: Lascas de calcedônia reveladas pela prática da arqueologia (sítio Ari Duarte III)

(Fonte: Acervo NuPArq/UFRGS)

Com tais exemplos, retomo o questionamento de Holtorf que apresentei na introdução deste trabalho, acerca de como determinados objetos tornam-se antigos ou, como queiram, evidências arqueológicas. Muitas vezes isso ocorre de modo repentino, como na escavação em Bom Jesus. Em outras nem tão rápido, como no caso em que, ao se efetuar uma coleta superficial em um local com muitos vestígios (como o ocorrido no sítio Ari Duarte III), as atividades em laboratório ajudaram a tornar claro o status arqueológico dos objetos encontrados previamente.

Seja repentinamente ou não, em campo ou em laboratório, fica a cargo, geralmente, de um profissional habilitado, a incumbência de determinar tal caráter antigo e, portanto, não natural dos objetos encontrados. Na maioria das vezes são os arqueólogos que realizam essa constatação, e para quem, certamente, ela faz mais sentido. Retomando Vítor Jorge, enquanto arqueólogos, estamos diante de uma materialidade que herdamos, mas que nós próprios, de certo modo, produzimos, na medida em que os investimos da qualidade de testemunhos de um passado que nos interessamos em conhecer (Jorge, 2000).

Holtorf, em um interessante artigo, avalia os principais momentos da história de vida no presente de um caco de pote, desde a sua descoberta por uma estudante, até o seu arquivamento. Ao citar Thomas, destaca que, a fim de fazermos arqueologia, temos de reconhecer certas coisas como evidências arqueológicas (Thomas 1996, apud Holtorf, 2002). Isto foi exatamente o que aconteceu em uma escavação no topo do Monte Polizzo, na Sicília, em que a estudante Erica encontrou tal fragmento. Nesse momento, assim como em outros, os pesquisadores tinham de tomar uma decisão crucial: saber ou não que a coisa identificada era uma prova valiosa - um artefato, um osso, ou qualquer outra coisa que valesse a pena guardar -, uma decisão rotineira, realizada centenas de vezes ao dia (Holtorf, 2002).

Baseada em uma semelhança aparente com outros objetos, Erica o reconheceu como um caco de cerâmica, considerando útil guardá-lo. Após limpá-lo com cuidado, retirando a sujeira superficial, ela mais e mais acreditava tratar-se de um caco pote. Todavia, segundo Holtorf, a identificação inicial sempre pode ser revista quando mais detalhes do objeto forem revelados, quando for tocado por outros, quando encaixar em outra peça, quando for cuidadosamente limpo entre os dedos. Em pouco tempo, o caco pode tornar-se simplesmente uma sujeira, uma pedra, um osso, uma raiz ou um achado único. Mas tudo isso dependerá de saber como é um caco de pote e, também, de como ele não é. Nesse caso, Erica sabia (Holtorf, 2002).

Por fim, em laboratório, o caco, encontrado e guardado pela estudante um dia antes, foi catalogado e classificado por outros pesquisadores, que tinham mais experiência na identificação de artefatos arqueológicos e suas características. Com uma combinação de letras e números, a peça que Erica achou passou a ser referido como um produto grosseiro, feito à mão, sem decoração, de cor acinzentada-vermelha-marrom-laranja. Posteriormente, foi colocada em um saco plástico e finalmente encontrou seu lugar de descanso final: uma grande sala de armazenamento (Holtorf, 2002).

Holtorf, com essa história, quis tornar claro que as vidas passadas dos artefatos são resultado direto de suas vidas no presente. Somente com uma identificação segura de um artefato e tendo sua antiguidade estabelecida, os arqueólogos podem estabelecer relações plausíveis entre os objetos e as pessoas de um período passado. Ao reconhecer as coisas pelo *o que elas são*, tais profissionais têm condições assim de descobrir *o que elas eram* (Holtorf, 2002, destaques do autor).

Como as coisas encontradas no sítio Ari Duarte I se tornaram antigas? Em campo, durante as escavações, em laboratório, quando foram analisadas, ou em ambos os casos? Vejamos o que os registros (diários de escavação, de quadrícula, relatórios, fichas de análise e outros) revelam sobre isso.

3.1.1.1. Quando as coisas se tornam “antigas” em campo

Com a análise de vários tipos de registros produzidos em campo é possível perceber como os pesquisadores vão conferindo a certos objetos encontrados um caráter arqueológico, identificando-os como artefatos de distintas naturezas, matérias-primas, técnicas de produção e, até mesmo, funções. Em diferentes momentos, vários elementos e/ou características são destacados e registrados pelos profissionais envolvidos.

Durante as prospecções

Quando se procuram objetos em superfície, é importante perceber certas características neles, para que os mesmos sejam coletados. Geralmente, nessas ocasiões, opta-se por registrar

características gerais como a natureza dos vestígios identificados: líticos e cerâmicos, por exemplo. No sítio Ari Duarte I não fora diferente (tabela 6): ao todo foram recolhidas 24 peças líticas na área de atividade 1, a *estrada*.

Ponto inicial	Altura da mira	Ponto visado	Ângulo (°)	Altura	Distância	Observação
P0A	1,380	P40	89,0	1,540	0,150	Área de Atividade 1, lítico 1
P0A	1,380	P42	83,0	1,500	0,175	Área de Atividade 1, lítico 2
P0A	1,380	P43	84,0	1,570	0,180	Área de Atividade 1, lítico 3
P0A	1,380	P44	88,5	1,595	0,180	Área de Atividade 1, lítico 4
P0A	1,380	P45	88,5	1,600	0,190	Área de Atividade 1, lítico 5
P0A	1,380	P46	88,0	1,600	0,200	Área de Atividade 1, lítico 6
P0A	1,380	P47	83,0	1,600	0,185	Área de Atividade 1, lítico 7
P0A	1,380	P48	82,0	1,560	0,200	Área de Atividade 1, lítico 8
P0A	1,380	P49	82,0	1,600	0,205	Área de Atividade 1, lítico 9
P0A	1,380	P50	82,5	1,615	0,210	Área de Atividade 1, lítico 10

Figura 81: Localização de artefatos líticos descobertos nas prospecções em superfície (Copé, 2006c)

Logo, torna-se condição fundamental, para que haja uma coleta de objetos em campo, identificar neles elementos que indiquem ações humanas. Sem isto não há descobertas.

Em tradagens

No capítulo anterior já me debruçara sobre a importância de se realizarem testes em campo a fim de verificar a estratigrafia em diferentes locais do sítio e, quem sabe, descobrir novos vestígios arqueológicos. No caso do sítio Ari Duarte I, tais experimentos foram efetuados concomitantemente com as atividades de escavação da estrutura semisubterrânea 1, em vários pontos da sua área de abrangência. Em algumas delas, além da confirmação da existência de camadas formadas por acumulação não natural de sedimentos, foram encontrados possíveis artefatos arqueológicos, como no caso da tradagem efetivada a norte da estrutura (tabela 7).

Profundidade (cm)	Observações
00-01	Camada húmica.
01-41	Camada marrom escuro com raízes finas, pouco compacta, friável e pouco argilosa (como horizonte inferior da camada 1 da trincheira). <i>Foi encontrada 1 lasca e 1 fragmento de lasca (?)</i> .
41-63	Camada marrom claro pouco compacta, friável areno-argilosa (como camada 2 da trincheira).
63-86	Camada compacta alaranjada, compacta e argilosa (como camada 3 da trincheira). A partir de 80 cm de profundidade aparecem algumas intrusões escuras. Camada de basalto em decomposição.

Figura 82: Aspectos observados na tradagem 3, a norte da estrutura semi-subterrânea 1 (destaque meu, em itálico) (Copé, 2006c)

Perceba, em destaque na tabela acima, que objetos culturais foram revelados pelo teste em questão. Mais do que simplesmente registrá-los em relação à sua natureza (lítica, no caso), o pesquisador responsável pela tarefa pré-classificou as peças, tornando explícitos certos atributos tecnológicos identificados como a técnica de produção (pelo lascamento) e o estágio de produção das peças (como refugos de lascamento). Mesmo sem saber quem realizou tal registro, é certo que essa pessoa sabia reconhecer um fragmento de pedra lascada em meio a outras pedras comuns. Sendo assim, conforme Thomas:

*“This is a material which is familiar to us, and from the moment when it is turned up by the trowel the way in which we understand it is already constrained by a range of prejudices and understandings. We know certain things about how pottery is made, what it can be used for and the conditions under which people can routinely make use of pots. Before we begin, these will inevitably colour the way in which we will interpret the artefact. When the artefact is recovered, it is already a part of a world”*²⁸. (Thomas, 1996: 63; op cit HOLTORF, 2002: 59)

²⁸“Este é um material que é familiar a nós, e a partir do momento em que é trazido à tona pela colher de pedreiro o modo no qual o entendemos já é constringido por uma gama de preconceitos e entendimentos. Sabemos certas coisas sobre como a cerâmica é feita, para o que pode ser usada e as condições sob as quais as pessoas podem rotineiramente fazer uso de potes. Antes de começarmos, isto inevitavelmente colorirá o modo no qual interpretaremos o artefato. Quando o artefato é recuperado, já é uma parte do mundo” (tradução minha).

A qual mundo Thomas se refere? Ao mundo da arqueologia, ao qual pertencem profissionais, professores, especialistas, estudantes em formação, que a cada ano realizam mais e mais pesquisas, escavam sítios, analisam objetos, publicam livros e manuais técnicos que ensinam termos e classificações que ajudam a dar sentido a cada descoberta realizada. É por isso que toda vez que uma coisa é descoberta, mesmo que seja única, ela já faz parte de um mundo.

Por outro lado, igualmente interessante é o fato de que, logo após registrar a segunda descoberta, a de um fragmento de lasca, fora colocado um ponto de interrogação. Assim, ao mesmo tempo em que havia a certeza de como era uma lasca, havia, provavelmente, dúvida em relação a como seria um fragmento de lasca. Pode ser que a peça estivesse muito suja, coberta de terra, e que isso tivesse dificultado a sua identificação naquele momento; ou podemos simplesmente supor que tal pesquisador não estivesse tão familiarizado com todos os atributos e classificações existentes em relação a esses materiais. Talvez, se outro profissional, mais experiente em análises líticas, estivesse realizando tal tarefa, o registro fosse outro. Isso porque a prática da arqueologia está sempre inserida em um contexto de compreensões, conceitos e preconceitos específicos, relacionado sempre a uma espacialidade e a uma temporalidade peculiares, como sabiamente afirmou Thomas (Thomas, 2006, apud Holtorf, 2002).

Nas escavações

Com o desenrolar das atividades de escavação dos sítios muitas coisas são trazidas à luz do presente. Como se trata da principal tarefa de campo, muitos registros são realizados concomitantemente, como os diários de campo e de quadrícula principalmente. Ao ler todos os textos escritos nessas ocasiões e observar os desenhos contidos neles, vários relatos de descobertas de artefatos vão surgindo, bem como de interpretações a seu respeito. Vejamos, primeiramente, dois deles:

Um deles é um trecho do diário de campo da escavação na estrutura semisubterrânea 1 e o outro um diário de quadrícula da área da estrada (figura 8):

“[...] Na quadrícula 104/98, apareceram muitas microlascas, principalmente de quartzo. Aliás, estava surgindo muito material lítico de todas as quadrículas em geral, principalmente material pequeno, como microlascas de basalto, quartzo e calcedônia, algumas lascas maiores e alguns núcleos pequenos”. (Diário de campo de 30.04.2006, grifos meus).

DIÁRIO DE QUADRÍCULA

Sítio: RS-PE-41 Estrutura: Estrada
 Quadrícula: 117/130 Nível: 5 Camada: _____
 Data: 19/01/07 Pesquisador(a): Erica e Silvia
21/01/07*22/01/07*23/01/07
 Descrição da Camada:
 a) textura: _____ b) compactação: _____
 c) composição: _____ d) cor: _____
 e) observações: _____

1	lasca de quartzo + FeO	9	frag. de basalto
2	" de calcedônia	10	frag. de quartzo
3	" de basalto	11	lasca de calcedônia
4		12	frag. de basalto
5	frag. de hematita	13	" de basalto
6	" de calcedônia	14	" de quartzo
7	" de basalto	15	lasca de calcedônia
8	carvão	16	basalto queimado
		17	quartzo

Figura 83: Diário do nível 5 da quadrícula 117/130 da estrada, referente aos dias 19 a 23.01.2007

(Fonte: Acervo NuPArq/UFRGS)

Com a leitura do primeiro registro, percebe-se uma descrição detalhada dos achados na quadrícula, a qual inclui a identificação, além de diferentes matérias-primas, do tamanho das peças e de seus atributos tecno-tipológicos (como lascas e núcleos). Trata-se de uma classificação prévia dos artefatos, provavelmente efetuada por alguém com prática na análise de materiais líticos. Da mesma forma, no diário de quadrícula, a experiente pesquisadora Sílvia Moehlecke Copé, acompanhada de sua filha Erica, ao encontrar objetos e reconhecê-los como sendo arqueológicos, os identificou e registrou segundo a terminologia lítica (lascas e fragmentos de lascamento), acrescentando informações em relação ao tipo de matéria-prima e à presença de alterações térmicas.

Em outro trecho, também referente à estrutura 1, consta que:

*“[...] Retornamos ao trabalho nas mesmas quadrículas da manhã. Na quadrícula 105/99 não apareceu mais material, mas nas quadrículas 106/99, 105/99, 104/99 e 103/99 continua uma grande concentração na camada negra, sendo que surgiu mais uma **cerâmica** na 105/99 e um **furador de quartzo** na 104/99 [...]”*. (Diário de campo de 20.06.2006, grifos meus)

Nesse registro surge, além das recorrentes descrições da natureza dos objetos e das matérias-primas associadas, um atributo de cunho funcional. É sabido que determinar a função pretérita de um artefato não é uma tarefa nada fácil, e que requer a combinação de resultados obtidos em análises bastante especializadas (como dos traços e das marcas de uso contidos nos objetos), no entanto, todo arqueólogo, ao se deparar com um artefato tenta, instintivamente, inferir sua provável utilidade original. Muitas vezes, chegamos até a nomear determinado objeto com a função que presumimos que ele possuíra antigamente: alguns são chamados de percutores, outros de talhadores, etc.

Em julho de 2007, ao se escavar a área denominada estrada, uma concentração de artefatos líticos foi delineada:

*“[...] **Quadrícula 118/131 - Mateus Lovato. Escavou todo o nível 6 e entrou no nível 7 em torno da fogueira. A área escavada é um quadrilátero com 50 cm no sentido norte-sul e 60 cm no sentido leste-oeste (vide diário de quadrícula). O formato da concentração de materiais líticos (termóforas e lascas) ficou melhor delineado. Algum carvão foi recolhido no centro da concentração, ainda no nível 6. No nível 7 e já dentro da concentração, ele era insignificante. Quatro peças foram plotadas neste último nível artificial. Ao que tudo indica, trata-se fogueira destruída e/ou lavada pela chuva.**” [...]. (Diário de campo de 25.07.2007, grifos meus)*

Já no último relato exposto, além das características e atributos antes comentados, percebe-se claramente a tentativa, por parte dos envolvidos, de propor uma interpretação, ainda que inicial, para a concentração dos artefatos identificada: a de tratar-se de uma fogueira destruída e/ou lavada pela chuva. Essa é outra ação comum entre os pesquisadores, ainda no sítio – a de procurar compreender, de um modo relacional e contextual, o campo material em estudo.

Peneirando a terra escavada

Vários utensílios modernos são muito úteis e indispensáveis em campo. Um deles, de grande utilidade, é a peneira. Com o seu uso é possível encontrar peças que, por seu tamanho reduzido, ficam despercebidas durante a escavação. No sítio, ao peneirar-se os sedimentos escavados, na área da estrada, foram descobertos vestígios de pedra lascados em basalto, conforme registrado no diário de campo, em 23.01.2007 (figura 85):

*“[...] **Quadrícula 122/131, escavada por Daniel: encerrou o nível 5 encontrando grande quantidade de carvão em pedaços grandes, achando 8 peças em que prepondera o basalto, o mesmo número encontrado na peneira. Destaca-se entre as peças um perfurador lascado em basalto**”.* (Diário de campo de 23.01.2007, grifos meus)



Figura 84: Uso da peneira durante as escavações no sítio Ari Duarte I
(Fonte: Acervo NuPArq/UFRGS)

Assim, o uso dessa ferramenta possibilita descobrir objetos que, de outro modo, continuariam escondidos no meio da terra. A peneira funciona, nesse sentido, como uma espécie de barreira entre os domínios da natureza e da cultura, deixando passar muitos ecofatos e retendo alguns artefatos. O único inconveniente da realização dessa estratégia para achar vestígios é a de impossibilitar a identificação, com exatidão, da posição original de cada peça no local escavado. Para minimizar tal problema, em geral se peneira a terra retirada em cada quadrícula separadamente.

Quando algo inesperado acontece

Outra forma de ocorrerem descobertas materiais em campo é do modo mais improvável de todos: quando algo completamente inesperado e repentino acontece. No sítio Ari Duarte I, durante um dia normal de trabalho, em 20 de junho de 2006, a equipe de pesquisadores foi pega de surpresa ao ouvir o barulho de uma árvore quebrando no mato. Leia, abaixo, o relato desse incidente e algumas fotografias tiradas na ocasião:

“Encerramos o trabalho no final da tarde, porém quando já arrumávamos nossas coisas na kombi, ouvimos um barulho de madeira quebrando no mato. Era uma árvore que caía, pois havia quebrado nas raízes que estavam podres. Nós fomos até ela para ver o que acontecia no solo onde as raízes levantavam.”

Esperamos algum tempo enquanto a árvore tombava, levando outras árvores menores consigo – a árvore era grande – fazendo um grande barulho de madeira quebrando. Quando ela caiu, criou um grande buraco, levantando terra junto com as raízes, e debaixo dela, dentro do buraco que surgiu, saíram núcleos lascados de calcedônia e basaltos, além de lascas [...]”.
(Diário de campo de 20.06.2006)



Figura 85: Árvore logo após cair no solo
(Fonte: Acervo NuPArq/UFRGS)



Figura 86: Pesquisadores observando objetos
(Fonte: Acervo NuPArq/UFRGS)



Figura 87: Artefatos líticos revelados pela queda da árvore (Fonte: Acervo NuPArq/UFRGS)

Imprevistos como esse podem acontecer, principalmente quando são causados por fenômenos naturais, como no caso relatado acima. Em tais situações, não são indivíduos, como os arqueólogos, que são os responsáveis pela descoberta de objetos e, sim, a própria natureza, que literalmente age por conta própria, permitindo que determinadas coisas surjam

da escuridão e do desconhecimento em que se encontravam até então. E os presentes em campo foram privilegiados com a ocorrência desse fenômeno material que, bem diante dos seus olhos, se mostrou a eles naquele momento.

Na lavagem das peças (no laboratório de campo)

Ainda em campo, em momentos de pausa nas escavações (durante a noite ou em dias chuvosos), os pesquisadores acabam se ocupando de outras atividades que igualmente fazem parte da pesquisa arqueológica, como a digitação dos diários de campo, a escrita de relatórios, ou até mesmo a lavagem das peças coletadas no sítio. Assim, quando os artefatos são levados até o laboratório de pesquisa podem prontamente ser catalogados e analisados.

Em um laboratório improvisado em Pinhal da Serra, na casa em que a equipe ficou alojada durante as escavações vinculadas ao projeto de medidas compensatórias (previamente citado), tais tarefas puderam ser efetuadas (veja as fotografias abaixo).



Figura 88: Casa em Pinhal da Serra onde a equipe do NuPArq ficou alojada
(Fonte: Acervo NuPArq/UFRGS)



Figuras 89 e 90: Lavagem das peças coletadas no sítio Ari Duarte I no laboratório de campo

(Fonte: Acervo NuPArq/UFRGS)

Com a limpeza das peças, ainda em campo, muitas dúvidas que existem sobre se tratarem de fato artefatos podem ser solucionadas, pois, os investigadores conseguem visualizar melhor seus contornos e demais características. Mas em momentos como esse, não cabe ainda determinar, através de registros escritos, quais objetos são arqueológicos e quais não são. Somente no laboratório de pesquisa, mais tarde, a decisão crucial e final será tomada – saber ou não que cada coisa identificada é uma prova valiosa, um vestígio arqueológico que valha a pena guardar, conforme Holtorf (2002).

3.1.1.2. Quando as coisas se tornam “antigas” em laboratório

Além de analisar os registros das atividades efetuadas em laboratório, como tabelas, fichas de análise, fotografias, relatórios, e outros tantos que ajudei a produzir²⁹, trago minhas próprias lembranças de momentos como esse, em que a pesquisa arqueológica, de coletiva e movimentada em campo, torna-se, em geral, mais individual e sossegada em salas de pesquisa. Em seguida, destaco diferentes situações em que certas coisas, uma vez em

²⁹ Desde que o sítio Ari Duarte I começou a ser escavado, em meados de 2006, participei, juntamente com o pesquisador Mateus Lovato, dos trabalhos laboratoriais envolvendo os materiais arqueológicos encontrados e coletados nesse local, assim como dos outros sítios estudados no projeto de medidas compensatórias. Logo, sinto-me à vontade para descrever como essa etapa da pesquisa se desenrolou, permitindo que novas descobertas e interpretações sobre o passado fossem empreendidas.

laboratório, são confirmadas como antigas, enquanto outras perdem tal status, voltando a fazer parte do mundo das coisas comuns.

Inicialmente, na lavagem

Quando os objetos coletados no sítio chegam a um laboratório de pesquisa exatamente do modo como foram encontrados, em meio a terra, ocorrem as atividades de lavagem e secagem dos mesmos. Na lavagem das peças, geralmente usam-se escovas, de tamanhos variados, dependendo do tamanho das peças. Caso sejam materiais muito pequenos, é bastante útil utilizar uma pequena peneira, de modo a evitar que fragmentos se percam. Em seguida, colocam-se os objetos para secar em grandes mesas, geralmente por cima do saco plástico que contém as informações com a localização de cada peça³⁰.

Essa etapa do trabalho laboratorial dificilmente é registrada pelos pesquisadores, permanecendo apenas na memória dos envolvidos. Lembro-me de realizar essa tarefa assim que cada caixa, contendo os materiais coletados em campo, era trazida para a sala 210 do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS – o laboratório do NuPArq – assim que a Kombi, veículo pertencente a essa instituição e carinhosamente apelidada de *tigra*, chegava de uma temporada de campo em Pinhal da Serra. Antes de lavar cada peça havia excitação e expectativa, pois descobertas poderiam ser realizadas. Depois, certezas e/ou dúvidas, deixando todos, incluindo eu mesma, felizes ou frustrados com o que surgira em sua frente.

Através do registro das peças (catalogação)

Uma vez limpos e secos, cada objeto recebe, como de praxe, um número de identificação, relativo a informações como o sítio de origem e a quadrícula e a camada em que foi encontrado. No caso das escavações realizadas no sítio Ari Duarte I, além dessas informações, optou-se por registrar a posição exata de cada material identificado, através da sua plotagem, em documentos como as fichas de quadrícula. Observe na tabela a seguir:

³⁰ Esses são os procedimentos adotados no laboratório de pesquisa do NuPArq/UFRGS.

Número de catálogo	Sítio arqueológico	Município	Estrutura	Quadrícula	Camada
2130	RS-PE-41	Pinhal da Serra	casa 1	101/98	camada 1
2131	RS-PE-41	Pinhal da Serra	casa 1	102/98	camada 1
2132	RS-PE-41	Pinhal da Serra	casa 1	103/98	camada 1
2133	RS-PE-41	Pinhal da Serra	casa 1	104/98	camada 1
2134	RS-PE-41	Pinhal da Serra	casa 1	105/98	camada 1
2135	RS-PE-41	Pinhal da Serra	casa 1	106/98	camada 1
2136	RS-PE-41	Pinhal da Serra	casa 1	107/98	camada 1
2137	RS-PE-41	Pinhal da Serra	casa 1	108/98	camada 1
2138	RS-PE-41	Pinhal da Serra	casa 1	109/98	camada 1

Figura 91: Números do catálogo geral do NuParq/UFRGS³¹.

Assim, um objeto catalogado como 2130-5 refere-se a um que foi encontrado no sítio Ari Duarte I (RS-PE-41), localizado em Pinhal da Serra, que tenha sido identificado na camada 1 da quadrícula 101/98 e que tenha sido registrado, no diário dessa quadrícula, como o quinto a ser descoberto nela e que possui, em tal documento, uma localização precisa de onde foi retirado durante a escavação.

Tal registro minucioso geralmente é efetuado na própria peça, com uma tinta especial, como o nankin, colocada em uma caneta também especial, como a de pena, por exemplo. Outro detalhe importante é que se tenta, quando possível, fazer esse registro nas superfícies naturais das peças, no caso dos artefatos líticos. Nos fragmentos cerâmicos, por sua vez, procura-se escrever em seus lados internos, sem decoração.

Assim, cada objeto recebe uma identificação única, que tem sentido apenas quando relacionada ao catálogo específico em que o mesmo foi registrado. Sem a consulta em tal listagem, tornam-se apenas números, totalmente arbitrários e insignificantes, perdidos em um

³¹ Além dos dados dos vestígios descobertos no sítio em questão, o catálogo de toda instituição de pesquisa geralmente abarca informações de todo o acervo existente nela, ou seja, de todo o material arqueológico que está sob sua guarda. O catálogo do NuParq contém, nesse sentido, dados sobre centenas de sítios estudados ao longo de mais de uma década de pesquisas arqueológicas efetuadas no estado do Rio Grande do Sul. É um tipo de texto que é capaz de contar uma parte da história dessa instituição, pelo menos resumidamente, através de números e informações importantes, como em destaque acima na tabela.

mundo composto de símbolos, existentes por todos os lados, mas que nem sempre podem ser decifrados. Quem mais, além de um arqueólogo, um antropólogo ou outra pessoa familiarizada no assunto, é capaz de decifrar tal código numérico ao visualizar ou ter em mãos um artefato arqueológico?

Logo, como pretendi demonstrar, ao se catalogar uma peça, objetiva-se não apenas registrá-la e identificá-la, mas, sobretudo, confirmá-la enquanto arqueológica, imprimindo nela própria, de modo permanente, um código único, que faz todo o sentido no tempo presente. É uma forma de vislumbrarmos a ressignificação que a arqueologia é capaz de produzir sobre materiais há muitos anos existentes, tornando-os pertencentes e vinculados a um mundo completamente distinto daquele em que foram produzidos e/ou consumidos originalmente, em passados mais ou menos distantes. Como um pintor que coloca sua assinatura em um quadro, o arqueólogo deixa sua marca em artefatos arqueológicos, de modo intencional e talvez irreversível, *condenando-os* a permanecerem em vidraças de museus ou em caixas-arquivo, conforme Hilbert acredita:

“[...] A cultura material arqueológica muitas vezes é maltratada: recebe uma ducha de água fria, sente a escova dura, a incisão dolorosa de um número na superfície, a luz incandescente da lupa binocular e, por fim, quando o objeto se transforma em um ‘Documento Histórico da União’ experimenta o castigo da escuridão quase eterna, ao ser depositado no acervo de um museu”.

(HILBERT, 2009:100)

Quando os objetos são analisados

Em laboratório, os artefatos, ou ao menos assim pretendidos, após limpos, secos e catalogados, são finalmente analisados segundo uma abordagem metodológica particular, por um ou mais pesquisadores qualificados a realizar essa tarefa (pelo menos é assim que deveria ocorrer).

O estudo dos objetos do sítio Ari Duarte I, assim como dos outros incluídos pelo projeto, representou o último momento da verdade para eles: quando, pela última vez, puderam ser confirmados, ou não, como cacos de cerâmica ou artefatos líticos principalmente. Digo isso, pois, é nessa etapa da pesquisa que há a oportunidade de eliminar possíveis dúvidas

que ainda possam existir a esse respeito. É possivelmente a última chance que o arqueólogo tem de decidir se o objeto que tem em mãos é de fato antigo ou não.

Disserto, a seguir, sobre as análises dos artefatos coletados neste local, as quais foram efetuadas principalmente por mim e pelo pesquisador Mateus Jardim, entre 2006 e 2007. Além disso, incluí tanto o estudo dos objetos cerâmicos, desenvolvido por Jonas Gregório de Souza, na mesma época, quanto dos materiais líticos recuperados nas estruturas semisubterrâneas 2, 3 e 4 na última temporada de escavação no sítio, realizada há dois anos, que foram estudados recentemente por Luisa D'Avila.

Nas análises desenvolvidas entre 2006 e 2007, a observação atenta de cada peça, com o intuito de classificá-la em uma lista de atributos tecnológicos e tipológicos, revelou a existência de algumas que, conforme julgamento realizado, não apresentavam características presentes em objetos modificados pela ação humana. Como isso se tornou recorrente, além de outros fatores como a falta de espaço disponível no laboratório para o armazenamento de novos vestígios, decidiu-se pelo descarte das mesmas.

Assim, 471 objetos, pretensamente arqueológicos, que haviam sido recolhidos no sítio, foram descartados no laboratório, perdendo o significado que inicialmente a eles fora conferido. Para fins de registro, todas as informações de procedência dessas peças foram anotadas em tabelas, como a que segue.

Estrutura	Quadrícula	Nº da peça	Camada
5	101/75	3	1
5	101/76	1	1
5	101/76	4	1
5	101/76	5	1
5	101/76	9	1
5	101/78	7	1
5	102/77	3	1
5	99/76	18	1

Figura 92: Dados de parte dos objetos naturais descartados em laboratório

(Fonte: Acervo NuPArq/UFRGS)

O que teria acontecido às mais de quatrocentas peças jogadas no lixo, nessas ocasiões? Podemos imaginar muitas coisas, mas uma, em especial, é muito provável: poucos se preocuparam ou se preocuparam com elas, pois se tornaram meras pedras, britas, pedregulhos - coisas comuns, insignificantes.

3.1.2. As coisas antes de se tornarem “antigas”: quando tudo começou

Um arqueólogo, como já destaquei, é capaz de criar novos sentidos a certos objetos, através do seu trabalho. Mas somente pode fazer isso, pois, alguém, no passado, os criou, tanto materialmente quanto simbolicamente, ou simplesmente deixou vestígios de ações como essa. Sendo assim, verso, a seguir, sobre como as pessoas envolvidas com o lugar Ari Duarte I estavam relacionadas com os materiais que hoje são encontrados e estudados pela arqueologia.

Para tanto, apresento percepções e interpretações sobre os artefatos em relação a seus contextos originais, elaboradas a partir de duas abordagens distintas desenvolvidas desde a análise inicial dos objetos recuperados, em 2006, até a escrita final desse texto, as quais, vislumbradas por uma perspectiva fenomenológica, privilegiam sentidos diferentes possivelmente experimentados no contato tanto com as coisas quanto com suas substâncias.

Destaco, de antemão, que não há como excluir o próprio envolvimento perceptivo do arqueólogo em tal empenho interpretativo, uma vez que cabe a esse profissional, tanto intelectualmente quanto corporalmente, a produção do conhecimento científico sobre o passado.

3.1.2.1. Os vestígios arqueológicos enquanto “coisas”

Existem muitas formas de abordar teoricamente as coisas na arqueologia. Dentre as várias maneiras possíveis, inicialmente destaco a que conceitua a cultura material enquanto uma entidade ativa e constituída por significados. Na década de 1980 tais ideias começaram a entrar em voga, especialmente em obras de autores como Hodder (1992, 1994), Shanks, Tilley (Shanks & Tilley, 1992; Tilley 1998) e Thomas (1996, 2004).

Segundo esses estudiosos, os artefatos possuem um papel ativo na constituição da sociedade, pois são necessários para compor as relações sociais, bem como para mantê-las, uma vez que podem armazenar e preservar informação de ordem social, formando assim uma parte da realidade. Hodder, em seus trabalhos, afirma que a produção dos objetos materiais não é de forma alguma um processo passivo, visto que eles representam e agem ativamente na vida das pessoas (Hodder, 1994). Ao repudiar a cultura material como um objeto analítico de natureza passiva e sua concepção como o fruto de complexos envolvimento entre o homem e o mundo material, é possível considerá-la como parte de uma realidade que é imbuída de significância (Shanks e Tilley, 1992).

A ideia de que as coisas são constituídas por significados não é nada nova na arqueologia. Desde o início da década de 1980 Hodder já afirmava que existem ideias, crenças e significados interpostos entre as pessoas e as coisas, e que poderiam ser atribuídos aos últimos de diferentes formas - de modo não reconhecido, quando os autores agem efetivamente sem acionar conscientemente às suas mentes todos os sentidos das coisas que fazem; não intencional, em que diferentes pessoas podem realizar distintas leituras das ações, associando o mesmo objeto a esquemas conceituais diversos, dentre outros (Hodder, 1983, 1992, 1994).

Ainda conforme Hodder, as significações resultantes das relações estabelecidas entre os sujeitos e os objetos são sempre organizadas por regras e códigos que parecem ser diferentes de cultura para cultura, uma vez que todo sistema significativo é sempre dado pelo contexto no qual o sujeito está inserido (Hodder, 1992). Logo, torna-se um grande desafio para todo arqueólogo conferir significado a um mundo de objetos aparentemente sem significância, como destaca Tilley (1998).

Quando visualizamos uma coisa, todas as atenções se voltam a ela e ao que ela significa. Assim, em contraste com as capacidades sensitivas, nossa percepção visual é orientada principalmente para ela, em sua forma acabada. Assim, ao se ter adotado, inicialmente, uma perspectiva particular focada no material, os objetos encontrados no sítio Ari Duarte I foram observados meticulosamente em relação às suas características individuais - marcas humanas, superfícies, matérias-primas, na tentativa de reconstituir as formas pelos quais foram produzidos, consumidos, descartados e, portanto, significados.

A seguir, descrevo as análises que foram realizadas nas coisas líticas e cerâmicas descobertas nesse lugar.

“Coisas” líticas

Para a análise dos artefatos líticos do sítio Ari Duarte I adotou-se um enfoque teórico e metodológico que privilegiava as características tecnológicas e morfológicas presentes nas peças com o objetivo geral de inferir seus significados tendo em vista os contextos originais em que foram criadas e consumidas – influenciado em grande parte pela perspectiva desenvolvida por Glassie em seus estudos (1999). Assim, procuramos observar a ocorrência de variadas atividades cotidianas, como aquisição e seleção de matéria-prima, processos iniciais e secundários de lascamento ou polimento, uso, reciclagem, (re) utilização e descarte.

Com base nessa abordagem, elaborou-se uma proposta analítica focada principalmente em atributos tecno-tipológicos e funcionais destacados por autores como Collins (1975), Dias e Hoeltz (1997), Andrefsky (1998) e Odell (2004), a qual deu origem a uma lista de atributos que serviu de guia para a análise individual de todas as peças coletadas nas diferentes estruturas do sítio. Apresento adiante, de modo descritivo, os principais resultados e as conclusões elaboradas na ocasião das pesquisas, realizadas em diferentes momentos, vinculadas ao projeto de medidas compensatórias desenvolvido na região.

Na *estrutura semisubterrânea 1* foram ao todo identificadas e coletadas 1934 peças. Grande parte delas, 94%, remetia diretamente ao lascamento, tanto unipolar quanto bipolar, indicando que na estrutura ocorria uma intensa atividade produtiva (tabela 10, figuras 84 e 85). Por outro lado, havia poucos instrumentos acabados, sejam lascados ou polidos, levando a supor que eram descartados em outro local. Isso é bastante curioso, uma vez que os mesmos estiveram presentes em algum momento no interior da estrutura, quando foram confeccionados e/ou quando sofreram manutenção, como demonstra a existência de quase 1% de lascas de reativação de gume no conjunto das peças.

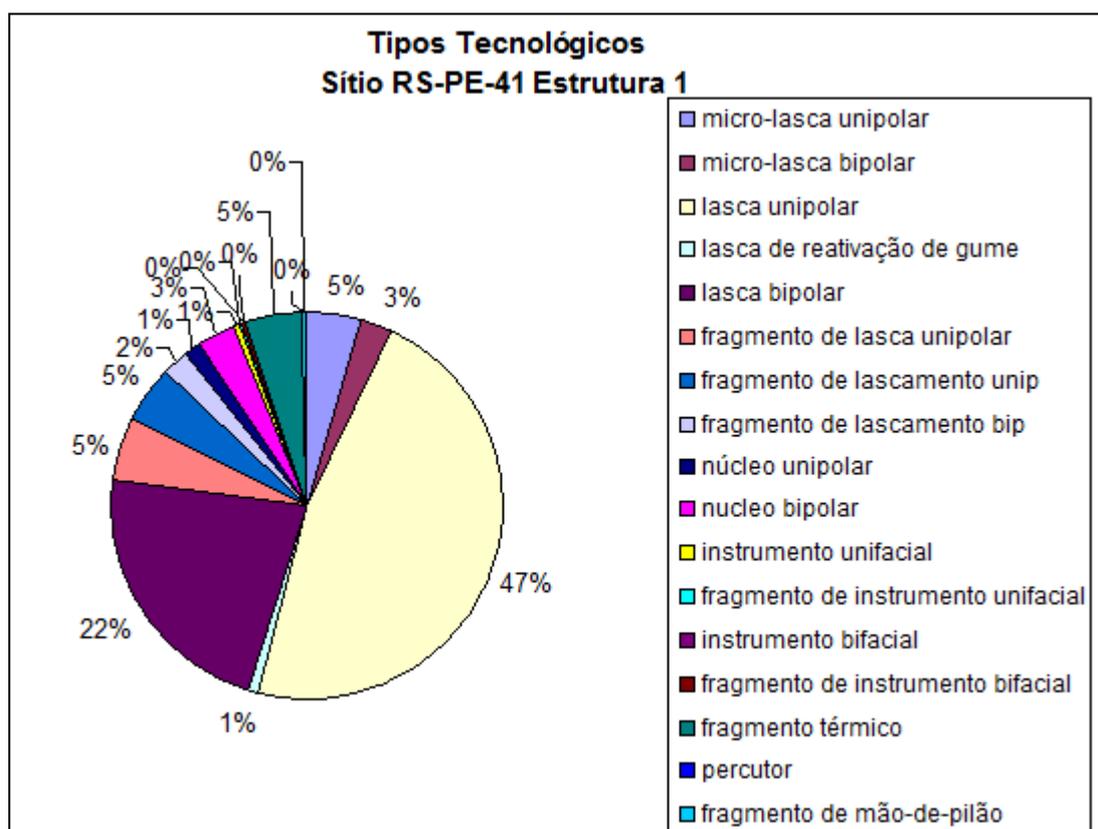


Figura 93: Diversidade de tipos tecnológicos líticos (estrutura 1) (Copé, 2008d)

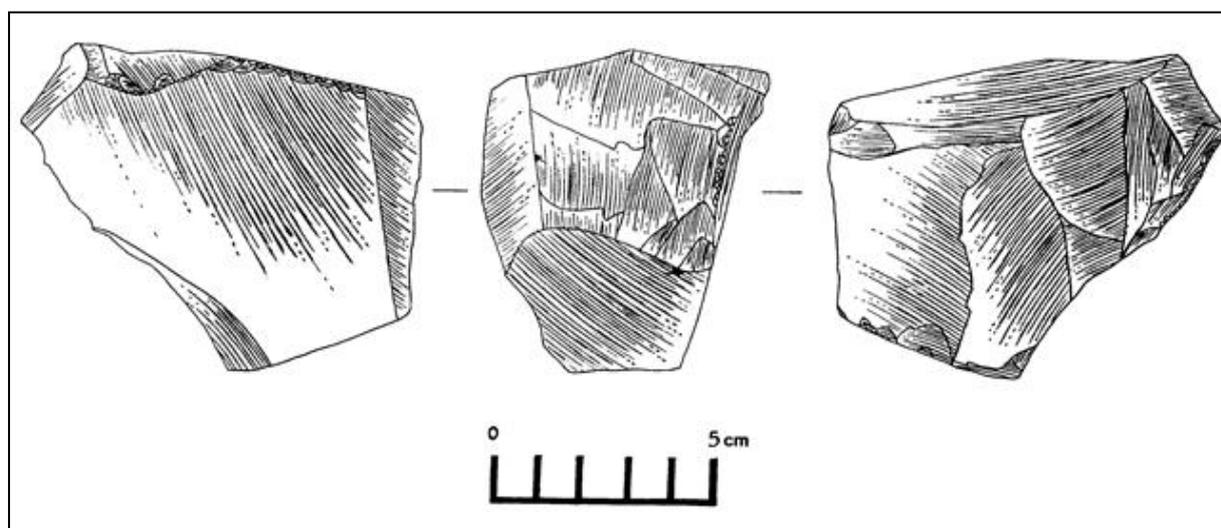


Figura 94: Núcleo unipolar lascado em basalto (estrutura 1)

(Desenho: Carolina Rosa; Fonte: Acervo NuPARq/UFRGS)

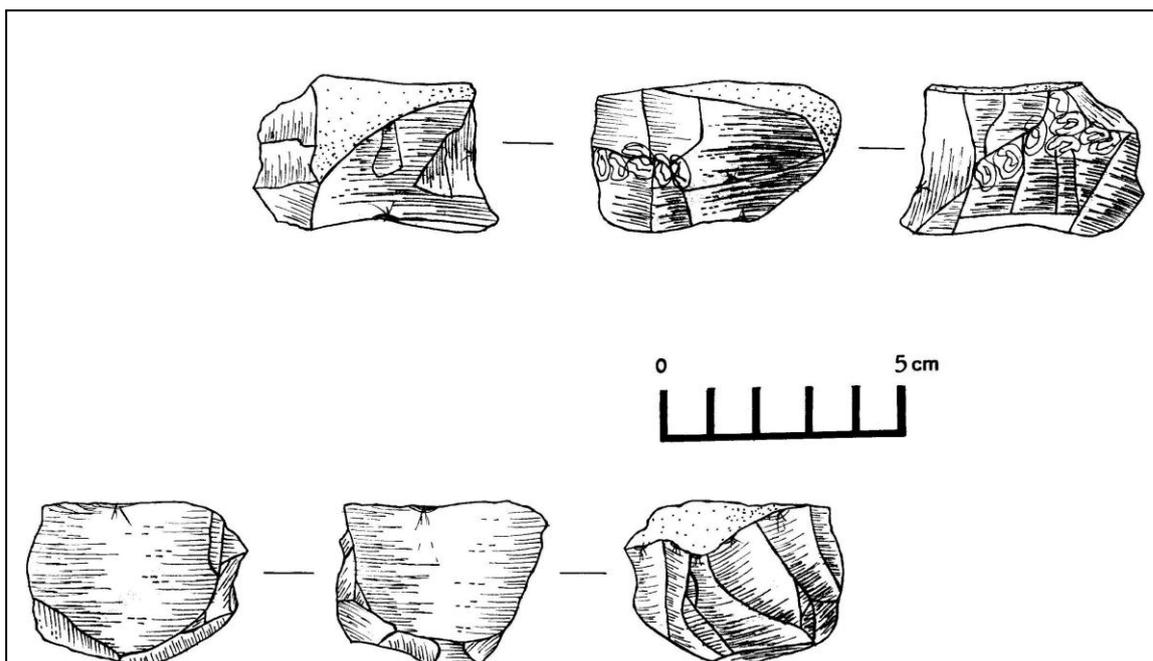


Figura 95: Núcleos bipolares lascados em calcedônia (estrutura 1)
(Desenho: Carolina Rosa, Fonte: Acervo NuPArq/UFRGS)

Além de refugos de lascamento e de instrumentos, pedras que sofreram alteração pelo fogo apareceram em 5% do material. São fragmentos de blocos e de seixos de basalto, que parecem terem sido utilizados diretamente em fogueiras, visto que não apresentavam indícios de lascamento ou de outra atividade. Além disso, há 6% de peças no total que sofreram algum tipo de alteração térmica, seja por quebra ou por alteração na coloração. Estes testemunhos de certo modo ajudam a confirmar a presença de estruturas de fogueiras nessa estrutura, hipótese levantada pelos pesquisadores do NuPArq e apresentada no capítulo anterior.

Pode-se dizer que a técnica de lascamento unipolar, com somente um campo de força, foi a mais aplicada. Isto se deve não apenas pelo fato das lascas unipolares serem mais numerosas do que as bipolares, mas também pelo fato de que a técnica bipolar produz muito mais fragmentos a cada golpe. Os vestígios bipolares, logo, teriam que ser muito mais numerosos para que esta técnica fosse a preponderante.

As matérias-primas empregadas no lascamento eram originárias de blocos provavelmente desprendidos de rochas vulcânicas, representadas pelo basalto e por nódulos gerados no interior destes blocos, como no caso dos geodos de quartzo e de calcedônia. Seixos rolados, igualmente em basalto, são encontrados em pequena quantidade. A calcedônia

destacou-se neste contexto, pois o seu emprego estava bem representado em 41% dos casos (tabela 11).

Acerca da debitagem inicial dos núcleos, visando a modelagem de artefatos unifaciais e bifaciais e/ou objetivando a retirada de lascas a serem utilizadas como ferramentas, é possível afirmar que o desenvolvimento desta ação ocorrera em um local externo à estrutura. A análise das quantidades de superfície cortical presentes nas peças lascadas fornece dados neste sentido, indicando que apenas 6% dos artefatos possuíam toda a superfície dorsal cortical, em contraste com 55% das peças que não apresentam córtex. Logo, grande parte da superfície natural dos materiais era retirada em outra área, talvez próxima ao local de obtenção das matérias-primas, e posteriormente os blocos, com suas plataformas de lascamento preparadas, eram levados para a estrutura a fim de continuarem sendo lascados (tabela 12).

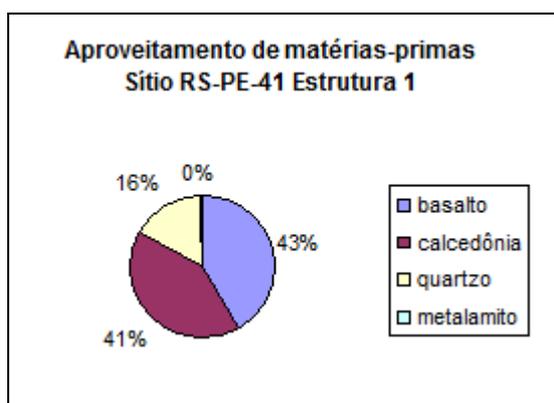


Figura 96: Aproveitamento de matérias-prima (estrutura 1) (Copé, 2008d)

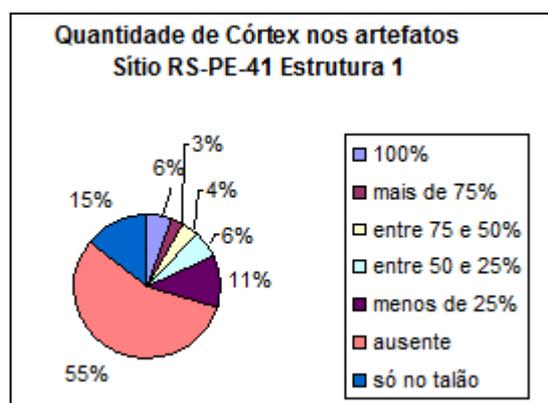


Figura 97: Quantidade de córtex nos artefatos (estrutura 1) (Copé, 2008d)

A presença de apenas 3% de lascas que não possuem cicatrizes de retiradas anteriores igualmente ratifica a ideia do desbastamento inicial dos núcleos em outra área. Caso fossem conduzidos em estado natural para a estrutura, as lascas corticais seriam mais numerosas (tabela 13).

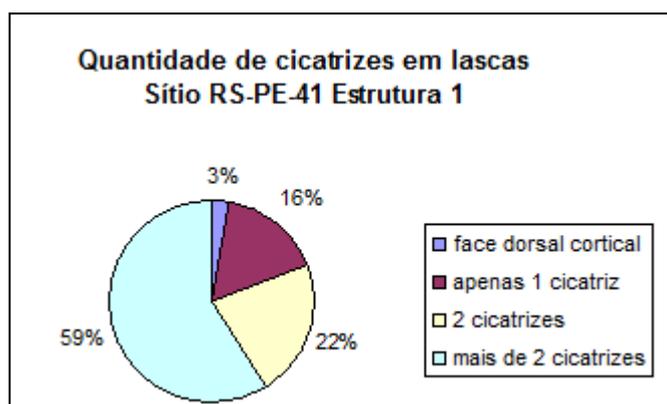


Figura 98: Quantidade de cicatrizes em lascas (estrutura 1) (Copé, 2008d)

Além disso, foram identificadas possíveis modificações, como marcas de uso e retoques de reativação de gumes, em 8% das peças analisadas, tanto em instrumentos acabados quanto em lascas e outros vestígios de lascamento (figuras 86 e 87). Tais vestígios foram identificados macroscopicamente, sem a utilização de instrumentos óticos avançados. Das peças que apresentaram essas marcas as lascas, unipolares e bipolares, foram as mais representativas.

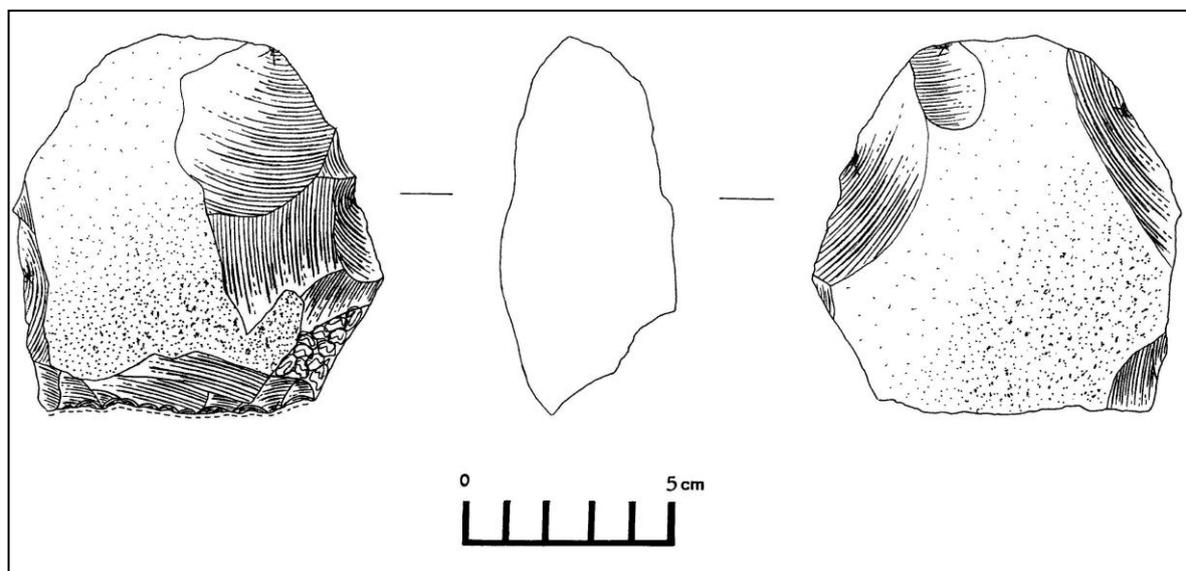


Figura 99: Instrumento bifacial com retoques e prováveis marcas de uso, em basalto (estrutura 1)

(Desenho: Carolina Rosa, Fonte: Acervo NuPARq/UFRGS)

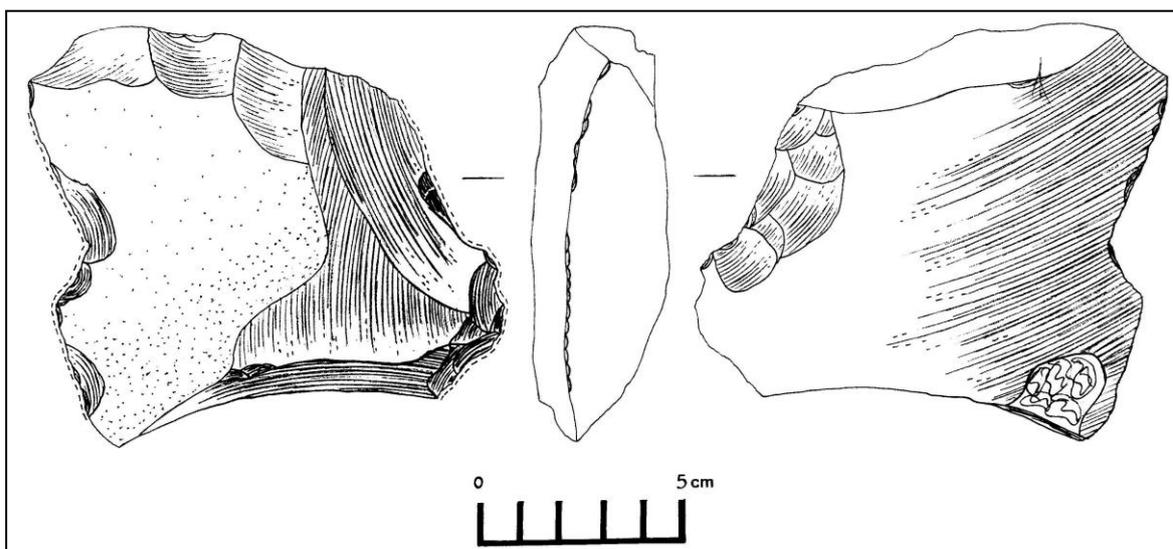


Figura 100: Lasca unipolar com retoques e prováveis marcas de uso, em basalto (estrutura 1)

(Desenho: Carolina Rosa, Fonte: Acervo NuPArq/UFRGS)

Nas *estruturas semisubterrâneas 2, 3 e 4*, foram recuperados 234 objetos no total, abrangendo artefatos líticos e fragmentos naturais. Ao que se refere à matéria-prima, percebeu-se que o basalto e a calcedônia estavam mais representados do que outros materiais, com 40% e 44%, respectivamente. Apesar de não ter a melhor qualidade de lascamento, o basalto era muito utilizado por ser bastante recorrente na região. A calcedônia, por sua vez, apresenta um fio muito cortante quando lascado, e também é uma das rochas presente em abundância no local (D'Avila, 2010).

As análises realizadas por D'Avila (2010) indicaram que as lascas eram os materiais mais encontrados em todas as camadas, mostrando uma predominância nas atividades de debitage, tanto unipolar quanto bipolar. Outra grande parcela das peças foi classificada como detritos ou fragmentos de lascamento, que, em sua maioria, não apresentaram características que pudessem defini-las. Além disso, fragmentos naturais e de origem térmica estavam bem representados. Os últimos poderiam estar relacionados a blocos que receberam tratamento térmico para o lascamento e/ou fraturaram com seu o descarte, perto ou dentro de fogueiras (tabelas 14 e 15).

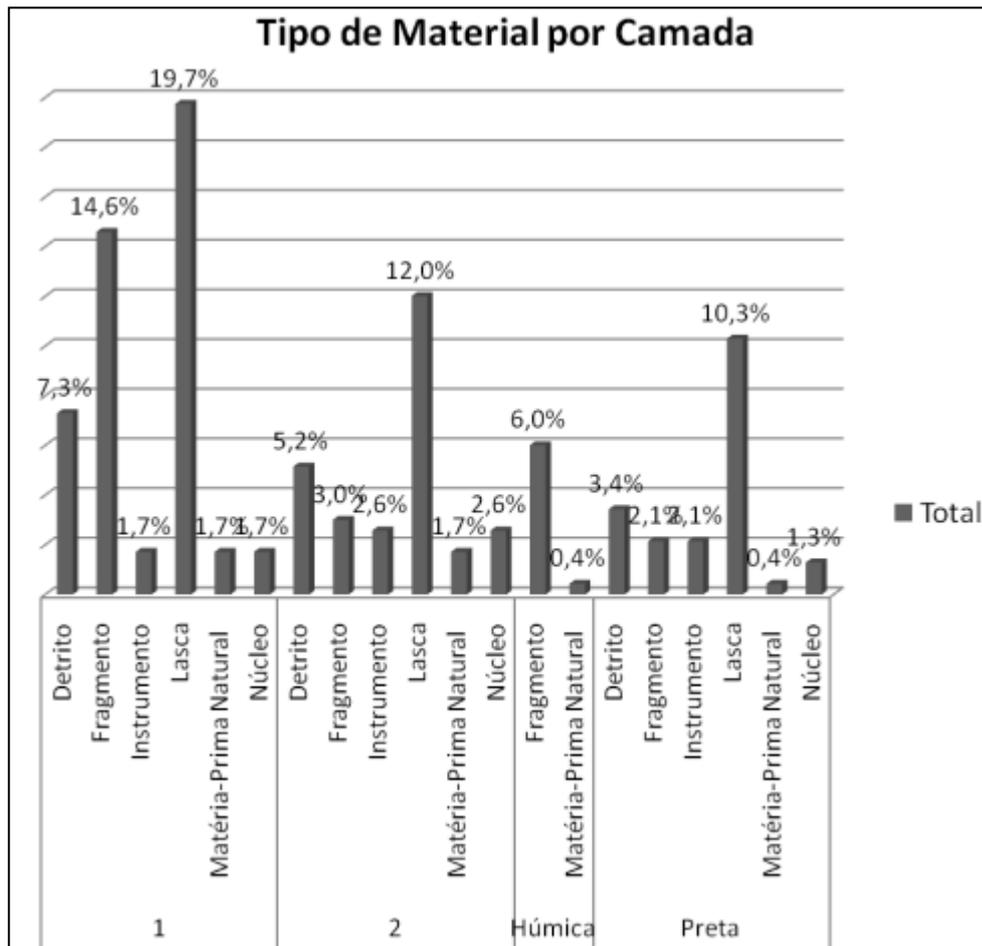


Figura 101: Tipos tecnológicos identificados por camada (estruturas 2, 3 e 4) (D’Avila, 2010)

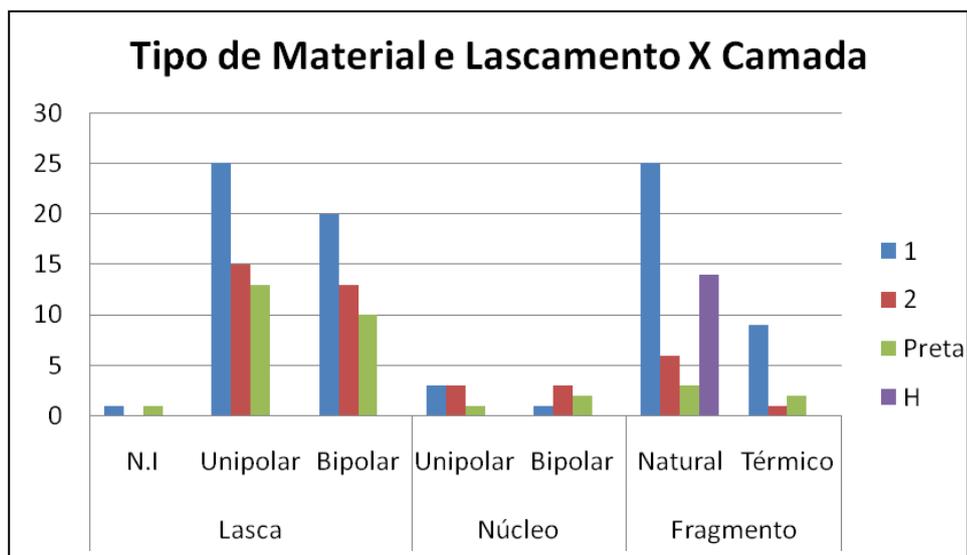


Figura 102: Vestígios de lascamento por camada (estruturas 2, 3 e 4) (D’Avila, 2010)

Núcleos foram identificados em pouca quantidade, assim como instrumentos acabados inteiros e fragmentados, como no caso de um fragmento de uma mão-de-pilão e dois de machados polidos. Em cerca de metade dos instrumentos havia indícios de utilização, nas formas de retoques e marcas de uso. No caso das últimas, foram evidenciados pequenos negativos irregulares, os quais geralmente apontam para a realização de atividades de corte e serragem ou raspagem. Algumas lascas igualmente possuíam tais características de utilização, com gumes retocados e com marcas de uso (imagens 88 e 89) (D'Avila, 2010).

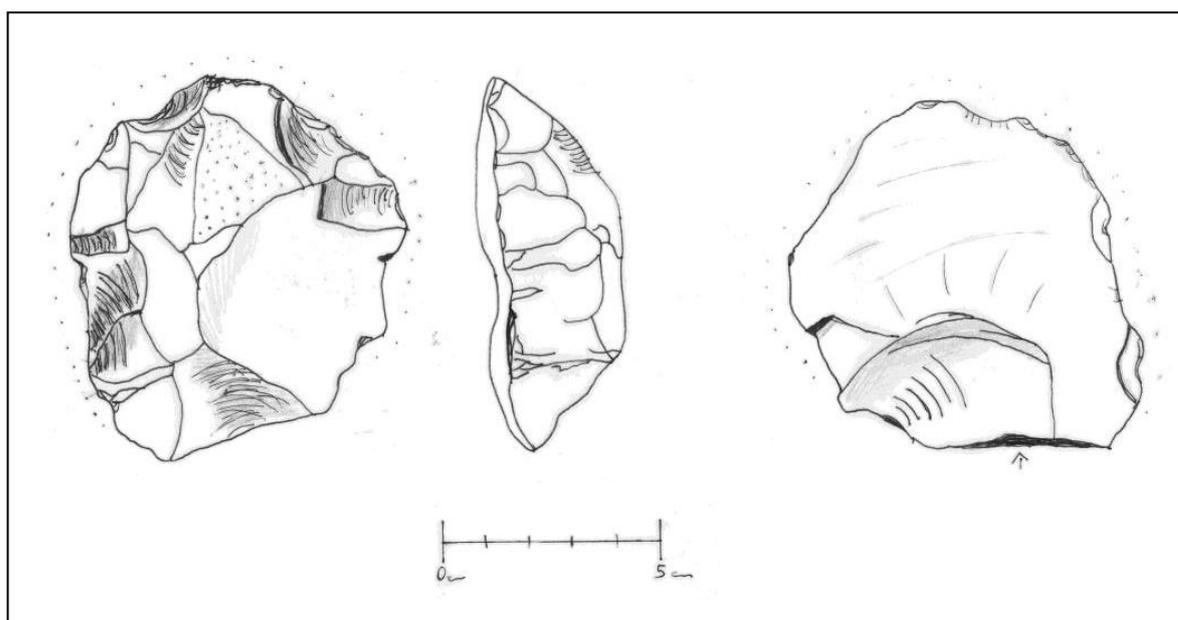


Figura 103: Instrumento unifacial com retoques e prováveis marcas de uso, em basalto (estruturas 2, 3 e 4)
(Desenho: D'Avila, Fonte: Acervo NuPArq/UFRGS)

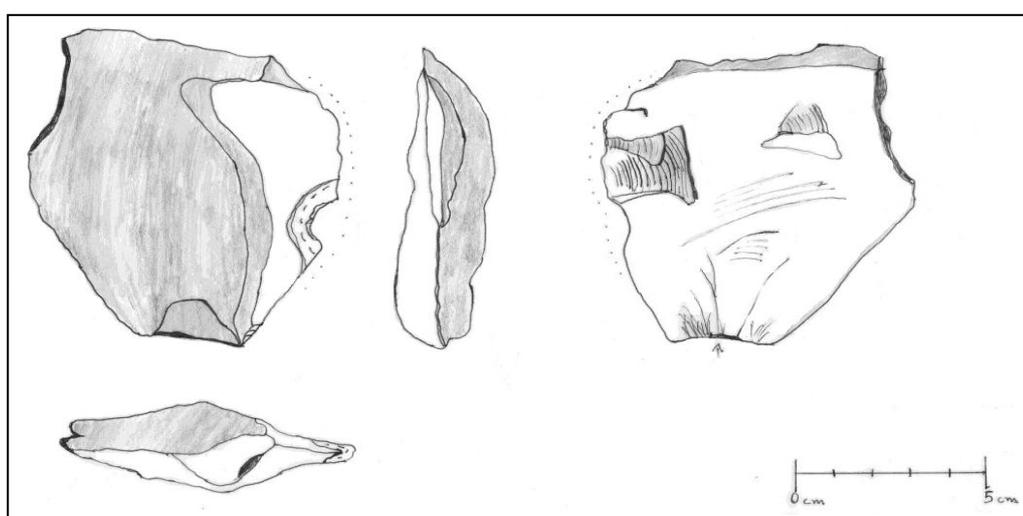


Figura 104: Lasca unipolar com prováveis marcas de uso, em basalto (estruturas 2, 3 e 4)
(Desenho: Luisa D'Avila, Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Quanto à superfície natural presente nas peças, em mais de 50% de lascas unipolares e bipolares esta característica era ausente, indicando provavelmente uma preparação inicial dos núcleos em outro local. Uma vez descorticados, eram trazidos para o interior dessas estruturas para o restante das etapas de confecção (D'Avila, 2010).

Na *estrutura semisubterrânea 5* havia ao todo 200 artefatos líticos.³² Desses, mais de 90% referem-se a produtos da aplicação da técnica do lascamento, tanto unipolar quanto bipolar, enquanto que o número de artefatos, polidos ou lascados, é pouco representativo, de modo semelhante ao observado na estrutura 1 (tabela 16, figura 90).

Novamente, destacam-se fragmentos de blocos e de seixos de basalto que sofreram algum tipo de alteração pelo fogo, que compõem 3% do material, bem como artefatos modificados termicamente na mesma proporção. Esses testemunhos materiais podem indicar a presença de estruturas de fogueiras já destruídas nas camadas escavadas, ou ainda intactas no restante da camada 3, que ainda não foi completamente retirada. Ou ainda, podem ser representantes de uma área de refugio de uma fogueira, conforme a interpretação elaborada pelos arqueólogos responsáveis pela escavação da estrutura e discutida no capítulo anterior.

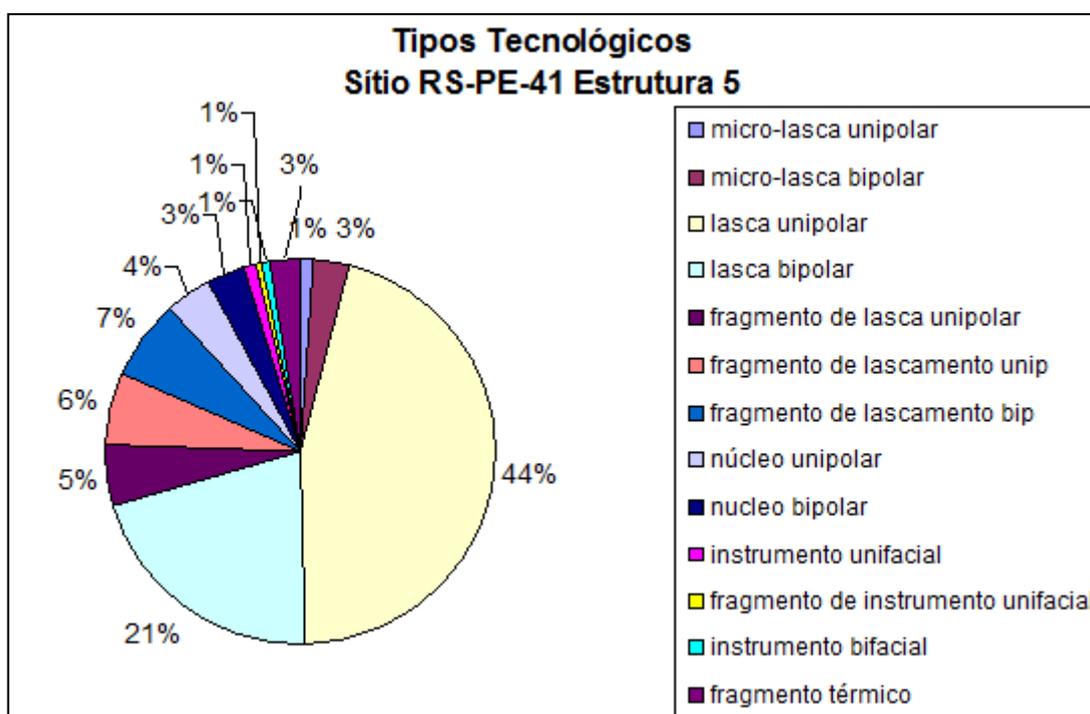


Figura 105: Tipos tecnológicos identificados (estrutura 5) (Copé, 2008d)

³²É importante destacar que a camada 3 da estrutura semisubterrânea 5 não foi escavada em sua totalidade até o momento.

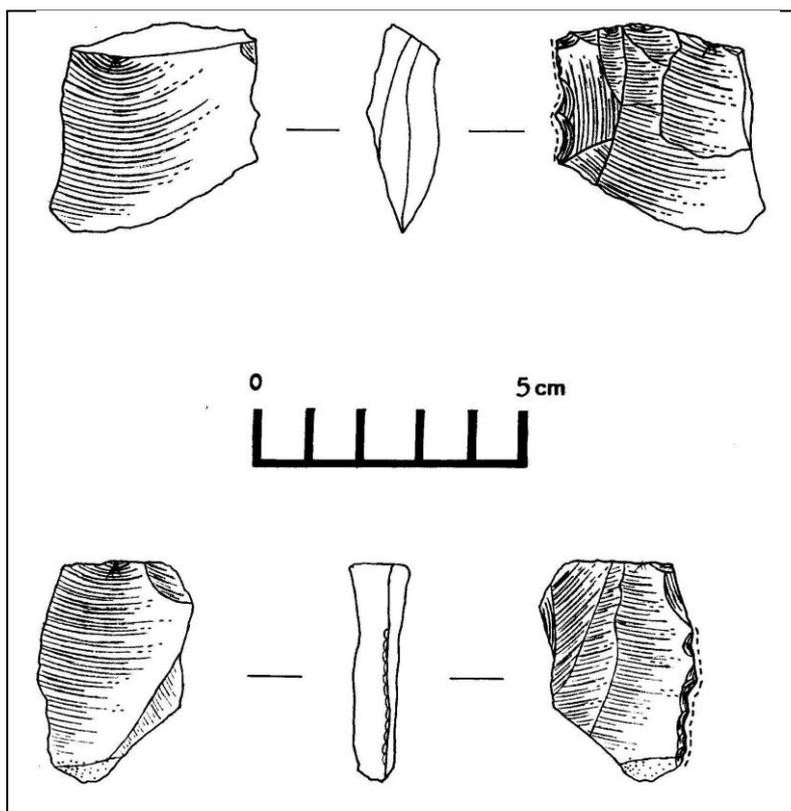


Figura 106: Lascas unipolares em basalto, com retoques e prováveis marcas de uso (estrutura 5)
(Desenho: Carolina Rosa, Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

As matérias-primas mais utilizadas foram provenientes de blocos desprendidos de rochas vulcânicas, representadas por basalto, quartzo e calcedônia (tabela 17). Já a redução inicial dos núcleos líticos certamente ocorreu em um local externo à estrutura subterrânea, tendo em vista a pouco expressiva presença de superfície natural nos artefatos. Novamente, é muito provável que eles estivessem sendo levados para o interior da estrutura depois das etapas iniciais de debitage (tabela 18). A presença de apenas 5% de lascas que não possuem cicatrizes de lascamentos anteriores corrobora essa interpretação (tabela 19). Assim, o interior da estrutura 5 também não fora o local escolhido para efetuar as etapas primárias da produção dos instrumentos líticos.

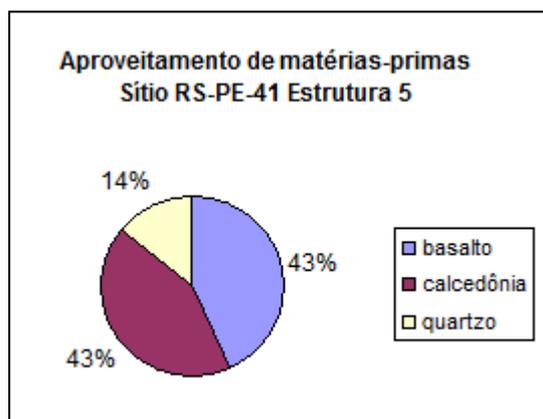


Figura 107: Aproveitamento de matérias-primas (estrutura 5) (Copé, 2008d)

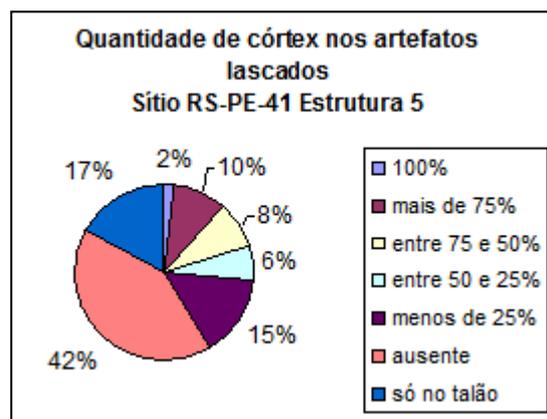


Figura 108: Quantidade de córtex nos artefatos (estrutura 5) (Copé, 2008d)

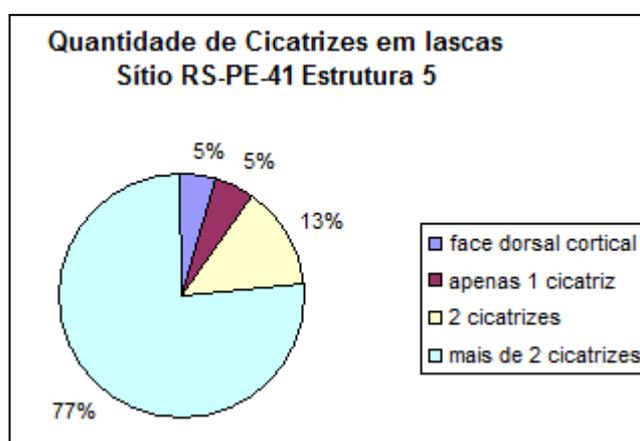


Figura 109: Quantidade de cicatrizes nas lascas (estrutura 5) (Copé, 2008d)

Em relação à presença de modificações posteriores nos artefatos, em uma pequena parcela da coleção puderam ser identificadas prováveis marcas de desgaste nos gumes, ocasionadas possivelmente pela sua utilização para atividades cotidianas como cortar e talhar, assim como vestígios de retoques, indicando, por sua vez, atividades de manutenção e reciclagem, provavelmente com o intuito de estender a vida útil dos mesmos. Tais evidências foram visualizadas tanto em instrumentos, como bifaces e unifaces, quanto em lascas, indicando que alguns resíduos de lascamento foram aproveitados para a realização das tarefas acima mencionadas e de tantas outras possíveis (figuras 91 e 92)

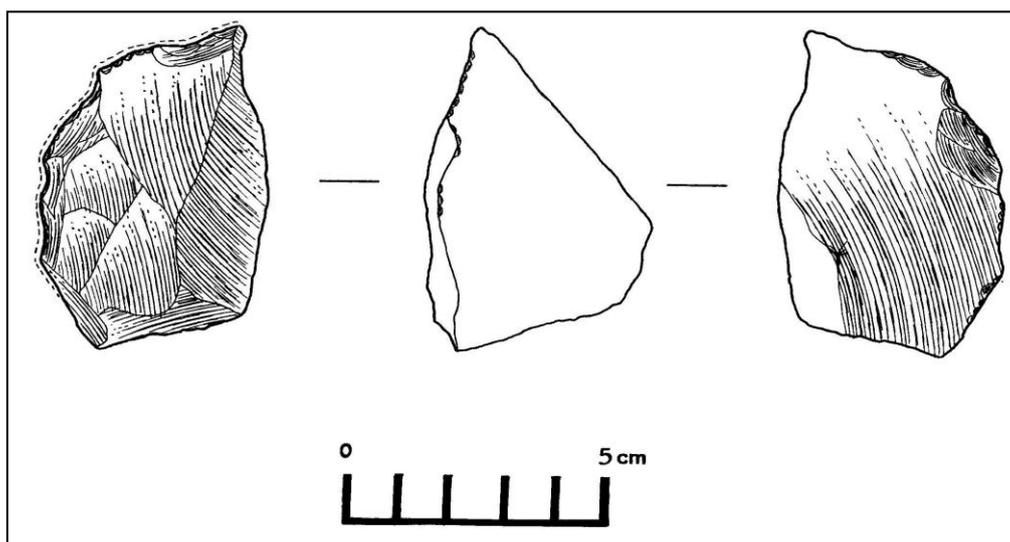


Figura 110: Instrumento unifacial com retoques e prováveis marcas de uso, em basalto (estrutura 5)

(Desenho: Carolina Rosa, Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

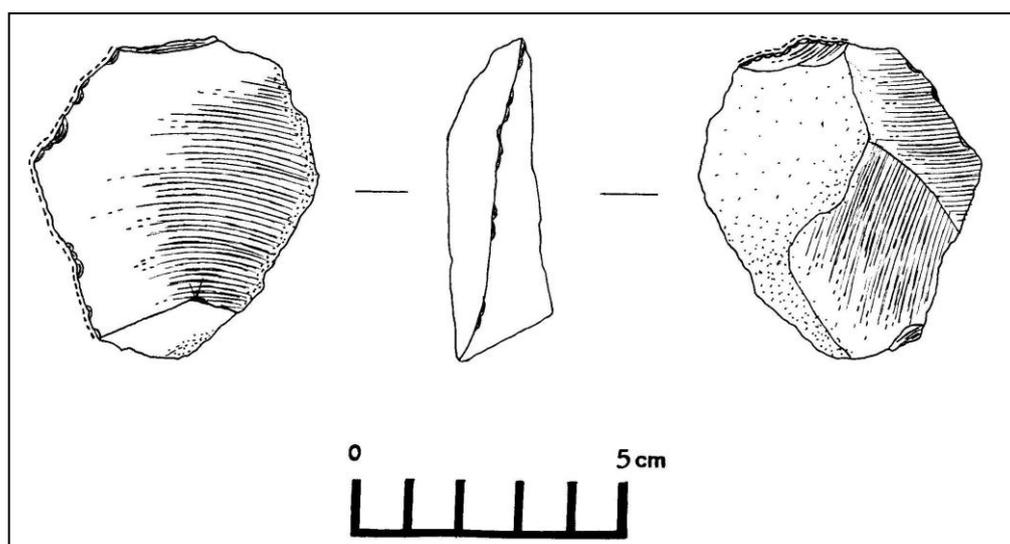


Figura 111: Lasca unipolar com retoques e prováveis marcas de uso (estrutura 5)

(Desenho: Carolina Rosa, Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Na área externa denominada *estrada* existia, no total, 1054 coisas líticas. Assim como nas estruturas semisubterrâneas, a identificação dos tipos encontrados indica a ocorrência, nesse local superficial, de uma intensa atividade de lascamento de pedra. No universo do material avaliado, mais de 95% das peças são resíduos de lascamento, como lascas, núcleos e fragmentos de lascamento, sejam unipolares ou bipolares, enquanto que o restante refere-se aos instrumentos propriamente ditos e a objetos que sofreram alteração térmica, tendo sido expostos ao calor do fogo, intencionalmente ou não – o que é bastante curioso visto que não

foram identificadas estruturas que pudessem ser associadas com fogueiras, conforme os registros da escavação (tabela 20).

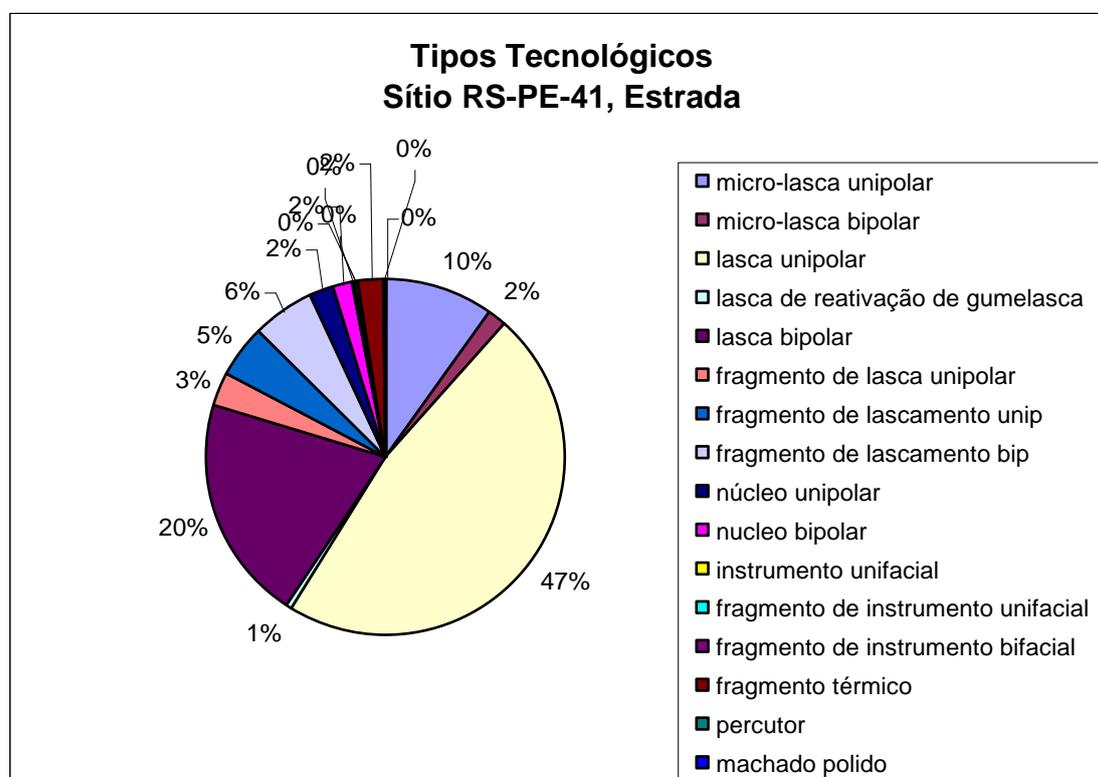


Figura 112: Tipos tecnológicos. Sítio RS-PE-41 (estrada) (Copé, 2008d)

Outras características se repetiram em relação ao observado nas estruturas semisubterrâneas, como a preponderância da debitage unipolar sobre a bipolar e o uso de matérias-primas de origem vulcânica (tabela 21), assim como a pouca presença de superfície cortical na maioria das peças (tabela 22) e de lascas totalmente corticais (tabela 23), que indicam, de forma não surpreendente, que o trabalho inicial dos blocos líticos era efetuado em outro local, provavelmente fora da própria área de abrangência do sítio.

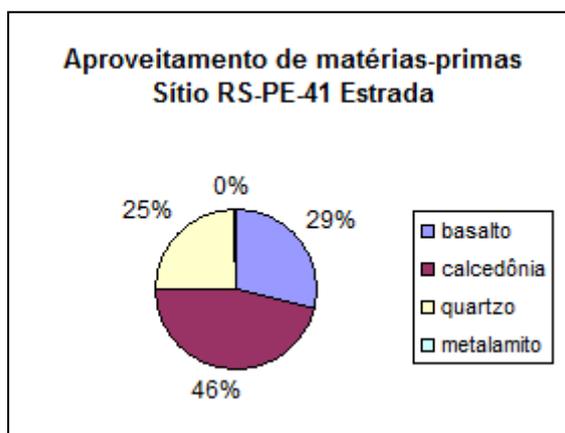


Figura 113: Aproveitamento de matérias-primas (estrada) (Copé, 2008d)

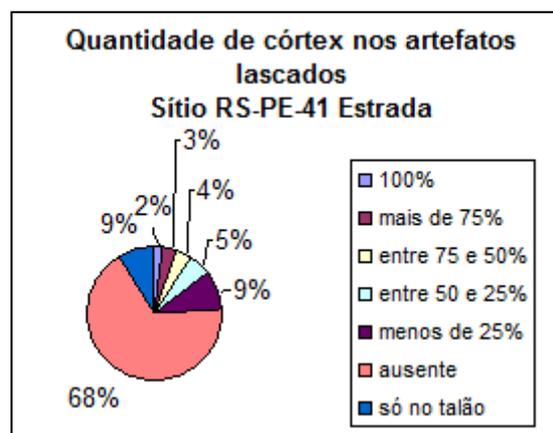


Figura 114: Quantidade de córtex nos artefatos lascados (estrada) (Copé, 2008d)

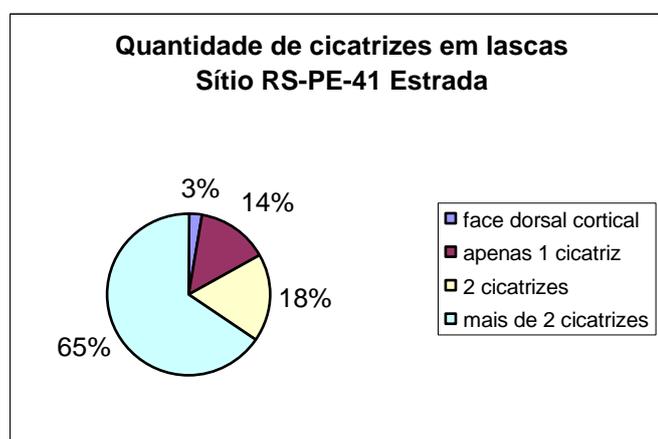


Figura 115: Quantidade de cicatrizes nas lascas (estrada) (Copé, 2008d)

O que todos esses dados revelam sobre as relações passadas entre as pessoas e as coisas líticas do lugar Ari Duarte I? Dados foram acima apresentados, mas me parece conveniente retomá-los a fim de sugerir significados que possam ter surgido em tal contexto.

Primeiramente, não restam dúvidas de que ali coisas líticas eram tanto criadas quanto consumidas, usando as palavras de Glassie (1999). Por percussão direta ou indireta, sobre o basalto, o quartzo ou a calcedônia, com maior ou menor grau de refino técnico, certamente o lascamento era uma atividade comum, ordinária, desenvolvida em vários locais, sob ou sobre a terra, embora no último tenha sido efetuado de modo mais intenso. Alguns sabiam, todavia, que poderiam elaborar uma ferramenta de outra maneira, polindo-a, embora não efetuassem essa prática com frequência.

Possivelmente por terem encontrado uma fonte de matéria-prima fora do seu local de vivência, enquanto saíam à procura de frutos para coletar, ou de fontes de água, por lá extraíam blocos e os preparavam para a confecção de instrumentos, retirando as primeiras lascas dos mesmos. Na aldeia, continuavam a produzi-los, e, depois de muito usados, os reciclavam.

Apesar de não dispor de dados empíricos para afirmar diretamente quais funções os artefatos produzidos tinham, uma vez que não foram realizadas análises funcionais, a nível microscópico nos mesmos, é de se pensar que muitos usos a eles foram dados, como cortar, raspar, talhar, perfurar e moer recursos como sementes, plantas, ossos, carnes e peles, dentre outros que a natureza oferecia. Segundo D'Avila, baseada nas análises que efetuou nos artefatos líticos das estruturas 2, 3 e 4, o próprio uso de lascas estaria relacionado com uma não necessidade de elaborar instrumentos refinados e bem elaborados, pois, ao poder utilizar os próprios fios que as lascas adquiriam ao serem lascadas, ou mesmo retocando-as, era possível usá-las de modo rápido e prático. A calcedônia, uma das matérias-primas mais aproveitadas, é própria para esta finalidade, pois através de um lascamento bipolar feito rapidamente, produz-se uma gama de lascas com gume cortante para atividades simples, cotidianas, dentro das próprias estruturas (D'Avila, 2010).

Muitas ferramentas, depois de utilizadas, recicladas e reutilizadas, além de outros materiais, como refugos de lascamento sem utilidade, eram, como as pesquisas indicaram, descartados em fogueiras ou em outras áreas destinadas para refugio, em contextos de deposições secundárias, principalmente nas estruturas semisubterrâneas.

Copé, baseada nos dados paleoambientais de Behling, aponta que houve uma expansão da floresta de araucárias sobre os campos abertos, a partir de 850 anos atrás, no extremo sul do Brasil³³. E em decorrência disso teria se dado um aumento da biomassa alimentar, principalmente do pinhão, atraindo toda uma variedade de animais e, em consequência, permitindo que grupos de pessoas constituíssem grandes aldeias de caráter permanente na região (Copé, 2006). Logo, é possível sugerir que a comunidade que construiu e habitou o lugar Ari Duarte I pôde dispor não apenas de recursos vegetais nutritivos, como o

³³ Behling supõe como causa para a expansão da floresta de araucárias um aumento generalizado da umidade no sul do Brasil e, conseqüentemente, da precipitação, ocorrendo com pequenas diferenças temporais desde o Paraná até o Rio Grande do Sul: no planalto paranaense há 1500 anos, alcançando as terras do sul de Santa Catarina por volta de 1000 anos atrás e atingindo o planalto das araucárias gaúcho em torno de 850 anos atrás (Behling, 1995; 1997; 2000; 2001 e Behling et al 1999, apud Copé, 2006).

pinhão, mas também dos de origem animal. E para fazer uso dessas e de outras fontes de recursos era preciso dispor de um conjunto de ferramentas, naturalmente.

“Coisas” cerâmicas

Tentando escapar de um paradigma consolidado a partir das pesquisas do PRONAPA, o qual centrou a análise de cerâmica na descrição de atributos em fragmentos isolados e posterior análise estatística e cronológica, os artefatos cerâmicos do sítio Ari Duarte I, assim como dos outros incluídos no projeto de medidas compensatórias, foram estudados a partir de uma abordagem teórico-metodológica distinta. Optou-se, neste sentido, por focar a pesquisa nas formas cerâmicas, e não em seus fragmentos, pois esses obviamente não existiam enquanto unidades no contexto sistêmico passado, sendo dessa forma inadequados para inferir comportamento (Arnold 1988 e Saldanha 2005, apud Copé 2008d).

Uma das principais preocupações que acompanham essa abordagem é a referente à função das vasilhas. Embora a provável função possa ser inferida pela forma, que facilita ou restringe determinados usos, é fundamental avaliar os vestígios mais diretos de utilização para confirmá-la, como marcas de fuligem, queima ou restos carbonizados em seus interiores (Rice 1987 e Shepard 1957, apud Copé, 2008d).

Fragmentos cerâmicos foram encontrados apenas na estrutura semisubterrânea 1, em pequena quantidade, sendo a maioria pertencente à mesma vasilha. Como havia apenas uma borda, de tamanho reduzido, não fora possível reconstruir sua forma original (figura 93).

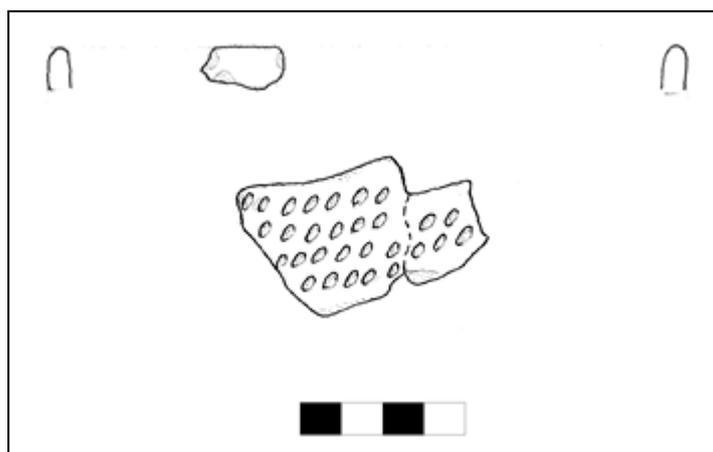


Figura 116: Cerâmica ponteadada (estrutura 1)

(Desenho: Jonas Gregório de Souza, Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Todos os fragmentos possuíam decoração ponteadada no exterior (tabelas 24 e 25) e engobo vermelho no interior e oxidação parcial, externa e interna, com presença de núcleo não oxidado (tabela 26). Ainda que a maior parte deles encontrasse bastante erodida, nos melhor conservados observou-se indícios de fuligem externa, indicando utilização no fogo (tabela 27). A espessura média dos mesmos era de 5 mm (tabela 28). Com um diâmetro de 16 cm, forma simples e borda arredondada, essa vasilha pertenceria, conforme a classificação de Saldanha, à categoria 2, ligada à cocção de alimentos (Saldanha, 2005, apud Copé, 2008d). A pouca presença de fragmentos cerâmicos dentro da estrutura deve estar ligada ao desenvolvimento de atividades que envolvam esses materiais em seus arredores. Embora a maioria das peças pertencesse ao mesmo pote, é bem provável que se trate de um refugio secundário.

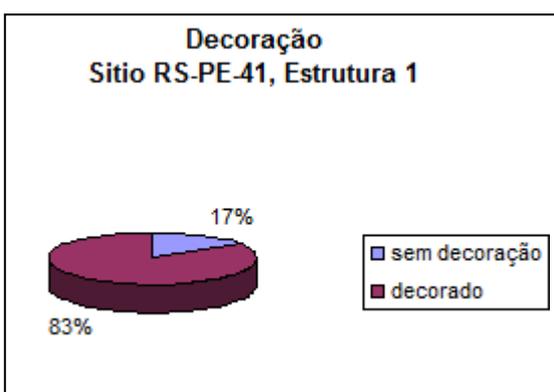


Figura 117: Presença de decoração (estrutura 1)
(Copé, 2008d)

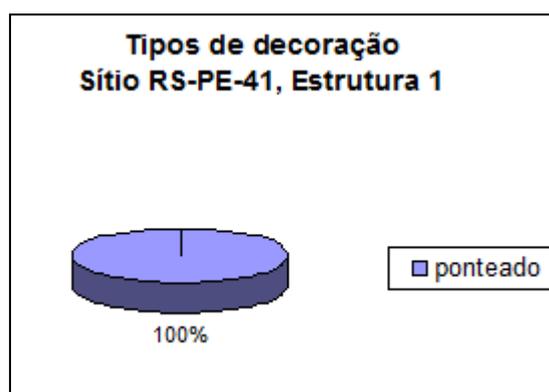


Figura 118: Tipos de decoração (estrutura 1)
(Copé, 2008d)

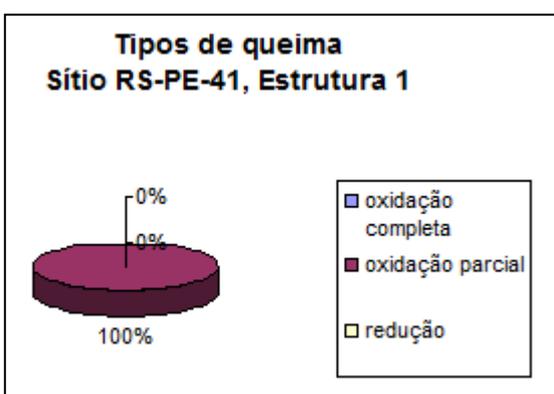


Figura 119: Tipos de queima (estrutura 1)
(Copé, 2008d)

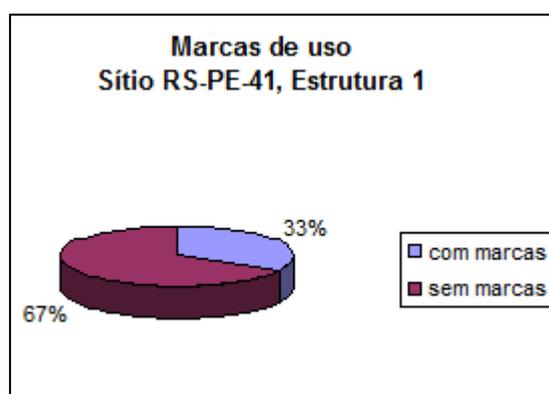


Figura 120: Marcas de uso (estrutura 1)
(Copé, 2008d)

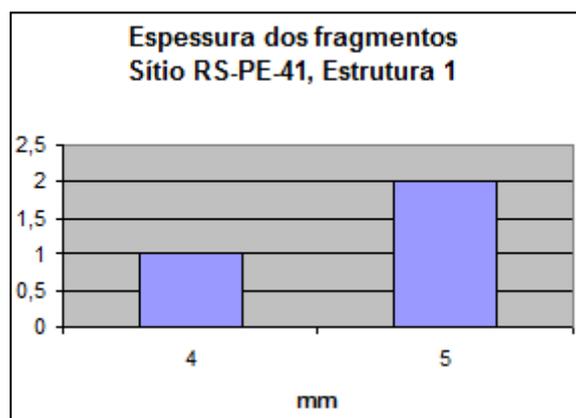


Figura 121: Espeçura dos fragmentos (estrutura 1) (Copé, 2008d)

O que esses dados, ou a falta de alguns, estão dizendo sobre como as pessoas estabeleceram elos significativos com os objetos cerâmicos no local em questão?

Primeiramente, não teriam criado e consumido vasilhas nas estruturas semisubterrâneas citadas, nem na área superficial da estrada. Tais atividades podem ter sido desenvolvidas tanto em outros pontos do sítio quanto nos seus arredores, quem sabe onde as matérias-primas eram coletadas. Todavia, mesmo sem saber onde isso se deu, é possível inferir como.

Confeccionaram recipientes pequenos, bem acabados por dentro e decorados por fora, ao adicionar roletes de argila previamente preparados. Além disso, deixaram vestígios de que os usavam no fogo, possivelmente para cozinhar alimentos, e quando queriam se desfazer desses objetos, os depositavam em locais como o interior da estrutura 1.

Agregando as informações apresentadas no capítulo anterior com as das páginas anteriores, é possível visualizar de modo mais completo a ocorrência remota de atividades cotidianas tendo em vista as diferentes espacialidades a elas vinculadas – no interior do conjunto de estruturas e em áreas externas. Sendo assim, proponho que:

No lugar Ari Duarte I, composto de diversas estruturas de terra, muitas ações eram realizadas com as coisas....

Nas das estruturas rebaixadas, coisas líticas eram criadas, consumidas, recicladas e abandonadas, enquanto coisas cerâmicas apenas eram abandonadas.

Por tratarem-se, provavelmente, de locais de descanso, eram mantidas mais limpas do que outros. Nelas havia fogueiras, que podiam manter os seus ocupantes aquecidos nas noites gélidas de inverno, com temperaturas negativas.

Na área superficial próxima às estruturas, lascas pedras era uma atividade intensa, mas modelar vasilhas de barro não. Possivelmente não era nem um local reservado para repouso, nem mesmo um onde os alimentos eram preparados e posteriormente consumidos na aldeia. Mas era um dos espaços destinados para a produção artesanal de ferramentas líticas, tão úteis e necessárias.

Fora da aldeia, em áreas mais ou menos distantes, diversas coisas podiam ser efetuadas: adquirir matérias-primas para a produção de implementos em pedra e em cerâmica e, através deles, realizar outras tarefas como cortar madeira, caçar animais, coletar frutos e raízes, armazenar água, dentre outras.

3.1.2.2. Os vestígios arqueológicos enquanto “substâncias”

Tratar com fragmentos, como lascas e bordas, é comum na arqueologia, da mesma forma que com objetos inteiros, como talhadores e vasilhas. Incomum, todavia, seria voltar às suas substâncias mesmas, às suas essências, descrevendo-as a partir da visão de um sujeito capaz de perceber do que as coisas são feitas de fato, fenomenologicamente falando (Hilbert, 2007). Isso porque, a cultura material, estritamente falando, é cultura substancial (Hann & Soentgen, 2010).

Retomando o que coloquei no início do capítulo anterior, todas as substâncias têm propriedades específicas como densidade, elasticidade, condutividade, força, dureza, que interferem nas ações que possam ser efetuadas sobre elas. O arenito, por exemplo, se por um lado não é uma matéria-prima adequada para o lascamento, pois é formada por grânulos sedimentares, por outro se presta muito bem para polir outro material rochoso, pois, quando esfregado em outra superfície mais rígida é capaz de alisá-la.

Tais propriedades, assim como tantas outras, não são atributos fixos e passivos ao bem dispor dos seres humanos. Antes, são processuais e relacionais, de modo que estão em contínuo fluxo e movimento com as propriedades de outros materiais e igualmente com as

forças da natureza. Tudo flui na natureza – o sol faz a água evaporar, formando as nuvens, a chuva umedece a terra, permitindo que nela cresçam plantas, ou seja, que a vida aconteça (Ingold, 2007, 2010).

Engajando-se nesse movimento, o homem, dia após dia, experimenta corporalmente na prática diferentes substâncias, tendo condições assim de respeitar cada uma delas em relação às propriedades, permissivas ou restritivas, que possuem. Não seria o caso de afirmar que as substâncias tem poder de ação sobre as pessoas, e sim, de reconhecer que, de certo modo, elas podem se opor a muitos de seus desejos, visto que não podem sempre ser capturadas e constrangidas (Ingold, 2010). Segundo Soentgen, precisa-se de jeitos específicos para moldar um material, pois cada substância resiste à modificação de um modo específico. Por exemplo, um cobre laminado não se deixa martelar de modo ilimitado, pois, a cada golpe ele fica menos maleável, até que finalmente risca. Assim, todas as substâncias são formações, são resultados de determinados processos de formação, de modo que modelar uma substância significa sobrepor a sua própria forma a outra forma (Soentgen, 2001).

Essa abordagem, focada na análise dos elementos que constituem as coisas, vai de encontro com a maioria dos estudos atuais de cultura material que vislumbram as coisas, os objetos, apenas enquanto materializações - expressões do papel meramente intermediário das substâncias. Tal negligência com esses materiais resultou em estudos que privilegiaram, e ainda privilegiam, as relações existentes entre as formas dos objetos e seus significados, conferidos a eles ativamente pelas pessoas. Logo, nessa perspectiva, a significância não é mais uma atribuição de uma coisa ou de uma substância, mas a consequência das habilidades de indivíduos ativos. É uma tendência em subordinar as substâncias às formas, da qual autores como Hann e Soentgen (2010) tentam-se afastar.

Perceber as substâncias é uma tarefa para os sentidos do corpo humano. Cada uma é mais facilmente percebida por algum ou alguns dos sentidos – enquanto a boca e o nariz harmonizam-se mais com bebidas e comidas, os olhos e as mãos mais com os objetos, principalmente. Conforme Hann & Soentgen (2010), se queremos olhar para a substância de que uma coisa é feita, reduzimos a distância dela, observando-a e tateando-a com atenção, reconhecendo sua microestrutura formativa. Assim, pode-se distinguir couro verdadeiro de imitação, madeira de plástico, pedra de cerâmica, etc.

Hilbert propõe, de forma criativa e espirituosa, que precisamos evitar as armadilhas classificatórias da arqueologia, relacionadas a modelos teóricos e metodológicos regradados.

Para ele, temos de fingir que não sabemos nada sobre pedras, líticos, cacos, núcleos, lascas, fragmentos para descrevê-las fenomenologicamente em relação às suas substâncias. E esse esforço descritivo passa, necessariamente, pelo o que o sujeito envolvido vê, sente, toca, cheira, ouve as coisas ao nosso redor, pertencentes ao ‘mundo vivido’ (Hilbert, 2007). Leia o que ele sugere:

“Através da superfície estabelecem-se as primeiras relações comunicativas entre objeto e sujeito. Os olhos, esses órgãos da distância, avaliam o brilho, a rugosidade, a pátina do objeto. As mãos aproximam-se, as pontas dos dedos percebem a superfície da peça. Algumas substâncias respiram, absorvem seu entorno, outras não respiram. Substâncias basálticas, areníticas, graníticas, madeira, cerâmica estão em constante intercâmbio com seu entorno, absorvem o ambiente. Essas substâncias contam histórias, incorporam histórias. Outras substâncias, como as cristalinas, silicosas, as ágatas, os quartzos parecem inalteradas. Suas superfícies são lisas, brilhantes, repelentes, as marcas, as impressões digitais são removíveis. Essas substâncias parecem sempre novas”. (HILBERT, 2007, p.24)

Nessa rápida descrição, Hilbert aciona, principalmente, a visão e o tato, que são, de fato, os sentidos mais harmonizados com as coisas e suas substâncias. No entanto, a arqueologia, pelo menos no Ocidente, fiou-se quase que exclusivamente na visão para coletar dados e disseminar informação, marginalizando o papel dos outros sentidos no engajamento humano com o mundo. Sem a pretensão de minimizar a importância desse sentido na percepção do mundo, autores como Cummings defendem cada vez mais que as pessoas vivem, e viviam no passado, em um meio ambiente multi-sensorial (Cummings, 2002). Ouzman, igualmente, acredita que a utilização de múltiplos sentidos permite a cada um validar ou refutar o outro, abrindo-se para a possibilidade de apreender o mundo de forma não visual (Ouzman, 2001). Em suas palavras:

“[...] We need only partially to close our eyes, open our minds and slowly feel our way towards the mindscape of our predecessors in order to appreciate the power and limitations of our sensory perceptions and acknowledge the existence of realities beyond our ken”³⁴.

(OUZMAN, 2001, p. 252)

³⁴ Precisamos apenas fechar parcialmente nossos olhos, abrir nossas mentes e tatear lentamente nosso caminho em direção à paisagem mental de nossos predecessores, de modo a apreciar o poder e as limitações de nossas percepções sensoriais e admitir a existência de realidades além de nosso horizonte” (tradução minha).

O sentido tátil, referente ao toque e movimento, é um dos mais negligenciados, embora seja absolutamente crucial na nossa experiência engajada com o mundo. É o único que constantemente media diretamente o corpo e o meio, e, sendo primariamente experimentado com os dedos e as mãos, pode-se dizer que o próprio corpo é um órgão sensitivo tátil (Cummings, 2002). Logo, o contato físico é capaz de criar um vínculo essencial entre as pessoas e o mundo ao seu redor.

Apesar de tocar, a todo o momento, nas coisas, ao analisá-las, sentindo suas texturas, suas marcas, suas quebras, a maioria dos arqueólogos não se deixa levar por essa forma íntima de contato em suas pesquisas sobre o passado. Conforme Cummings, que analisou monumentos em pedra do neolítico na Inglaterra, pode ter havido uma grande variedade de diferentes significados e valores vinculados a determinadas características das coisas, como suas texturas (Cummings, 2002). Mas, para se chegar a conclusões como essa, é preciso fechar os olhos.

Partindo da ideia de que os olhos e as mãos harmonizam-se bem com a cultura material, retornei ao laboratório de pesquisa do NuPArq/UFRGS a fim de me aventurar em novas descobertas, mas desta vez com o foco nas substâncias formadoras das coisas (líticas e cerâmicas) do lugar Ari Duarte I. Arbitrariamente, selecionei alguns artefatos líticos e cerâmicos provenientes das diferentes estruturas do sítio, que representassem diferentes características materiais.

Embora nossa percepção visual seja orientada principalmente para as coisas, em contraste com nossas capacidades sensitivas (Hann e Soentgen, 2010), procurei prestar atenção, visualmente falando, nas substâncias das coisas, primeiramente. Sem tocar nas substâncias, líticas e cerâmicas, observando-as a pouca distância, foi possível visualizar características como cor e brilho, além, é claro, das ações humanas desencadeadas sobre eles. Por outro lado, ao fechar os olhos, deixando meus dedos deslizar pelas superfícies dos materiais, pude avaliar outros aspectos igualmente importantes, como textura, rigidez e temperatura dos mesmos. Leia, logo a seguir, algumas das descrições que realizei, seguidas de interpretações para as características observadas nas peças.

“Substâncias líticas”

Nº catálogo: 2367-6 (estrada)

Análise visual: Basalto marrom opaco, com coloração avermelhada na superfície natural (provável alteração pós-deposicional) e incrustações de cristais de quartzo brilhosos (internas e externas).

Análise tátil: Material rígido, com texturas diferenciadas – uma rugosa e irregular (córteç/natural) e outra mais lisa e reta (lascada), entremeado de saliências, reentrâncias e arestas.

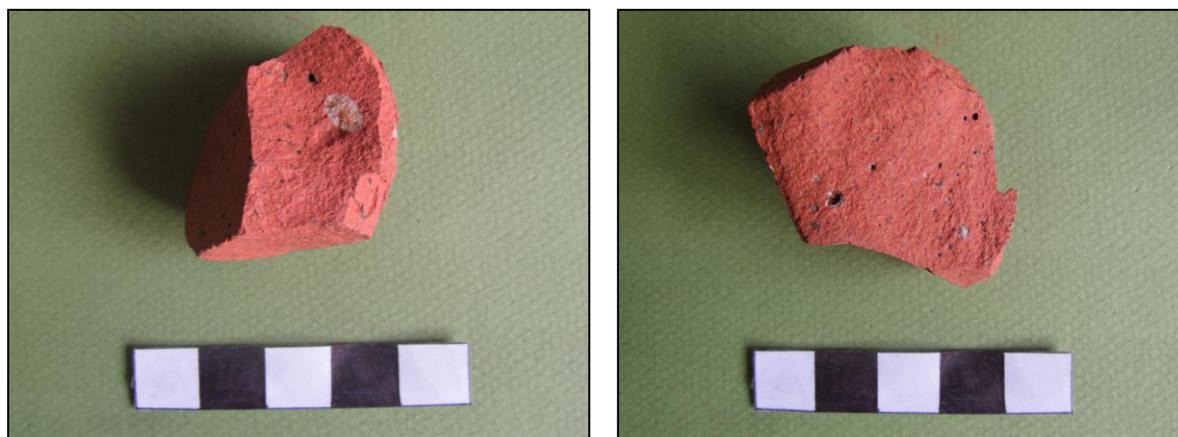


Figuras 122 e 123: Substância basáltica (estrada) (Fotos: Carolina Rosa)

Nº catálogo: 2567-42 (estruturas semisubterrâneas 2, 3 e 4)

Análise visual: Basalto alaranjado opaco, entremeado de cristais de quartzo brilhosos e pequenos buracos, sem superfície natural externa.

Análise tátil: Material rígido, relativamente liso e regular (completamente lascado) com arestas afiadas.



Figuras 124 e 125: Substância basáltica (estruturas semisubterrâneas 2, 3 e 4) (Fotos: Carolina Rosa)

Hilbert chama a atenção, interessante, que as pedras tem histórias próprias para contar, ocorridas muito antes do surgimento da espécie humana. Essas histórias, que deixaram marcas nas pedras, estão relacionadas com a ação de diferentes elementos e/ou forças da natureza - água, terra, calor, frio, pressão, vento, e outras (Hilbert, 2009).

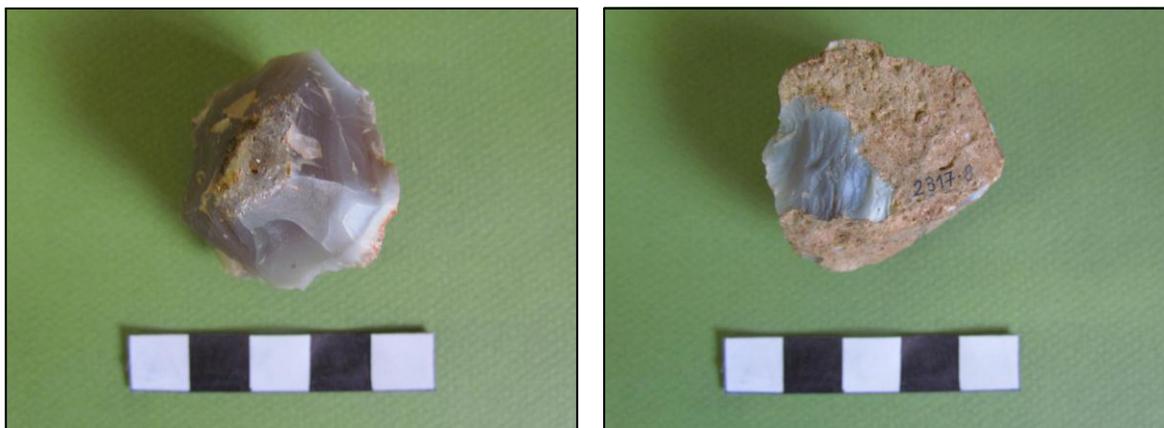
Tendo isso em vista, a matéria-prima das duas substâncias acima descritas - o basalto - é um tipo de rocha formada pelo resfriamento de lava derramada por atividades vulcânicas ocorridas durante o período Juracretáceo e relacionadas aos processos que culminaram na abertura do oceano Atlântico Sul e na separação dos continentes americano e africano. Além disso, formaram-se em espaços vazios dentro dessas rochas, ao se combinarem água e sais minerais, materiais como calcedônia e quartzo (IBGE, 1986).

Tal exemplo torna claro como se originaram substâncias como basalto, calcedônia e quartzo, os quais se formaram, por sua vez, da transformação de outros materiais como lava, água e sais minerais, através da atuação de forças naturais como vulcanismo e mudança de temperatura atmosférica. Foram, portanto, como destaca Soentgen (2001), resultados de determinados processos de formação, em que substâncias líquidas e/ou pastosas e quentes, misturadas com outras, transformaram-se em substâncias sólidas e frias, ao longo de milhões e milhares de anos, sem qualquer envolvimento e participação do homem.

Nº catálogo: 2317-8 (estrutura semisubterrânea 5)

Análise visual: Calcedônia branco-azulada, pouco translúcida e brilhosa, com cristais de quartzo brilhosos encrustados em uma das extremidades e superfície natural marrom claro opaca (córTEX).

Análise tátil: Substância rígida em parte rugosa e irregular (superfície natural) e em parte lisa e reta (superfície lascada).

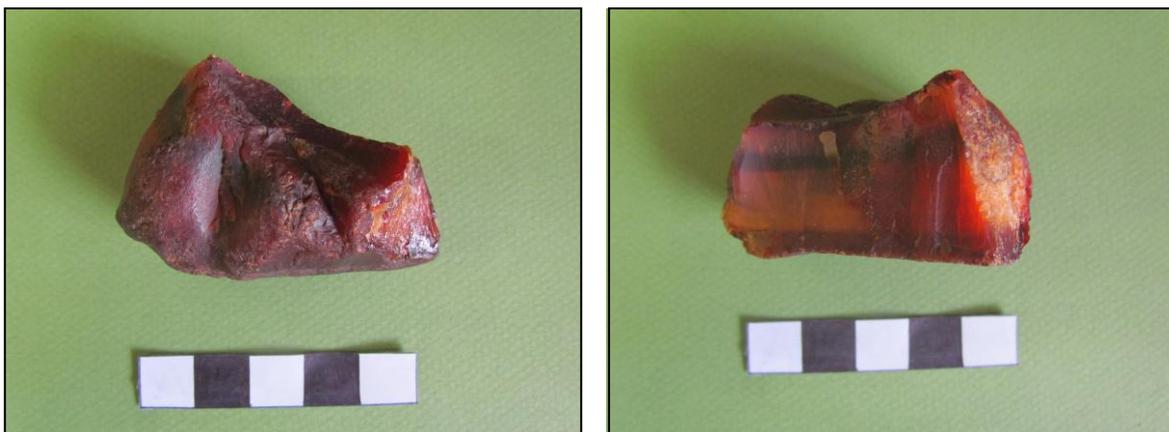


Figuras 126 e 127: Substância de calcedônia (estrutura semisubterrânea 5) (Fotos: Carolina Rosa)

Nº catálogo: 2134-46 (estrutura semisubterrânea 1)

Análise visual: Calcedônia vermelho-alaranjada, em certos pontos translúcida, e em outros brilhosa (nas partes alteradas termicamente), com córtex marrom e opaco.

Análise tátil: Material rígido com três variações texturais: superfícies lisa (natural, de provável seixo de rio), bem lisa (lascada) e rugosa (alterada termicamente).



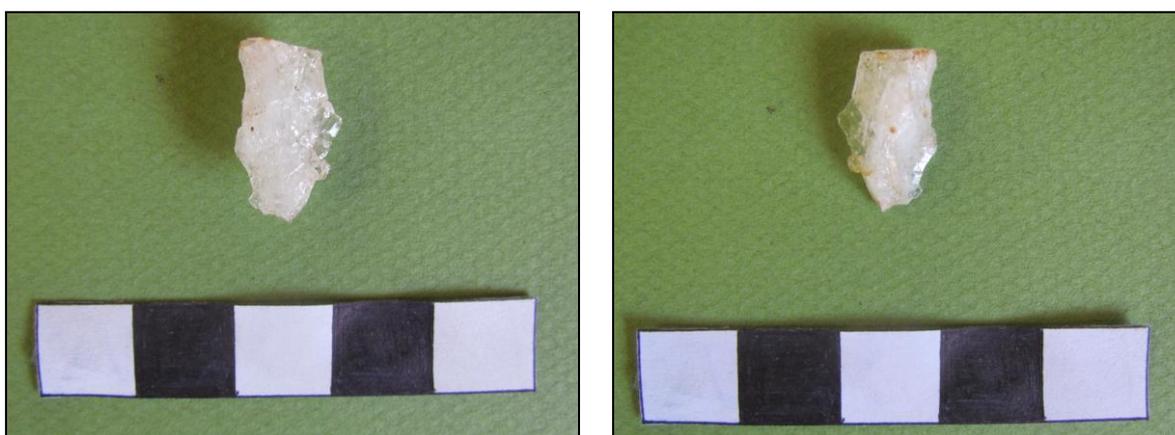
Figuras 128 e 129: Substância de calcedônia (estrutura semisubterrânea 1) (Fotos: Carolina Rosa)

É sempre fascinante descobrir artefatos em calcedônia, sobre ou sob a terra, pois suas cores, vivas e variadas, são capazes de encher os olhos. Deveria ser ainda mais fascinante lascas essas pedras, retirar sua superfície natural, revelando-as por dentro. Como pôde ser visto acima, as partes externas desses materiais eram, em geral, muito diferentes das internas, e desse modo, não davam pistas do que poderia se encontrar em seu interior. Fenômenos materiais – no caso as cores da calcedônia - se mostravam a pessoas toda vez que substâncias como essas eram por elas trabalhadas. Incrível, não?

Nº catálogo: 2304-4 (estrutura semisubterrânea 5)

Análise visual: Quartzo branco brilhoso em parte translúcido com pequenas manchas marrons (possível sedimento ou outro material incrustado) e parte da superfície natural externa original (córtex).

Análise tátil: Substância não muito rígida, com texturas diferenciadas – bem lisa (natural) e um pouco rugosa (lascada).



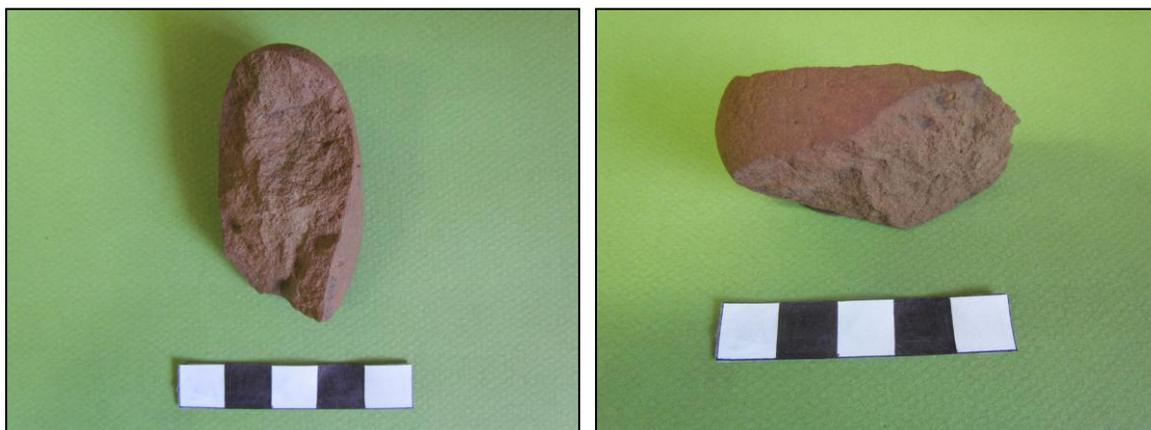
Figuras 130 e 131: Substância de quartzo (estrutura semisubterrânea 5) (Fotos: Carolina Rosa)

Ainda sobre a cor das pedras, Boivin destaca que, em várias sociedades tradicionais, muitas associações simbólicas estão intimamente ligadas à coloração de diferentes materiais. Em algumas comunidades, o quartzo tem potencial simbólico em razão da sua cor branca; em outras, carregar pedras brancas, incluindo o quartzo e a calcedônia, ajuda a assegurar sucesso na caça e no namoro (Boivin, 2004). Conforme Cummings (2002), as percepções de determinadas características das substâncias são sempre culturalmente específicas, o que torna muito difícil o nosso empenho, enquanto arqueólogos, de especular possíveis significados originais associados a elas apenas com a análise material das mesmas. O que é quase certo, entretanto, é que características como essa, como a coloração das pedras, deveriam significar alguma coisa.

Nº catálogo: 2134-39 (estrutura semisubterrânea 1)

Análise visual: Basalto opaco com colorações marrom (parte interna, fraturada termicamente) e avermelhada (parte externa, superfície natural).

Análise tátil: Material rígido com superfície natural externa lisa (seixo rolado de rio) e interna bem rugosa (modificada por ação térmica).

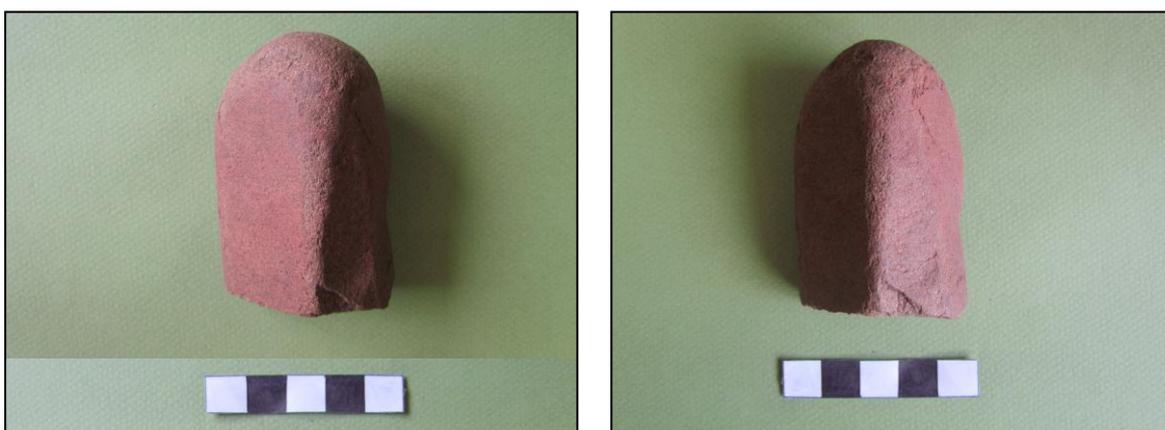


Figuras 132 e 133: Substâncias basálticas (estrutura semisubterrânea 1) (Fotos: Carolina Rosa)

Nº catálogo: 2566-3 (estruturas semisubterrâneas 2, 3 e 4)

Análise visual: Basalto opaco com coloração variando do marrom (superfície natural externa) ao vermelho (superfície externa polida intencionalmente) com quebra em uma das extremidades (provável fratura pelo uso como mão-de-pilão).

Análise tátil: Material rígido com texturas externa lisa (alisada naturalmente - córtex de seixo de rio - e ainda mais alisada pelo polimento humano) e interna rugosa.



Figuras 134 e 135: Substâncias basálticas (estruturas semisubterrâneas 2, 3 e 4) (Fotos: Carolina Rosa)

A presença de substâncias contrastantes - lisas e rugosas - remete a outra discussão: a do papel da textura na experiência dos objetos na pré-história, que, conforme Cummings (2002) pode ter sido fundamental ao conceder significados e mensagens àqueles que entraram

em contato com eles.

A transformação de um objeto de áspero a liso, importante característica tecnológica do período neolítico, foi tradicionalmente interpretada, nos estudos de cultura material, como uma forma de fazê-los menos vulneráveis à quebra, bem como para torná-los mais valiosos em contextos de troca. No entanto, baseado em pesquisas focadas em outras características dos artefatos polidos, como a cor e a própria textura, Cummings sugere que pode ter sido o próprio ato de transformação que teria feito objetos como os machados de pedra tão significantes nesse período. Dessa forma, poderiam ter sido polidos como parte de uma cerimônia ou um ritual, em que não importava tanto o produto acabado, mas sim o processo de fazê-lo. Dados etnográficos suportam esse tipo de interpretação, como no caso dos índios Huichol do México, que julgam os objetos de acordo com suas qualidades sobrenaturais derivadas do processo de produção, e os Inuit, que criam esculturas de animais de marfim ou osso, mas uma vez terminadas, as jogam fora. Dessa forma, pode ter sido o próprio modo de produção que deu a tais objetos significados e valor (Cummings, 2002).

Teria sido as substâncias polidas, como no caso do fragmento de mão-de-pilão acima exposto (figuras 106 e 107), partes de rituais mágicos de transformação de materiais, que de ásperos foram feitos lisos, no lugar Ari Duarte I? Nunca saberemos, de fato, mas acredito valer a pena levar em conta explicações como essa.

Outro aspecto importante relacionado à textura dessas substâncias é a existência de duas formas de alterar as suas superfícies – uma, discutida acima, resultante da ação humana, e outra, muito mais remota, fruto da ação da própria natureza. Refiro-me à presença, no sítio, de materiais com superfícies alisadas também de modo natural, pela ação da água: os seixos rolados de rio. Isso remete, mais uma vez, à interferência das forças naturais sobre a formação e a modificação das substâncias, que fizeram pedaços de rocha se desprenderem de blocos maiores e irem parar, através do vento e da chuva, em margens de rios e outros cursos d'água, onde tiveram suas superfícies alisadas pela ação da água ao longo de milhares ou centenas de anos, até que foram recolhidas por algumas pessoas e levadas até seu local de habitação.

No caso dos seixos fragmentados termicamente, é ainda mais interessante notar que, depois de tornaram-se lisos pela ação da água, voltaram a ter suas superfícies rugosas, mas dessa vez pela ação do fogo, intencionalmente provocada. Logo, as substâncias, seja por forças naturais ou humanas, estão em constante formação e transformação, tornando-se lisas ou rugosas, quentes ou frias, opacas ou brilhosas, visíveis ou não visíveis. Para descobrir

coisas como essas, basta lançar um olhar sobre elas, percebendo-as sensorialmente.

“Substâncias cerâmicas”

Nº catálogo: 2133-121/113 e 2142-143 (estrutura semisubterrânea 1)

Análise visual: Pastas cerâmicas opacas com coloração interna avermelhada e externa marrom-enegrecida, com presença de fuligem e decoração plástica, formada por argila (com impurezas, como brilhantes cristais de quartzo e outros pequeníssimos grânulos esbranquiçados não identificados) e areia fina.

Análise tátil: Substância facilmente esfarelada (em estado de erosão), com uma superfície lisa no interior (polida) e rugosa no exterior (superfície marcada com algum material ou com unhas), com reentrâncias e saliências.



Figuras 136, 137, 138 e 139: Substâncias cerâmicas (estrutura semisubterrânea 1) (Fotos: Carolina Rosa)

Para Glassie, que aborda a cultura material a partir de uma perspectiva fenomenológica, mesmo implicitamente, a observação de um objeto, como um pote de chá chinês, pode revelar muitos aspectos ligados aos atos de criação e consumo desencadeados por sujeitos sensíveis e corporificados. Segundo ele, é uma coisa feita de barro, que fora escavado da terra. Em sua espiral corre o movimento dos dedos de quem o fez, suas queimaduras lembram o tempo em que ficou no fogo quando ficou firme. As frestas meticulosamente preenchidas com verniz de ouro sugerem trabalho árduo e transporte da peça. O pote fora preenchido com líquido quente e passado de mão em mão, enchendo a palma das mãos, unindo e divertindo pessoas em uma reunião cerimonial. Esse objeto, assim como tantos outros, corporifica uma relação entre um sujeito e várias substâncias, contendo nele mesmo um instante de experiência transitória sobre o mundo (Glassie, 1999).

A beleza de uma vasilha cerâmica esconde, de modo semelhante, o domínio de técnicas como misturar, modelar e modificar a composição de substâncias. Uma porção de barro é coletada em uma área próxima de rio, carregando consigo outras substâncias como cristais de quartzo; outros materiais são agregados a fim de criar uma pasta plástica e homogênea; uma forma é modelada e decorada, a qual é, por fim, transformada novamente, mas agora tornando-se rígida e compacta ao ser queimada.

Retomando Hann e Soentgen (2010), toda substância tem tendências próprias, qualidades ativas, como derreter, perder elasticidade, ficar frágil, etc. O barro também. É modelável, plástico, ao ser misturado com outras substâncias como areia, cinza, caco moído e água, permitindo que forma a ele seja dada, bem como vários tipos de decoração plástica. Não foi diferente com o barro utilizado para criar os materiais cerâmicos encontrados no sítio Ari Duarte I: a eles foi agregado areia fina e água, além das impurezas que continham, formando uma massa argilosa e facilmente moldável. E, antes de tornarem-se irreversivelmente rígidos, foram alisados internamente e decorados externamente, através da adição de elementos distintivos texturais. Liso por dentro, rugoso por fora, são características detectáveis em análises atuais, pela visão e pelo tato, mas da mesma forma deveriam ser fundamentais na experiência sensorial das pessoas com essas substâncias na pré-história.

Assim, o ato de fazer cerâmica cria a transformação de uma argila lisa e pegajosa em um pote duro. No caso dos fragmentos da vasilha encontrada na estrutura 1, os vestígios de fuligem externa indicam ainda que o pote, depois de ter sido aquecido, enrijecido e resfriado, fora novamente colocado ao fogo, provavelmente para cozer alimentos. A temperatura,

portanto, possuía um papel muito importante na transformação das substâncias cerâmicas ao longo do tempo.

Apesar de saber como essas substâncias se comportam ao serem misturadas, aquecidas, resfriadas, e também como falhas podem ocorrer durante o processo (provocadas por especificidades da pedologia local ou por flutuações meteorológicas), acidentes produtivos são relacionados com um contexto complexo de proibições em relação à produção cerâmica em várias sociedades subsaarianas. Ao quebrar um tabu, como adolescentes e mulheres férteis participar das operações; gêmeos, pessoas bravas, ciumentas ou malvadas visitar artesãos no trabalho; coisas e alimentos como carne cozida, milho, sal, álcool, dentre outras, tocar a argila, os estágios do processo manufatureiro podem ficar comprometidos, acreditam. Acidentes inesperados como a argila perder sua maleabilidade ou tornar-se inexplorável, os potes quebrarem, mesmo se protegidos do sol, ou queimarem, durante o processo revelam fatores externos e funcionais, mas evocam o rompimento de proibições culturalmente definidas por tais comunidades. Ainda que cientes das propriedades e comportamentos dos materiais envolvidos com a produção cerâmica, preferem conectar essa habilidade criativa, e as falhas que a acompanham, com significados presentes em um discurso simbólico (Gosselain, 1999). Tais exemplos etnográficos nos mostram que, em muitas sociedades como essas, significados simbólicos podem estar igualmente relacionados com o engajamento das pessoas com as substâncias da natureza. Mostram sociedades muito complexas que, embora a arqueologia não possa diretamente acessar, empiricamente falando, de modo algum devem ser subestimadas em relação às visões de mundo e aos conhecimentos que possuíam do mundo material ao seu redor.

3.2 Coisas não antigas

Muitas coisas não antigas auxiliam o estudo das coisas antigas. Usadas em campo ou em laboratório, portáteis ou não, de uso individual ou coletivo, mais ou menos modernas, todas fazem parte de um verdadeiro arsenal de ferramentas e outros materiais indispensáveis para o desenvolvimento das pesquisas. Além dessas, há também uma série de coisas que, por serem igualmente necessárias, fazem-se presentes no ofício da arqueologia, como no caso de veículos e suprimentos variados.

Todas elas, usadas diretamente ou indiretamente na prática arqueológica, fazem parte da história que estou contando do lugar Ari Duarte I, tanto fisicamente (quando nele estiveram presentes) quanto de modo relacional. Por esse motivo servem, cada uma a seu modo, para permitir uma avaliação, mais a fundo, da vinculação dos profissionais da área com lugares como esse, bem como para vislumbrar e caracterizar o fazer arqueológico enquanto uma vivência corporificada e sensitiva da realidade.

3.2.1 Coisas não antigas em campo

No capítulo anterior destaquei que, baseada em Edgeworth (2006a), as ações realizadas pelos arqueólogos em campo podem ser classificadas em transações materiais e em atos de inscrição, referindo-se, respectivamente, à manipulação das evidências e à sua representação na forma de desenhos, fotos e signos numéricos e/ou linguísticos.

Segundo o autor, para cada um destes atos os pesquisadores fazem uso de distintas ferramentas: no primeiro caso de ferramentas para natureza, como pás, colheres de pedreiro, enxadas, picaretas, baldes, escovas, dentre outras, e no segundo de ferramentas para cultura, tais como pranchetas, papéis, lápis, canetas, régua, borrachas, compassos, escalas, câmeras, teodolito, tripés, barbantes, e outros. Assim, com coisas como baldes e colheres de pedreiro os arqueólogos podem negociar com a natureza – evidência material que existe independentemente da prática arqueológica, e com lápis e borracha podem produzir cultura – sistema de signos, significações, representações, palavras, esquemas, que constituem o conhecimento arqueológico (Edgeworth, 2006a).

Entre as ferramentas para natureza, utilizadas para manipular as evidências materiais descobertas no lugar Ari Duarte I, podem ser citadas baldes, enxadas, colheres de pedreiro, pás de lixo, escovas, espátulas, podões, lonas e luvas (figuras 112 a 114).



Figura 140: Ferramentas para natureza utilizadas na escavação de estrutura semisubterrânea
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figura 141: Uso de enxadas para limpar o terreno
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figura 142: Uso de lonas para cobrir a estrutura
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Uma das principais ferramentas para natureza utilizadas pelos arqueólogos é a colher de pedreiro, com a qual se aprende a manejar logo que se chega a campo. Com mais ou menos habilidade nessa tarefa, através dela raspa-se e retira-se a terra, sentindo sua textura. Acionando outros sentidos pode-se também sentir o seu cheiro e, ao tocá-la, sua temperatura. Ao usá-la, facilmente podemos sentir quando tocamos algo que não é sedimento e raiz de árvores – cerâmica ou pedra, por exemplo.

Quando se observam as fotos da escavação de um sítio arqueológico, um dos instrumentos que mais aparecem são, de fato, as colheres de pedreiro (figura 124). Cada golpe da colher pode então revelar aspectos do mundo, os quais, de outra forma, poderiam ter permanecido escondidos se ferramentas como essa não tivessem sido empregadas.



Figura 143: Colher de pedreiro em uso (Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Muitos pesquisadores tem sua própria colher de pedreiro, identificada com seus nomes ou guardada junto com seus pertences particulares. Antes de ir a campo manda-se afiar esse instrumento, pois da sua eficiência depende parte da escavação. Muitas vezes, resta aos novatos, mais inexperientes, ficar com as colheres que “sobram”, de ninguém em especial. Edgeworth, a respeito disso, afirma que não se trata apenas de um implemento funcional, mas sim de um objeto de significância em si mesmo, pois é, para muitos, uma possessão pessoal de grande valor (Edgeworth, 2006a).

Já as ferramentas para cultura, que, ao serem manipuladas pelos pesquisadores, originam dados sobre os vestígios estudados, estão por todo lado no sítio: observe nas imagens abaixo pranchetas, sacos plásticos, canetas, barbantes, metros, teodolitos, tripés e câmeras fotográficas (figuras 116 a 118).



Figura 144: Ferramentas para natureza e para cultura na escavação de estrutura semisubterrânea
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figura 145: Uso de teodolito e tripé
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figura 146: Uso de câmera fotográfica
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Observe, na figura 116, que, ao mesmo tempo em que havia ferramentas para registrar e representar os vestígios materiais (caneta, saco plástico, prancheta, papel, metro e barbante) também havia para trabalhar diretamente neles (balde, pá, espátula, colher de pedreiro e podão). Isto indica, interessantemente, que esses dois tipos de ações podem ocorrer concomitantemente no desenrolar das escavações, nas quais, portanto, o pesquisador a todo o momento transita de uma postura engajada a uma desengajada, e vice versa. O que

proporciona tal mudança de comportamento? O campo material, de onde os fenômenos surgem de modo mais ou menos rápido, através do envolvimento perceptivo e corporificado do arqueólogo.

Como destaquei anteriormente, outras coisas em campo estão relacionadas ao fazer arqueológico, mas de modo mais indireto. Referem-se a vários tipos de objetos e materiais que se fazem necessários para que a arqueologia ocorra. Um dos mais fundamentais é um veículo apropriado tanto para o transporte dos membros da equipe quanto dos materiais de campo. A *tigra*, Kombi do NuPArq/UFRGS, adquirida logo no início dos trabalhos de salvamento arqueológico efetuados na região de abrangência da UHE Barra Grande, a partir de 2001, cumpriu satisfatoriamente esse papel. Além das funções citadas, servia também para descanso em momentos de pausa e descontração nas escavações (figuras 119 e 120).



Figuras 147 e 148: A Kombi do NuPArq no sítio AriDuarte I (Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Para o almoço, ocorrido geralmente no próprio campo, eram levados suprimentos como pães, frios, saladas e condimentos para a preparação de sanduíches, além de bebidas como água e sucos. Por cerca de uma hora, todos se reuniam, ao ar livre, para fazer sua refeição. Particpei de muitos almoços em campo, alguns no sítio em questão, em que aproveitávamos para conversar sobre vários assuntos, inclusive sobre o andamento dos trabalhos de escavação. Depois, enquanto alguns continuavam a conversar, outros podiam aproveitavam para caminhar pelo sítio, para fotografar as paisagens e a natureza, e até para tirar um cochilo (figuras a seguir).



Figura 149: Almoço no sítio Ari Duarte I (Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figuras 150 e 151: Momentos de pausa nas escavações (descanso e observação da natureza)

(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Retomando Edgeworth (2006a), tais momentos impõem um padrão regular de pausas sobre a atividade da escavação, desengajando os investigadores, temporariamente, do campo material em estudo, apesar dos seus pensamentos continuarem, muitas vezes, ligados a ele.

3.2.2 Coisas não antigas em laboratório

Preste atenção na descrição de Edgeworth (2009) da seguinte cena: um time de especialistas descobrem artefatos antigos e tentam estabelecer seu modo de origem. Em sua mente vem marcas de instrumentos e outros traços da ação humana. Com a experiência torna-se possível distinguir artefatos de objetos e feições naturais similares. Um praticante habilidoso pode descobrir qual tipo de ação passada deu origem a eles e quais tipos de ferramentas foram utilizadas nesse momento. Seria essa a descrição de uma escavação arqueológica?

Para Edgeworth, não. Existem outras arqueologias, outros arqueólogos, habitando mundos paralelos, lidando com diferentes tipos de substâncias e materiais, usando outros equipamentos, em diferentes sítios de descoberta. Um desses mundos paralelos, no qual um tipo de arqueologia é rotineiramente praticada é o mundo do laboratório científico (Edgeworth, 2009). Observe nas fotografias a seguir um desses mundos, o laboratório científico de arqueologia do NuPARq/UFRGS.



Figuras 152, 153 e 154: O mundo do laboratório científico do NuPARq/UFRGS (Fotos: Carolina Rosa)

Em laboratórios como esse, o ato da descoberta prossegue. Mas agora não são mais os próprios objetos que são descobertos, como em campo, mas informações sobre eles, ou, antes, sobre os responsáveis pela sua presença no registro arqueológico. Através da observação atenta das marcas deixadas por diferentes ações, os pesquisadores têm condições de afirmar, com maior ou menos grau de certeza, como e por que foram produzidos, utilizados, modificados e descartados remotamente.

Assim, em laboratório mais conhecimento é produzido, mas não de forma abstrata, e sim através de interações práticas entre pessoas (os arqueólogos) e materiais (os vestígios arqueológicos), as quais necessitam sempre de um conjunto de outros materiais para a sua realização (as ferramentas de laboratório).

Edgeworth denomina a união de um sujeito e um objeto para atender a um determinado fim como coletivo sócio-técnico. Segundo seu raciocínio, muitos objetos modernos também adquirem certa capacidade de ação, auxiliando os indivíduos a realizarem tarefas. Assim, um arqueólogo com ferramenta é, certamente, muito diferente de um arqueólogo sem ferramenta (Edgeworth, 2006a).

Que ferramentas e/ou materiais auxiliam o pesquisador a continuar fazendo descobertas, em laboratório? E, mais especificamente, ajudaram na realização das pesquisas sobre os artefatos encontrados no sítio Ari Duarte I? Para finalizar o presente capítulo, detenho-me, a seguir, sobre as coisas existentes em laboratórios de pesquisa como o NuPARq, que permitiram que os arqueólogos envolvidos pudessem realizar o seu ofício de modo ativo e engajado com os materiais que recuperaram outrora.

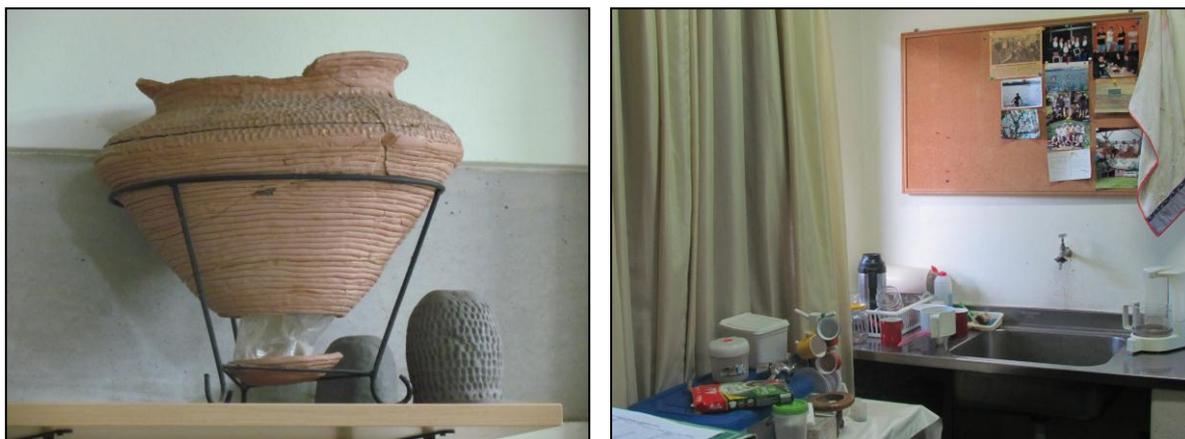
Tratam-se de ferramentas para cultura, pois servem para analisar e representar as evidências descobertas e recolhidas em campo, produzindo dados sobre as mesmas e, desse modo, cultura. Paquímetros são usados para medir os artefatos, balanças para pesá-los, lupas binoculares e lentes de aumento para enxergar além do que o olho nu consegue, fichas para anotar as características observadas, caixas de areia para fixar peças cerâmicas coladas, grandes mesas para espalhar os objetos e/ou seus fragmentos, caixas de arquivo para guardar os materiais, e assim por diante (veja figuras abaixo).



Figuras 155, 156, 157 e 158: Ferramentas para produzir cultura em laboratórios de arqueologia
(Fotos: Carolina Rosa)

Além desses, podem ser citados computadores, scanners, câmeras fotográficas, softwares, e outros equipamentos eletrônicos que auxiliam todo arqueólogo em sua tarefa árdua, mas muito recompensadora de fazer descobertas sobre as coisas e as pessoas do passado.

Para finalizar, gostaria de citar também, como coisas importantes relacionadas ao fazer arqueológico em laboratório, pertences pessoais, decorativos e utilitários. Refiro-me a objetos etnográficos ou produzidos em oficinas de arqueologia experimental, murais de fotografias, cafeteira, xícaras e outros utensílios de cozinha (figuras 131 e 132).



Figuras 159 e 160: Outras coisas presentes no laboratório de pesquisa do NuPArq/UFRGS
(Fotos: Carolina Rosa)

Coisas como essas tornam o laboratório mais pessoal, atrativo e aconchegante, pois criam um ambiente propício para ler, escrever, pesquisar, trocar ideias, recordar momentos especiais, no qual a arqueologia, assim como outras ciências, permite experimentar o mundo, em relação a seu passado e presente.

4. O lugar do patrimônio

“[...] “património” não é apenas o mosteiro da Batalha como realidade física; é tudo o que se escreveu sobre ele, todos os estudos que se fizeram no sentido da sua compreensão, da sua preservação, da sua utilização no presente, é toda a simbólica que o envolve, todas as acções que nele ou sobre ele se façam e o tornem um espaço actual, o que implica desde logo uma visão não só retrospectiva, mas também prospectiva. Neste sentido, património é um projecto de futuro, e, portanto uma acção cultural sobre um monumento é uma criação contemporânea, como é um bailado ou uma ópera”. (JORGE, 2000: 126)

O conceito de patrimônio acima exposto supera a noção tradicional de herança deixada no passado, colocando-o no âmbito das construções sociais. Assim, não é apenas algo concreto, como um prédio, mas um capital simbólico em permanente constituição, porque os valores a ele atribuídos são variados e indissociáveis do olhar contemporâneo sobre ele. Um bem destinado ao usufruto de uma ou várias comunidades, em amplas dimensões, visto que seus significados, no plural, estão intrínsecos em dinâmicas culturais. Logo, as discussões sobre esse tema não devem se focar sobre o patrimônio em si, e sim nos processos que o tornam presente, construído a partir de diferentes ações e produtos na experiência com a cultura material que é hoje ativada (Jorge, 2000; Prats, 1997, apud Silva, 2010).

A preservação do patrimônio, neste sentido, não pode nem deve incluir apenas modalidades de proteção legal e física como tombamento, conservação e restauração, e sim todas as operações de identificação (como pesquisa, documentação e análise) e de valorização dos mesmos. Uma cidade, enquanto patrimônio, será preservada, segundo Menezes, na medida em que se oportunizem condições em que ela possa ser conhecida, contemplada, fruída, analisada, apropriada pela memória, consumida afetiva e identitariamente e praticada, na plenitude de seu potencial (Menezes, 2006). Neto, semelhantemente, compreende a preservação como um tipo particular de prática social, que consiste em sistemas de ação simbólica desenvolvidas por indivíduos e/ou instituições posicionadas. Assim, a preservação instaura o seu próprio objeto – o patrimônio – em determinados contextos sociais através de

motivações e estratégias que são, por sua vez, moldadas por sistemas de forças sociais em jogo (Neto, 2006).

Conforme Peralta, não é todo legado herdado do passado que pode ser considerado patrimônio, mas todo que, por meio de uma escolha cultural consciente, seja individual ou coletiva, deseja-se legar a gerações futuras. (Peralta, s/d). Patrimônio configura-se, deste modo, como herança, pois tem origem no passado, e, ao mesmo tempo, como projeto, uma vez que visa o futuro através de uma construção no presente. Futurizar um passado, seria, em última análise, uma forma de dar ao patrimônio um sentido útil para nossas vidas e de nossos sucessores (Jorge, 2000).

Inevitavelmente, ao buscar subsídios para uma compreensão de patrimônio, deparei-me com outros conceitos diretamente correlacionados – os de memória e de identidade. Naturalmente, pois, como destaca Jorge, por se tratar de um capital simbólico, sempre está relacionado com a memória dos indivíduos e/ou grupos, assim como com suas identidades (Jorge, 2000).

A memória pode ser vista, conforme Menezes, da seguinte forma:

“[...] mecanismo de retenção de informação, conhecimento, experiência, quer em nível individual, quer social e, por isso mesmo, é eixo de atribuições, que articula, categoriza os aspectos multiformes de realidade, dando-lhes lógica e inteligibilidade”. (MENEZES, 1992: 183)

Sabe-se que a memória é seletiva. Nem tudo registra, e do que registra, nem tudo aflora na consciência. Mas, talvez, a característica mais importante da memória seja o fato de ela poder ser induzida e/ou forjada. Produzir memória coletiva não é tão difícil, basta garantir o culto de um passado, que é sempre constituído como modelo de ações e valores humanos. E essa construção coletiva funciona como um instrumento biológico-cultural de identidade, conservação, desenvolvimento, tornando legível o curso dos acontecimentos (Menezes, 1992).

A memória, ou melhor, as memórias, permitem assim às pessoas refazer os dados do seu passado, construindo imagens identitárias delas mesmas. Sem memória não há pessoa, não há projeto, não há sentido de comunidade nem de pertencimento a lugar algum e, portanto, não há identidade. E, enquanto representação individual ou coletiva é construída a

todo o momento através de relações sociais e apoiada no que há ao nosso redor - paisagem, arte, objetos, os valores da cultura de um modo geral, incluindo patrimônios (Jorge, 2000).

A identidade, marcada por símbolos presentes na cultura material e imaterial, surge, neste sentido, como uma condição forjada a partir de determinados elementos históricos e culturais (Novaes, 1993, apud Silva, 2010). E, em um processo dialético, a formação de uma consciência patrimonial é um processo fortemente identitário, uma vez que a construção do patrimônio serve para fins de identificação coletiva, veiculando uma consciência e um sentimento de grupo (Peixoto, 2004; Peralta, s/d).

No entanto, apesar de que um patrimônio possa ser a prova da existência de uma determinada identidade, e uma identidade insinue-se e justifique-se ao ser garantida por certo patrimônio, Peixoto alerta para o fato de que nem tudo que gera identidade pode ser encarado como patrimônio, assim como nem todos processos de patrimonialização visam ou resultam sempre na preservação ou na construção de uma identidade. O objetivo de tal autor, a levantar estas situações, não é negar a base simbólica que possa unir patrimônio e identidade, mas sim evidenciar a relação enleada e complexa que estes elementos mantêm entre si (Peixoto, 2004).

Patrimônio, memória e identidade, não configuram, desse modo, realidades herdadas, estáticas, com valores em si, mas, por tratarem-se sempre de construções da modernidade, se encontram em constante mudança e rearticulação com o passar do tempo (Jorge, 2000; Silva, 2010).

Retomo, rapidamente, o exemplo destacado na primeira página, a fim de tornar claro onde pretendo chegar com essa discussão. Provavelmente o Mosteiro da Batalha não significa o mesmo para diferentes pessoas, como um habitante local, um turista estrangeiro, um historiador de arte ou um leigo que o frequenta como local de oração. Nada é unívoco neste mundo, afirma Jorge, nem mesmo uma obra construída no passado, pois o interesse nela só existe no presente em função do futuro que a ela pode ser dada ou ao menos imaginada. Por ser um projeto, pode ser vivido e sentido de maneiras muito diversas por diferentes pessoas. Além de ser um símbolo nacional, também é uma referência para os habitantes locais que tem nele uma vivência cotidiana, uma familiaridade muito própria (Jorge, 2000).

Tendo isso dito, é meu interesse nas próximas páginas avaliar a construção moderna do lugar Ari Duarte I enquanto um patrimônio arqueológico através da atuação e do envolvimento de diferentes indivíduos e/ou grupos, direta ou indiretamente, como

arqueólogos e outros especialistas, vinculados ou não ao IPHAN, representantes do poder público local e demais membros da comunidade rural de Pinhal da Serra. Partindo da noção de que todo patrimônio, como construção, nunca é plenamente coletiva (Silva, 2010), uma vez que existem diferentes valores atribuídos a uma mesma coisa ou lugar (tanto em relação ao passado, quanto ao presente e futuro), é preciso perceber como essa projeção de futuro está se dando a partir dos pontos de vista existentes, expressos nas palavras e nas ações dos envolvidos.

4.1 Os sujeitos envolvidos com o patrimônio arqueológico

4.1.1 A participação de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento

Sendo uma atividade oficializante, a patrimonialização de bens culturais é implementada através da atuação de técnicos e especialistas, de diferentes áreas do conhecimento, a partir das diversas instâncias da esfera pública (municipal, estadual, nacional). Arqueólogos, historiadores, museólogos, arquitetos, antropólogos, sendo alguns membros do IPHAN, têm poder e legitimidade para atribuir (ou não) valor patrimonial a determinados bens, dentre eles os arqueológicos, que, necessariamente, pré existem a tais práticas (Neto, 2006). Sobrepondo ou não sentidos aos previamente atribuídos pela população no âmbito local, a preservação do sítio Ari Duarte I está resultando na sua constituição como patrimônio arqueológico de destaque no município de Pinhal da Serra, como procuro mostrar a seguir.

4.1.1.1 Os arqueólogos e os compromissos assumidos com o passado

Para Tania Andrade Lima, importante defensora do patrimônio arqueológico brasileiro, além de competência, o exercício da profissão da arqueologia requer cada vez mais responsabilidade para enfrentar e superar os desafios que estão se apresentando. Adotando uma ética da preservação, todo arqueólogo não pode esquecer que o patrimônio arqueológico é um bem da União e, sendo assim, pertence ao povo brasileiro, faz parte da sua história, possuindo um forte valor simbólico. Deve, então, tanto quanto possível, preservá-lo para as próximas gerações, bem como para futuras pesquisas, mantendo-se vigilante em defesa da sua

integridade, prevenindo ações prejudiciais que sobre ele possam ocorrer, dentre outros compromissos que deve assumir (Lima, 2000).

Desde o final da década de 1930 existem no Brasil leis específicas sobre o patrimônio arqueológico existente no território nacional, bem como em relação à necessidade de sua preservação. Cabe aqui citar algumas delas. Através do Decreto Lei 25, de 1937, conceitua-se patrimônio histórico e artístico nacional e afirma-se o interesse público na sua conservação. Em 1961, o patrimônio arqueológico foi contemplado pela Lei 3.924, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, delineando as competências institucionais. Vinte anos após, com a Política Nacional do Meio-Ambiente (Lei nº 6.938/81, uma série de normas concernentes à elaboração e aprovação de estudos de impacto ambiental (EIAs) e relatórios de impacto ambiental (RIMAs) foram emitidos regulando o licenciamento de empreendimentos. A resolução nº 001 do CONAMA³⁵, de 1986, definiu impacto ambiental e afirmou a necessidade de diagnóstico ambiental prévia à instalação de um projeto, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais das comunidades. A Constituição Federal de 1988, por fim, reafirmou e consolidou todos os princípios até então adotados³⁶ (Souza, 2006).

O sítio Ari Duarte I (RS-PE-41), assim como outros localizados em Pinhal da Serra, por ter sido pesquisado com recursos financeiros concedidos como compensação aos danos causados em outros sítios arqueológicos da região é um exemplo claro do cumprimento efetivo da legislação brasileira concernente à salvaguarda dos vestígios arqueológicos em território nacional, possibilitado, por sua vez, pela adoção de uma postura ética de profissionais comprometidos com a sua preservação. Discorro, nas próximas linhas, como tal processo se desenrolou, desde o princípio.

³⁵ Conselho Nacional do Meio Ambiente.

³⁶ Outras leis, decretos e portarias foram promulgados no Brasil como instrumentos de proteção legal do patrimônio arqueológico brasileiro. Alguns deles foram: Art. 165 do Código Penal Brasileiro; Portaria SPHAN 07/1988; Portarias IPHAN 230/2002 e 28/2003; Lei 7542/1986 e Portaria Interministerial 69/1989 (Souza, 2006).



Figura 161: Placa informativa colocada no sítio arqueológico Ari Duarte I
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Em outubro de 2001, quando a equipe do NuPArq/UFRGS estava executando o salvamento dos vestígios arqueológicos previamente identificados pela equipe da Itaconsult³⁷ na área do canteiro de obras da UHE Barra Grande, oito sítios já haviam sido impactados pelos trabalhos de terraplenagem e construção de estradas de acesso (denominados como áreas 60, 61, 62, 64, 67, 70, 88 e 89, veja as fotografias a seguir). Tratavam-se de locais com estruturas semisubterrâneas, montículos de terra e materiais líticos em superfície.



Figuras 162 e 163: Vistas gerais dos impactos nas áreas 60 e 61 (Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

³⁷A empresa responsável pela construção da usina, a BAESA, contratou uma empresa de consultoria arqueológica (Scientia Ambiental), que por sua vez, subcontratou arqueólogos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul para a realização das pesquisas na área do canteiro de obras da UHE Barra Grande. O arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva, da empresa de consultoria arqueológica Itaconsult, e sua equipe, realizaram o levantamento arqueológico em tal local, identificando inúmeros sítios arqueológicos que seriam, posteriormente, resgatados pela equipe do NuPArq/UFRGS.



Figuras 164 e 165: Vistas gerais dos impactos nas áreas 62 e 64 (Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figuras 166 e 167: Vistas gerais dos impactos nas áreas 67 e 70 (Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figuras 168 e 169: Vistas gerais dos impactos nas áreas 88 e 89 (Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Em relatório escrito em dezembro do mesmo ano, a coordenadora da equipe e do trabalho de resgate que estava sendo realizado, Sílvia Moehleck Copé, já tornava clara sua pretensão de elaborar uma proposta de medidas compensatórias pelos sítios destruídos, em conjunto com o IPHAN, que incluiria pesquisas arqueológicas em outros locais (Copé, 2001).

Assim foi elaborado um projeto de pesquisa que previa a escavação arqueológica em nove sítios³⁸ localizados no entorno da área que seria diretamente afetada pela construção da usina, foi então apresentado, em janeiro de 2006, estando entre as medidas compensatórias previamente estabelecidas no Termo de Ajuste de Conduta (TAC) – um compromisso firmado entre o IPHAN e a empresa BAESA, em 20.10.2005 (Copé, 2006a1). Nas alíneas f e l da quinta cláusula do referido termo constava como compromissos da empresa empreendedora:

“f) Desenvolver escavações arqueológicas, preservação e interpretação de ocorrências na área do Parque e salvamento e o cercamento dos 9 (nove) sítios arqueológicos identificados pelas pesquisas, localizados entre Pinhal da Serra e a Barragem de Barra Grande;”

“l) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para o desenvolvimento de escavações arqueológicas do Parque e de 9 sítios arqueológicos identificados, localizados entre Pinhal da Serra e a Barragem de Barra Grande.”

Os nove sítios foram selecionados pela sua relevância e significância para a compreensão da ocupação pré-colonial na região, bem como pelas suas proximidades à estrada de acesso ao município e a possibilidade de usufruir de uma infraestrutura mínima necessária para o desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos. O projeto visava a escavação de aproximadamente metade da área de cada sítio e o fornecimento de uma grande quantidade de informações que aumentariam o conhecimento existente sobre as ocupações remotas no território do planalto sulriograndense (Copé, 2006a1).

Todo projeto arqueológico, por envolver bens pertencentes à União, deve ser aprovado pelo IPHAN e igualmente ter autorização publicada no Diário Oficial da União (D.O.U), cuja portaria deve constar o nome do arqueólogo, o prazo em que deve ser realizado o trabalho e a instituição que ficará responsável pela guarda do material oriundo da pesquisa (Copé & Rosa, 2008). Para atender a tais exigências legais e burocráticas, o *“Projeto escavações em sítios arqueológicos do entorno da UHE Barra Grande, Pinhal da Serra – RS”* foi encaminhado ao IPHAN, tendo sido autorizadas as pesquisas conforme publicado no Diário Oficial da União, em fevereiro de 2006 (Copé, 2006a1)³⁹.

O que se sucedeu foi a realização de várias temporadas de escavação nos sítios selecionados e de pesquisas laboratoriais nos vestígios recuperados, que resultaram na

³⁸Foram eles: Ari Duarte I (RS-PE-41), Ari Duarte II (RS-PE-42), Orival da Costa (RS-PE-31), João Rodrigues Varella (RS-PE-10), Adelino Paganella II, Avelino Vieira I, Patrocínio Firmino Vieira (RS-PE-29), Alvio Almeida e Leopoldo Alves III (Copé, 200a1).

³⁹ Processo IPHAN Nº 01512.000007/2006-18; Portaria IPHAN Nº 26, DE 01/02/2006; D.O.U. de 02/02/2006.

produção de vários materiais escritos, contendo dados e interpretações acerca da ocupação pré-colonial em Pinhal da Serra. Relatórios técnicos-científicos foram elaborados, compreendendo descrições minuciosas das atividades, métodos e técnicas empregadas, fichas de cadastro dos sítios localizados, fotografias, registros gráficos, croquis, dentre outras informações. Cópias dos mesmos foram enviados à empresa contratante e ao IPHAN, ficando os originais depositados no NuPARq/UFRGS, à disposição para consulta (Copé, 2006c; 2006d; 2006e; 2006f; 2007a; 2007b; 2007c; 2007d; 2007e; 2007f; 2008a; 2008b; 2008c; 2008d).

Além de relatórios, trabalhos de iniciação científica foram realizados a partir da análise dos vestígios arqueológicos recuperados em alguns dos sítios abrangidos pelo projeto, por estudantes de graduação da UFRGS. Nesta tese já citei alguns deles, como os de Marcelo Sanhudo e Luisa D'Avila, mas cabe aqui destacar também os efetuados por Leonardo Waisman de Azevedo e Avelino Gambim Júnior, respectivamente, sobre as temáticas das estruturas semisubterrâneas e galerias e das práticas funerárias no planalto meridional⁴⁰.

Outras produções foram desenvolvidas, dirigindo-se ao público acadêmico mais amplo. Tratam-se de artigos em revistas científicas de arqueologia e em jornais, além de trabalhos em nível de mestrado e doutorado. Destacam-se, neste contexto, um artigo elaborado por Sílvia Copé e Jonas de Souza acerca dos montículos e dos aterros anelares existentes em Pinhal da Serra, e publicado na Revista de Arqueologia da SAB (Souza & Copé, 2010) e uma reportagem no Jornal da Universidade (UFRGS), em 2007, a respeito das pesquisas efetuadas em diferentes sítios de Pinhal da Serra, com destaque para a questão da destruição do patrimônio arqueológico que ocasionou o cumprimento das medidas compensatórias citadas⁴¹. Em nível de mestrado, Jonas de Souza atualmente está desenvolvendo na Universidade de São Paulo um estudo focado nos aterros e montículos

⁴⁰Como é de costume todos os anos, os estagiários do NuPARq apresentam suas pesquisas, orientadas pela coordenadora Sílvia Copé, no Salão de Iniciação Científica da UFRGS. Apenas para citar alguns deles, em 2010, Luisa D'Avila, Leonardo Waisman e Avelino Gambin apresentaram estudos com base na análise dos vestígios arqueológicos dos sítios abrangidos pelo projeto de medidas compensatórias acima exposto. Respectivamente, intitulavam-se "*As estruturas semisubterrâneas geminadas do sítio RS-PE-41, Pinhal da Serra, RS*", "*Resultados parciais do estudo de ocorrências de estruturas semisubterrâneas e galerias atípicas no planalto do Rio Grande do Sul*" e "*Arqueologia dos ossos humanos. Práticas funerárias do Planalto Meridional*" (In: Resumos do XXII Salão de Iniciação Científica da UFRGS. Disponível em <http://www.propesq.ufrgs.br/sic2010/>).

⁴¹ O conteúdo completo da reportagem "Escavações revelam passado escondido. Arqueologia Equipe de pesquisadores da UFRGS estuda sítios que remontam ao período pré-colonial brasileiro", referente à edição de maio de 2007 do Jornal da Universidade, pode ser acessado no site <http://www.ufrgs.br>

funerários Jê do Sul, existentes em Pinhal da Serra, no qual analisa vestígios arqueológicos relacionados a tais práticas em sítios da região, incluindo alguns pesquisados dentro do projeto em questão. Por fim, não posso deixar de citar a presente tese de doutoramento - igualmente possibilitada pelas referidas pesquisas na região.

Estas produções compõem um dos compromissos que todo pesquisador deve assumir em prol de uma ética da preservação, como ressalta Lima. Além de zelar pela preservação física do patrimônio arqueológico, é imprescindível a publicação dos resultados das investigações, dando ênfase à documentação produzida, uma vez que é ela que confere sentido à coleção e permite que haja a produção de conhecimento científico (Lima, 2000).

4.1.1.2. Futurizando o passado: por um museu em um parque

A criação de um parque arqueológico como modo eficaz de gestão, preservação e divulgação de um conjunto de sítios arqueológicos, integrados em uma paisagem, é um modelo que se encontra bem estabelecido há algumas décadas em toda a Europa e no Mundo (Pau-Preto & Luís, s/d). Parque arqueológico, segundo Bonanno, remete à:

*“[...] museología al aire libre; por lo tanto, la presentación y el goce por parte del público de una pieza o colección de piezas del patrimonio arqueológico, dentro de un paisaje abierto, autocontenido y protegido de algún modo. Por todo ello, el paisaje que actúa a modo de continente tiene su propia importancia, posiblemente tanta como la del recurso arqueológico contenido”*⁴² (BONANNO, s/d: 1).

Na forma de um parque o patrimônio arqueológico pode ser apresentado e divulgado, dotando a investigação arqueológica de projeção social ao torná-la algo mais significativo, uma experiência enriquecedora para o público visitante (Bonanno, s/d). Outros objetivos inerentes à implantação de um parque arqueológico são o desenvolvimento de ações de salvaguarda dos valores culturais e naturais e promover melhorias econômicas e sociais nas

⁴²[...] museologia ao ar livre, portanto, a preservação e o gozo por parte do público de uma peça ou coleção de peças do patrimônio arqueológico, dentro de uma paisagem aberta, autocontida e protegida de algum modo. Por tudo isso, a paisagem que atua de modo moderado tem sua própria importância, possivelmente tanta como a do recurso arqueológico contido” (tradução minha).

populações onde for inserido, oferecendo oportunidades para o desenvolvimento local e regional através de iniciativas turísticas sustentáveis.

Bonanno associa sustentabilidade aos parques arqueológicos uma vez que defende que, ao se planejar e implantar tal modalidade de apresentação dos vestígios em arqueologia, deve-se não apenas colocar em marcha um projeto, mas também assegurar sua continuidade futura. Sem sustentabilidade financeira razoavelmente garantida, qualquer empreendimento, inclusive o de um parque arqueológico, está destinado ao fracasso (Bonanno, s/d).

No contexto brasileiro, o Parque Nacional da Serra da Capivara (PARNA) configura-se como a experiência nacional de maior destaque e sucesso neste sentido, podendo ser citado como modelo inclusive a nível mundial (Pardi, 2002). Foi instituído em 1979, por meio de decreto Presidencial, com vias de preservar um meio ambiente específico e um dos mais importantes patrimônios culturais pré-históricos – 912 sítios (atualmente catalogados), distribuídos entre locais com pinturas rupestres, acampamentos e/ou aldeias de caçadores-coletores, aldeias de ceramistas-agricultores, sítios funerários e até mesmo paleontológicos – que se encontram dispostos em mais de 129 mil hectares pertencentes aos municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí, todos no Estado do Piauí. O PARNA foi criado a partir de uma gestão privada, de iniciativa da Prof^a. Dra. Niède Guidon, que hoje dirige a Fundação Museu do Homem Americano (FUNDHAM) instituição responsável pelo manejo do parque em parceria com o IBAMA e o IPHAN. Em 1991, a UNESCO inscreveu o parque na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade e, em 2002, foi oficializado o pedido para que o mesmo seja declarado Patrimônio Natural da Humanidade⁴³. Um grande exemplo de luta pelo patrimônio brasileiro, natural e cultural, sem dúvida.

Voltando ao caso de Pinhal da Serra, em abril de 2006, a arqueóloga Sílvia Copé apresentou um projeto de criação de um parque arqueológico no município – o PAHPA - para atender a outros termos contratuais previstos no Termo de Ajuste de Conduta estabelecido entre o IPHAN e a BAESA. Em uma ação até então inédita para a arqueologia brasileira, o valor da multa imposta pelo dano causado ao patrimônio arqueológico foi revertido para o financiamento da escavação dos sítios anteriormente citados, bem como para a construção de um parque-museu na região. Assim, o PAHPA será o primeiro no Brasil a ser financiado por uma empresa privada como compensação de danos causados ao patrimônio arqueológico.

⁴³Estas e outras informações sobre o Parque Nacional da Serra da Capivara podem ser encontradas no site <http://www.fumdham.org.br/parque.asp>.

Leia a seguir outras obrigações que ficaram a cargo do empreendedor (cláusula quinta, alíneas a, b, c, d, h e j):

a) *Realizar Comodato ou aquisição de área com aproximadamente 6 ha, onde se localizará o sítio arqueológico (RSP 01 – Ari Duarte 1) a ser pesquisado e valorizado;*

b) *Cercar com tela a área do Parque, implantar o acesso, a iluminação, sanitários e estacionamento;*

c) *Construir trilhas de acesso e passarelas para circulação de visitantes, bem como sinalizar os sítios arqueológicos;*

d) *Disponibilizar veículo pela BAESA para promover o transporte de visitantes (van ou similar) entre o CAV, as universidades locais e o Parque Arqueológico;*

h) **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais) para o desenvolvimento de projeto de interpretação, museografia e sinalização para o CAV, Parque Arqueológico e estrada entre Pinhal da Serra/Barragem.

j) **R\$ 600.000,00** (seiscentos mil reais) para o gerenciamento e manutenção do Parque Arqueológico pelo período de 05 (cinco) anos. Estes recursos financeiros serão repassados ouvido o IPHAN, à uma universidade com capacidade de gerenciar e promover a gestão do empreendimento.

A criação do parque arqueológico na região tem vários objetivos: trazer ao grande público os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas por ocasião da construção da UHE Barra Grande; garantir a preservação de uma área do município onde se concentram vários sítios arqueológicos pré-coloniais do Estado e uma grande diversidade de fauna e flora; conscientizar a comunidade local para a preservação e a valorização de um rico patrimônio ambiental e cultural e, por fim, ajudar a manter a população jovem local oferecendo-lhe novas possibilidades de trabalho (Copé, 2006b1). Veja o logo do parque elaborado na ocasião do seu planejamento:



Figura 170: Logo do PAHPA (Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Ao atender a resolução nº 001/86 do CONAMA⁴⁴, a BAESA contratou vários especialistas, abrangendo os campos das Biociências, das Geociências e das Ciências Humanas. Assim, o Projeto do Parque visa, igualmente, disponibilizar todo o conhecimento produzido, além do arqueológico, promovendo um plano de manejo conjunto entre as distintas áreas do saber envolvidas, através da realização de palestras, de exposições temáticas, de estudos interdisciplinares e da musealização de sítios arqueológicos a serem abertos à visitação pública e da elaboração de roteiros turísticos ecológicos e naturais (Copé, 2006b1).

Para Copé, a situação do PAHPA será muito significativa em diferentes níveis. Em nível local criará novas perspectivas para a população, através da atração de turistas, pesquisadores e outros interessados e da criação de novas demandas de mercado. A participação dos habitantes de Pinhal da Serra, portanto, será fundamental para o sucesso da implantação do parque porque será a sua própria comunidade que ficará responsável em administrar e transmitir o conhecimento produzido. No contexto regional será importante na recuperação do ambiente natural e cultural, auxiliando na preservação de ambos os tipos de patrimônio. E, no contexto nacional, receberá grande destaque uma vez que será o primeiro, e talvez o único, parque arqueológico do planalto sul brasileiro (Copé, 2006b1).

O parque será composto por diferentes unidades: o MHOPA, o C.A.S.A⁴⁵ e o CECOTUR⁴⁶. O MHOPA, citado no capítulo 1, consistirá em um museu aberto no sítio Ari Duarte I, que deve se tornar o ponto central de referência dos visitantes, configurando-se como a conjunção entre a interpretação dos resultados obtidos nas pesquisas arqueológicas pelos visitantes e os equipamentos necessários para a apreciação dos bens culturais (estruturas e artefatos). Para tanto, apresentará algumas estruturas semisubterrâneas escavadas contendo alguns materiais arqueológicos (repostos) nas posições em que nelas foram encontradas

⁴⁴ Conselho Nacional do Meio Ambiente.

⁴⁵ O Centro de Atendimento Sócio-ambiental (C.A.S.A), a ser situado no município de Pinhal da Serra, oportunizará, aos interessados (comunidade local, visitantes, estudantes, pesquisadores, etc) o acesso a informações sobre o passado (arqueologia, história e ambiente) e o presente (ecologia, tecnologia empregada na construção da usina, energia gerada e formas de utilização da mesma) do município de Pinhal da Serra e da região do planalto sulbrasileiro, através de exposições, vídeos e folders. Nas C.A.S.A.s serão apresentadas diferentes exposições: sobre a pré-história e arqueologia, mostrando os resultados das pesquisas arqueológicas, a respeito dos estudos das paisagens culturais e ambientais e acerca da implantação do e aproveitamento hidroelétrico na região. Serão realizados também filmes explicativos sobre estes temas, sendo disponibilizados aos visitantes, assim como *folders* explicativos (Copé, 2006).

⁴⁶ Os Circuitos Ecoturísticos e de Turismo Cultural (CECOTUR) serão compostos, respectivamente, de trilhas ecológicas (destacando as belezas naturais como cachoeiras, tipos de vegetação, tipos de pássaros, etc) e de visitas guiadas (ou não) a um, dois ou mais sítios arqueológicos parcialmente escavados durante e após a conclusão do projeto Escavações dos Sítios Arqueológicos do Entorno da UHE Barra Grande, RS (Copé, 2006).

através de um circuito induzido por uma passarela que conduzirá os visitantes pelo sítio (Copé, 2006b1).

O IPHAN, enquanto órgão formulador e executor da política de preservação do patrimônio brasileiro, há mais de setenta anos, teve um envolvimento direto e decisivo na escolha do sítio Ari Duarte I para abrigar o museu que está sendo planejado. Um membro da 12ª Superintendência Regional do IPHAN selecionou tal local dentre os nove sítios que seriam pesquisados no projeto de medidas mitigatórias por apresentar determinadas características – localização próxima à estrada e em relação ao centro de Pinhal da Serra, além de estar inserido em um lindo capão de araucárias.

Assim, de sítio arqueológico fabuloso e magnífico, conforme expressado pelos pesquisadores do NuPARq ao conhecê-lo, o lugar Ari Duarte I recebeu um novo status, de importância não apenas arqueológica, ao ter sido escolhido para ser a sede do MHOPA. Interessantemente, a percepção deste local mudou depois que fora escolhido para fazer parte do futuro parque arqueológico, conforme relatado por Adriana Fraga no questionário que citei no primeiro capítulo:

“Todos os sítios têm suas especificidades e curiosidades, este, pelos comentários dos colegas sobre as possíveis movimentações de terra me deixou bem curiosa. Mas, naquele momento tantos eram os sítios que deveríamos dar conta que este ficou “entre os demais”, recebendo maiores atenções depois que Sílvia e o pessoal do IPHAN escolheram o sítio para elaboração de uma escavação museografada, para o futuro parque o Homem do Planalto. A partir deste momento o meu olhar sobre este sítio se modificou, em relação aos demais. Mas, muito pelo novo destino que a ele foi designado”. (SILVA, 2010: s/p)

Sobre este aspecto gostaria de refletir, rapidamente, considerando as relações são estabelecidas entre o Estado e a população, em geral. Segundo Jorge, historicamente muitas decisões são tomadas de cima para baixo, não sendo as populações que são diretamente afetadas consultadas a este respeito. Isto ocorre, em muitos casos, pois para as pessoas comuns, leigas, as coisas ganham valor geralmente quando são muito antigas, raras, únicas (Jorge, 2000). Longe de pretender criticar as formas pelas quais se optou pela musealização deste sítio, destaco esta questão a fim de que possamos discutir, enquanto pesquisadores, em alternativas viáveis para fazer com que as populações locais sintam o patrimônio como uma necessidade. Um começo neste sentido seria, para Jorge, encarar patrimônio, memória e

identidade como construções dinâmicas e plurais da modernidade, assim como valores de cidadania democraticamente compartilhados (Jorge, 2000). Uma tarefa nada fácil, mas necessária.

4.1.2 Por um atrativo turístico? A atuação do poder público municipal

O patrimônio presta-se bem, além de ações de cunho científico e pedagógico, a práticas turísticas, políticas e econômicas, segundo Peixoto (2004). Saem de cena, pelo menos em certos momentos, arqueólogos, arquitetos, museólogos e outros estudiosos, e entram prefeitos, secretários, vereadores, governadores, dentre outros representantes do poder público, que passam a atuar, muitas vezes de forma direta, nos manejos e destinos que são dados aos bens (naturais e/ou culturais) existentes em suas cidades, estados ou países. No caso do patrimônio arqueológico de Pinhal da Serra não fora diferente.

A arqueologia surgiu em Pinhal da Serra em um momento de muitas mudanças. Não fazia muito que o município havia se emancipado do de Esmeralda, em 01.01.2001, após mais de seis anos da formação de uma Comissão Emancipacionista e sua atuação junto à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul⁴⁷. A fundação do povoado que daria origem a este município deu-se em 1920, conforme a ata do Livro Tombo da Capela São José, com o nome de São Jose dos Tocos. Posteriormente foi denominado São José do Pinhal da Serra ou São José do Pinhal, em referência à grande quantidade de pinheiros na área e, finalmente, Pinhal da Serra. A maioria dos habitantes da localidade dedicava-se a atividades agrícolas, sendo provenientes das colônias italianas da Serra gaúcha que adquiriram no local pequenas propriedades durante e depois do ciclo das sesmarias (Ribeiro e Pozenato, 2005).

⁴⁷A Comissão Emancipacionista foi formada em reunião no dia 03.12.1994, e seu pedido de registro junto à Câmara do RS em 19.12 do mesmo ano pelo presidente Antonio Giordano da Costa. Após anos de luta foi realizado um plebiscito, no dia 24.03.1996, que contou com 939 votos a favor e 75 contra a emancipação do município. Sua instauração oficial só se deu, entretanto, em 01.01.2001, tendo como seu primeiro prefeito, eleito em eleição realizada em outubro do ano anterior, Antonio Giordano Costa, presidente da comissão, e vice-prefeito Volni Francisco Neves. Informações obtidas no site <http://www.pinhaldaserra.net/index.php>.



Figura 171: Sede da antiga Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra

(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

A fundação recente deste município esteve em grande parte ligada ao planejamento da construção da UHE Barra Grande na divisa do seu território com o de Anita Garibaldi (SC), no leito do rio Pelotas, ainda na década de 1980. Quase vinte anos se passaram até que, em setembro de 2001, motivadas pela construção da usina, as empresas Alcoa Alumínio S/A, Camargo Corrêa Cimentos S/A, Companhia Brasileira de Alumínio, Companhia Paulista de Força e Luz (Geração) e DME Energética Ltda constituíram aquela que seria a empresa empreendedora de tal projeto – a BAESA (Energética Barra Grande). Depois de mais de quatro anos de obras, a usina hidroelétrica começou a entrar em funcionamento, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social desta cidade. Atualmente, a produção de energia é uma das suas principais fontes econômicas, pois os recursos oriundos de ICMS e Royalties tornaram esta pequena localidade uma das melhores do Brasil e a maior do Rio Grande do Sul em renda per capita⁴⁸.

Durante as obras de construção e instalação deste empreendimento ocorreram os trabalhos de salvamento dos bens arqueológicos existentes em sua área de abrangência, ocasionando, dentre outras coisas, em uma convivência muito frutífera entre os pesquisadores lá instalados e os membros da comunidade local – autoridades públicas, comerciantes, agricultores, professores, estudantes, dentre outros, que sempre se mostraram muito receptivos em relação à arqueologia. Começava a se delinear um novo capítulo da história do município, relacionado com a sua ocupação pré-colonial.

⁴⁸ Tais informações estão disponíveis no site <http://www.pinhaldaserra.net>

Naturalmente, os representantes do poder público local, principalmente executivo, na figura dos seus prefeitos (Antônio Giordano Costa, na época, e Ivandro Birck, atualmente), se mostraram muito receptivos tanto à realização das pesquisas iniciais, realizadas entre 2001 e 2003, quanto à sua continuidade com vistas à criação de um parque arqueológico, a partir de 2006. Mas, para isso, era necessário garantir que o parque pudesse ser inserido nas terras de propriedade de Ari Rodrigues Duarte, através de compra ou comodato. Após quase quatro anos de tratativas, optou-se, por parte da prefeitura, pela desapropriação amigável das terras, ficando a cargo da BAESA o repasse do valor avaliado por uma comissão nomeada por tal fim, conforme consta no Decreto nº 104, de 15.12.2010 e na Lei nº 584, de 23.12.2010 (retificada pela Lei nº 593, de 03.02.2011)⁴⁹. O proprietário recebeu a quantia de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) pela área de 10 ha na qual o PAHPA será implantado.

Se valendo do amparo legal que possuí, o poder público estabelecido em Pinhal da Serra, representado por seu atual prefeito Ivandro Birck, atuou de forma decisiva neste impasse, permitindo que este projeto, há muito planejado e imaginado, começasse a sair do papel. Uma notícia foi publicada no site da prefeitura, em julho de 2011, transmitindo as boas novas e informando também que o projeto arquitetônico do PAHPA estava em fase de conclusão⁵⁰ (leia a seguir):

⁴⁹Em anexo tais documentos estão colocados na íntegra.

⁵⁰Conforme consta na notícia, o projeto arquitetônico do PAHPA encontra-se em estágio de finalização. Em razão do contrato de prestação de serviço ainda não ter sido assinado entre a coordenadora do projeto, Sílvia Copé, e a empresa de arquitetura envolvida, não foi possível publicar nesta tese o referido projeto.

Notícias:

PARQUE ARQUEOLÓGICO DO HOMEM DO PLANALTO DAS ARAUCÁRIAS

Enfim uma boa notícia. Em reunião realizada com a Professora Silvia Moehlecke Cope na manhã do dia 01 de julho de 2011, o Prefeito Ivandro Birck e Vice Delmar Jaguszewski, foram informados que o Projeto Arquitetônico do Parque Arqueológico do Homem do Planalto das Araucárias - PAHPA está em fase de conclusão e o início das obras está previsto para o mês de setembro de 2011. O PAHPA será construído numa área de 10ha adquiridos pela Prefeitura Municipal, em convênio com a BAESA.



Este projeto está sendo desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, através da FAURGS- Fundação de Apoio a

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, juntamente com a BAESA-Barra Grande Energética SA e Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra, devido ao relevante interesse público auferido ao projeto em questão.

A professora Silvia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é Coordenadora do referido Projeto, que já vem sendo desenvolvido em Pinhal da Serra há alguns anos, o qual só foi possível devido ao impacto causado pela construção da UHE Barra Grande.

Atualmente, estão sendo analisados nove Sítios Arqueológicos, dentre os 150 (aproximadamente) existentes em nosso Município, segundo informações da Professora Silvia.

No local onde será construído o Parque, que fica distante 4 km da sede, existe uma maior concentração de casas subterrâneas de civilizações de um mil anos atrás, em um espaço bem pequeno. Neste local estão sendo realizadas as escavações. No período de 17 de junho a 05 de julho de 2011, 11 estudantes de arqueologia, da Inglaterra, participam das escavações.

Este Município, pequeno ainda, mas em pleno desenvolvimento, é grande em concentração de sítios arqueológicos, com vestígios de civilizações de mais de 1.000 anos.

Para nós Pinhalenses, é um orgulho podermos contar com este projeto, que vem desvendar a história de nossos antepassados ainda por nós tão desconhecida.

Data: 01/07/2011

Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra

Av. Luiz Pessoa da Silva Neto, 1293
Centro - CEP 95390-000
Fone: (54) 3584-0250



Figura 172: Notícia sobre o PAHPA no site da Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra
(Fonte: <http://www.pinhaldaserra.net>)

Em outros lugares do Brasil o patrimônio arqueológico também tem encontrado acolhimento, em muito por causa dos interesses turísticos e econômicos em jogo. O governo do Estado do Amapá, por exemplo, está promovendo, inclusive com recursos financeiros

estaduais, ações em prol da arqueologia, como no caso do sítio megalítico AP-CA-18. Desde 2006, a partir da contratação de profissionais qualificados, tem procurado fazer uso turístico do patrimônio, a fim de possibilitar o desenvolvimento econômico e social local. Aliado a isso, tem manifestado interesse na preservação e na valorização dos bens arqueológicos da região. Trata-se, sem dúvida, de um ambiente muito sensível ao patrimônio arqueológico, como ressalta os pesquisadores Mariana Cabral e João Saldanha (Cabral & Saldanha, 2009).

Antes de continuar a discutir como o poder público de Pinhal da Serra tem buscado fazer uso do patrimônio arqueológico lá existente, são necessárias algumas considerações acerca das novas formas de turismo que tem surgido no Brasil com o passar dos anos. Utilizar como atrativos as riquezas culturais se tornou uma forma de promover o turismo no território brasileiro, principalmente a partir do tombamento de vários núcleos históricos como patrimônio da humanidade a partir da década de 1980. Diferentemente dos turismos ecológicos, radicais, rurais e muitos outros, os históricos e os arqueológicos voltam-se para a vivência do passado através de memórias, histórias, artefatos e outros aspectos culturais, possibilitando experiências significativamente muito distintas e até mesmo a construção de identidades (Silva, 2010).

Outra importância do turismo cultural, e em especial do arqueológico, tem sido sua utilização enquanto uma forma de impulsionar o desenvolvimento de práticas que visem a sustentabilidade deste tipo de patrimônio. Conforme Lacerda, o fomento à atividade turística em sítios e/ou parque arqueológicos pode ser bastante eficaz, pois, estando suportada em um planejamento estratégico eficiente e eficaz que vislumbre a preservação e a conservação do patrimônio, é capaz de evitar a ocorrência de impactos negativos sobre ele. Assim, este tipo de turismo pode trazer benefícios como a manutenção e a proteção do patrimônio arqueológico (Lacerda, 2005).

Outro objetivo pretendido com o desenvolvimento do turismo cultural tem sido, nos últimos anos, desenvolver ações que fomentem a economia criativa e ativem o desenvolvimento econômico e social das comunidades afetadas (Silva, 2010). Constituindo-se em uma das atividades mais dinâmicas da atualidade, ao ser gestada de modo compartilhado, possibilita mudanças significativas na vida social e econômica de uma comunidade, além de colaborar no envolvimento comunitário e no fortalecimento da(s) identidade(s) local(is) (Oliveira, 2005).

Experimentar o passado, ativar memórias, construir ou reconstruir identidades, preservar o patrimônio arqueológico e promover o crescimento econômico e social são interesses e preocupações claramente visíveis nos planos de implantar um turismo arqueológico em Pinhal da Serra, seja por parte dos pesquisadores ou das autoridades políticas envolvidas. Mas tornar essa atividade uma ação autossustentável não é, nem será, uma tarefa fácil.

Tendo isto em vista, foi fundamental que o poder público deste local tenha se envolvido diretamente na desapropriação das terras destinadas à instalação do parque arqueológico, pois acabou tornando-se o responsável legal por elas. Logo, terá de atuar diretamente no gerenciamento e na manutenção deste empreendimento turístico no futuro, provendo os recursos financeiros necessários para tanto. Além disso, deverá envolver a população local neste sentido, não apenas como apreciadores dos bens arqueológicos, mas, e principalmente, como funcionários do parque (nas funções de curadores, guias, monitores, guardas, etc). Tal participação efetiva de moradores desde e de outros municípios, já considerada no projeto inicial do parque (Copé, 2006b1), permitirá à comunidade se desenvolver, principalmente com a geração de empregos e renda, e igualmente se conscientizar acerca da importância da conservação e da valorização do seu patrimônio arqueológico local.

4.1.3 Memórias da e para a comunidade local

O que seriam das pesquisas arqueológicas sem a participação, por menor que seja, dos moradores locais? Encontraríamos os sítios aos quais nos conduzem e os objetos que eles guardam em suas casas? Saberíamos, tão facilmente, como determinados lugares foram modificados com o tempo (com a retirada e/ou a plantação de árvores, com a aragem da terra, e assim por diante)? Teríamos acesso às histórias que eles contam sobre estes lugares e objetos e que são por eles recontadas com o passar do tempo, que fazem parte da(s) sua(s) memória(s)? Muito provavelmente não.

Todas estas e outras informações fazem parte da memória detida por toda e qualquer comunidade, sustentada por um repertório material ou imaterial que inclui documentos, fotos, estórias e histórias, objetos (inclusive arqueológicos) e curiosidades em geral – tudo, sem

distinção, guardado com zelo (Pardi, 2002). São memórias próprias deles. Cabe a cada arqueólogo quando chega em dada localidade, procurar estabelecer um contato mais próximo e íntimo possível com tais indivíduos, pois, certamente terão acesso a informações muito valiosas para o desenvolvimento das pesquisas. Através de uma leitura atenta dos documentos elaborados na ocasião das pesquisas em Pinhal da Serra, a partir de 2006, como os diários de campo (transcritos nos relatórios), muitas observações interessantes foram surgindo, conforme apresento nos próximos parágrafos.

Uma das coisas que mais interessa aos arqueólogos, quando está em campo, é encontrar novos sítios, e uma das formas mais fáceis de se conseguir isso é utilizar alguns habitantes locais como informantes. Estes indivíduos são, muitas vezes, como destaca Pardi (2002), as chaves de acesso à comunidade e os melhores parceiros locais. Sua sensibilidade, cumplicidade e empenho, via de regra, ajudam na manutenção e na continuidade dos trabalhos nos municípios, dentro ou fora dos meios oficiais. Em Pinhal da Serra, vários moradores atuaram neste sentido. Veja alguns exemplos:

Conforme informei no capítulo 1, o seu Ari Rodrigues Duarte conduziu alguns pesquisadores do NuPARq/UFRGS até locais em suas terras com estruturas semisubterrâneas e artefatos dispersos em superfície, os quais foram posteriormente denominados sítios Ari Duarte I, II e III. Igualmente, revelou que algumas das estruturas semisubterrâneas eram bem mais fundas, mas como o mesmo arava a terra no entorno, as enxurradas levaram muito sedimento para o interior delas.

Outros moradores também forneceram informações preciosas sobre a ocorrência de vestígios arqueológicos na região, bem como em relação à localização dos sítios que já haviam sido identificados (tanto pelas pesquisas do NuPARq quanto pelas realizadas anteriormente por outros pesquisadores). Um nome, em especial, é citado várias vezes nos relatórios – o do seu Natalino, um antigo morador da região:

*“Devido à continuação do mau tempo e a alta umidade no sítio, procuramos contatar e obter a autorização para escavar por parte dos proprietários das terras onde estão os outros sítios arqueológicos que devem ser escavados como parte do projeto. Conseguimos a companhia do Sr. **Natalino** para tal e fomos visitá-los. No entanto, antes de irmos aos sítios, a convite do Sr. Natalino, fomos verificar uma casa subterrânea nas proximidades de Pinhal da Serra, em terras de Valdir Fernandes de Vargas, numa localidade chamada de Mato dos Giordani. A ocorrência arqueológica é possivelmente uma casa*

subterrânea com desmoronamento na área central, ou então, duas estruturas geminadas” (COPÉ, 2006d)

*“Sempre guiados pelo senhor **Natalino**, agora tomando a direção da Serra dos Gregórios, na propriedade de Dona Corinta Lemos, encontramos uma casa subterrânea bem conservada de cerca de três metros de profundidade por 8 metros de diâmetro, situada no interior de uma mata bem conservada e de árvores bastante antigas” (COPÉ, 2006d)*

*“Fomos informado pelo Sr. **Natalino** de outra estrutura subterrânea no interior de um mato situado nas proximidades, a qual ele não sabia localizar com precisão. Assim, em vez de procurar o referido sítio, tomamos um ponto GPS para referenciar possíveis buscas na área: 22J0480922UTM69147627, tal ponto situa-se na encruzilhada entre a estrada secundária que utilizamos e outra via que levava a sede da fazenda do Sr. Valdir”(COPÉ, 2006d)*

*Seguimos, ainda acompanhados do Sr. **Natalino**, para a propriedade do Sr. Avelino Vieira, na comunidade de Capela São Jorge, onde encontramos o conjunto de estruturas subterrâneas arrolado para ser escavado. Além disso, na conversaçãõ para obter a autorização para escavar em suas terras Sr. Vieira mencionou a existência de uma série de outros conjuntos de casas subterrâneas, aterros circulares, etc., além de material arqueológico encontrado. Acompanhados dos Srs. Avelino e **Natalino**, fomos até os locais apontados pelo primeiro deles. O primeiro desses locais é um grande aterro circular, situado no topo de um morro de encosta bastante íngreme e a cerca de 150m da casa do Sr. Avelino. O círculo tem cerca de 40m de diâmetro e está coberto por uma floresta de grande porte. Segundo o Senhor **Natalino**, foi escavado por P.A. Mentz Ribeiro”.(COPÉ, 2006d)*

Em outros momentos, os próprios moradores procuravam os membros da equipe para fornecer informações. Um destes casos foi o do Sr. Almiderino Gobete (Seu Nenê Gobete) que os convidou para visitar sua propriedade a fim de verificar algumas depressões que ele julgava ser galerias subterrâneas, bem como um abrigo sob rocha que teria sido ocupado antigamente nas terras de um vizinho. Em razão da ocorrência de uma grande chuva, os investigadores não puderam verificar todas as estruturas mencionadas por seu Nenê, mas acabaram encontrando artefatos líticos em superfície, em uma área em que o mesmo utiliza como pasto para porcos (Copé, 2006d).

Em muitas visitas como esta, não é incomum que artefatos sejam entregues aos pesquisadores pelos proprietários locais, que, após os encontrar em suas terras, acabavam guardando-os em suas casas. Machados polidos, mãos de pilão, pontas de flecha e outros objetos geralmente chamam a atenção destes indivíduos uma vez que, além de serem esteticamente bonitos, diferenciavam-se muito de outras pedras. Isto ocorreu na propriedade do sr. Armino Bataglia, onde havia uma concentração de estruturas semisubterrâneas, o qual cedeu um pedaço de mão de pilão encontrado em sua área de cultivo (Copé, 2006d).

Além de indicarem a localização de sítios e artefatos, tais indivíduos igualmente relatam histórias sobre estes vestígios e também sobre as pessoas e/ou grupos relacionados a eles. São histórias muito significativas, passadas oralmente de geração para geração.

Novamente, menciono o caso do seu Ari Duarte. Para ele, o que os pesquisadores chamam de estruturas semisubterrâneas eram “*panelas no chão que seu avô dizia que era de índio*”. Tal denominação é bastante comum na região do planalto como um todo, assim como a de “*buracos de bugre*”. Outros termos são igualmente comuns, como os “*danceiros*” para as áreas com elevações anelares e “*cemitérios*” (ou “*cemitério do cacique*”, segundo o sr. Natalino) para locais com montículos de terra. São apropriações que as comunidades locais fazem ao relacionarem as materialidades presentes em seu cotidiano com as memórias orais advindas de parentes ou outros moradores antigos.

Um dos relatos mais interessantes neste sentido é sobre o sr. Juvenal da Capela São Pedro, no qual ele se diz descendente de bugres:

“Fizemos contato também, com Sr. Juvenal de Capela São Pedro, ele se diz descendente de “bugres”, e sua família vive nesta localidade desde o século XIX. Seu bisavô, segundo nos informou, veio para cá quando os “bugres ainda moravam nos buracos”, da mesma forma que disse que os “índios é que são os verdadeiros brasileiros, depois vieram os homens”. Ele é uma figura e tanto, estava todo pilchado, com lenço vermelho – maragato – e carregava sua gaita a tiracolo, a qual tocou no final do evento a pedido de todos que ali estavam. Ele e os irmãos parece serem os donos da Capela São Pedro, tendo as terras divididas entre si, e ele informou que tem “coisas de bugres” nas suas terras, inclusive ele tem coisas guardadas. Ficamos de ir visitá-lo”. (Copé, 2006c)

As memórias surgidas nestes relatos têm um claro suporte na cultura material, existente muitas vezes nos próprios “quintais” destes moradores, e como principal meio de circulação a oralidade. Mas não esqueçamos que se tratam, antes de tudo, de construções sociais, como ressalta Jorge (2000).

Tomando o caso do sr. Juvenal, em particular, fica claro que a memória permitiu a ele refazer os dados do seu passado, fornecidos por seu bisavô, construindo uma imagem identitária dele mesmo, a qual ele agregou outros elementos, pertencentes a outras identidades, como no caso da do gaúcho. Sem essa memória, não haveria uma pessoa, não haveria um projeto, não haveria um sentido de comunidade nem de pertencimento a este lugar, e, portanto, não haveria identidade para esse homem, conforme Jorge ressalta (2000).

Mas não são essas as únicas formas de se adquirir ou construir memórias. É possível, também, substituir ou agregar outras informações às memórias existentes, mas para isso é necessário descobrir coisas novas, histórias novas. Ao entrarem em contato com pesquisadores, muitos moradores de Pinhal da Serra hoje possuem outras memórias.

Exemplificarei o que acabei de dizer ao apresentar três situações, em que vários moradores locais e alguns investigadores interagiram entre si. A primeira delas refere-se a uma visita dos alunos e professores da Escola Estadual Paulo de Tarso ao sítio Ari Duarte I, durante o desenrolar das escavações arqueológicas, em 2006. Para receber os convidados os pesquisadores preocuparam-se em limpar a área da escavação e levar de volta ao local materiais que haviam sido retirados anteriormente a fim de mostrar para eles. Inicialmente, a professora Sílvia Copé realizou uma pequena palestra, dando noções básicas da realização de um estudo de campo arqueológico. Depois, outros membros da equipe, Leonardo Napp e Vanderlise Barão, os levaram para fazer um tour pela área do sítio, explicando a diferença que as ocupações causaram na paisagem e, por fim, Mateus Lovato falou a eles sobre as principais características dos artefatos líticos. Por fim, quando os pesquisadores voltaram a trabalhar, escavando uma estrutura semisubterrânea, todos puderam observar o que havia sido dito na prática. Durante toda a visita, surgiram perguntas interessantes, bem como relatos da ocorrência das mesmas estruturas nas terras de suas famílias, mostrando que houve interesse por parte dos alunos e dos professores. Alguns inclusive se interessaram em trabalhar nas escavações (Copé, 2006d) (fotografias a seguir):



Figuras 173 e 174: Palestra da professora Sílvia Copé para estudantes e professores no sítio Ari Duarte I
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figuras 175 e 176: Pesquisadores dando explicações e conduzindo os visitantes em tour pelo sítio
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)



Figuras 177 e 178: Pesquisadores mostrando artefatos e explicando suas características
(Fonte: Acervo do NuPArq/UFRGS)

Há uns anos, assisti a uma comunicação no Congresso de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), em Florianópolis, de dois grandes amigos e ex-colegas de trabalho do NuPARq, Mariana Petry Cabral e João Darcy de Moura Saldanha, acerca das pesquisas arqueológicas que estavam desenvolvendo no Estado do Amapá. Lembro bem de ter me impressionado com uma de suas colocações referente a uma barreira que existia entre eles e a comunidade local. Tendo-os recebido como os “portadores do conhecimento” (cientistas, especialistas) os habitantes das regiões que estavam sendo estudadas colocavam-se enquanto meros “receptores de conhecimento” (leigos). Portanto, de antemão, portando o Viveiros de Castro denomina de “vantagem epistemológica”, tais profissionais desenvolveram um trabalho na tentativa de quebrar ou pelo menos diminuir esta barreira, transformando os moradores locais em parceiros ativos. Após realizarem palestras em escolas e em centros comunitários, programas na rádio local e conversas informais, conseguiram promover a participação da população no projeto, dando origem assim ao nascimento de um sentimento de propriedade com o patrimônio arqueológico. (Viveiros de Castro, 2002, apud Cabral & Saldanha, 2009).

Ao observar as fotografias da ocasião da visita de alunos e professores ao sítio, não pude deixar de lembrar a apresentação que assisti, pois, em algumas delas a barreira epistemológica estava claramente presente. Nas três primeiras imagens, tiradas logo no início da visita, é possível perceber uma nítida separação entre os pesquisadores, “portadores do conhecimento”, de um lado, e os habitantes da cidade, “receptores do conhecimento” de outro. E tal barreira era inclusive física: os primeiros situados dentro das estruturas, e os últimos fora delas, ao seu redor.

No entanto, depois de observar as fotografias tiradas a seguir, percebi como a situação inicial parece ter se modificado, com os pesquisadores e os visitantes parecendo estar mais próximos, inclusive fisicamente. De modo semelhante, lendo o que se escreveu nestes momentos, no diário de campo, pude notar como eles interagiram entre si, trocando experiências e informações - científicas, de um lado, e locais, de outro - diminuindo o abismo que havia inicialmente entre si. Ambos se tornaram, deste modo, tanto portadores quanto receptores de conhecimento.

Em outro momento, a equipe do NuPARq foi convidada a participar da programação do Dia do Desafio e Dia da Solidariedade, promovido pela Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra, pela Escola Estadual São Paulo de Tarso, Pastoral da Criança e Grupo de Convivência

Raios de Luz. O professor da escola teve a iniciativa de convocar os pesquisadores para realizarem uma exposição geral sobre a arqueologia em Pinhal da Serra e sobre o projeto do PAHPA. Assim, pôsteres foram expostos e imagens foram projetadas, além de terem sido mostradas peças arqueológicas que foram cedidas por membros da comunidade local. Tal apresentação teve uma grande receptividade junto à população (Copé, 2006c).

Por fim, atendendo a outro convite, pela professora da escola Sirlene, dois pesquisadores, Vanderlise Barão e Gerson Fraga, foram até a escola dar pequenas aulas sobre arqueologia para turmas de 5^a à 8^a séries. Segundo consta no diário de campo, foram experiências bastante interessantes e produtivas, pois em todas as turmas surgiam relatos de sítios das terras de algum aluno, principalmente com estruturas escavadas no solo (Copé, 2006c).

Em todos estes momentos, as memórias que as pessoas desta comunidade possuíam se misturaram com os conhecimentos que eles adquiriram ao entrarem em contato com os investigadores, dando origem a novas memórias. Retomando Jorge, a memória, enquanto representação individual ou coletiva é construída a todo o momento através de relações sociais e do uso de elementos de apoio, existentes ao redor (Jorge, 2000). No caso de Pinhal da Serra, novas memórias foram e ainda serão agregadas às antigas memórias, amparadas pela presença material de vários vestígios arqueológicos, sejam sítios e estruturas, sejam artefatos líticos e cerâmicos.

4.2 O patrimônio e a construção da(s) identidade(s)

Segundo Silva (2010), no mundo contemporâneo tem se presenciado a construção cada vez maior de novas identidades, que afirmam e são afirmadas com o reconhecimento de patrimônios locais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, inúmeras cidades se intitulam ou são intituladas como terra, capital ou cidade de algo, relacionadas a uma especialidade produtiva, a uma particularidade geográfica ou a uma especificidade histórica. Longe de representarem neutralidades políticas, são sempre pautadas por escolhas que acabam construindo ou reforçando representações, identidades e patrimônios (Silva, 2010).

Ao avaliar as formas pelas quais o patrimônio arqueológico estava se constituindo em Pinhal da Serra, acabei percebendo que isto fazia parte de um contexto mais amplo, no qual uma imagem identitária estava sendo construída, principalmente através das ações dos

representantes do poder local. Pois, como afirma Silva, o poder público e outros atores envolvidos têm divulgado identidades e ativado repertórios patrimoniais, através de ações educativas e turísticas, com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social da população. Seja de forma consciente ou não, na realidade social não ativa o patrimônio e a identidade quem quer, mas sim quem pode (Prats, 1997, apud Silva, 2010).

Cada vez foi ficando mais claro, a meu ver, que vários elementos estavam sendo utilizados para formar uma identidade local, fossem eles naturais ou culturais, patrimoniais ou não patrimoniais.

Começo por destacar os aspectos que não podem ser considerados patrimônios, mas que servem igualmente para gerar identidade, como salienta Peixoto (2004). No caso de Pinhal da Serra, ao ler informações colocadas no site da prefeitura e em outros, e ao observar um dos símbolos da cidade, como o seu brasão (figura 151), pareceu-me claro que as suas principais fontes econômicas - a agricultura, a pecuária e a geração de energia – foram utilizadas no empenho de forjar uma representação coletiva local.



Figura 179: Brasão do município de Pinhal da Serra

(Fonte: <http://www.pinhaldaserra.net>)

Outro suporte que tem sido utilizado neste sentido é a inserção recente deste município na Rota dos Campos de Cima da Serra⁵¹, uma estratégia de divulgação de turismo regional

⁵¹ Nos anos de 2000 e 2001, os prefeitos de algumas cidades da região criaram um consórcio turístico visando o desenvolvimento econômico – o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra (Condesus Campos de Cima da Serra), conhecido também por Rota dos Campos de Cima da Serra Os

focada na promoção de bens patrimoniais naturais e culturais compartilhados por municípios da região - as paisagens naturais dos chamados Campos de Cima da Serra, formados por lindos campos entremeados com araucárias e a cultura legada do tropeirismo no final do século XVIII. Além destas características comuns, cada cidade procura atrair visitantes ao destacar algumas de suas particularidades, através de links individuais no site oficial da Rota dos Campos de Cima da Serra (figura 152).

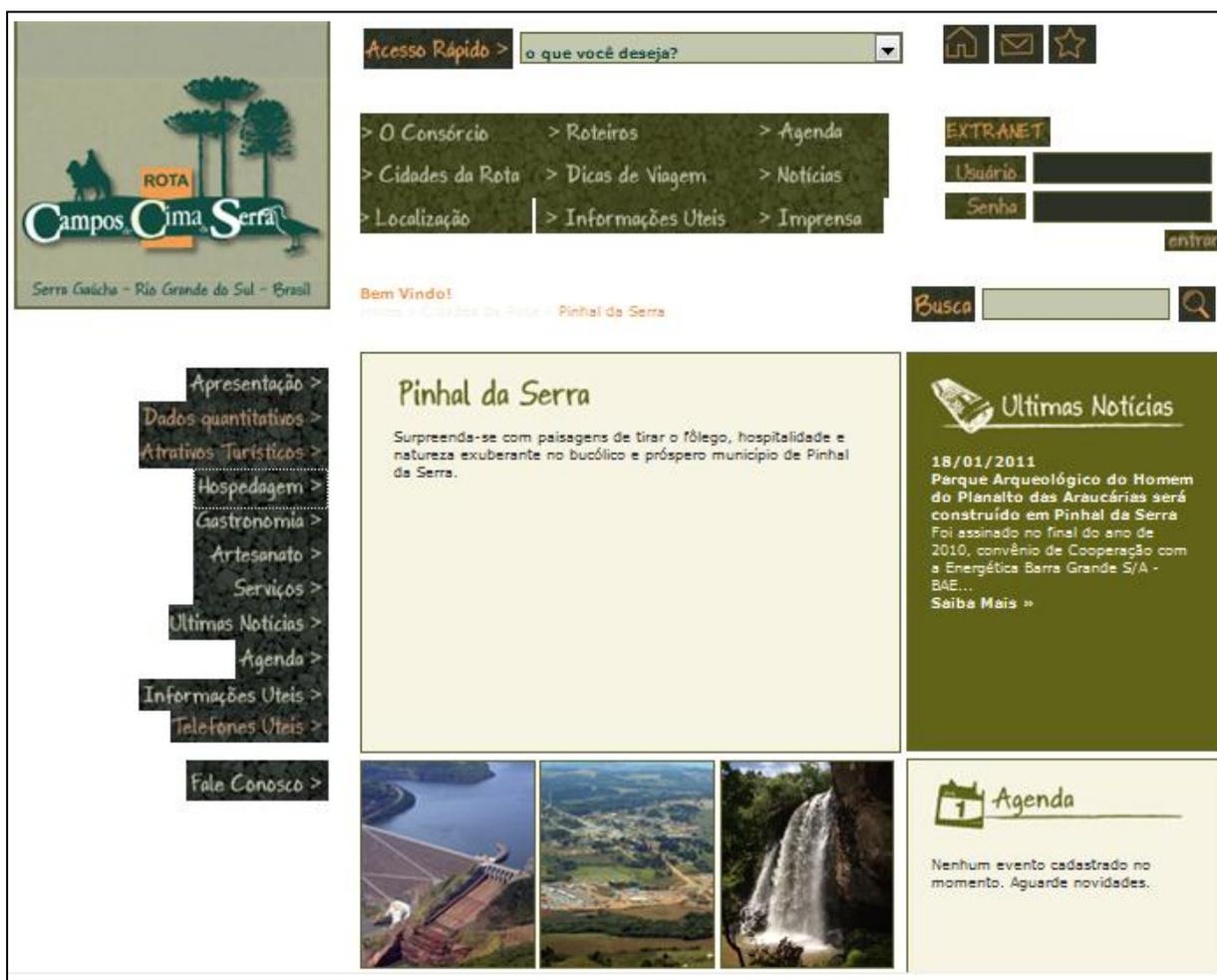


Figura 180: Espaço de destaque para Pinhal da Serra no site da Rota dos Campos de Cima da serra

(Fonte: <http://www.rotacamposdecimadaserra.com.br>)

Como pode ser notado no espaço destinado à cidade de Pinhal da Serra no site de divulgação da rota, procura-se chamar a atenção das pessoas utilizando-se como atrativos turísticos a beleza natural das suas paisagens, a usina hidroelétrica de Barra Grande e também o parque arqueológico ainda a ser implantado. Mesmo sem estar concretizado, este último já

Campos de Cima da Serra localizam-se na porção nordeste do RS, em altas altitudes. Estão limitados a leste pelos cânions dos Aparados da Serra e a norte pela Serra Catarinense (informações disponíveis no site <http://www.rotacamposdecimadaserra.com.br>).

está sendo utilizado, pelas autoridades municipais, como um produto turístico de destaque dentre os outros existentes. Aos poucos, os bens arqueológicos vão sendo agregados à identidade “pinhalense”, sendo vistos como uma fonte de orgulho, pelo menos por seus representantes públicos, conforme afirmado em trechos da notícia sobre o andamento da elaboração do projeto do parque, que apresentei anteriormente (figura 153):

“Este Município, pequeno ainda, mas em pleno desenvolvimento, é grande em concentração de sítios arqueológicos, com vestígios de civilizações de mais de 1.000 anos. Para nós Pinhalenses, é um orgulho podermos contar com este projeto, que vem desvendar a história de nossos antepassados ainda por nós tão desconhecida”.

Quem sabe se o brasão, símbolo da cidade, tivesse sido elaborado mais tarde, não teria um espaço reservado para destacar o patrimônio arqueológico local?

Ficou clara, com a análise das informações e representações disponíveis, a atuação direta de determinados indivíduos, aqueles que podem, na construção de uma imagem identitária para Pinhal da Serra, através principalmente do incentivo ao turismo. Visível também é o intuito por detrás destas práticas, o de continuar promovendo o desenvolvimento econômico e social deste município que fora alavancado, por sua vez, a com a construção da usina de Barra Grande. Para um local constituído há tão pouco tempo, uma identidade múltipla encontra-se em processo de formação e de negociação, apoiada naquilo que há ao redor, seja patrimônio ou não.

Mas cabe ainda um questionamento acerca da formação de tal identidade: Será ela reconhecida por todos os moradores locais? Todos se identificam com ela? Longe de procurar uma resposta para esta questão, destaco suposições e dúvidas. Principalmente quando se analisam relatos como sobre o sr. Juvenal, que se diz descendente de bugres e se identifica com a figura tradicional do gaúcho.

Isto me leva a pensar que muitos habitantes de Pinhal da Serra ainda precisam de tempo para construir uma imagem deles próprios, identificando-se ou não com os novos elementos e patrimônios que vão sendo agregados e criando assim várias identidades, pois dificilmente representará um coletivo em toda sua amplitude. Mesmo que alguns indivíduos optem em adotar algum slogan oficial para a cidade, muitas outras identidades não serão representadas neles. Assim, denominá-la enquanto terra da agricultura e da pecuária; terra da

UHE Barra Grande; terra dos Campos de Cima da Serra; terra de bugres, etc, nunca traduzirá a totalidade das imagens identitárias com as quais se reconhecem os vários grupos e/ou indivíduos que vivem em Pinhal da Serra.

Considerações finais

“[...] But I focus more widely on that it means to do archaeological things such as excavating, surveying and collecting the material past, visiting and valuing collections and monuments of the past, asking what it is that might make these attractive to many people. I am also interested in how archaeology is basically about particular experiences of the object world. I emphasize experience because, with others, I try to understand archaeology in materialist terms, that is not so much as a set of ideas or body of knowledge, but as a collection of things people do [...]. I want to consider all dimensions of archaeological experience, not just the intellectual or the cognitive. I see this a part of a project of embodiment, of locating the practices and pleasures of archaeology not just within the mind but within the body: embodied experience”⁵²
(SHANKS, 1992, p. 1)

O livro de Michael Shanks, intitulado *Experiencing the Past* (1992), do qual destaquei os trechos acima, chegou nas minhas mãos quando já havia escrito boa parte desta tese. Ao começar a lê-lo fui imediatamente me identificando com muitas das ideias ali escritas, que traduziam muito do que eu estava sentindo em relação à arqueologia. A escrita ia assim tomando forma, se direcionando cada vez mais para um caminho que não eu havia traçado inicialmente, mas que cada vez mais atendia aos meus anseios, pois, ao refletir sobre a prática arqueológica desenvolvida no sítio Ari Duarte I acabei refletindo sobre a minha própria, em

⁵²“[...] Mas foco mais amplamente no que significa fazer coisas arqueológicas tais como escavar, vistoriar e coletar o passado material, visitar e avaliar coleções e monumentos do passado, perguntando o que é que torna isto atrativo a muitas pessoas. Estou também interessado em como a arqueologia é basicamente sobre experiências particulares do mundo do objeto. Enfatizo a experiência porque, com outros, tento entender a arqueologia em termos materiais, ou seja, não tanto como um conjunto de ideias ou corpo de conhecimento, mas como uma coleção de coisas que as pessoas fazem [...]. Desejo considerar todas as dimensões da experiência arqueológica, não apenas a intelectual ou a cognitiva. Vejo isto como parte de um projeto de corporificação, de situar as práticas e prazeres da arqueologia não apenas dentro da mente mas dentro do corpo: experiência corporificada” (tradução minha).

diferentes momentos. Quando percebia já estava escrevendo e descrevendo minhas próprias experiências e impressões, desde que comecei na arqueologia. Muitas vezes me emocionei ao lembrar momentos que vivi em campo ou em laboratório, ao lado de pessoas muito especiais que me ensinaram muito do que sei hoje.

Não apenas para Shanks, mas igualmente para outros autores que citei ao longo deste trabalho, como Edgeworth, a arqueologia vai além de ideias e de conhecimento. É formada, basicamente, pelas experiências materiais e particulares de pessoas perceptivas, sensíveis e corporificadas: os arqueólogos. Sendo assim, tais indivíduos não produzem, como fruto do seu trabalho, afirmações definitivas, mas antes, e, sobretudo, narrativas, interpretações e construções sobre determinados objetos e fontes de estudo (Edgeworth, 2006^a). Foi deste modo que procurei entender a arqueologia, como uma forma de ver, descobrir e agir sobre o mundo, tanto no passado quanto no presente.

Mas não era possível, nem nunca seria, discutir questões teóricas como estas sem estabelecer relações com a prática, com alguma prática arqueológica. Como escavar um sítio, ou parte de um sítio, não era um dos meus objetivos, precisava fazer uma escolha. Assim, optei por trabalhar com algo que era familiar para mim, que havia sido pesquisado por pessoas que eu conhecia e, o mais importante, que tinha uma grande história a ser contada a partir de uma perspectiva temporal: o sítio arqueológico Ari Duarte I, ou, como preferi chamar, lugar Ari Duarte I. Além de poder ter sido vislumbrado a partir de diferentes temporalidades – passado, presente e futuro – tornou-se ainda uma excelente fonte de estudo para a compreensão de modos muito distintos de experimentar um mesmo lugar, designando a ele múltiplos significados, uma vez que vários indivíduos e/ou grupos mostravam-se ligados com ele de alguma forma.

Assim, através de um olhar fenomenológico, baseado no engajamento perceptivo e corporal com o mundo material, avaliei o envolvimento ativo não apenas daqueles que viveram neste lugar muito tempo atrás, mas igualmente de pessoas como os próprios arqueólogos – os responsáveis pelas práticas arqueológicas no sítio - e os moradores de Pinhal da Serra, como agricultores, estudantes e autoridades políticas – as pessoas que vivem muito próximas deste e de outros sítios arqueológicos existentes por lá.

Ao ter em mente sobre o que eu queria escrever, era necessário definir como. Se o lugar era o aspecto comum entre os diferentes sujeitos e as distintas temporalidades, era ele o elemento chave a ser considerado. Ao mantê-lo como eixo central da tese, abordei grandes

temáticas a ele vinculadas: a *descoberta*, a relação com a *terra*, com as *coisas* (incluindo suas *substâncias*) e com o *patrimônio*.

Entendendo a *descoberta* enquanto essencial para a arqueologia, nas suas mais variadas formas, fiz um esforço no sentido de recriar “encontros muito privilegiados” (Heidegger, 2005), oportunizados a alguns arqueólogos quando chegaram a um local ainda desconhecido para eles, embora fosse familiar para vários moradores da região. Descobrir, deste modo, revelou ser uma forma única de experimentar o mundo material. Mas experimenta melhor quem se deixa levar pela percepção dos sentidos e pelo envolvimento corporal, sem dúvida.

Se o lugar Ari Duarte I para uns era visto como “*um local com panelas no chão*”, para outros representava “*um sítio arqueológico fabuloso e magnífico*”, sem falar de tantos outros significados e apropriações a ele atribuídas e a serem ainda atribuídas, como ocorre com toda forma de patrimônio.

Por falar em patrimônio, como deixar de fora este aspecto tão relevante em relação aos bens culturais, principalmente arqueológicos, e tão latente no caso deste sítio arqueológico? Não me parecia possível. Assim, me aventurei neste campo de discussão tão polêmico e complexo buscando conceitos e ideias que me pudessem auxiliar na compreensão de como estava ocorrendo a transformação de um bem arqueológico de valor inestimável como este em patrimônio. Percebi, claramente, ter havido a atuação mais ativa e decisiva de alguns sujeitos neste processo, que definiram o que seria patrimonializado e como – arqueólogos, membros do IPHAN e autoridades políticas locais, principalmente. Para atender a interesses econômicos e turísticos, sobretudo, um dos patrimônios arqueológicos de Pinhal da Serra (o sítio Ari Duarte I) está sendo exaltado e promovido, juntamente com outros atrativos locais como a vegetação exuberante e a usina de Barra Grande.

Patrimônio e identidade andam, via de regra, juntas. Várias identidades “pinhalenses” encontram-se nitidamente em construção, abarcando distintas memórias e histórias, bem como utilizando diferentes materialidades, como o patrimônio arqueológico, enquanto suporte.

Baseada no entendimento de que as substâncias são elementos tão importantes do mundo quanto as próprias coisas em si, procurei desenvolver uma análise focada nos principais materiais presentes no lugar – terra, pedra e barro, assim como outras substâncias a

eles agregados, naturalmente ou não, como água, minerais, areia, etc. Naturalmente, pude perceber como os sentidos da visão e do tato harmonizavam-se melhor na percepção destes elementos, em contraste com os da audição e do paladar, por exemplo. Quantas experiências não devem ter sido proporcionadas em transações materiais como estas, efetuadas por indivíduos engajados fisicamente e emocionalmente? Pena não poder voltar no tempo para ver. Resta então repensar e reestruturas nossas pesquisas com a cultura material, observando-a com mais cuidado, tocando nas substâncias líticas e cerâmicas, tão distintas em texturas, composições e cores.

A terra também foi experimentada no lugar, e muito. Proporcionou um modo diferente de apropriação do espaço, mais direto e concreto. Com os olhos, os narizes ou, principalmente, com as mãos, tanto os pesquisadores quanto os construtores e moradores antigos estabeleceram vínculos muito próximos com essa substância, cotidianamente. E, antes de ser vista como passiva e inerte, interferia significativamente naquilo que podia ser efetuado sobre ela. A sua manipulação permitiu a criação de vários lugares, seja em termos físicos ou imaginários: um lugar de moradia, um lugar de descanso, um lugar de trabalho, um lugar de lazer, um lugar de descobertas, um lugar de exposição, um lugar de reunião, seja no passado, no presente ou no futuro.

Ao final de uma longa jornada, indo e voltando no tempo, sinto-me cansada, não mentirei, mas enormemente recompensada. Por mais que tenha me afastado, nos últimos anos, das pesquisas de campo e de laboratório, nunca me senti tão próxima da arqueologia e do fazer arqueológico ao refletir sobre teorias e principalmente práticas arqueológicas. Assim, me identifico muito com o que José Alberione dos Reis afirma na introdução da sua tese:

“[...] Minhas escavações não foram em solos endurecidos pelos tempos passados, mas nos terrenos movediços das idéias. Escavei em textos, em discursos de colegas, que eu saiba, neste momento, todos ainda vivos e atuantes em sua profissão de arqueólogo [...]” (REIS, 2003: 4,5)

Refletir, discutir, teorizar, pensar a arqueologia também é uma forma de praticá-la, tão fundamental quanto escavar sítios e analisar artefatos. É uma maneira de dar a ela um sentido útil no presente, acima de tudo, como defende Jorge (2000).

Pensar não dói e é preciso, sempre!!!

Referências Bibliográficas

Livros e artigos

ANDREFSKI, W. 1998. **Lithics: Macroscopic Approaches to Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press.

BARKER, P. 1998. **Techniques of archaeological excavation**. Third Edition. London, New York: Routledge.

BEBER, M. V. 2004. **O Sistema de Assentamento dos Grupos Ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro: O Caso da Tradição Taquara/Itararé**. Tese de Doutorado. São Leopoldo. PPGH/Unisinos.

BELLO, A. 2006. **Introdução à fenomenologia**. Bauru-SP: EDUSC.

BENDER, B. 1993. Landscape and Politics. In: BUCHLI, V. (Ed.) **The material culture reader**. Oxford, New York: Berg Publitions. p. 135-174.

BOIVIN, N. 2004. From veneration to exploitation. In: BOIVIN, N.; OWOC, M. A (Eds.). **Soils, Stones and Symbols: Cultural Perceptions of the Mineral World**. London: UCL Press. p. 1-29.

BONANNO, A. s/d. **La gestión sostenible de los parques arqueológicos en destinos turísticos del Mediterráneo: el caso de Malta**. Disponível em: < http://www.fundacioabertis.org/rcs.../bonanno_cast.pdf >. Acesso em 06.02.2012

CABRAL, M. P. 2005. **Sobre coisas, lugares e pessoas: uma prática interpretativa na arqueologia de caçadores coletores do Sul do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS/IFCH/PPGH.

CABRAL, M. & Saldanha, J. D. M. 2009. Um sítio, múltiplas interpretações: o caso do chamado “Stonehenge do Amapá”. In: **Revista de Arqueologia**, v.22, n.1, (jan-jul.2009), p. 115 – 123.

COLLINS, M. B. 1975. Lithic Technology as Mean of Processual Inference. IN: SWANSON, E. (ed). **Lithic Technology: Making and Using Stone Tools**. Chicago: Moun-ton Publishers.

COPÉ, S. M. 2006. Narrativas espaciais das ações humanas. História e aplicação da arqueologia espacial como teoria de médio alcance: o caso das estruturas semi-subterrâneas do planalto Sul-brasileiro. In: **Revista de Arqueologia** v.19, p. 111-124.

_____. 2006a. **Les Grands Constructeurs Précoloniaux Du Plateau Du Sud Du Brésil: Étude de Paysages Archaéologiques a Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Brésil**. Tese de Doutorado. Université de Paris I – Panthéon, Sorbonne Paris.

_____. 2006b. Arqueologia da Arquitetura: Ensaio sobre complexidade, performance e processos construtivos das estruturas semi-subterrâneas do Planalto Gaúcho. **Anais do V Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB/Sul**. Rio Grande, RS.

COPÉ, S. M.; SALDANHA, J. D. M; CABRAL, M. P. 2002. Contribuições para a Pré-História do Planalto: Estudo da variabilidade de sítios arqueológicos de Pinhal da Serra, RS. In: **Pesquisas Antropologia**, IAP/Unisinos. pp. 121-138.

COPÉ, S. M. ; ROSA, C. A. D. 2008. A Arqueologia como uma prática interpretativa sobre o passado no presente: perspectivas teórico-metodológicas. In: PINTO, C. & GUAZZELLI, C. (Orgs.) **Ciências humanas: pesquisa e método (Série Graduação)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 97- 124.

COPÉ, S. M. & SALDANHA, J. D. M. 2002. Em Busca de um Sistema de Assentamento para o Planalto Sul Riograndense: Escavações no sítio RS-AN –03, Bom Jesus, RS. In: **Pesquisas Antropologia**, IAP/Unisinos. pp. 107-120.

CUMMINGS, V. 2002. Experiencing texture and transformation in the British Neolithic. **Oxford Journal of Archaeology** 21(3), p. 249-261.

DIAS, A. & HOELTZ, S. 1997. Proposta Metodológica para o Estudo das Indústrias Líticas do Sul do Brasil. **Revista do Cepa** v. 21, n° 25. Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc.

DRING, K. H. S & SILLIMAN, S. W. 2008. Working on Pasts for Futures: Eastern Pequot Field School Archaeology in Connecticut. In: SILLIMAN, S. (Ed). **Collaborating at the Trowel's Edge: Teaching and learning in indigenous archaeology**. Arizona: The university of Arizona Press. pp. 67-87

EDGEWORTH, M. 2006a. **Acts of Discovery: An Ethnography of Archaeological Practice**. Disponível em <<http://www.humanitieslab.stanford.edu/38/1558>>. Acesso em 25 de setembro de 2009.

_____. 2006b. **The clearing: Heidegger and Excavation**. Disponível em: <<http://www.humanitieslab.stanford.edu/38/1558>>. Acesso em 8 de janeiro de 2010.

_____. 2008. **Rivers as Artifacts**. Disponível em: <<http://www.humanitieslab.stanford.edu/38/1558>>. Acesso em 8 de janeiro de 2010.

_____. 2009. **Fields of artifacts**. Disponível em: <<http://www.humanitieslab.stanford.edu/38/1558>>. Acesso em 8 de janeiro de 2010.

_____. 2011. **Fluid Pasts: Archaeology of flow**. London: Bristol Classical Press.

EVANS, C. 1967. Introdução. Resultados preliminares do primeiro ano (1965-1966). **Publicações avulsas, 6**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 7-13.

GLASSIE, H. 1999. **Material culture**. Indianápolis: Indiana University Press.

- GOSSELAIN, O. P. 1999. In pots we trust: The Processing of Clay and Symbols In Sub-Saharan Africa. **Journal of Material Culture** Vol. 4(2), p.205-230.
- HAHN, H. P. & SOENTGEN, J. 2010. Acknowledging Substances: Looking at the Hidden Side of the Material World. **Philosophy & Tecnology**. N.24, N.1, p.19-33.
- HEIDEGGER, M. 2005 [1986]. **Ser e Tempo**. (14^a Ed). Petrópolis: Vozes. (Coleção Pensamento Humano).
- HILBERT, K. 2007. Indústrias Líticas como vetores de Organização Social Ou: Um ensaio sobre pedras e pessoas. In: BUENO, L. & ISNARDIS, A. **Das Pedras aos Homens – Tecnologia Lítica na Arqueologia Brasileira**. Belo Horizonte: Argumentum, p.95-116.
- _____. 2009. Diálogos entre substâncias, cultura material e palavras. **Métis: História e Cultura**. Caxias do Sul: Educ. Vol. 8, N. 16. p. 11-42.
- HODDER, I. 1983 [1982]. **The Present Past**. Nova Iorque: Pica Press.
- _____. 1992. **Theory and practice in archaeology**. Londres and New York: Routledge.
- _____. 1994 [1986]. **Interpretación em arqueología: corrientes actuales**. Tradução Castelhana de M. José Aubet e J. A. Barceló. Barcelona: Crítica.
- HOLTORF, C. 2002. Notes on the life history of a pot sherd. **Journal of Material Culture**. Vol. 7(1), p. 49–71.
- _____. 2005. **From Stonehenge to Las Vegas: Archaeology as Popular Culture**. Walnut Creek: Altamira Press.
- IBGE. 1986. **Levantamento de recursos naturais: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra** (V. 33, folha SH 22, Porto Alegre e parte das folhas SH 21, Uruguaiana, e SI 22, Lagoa Mirim). Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 791pp.
- INGOLD, T. 2000. The temporality of the Landscape. In: THOMAS, J. (Ed.). **Interpretive Archaeology – a Reader**. London and New York: Leicester University Pres. p. 510-530.
- _____. 2007. Materials against materiality. **Archaeological Dialogues**, 14, p.1–16.
- _____. 2010. **Bringing Things to Life: Creative Entanglements in a World of Materials**. University of Aberdeen July 2010 Realities, Sociology, Arthur Lewis Building.
- JORGE, V. O. 2000. **Arqueologia, património e cultura**. Lisboa: Instituto Piaget.
- KAMASE, L. M. 2005. A pesquisa arqueológica no Alto Parapanema (SP): Casas subterrâneas e feições doliniformes. In: MILDNER, S. E. S. (Org.). **Casas subterrâneas**. Santa Maria: Palotti. p. 37-56.

KERN, A. A.; SEFFNER, F.; CATAFESTO, O. 1989. Arqueologia de salvamento e a ocupação pré-histórica do Vale do rio Pelotas (Municípios de Bom Jesus e Vacaria, RS). **Veritas**. Porto Alegre, V. 35, março 1989. p. 99-127.

LACERDA, D. C. O. 2005. A importância do turismo cultural para a sustentabilidade do patrimônio arqueológico. **Anais do XIII Congresso de Arqueologia Brasileira** [CD ROM], 1ª Edição [Campo Grande], SAB.

LAMING-EMPERAIRE, A. 1967. **Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul**. Curitiba: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas – UFPR. Manuais de Arqueologia, 2.

LATOUR, B. 2001. Referência circulante: Amostragem do solo da floresta Amazônica. In: _____. **A Esperança de Pandora: Ensaio sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: Edusc. p. 39-96.

LIMA, T. A. 2000. A ética que temos e a ética que queremos: (ou como falar de princípios neste conturbado fim de milênio). **Anais do IX Congresso de Arqueologia Brasileira** [CD ROM], 1ª Edição [Rio de Janeiro], SAB.

LUCAS, G. 2001. **Destruction and the rhetoric of excavation**. Disponível em: <<http://www.traumwerk.stanford.edu:3455/Symmetry/270>>. Acesso em 20 de janeiro de 2010.

MCDAVID, C. 2004. From Tradicional Archaeology to Public Archaeology to Community Action. The Levi Jordan Plantation Project. In: SHACKEL, P. CHAMBERS, E. (Eds). **Places in Mind: Public Archaeology as Applied Anthropology**. New Cork and London: Routledge. p. 35-56.

MEGGERS, B. ; EVANS, C. 1965. **Guia para a prospecção arqueológica no Brasil**. Série “Guias” Nº 2. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

_____. 1970. **Como interpretar a linguagem da cerâmica: Manual para arqueólogos**. Tradução portuguesa de Alroino B. Eble. Washington DC: Smithsonian Institution.

MENEZES, U. B. 1992. Identidade cultural e arqueologia. In: BOSI, A. **Cultura Brasileira – Temas e situações**. 2ª Edição. São Paulo: Ática, p. 182-190.

_____. 2006. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental e urbano. In: MORI, V. H. et al (orgs). **IPHAN: Patrimônio: Atualizando o debate**. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, p. 33-76.

MILLER, E. 1969. Pesquisas arqueológicas efetuadas no noroeste do Rio Grande do Sul (Alto Uruguai). In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares. **Publicações avulsas 10**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém. p. 33-54.65

_____. 1971. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul. In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares.

Publicações avulsas 15. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém. p. 37-70.

NETO, A. A. A. 2006. Comentário 1: O patrimônio cultural e seus usos nas cidades contemporâneas. In: MORI, V. H. et al (orgs). **IPHAN: Patrimônio: Atualizando o debate.** São Paulo: 9ª SR/IPHAN, p. 54-58.

ODELL, G. 2004. **Lithic Analysis.** Nova Iorque: Kluwer Academic/Plenum Publishers.

OLIVEIRA, T. B. 2005. Bacia do rio Tocantins. O Patrimônio arqueológico: perspectivas no desenvolvimento da atividade turística cultural. **Anais do XIII Congresso de Arqueologia Brasileira** [CD ROM], 1ª Edição [Campo Grande], SAB.

OUZMAN, S. 2001. Seeing is deceiving: rock art and the non-visual. **World Archaeology** Vol. 33(2), p. 237-256.

PARDI, M. L. F. 2002. **Gestão de Patrimônio Arqueológico, documentação e política de preservação.** Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Católica de Goiás.

PAU-PRETO, F. & LUIS, L. s/d. **Plano de ordenamento de Parque Arqueológico. Uma nova figura de planejamento.** Disponível em:

<http://www.paupreto.net/comunicacoes/popa_uma_nova_figura.pdf> Acesso em 06.02.2012.

PEIXOTO, P. 2004. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 70, p. 183-204.

PERALTA, E. S. s/d. **Patrimônio e identidade: Os desafios do turismo cultural.** In: <http://patertour.blogspot.com/2009/09/patrimonio-e-identidade-os-desafios-do.html> Um olhar sobre o turismo através da história. Acesso em 06/02/12.

PROUS, A. P. 1992. **Arqueologia Brasileira.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

REIS, J. A. 1997. **Para uma Arqueologia dos Buracos de Bugre: do Sintetizar, do Problematizar, do Propor.** Dissertação de Mestrado. PUCRS/IFCH/PPGH.

_____. 2003. **“Não pensa muito que dói”- Um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira.** Tese de doutoramento: UNICAMP/IFCH/PPG.

_____. 2007. “Lidando com as coisas quebradas da história”. In: **Revista Arqueologia Pública.** Publicação Anual. N.2, p. 33-44.

REIS, M. J. 1980. **A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no Planalto Catarinense.** São Paulo: USP, 1980. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

RENFREW, C. & BAHN, P. 1998. **Arqueología : teorías, métodos y práctica.** Madrid: Akal.

RIBEIRO, C. M. P. J. ; POZENATO, J. C. 2005. **Fronteiras sem divisas: aspectos históricos e culturais da área da Usina Hidrelétrica Barra Grande**. Caxias do Sul: Educs.

RIBEIRO, P. A. M. ; RIBEIRO, C. T. 1985. Levantamentos arqueológicos no município de Esmeralda, RS, Brasil. **Revista do CEPA, UNISC**, V. 12, N. 14. p. 49-105.

ROGGE, J. H. 2003. Projeto Vacaria: Processos Depositionais e Pós-Depositionais em duas estruturas subterrâneas da tradição taquara. **Anais do XII Congresso da SAB**. São Paulo.

ROSA, C. A. D. 2007. **Pessoas, Coisas e um Lugar: Uma interpretação para a ocupação pré-colonial no sítio arqueológico Morro da Formiga, Taquara, RS**. Dissertação de Mestrado. PUCRS/IFCH/PPGH.

RUSSEL, M. (Ed). 2002. **Digging holes in popular culture – Archaeology and Science Fiction**. Oxford: Oxbow Books.

SALDANHA, J. D. 2005. **Paisagem, Lugares e Cultura Material: Uma Arqueologia Espacial das Terras Altas do Sul do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre. PUCRS/IFCH/PPGH.

SCHAAN, D. P. 2007. Múltiplas vozes, memórias e histórias: Por uma **gestão** compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. In: LIMA, T. A. (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 33, 2007. p. 109-134.

SCHMITZ, P. I. (Coord.). 1967. Arqueologia no Rio Grande do Sul. **Pesquisas 16**. São Leopoldo, IAP.

_____. 1988. As tradições ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro. **Documentos 02**. São Leopoldo, IAP. p. 75-130.

SCHMITZ, P. I. & BECKER, Í. 1991. Os Primitivos Engenheiros do Planalto e suas Estruturas Subterrâneas: a Tradição Taquara. In: **Pré-História do Rio Grande do Sul**. IAP, São Leopoldo. p.251-289.

SCHMITZ, P. I; ROGGE, J. H.; ROSA, A. O.; BEBER, M. V.; MAUHS, J.; ARNT, F. V. 2002. O Projeto Vacaria: Casas Subterrâneas no Planalto Rio-Grandense. In: **Pesquisas Antropologia**, IAP/ Unisinos. pp. 11-105.

SHACKEL, P. A. 2004. Working with Communities: Heritage Development and Applied Archaeology. In: SHACKEL, P. CHAMBERS, E. (eds). **Places in Mind: Public Archaeology as Applied Anthropology**. New Cork and London: Routledge. p. 1-18.

SHANKS. M. 1992. **Experiencing the past. On the character of archaeology**. London and New York: Routledge.

_____. 1998 **The life of an artifact**. Disponível em: <<http://www.documents.stanford.edu/michaelshanks/11>>. Acesso em 15 de janeiro de 2010.

SHANKS, M. ; HODDER, I. 1995. Processual, postprocessual and interpretive archaeologies. In: HODDER et al (Eds.). **Interpreting Archaeology: Finding Meaning in the Past**. New York: Routledge. p. 3-33.

SHANKS, M. ; TILLEY, C. 1992 [1987]. **Re-Constructing Archaeology: Theory and Practice**. Londres, New York: Routledge.

SILVA, A. F. 2006. **Estratégias materiais e espacialidade: uma arqueologia da paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS/IFCH/PPGH.

_____. 2010. **“Meu avô era tropeiro!”: identidade, patrimônio e materialidades na construção da Terra do Tropeirismo – Bom Jesus (RS)**. Tese de doutoramento. Porto Alegre: PUCRS/IFCH/PPGH.

SOENTGEN, J. 2001. Uma pesquisa fenomenológica sobre as bases da química. In: SOUZA, R.T. & OLIVEIRA, N. F. (orgs.) **Fenomenologia hoje: Existência, ser e sentido no alvorecer do século XXI**. Coleção Filosofia – 129. Porto Alegre: Edipucrs. p. 355-378.

SOUZA, M. C. 2006. Uma visão da abrangência da gestão patrimonial. In: MORI, V. H. et al (orgs). **IPHAN: Patrimônio: Atualizando o debate**. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, p. 139-154.

SOUZA, J. G. & Copé, S. M. 2010. Novas perspectivas sobre a arquitetura ritual do planalto meridional brasileiro: pesquisas recentes em Pinhal da Serra, RS. In: **Revista de Arqueologia da SAB**. Vol. 23. N. 2, p. 98-111.

STRECK, E. V.; KAMPF, N.; DALMOLIN, R. S. D.; KLAMT, E.; NASCIMENTO, P. C.; SCHNEIDER, P. 2008. **Solos do Rio Grande do Sul**. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

THOMAS, J. 1996. **Time, culture and identity: An Interpretive Archaeology**. Londres and New York: Routledge.

_____. 2004. **Archaeology and modernity**. Londres, New York: Routledge.

_____. 2006. Phenomenology and material culture. In: TILLEY, C et al (Eds). **Handbook of material culture**. London: Sage Publications. p. 43-59.

TILLEY, C. 1994. **A Phenomenology of landscape: places, paths and monuments**. Oxford: Berg Publishers.

_____. 1998. Archaeology as socio-political action in the present. In: WHITLEY, D. (Ed.). **Reader in archaeological theory: post-processual and cognitive approaches**. Londres, New York: Routledge. p. 305-330.

TOMÁSKOVÁ, S. 2003. Nationalism, local histories and the making of data in Archaeology. **Journal of the Royal Anthropological Institute**. V. 9, N. 3. p. 485-507.

TUAN, Y. F. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.) **Perspectivas da Geografia**. 2ª edição. São Paulo: Ed. Difel, 1985. p. 143-164.

_____. 1977. **Space and Place: The perspective of Experience**. Minneapolis: University of Minnesota.

Fontes não publicadas

Relatórios

COPÉ, Silvia Moehlecke. 2001. **1º Relatório parcial dos trabalhos arqueológicos de campo realizados no canteiro de obras da UHE Barra Grande, margem esquerda do rio Pelotas, RS**. Relatório Nuparq/IFCH/UFRGS.

_____. 2006a1. **Escavações em Sítios Arqueológicos do Entorno da UHE Barra Grande, Pinhal da Serra, RS**. Projeto de pesquisa NuPARq/IFCH/UFRGS.

_____. 2006b1. **Projeto de Elaboração, Implantação e Manutenção do Parque Arqueológico do Homem do Planalto das Araucárias (PAHPA)**. NuPARq/IFCH/UFRGS.

_____. 2006c. **Escavações Arqueológicas em Pinhal da Serra, RS: 1º Relatório Bimestral – Abril/Maio 2006**. Relatório Nuparq/IFCH/UFRGS.

_____. 2006d. **Escavações Arqueológicas em Pinhal da Serra, RS: 2º Relatório Bimestral – Junho/Julho 2006**. Relatório Nuparq/IFCH/UFRGS.

_____. 2006e. **Escavações Arqueológicas em Pinhal da Serra, RS: 3º Relatório Bimestral – Agosto/Setembro 2006**. Relatório Nuparq/IFCH/UFRGS.

_____. 2006f. **Escavações Arqueológicas em Pinhal da Serra, RS: 4º Relatório Bimestral – Outubro/Novembro 2006**. Relatório Nuparq/IFCH/UFRGS.

_____. 2007a. **Escavações Arqueológicas em Pinhal da Serra, RS: 5º Relatório Bimestral – Dezembro 2006/ Janeiro 2007**. Relatório Nuparq/IFCH/UFRGS.

_____. 2007b. **Escavações Arqueológicas em Pinhal da Serra, RS: 6º Relatório Bimestral – Fevereiro/Março 2007**. Relatório Nuparq/IFCH/UFRGS.

_____. 2007c. **Escavações Arqueológicas em Pinhal da Serra, RS: 7º Relatório Bimestral – Maio/Junho 2007**. Relatório Nuparq/IFCH/UFRGS.

_____. 2007d. **Escavações Arqueológicas em Pinhal da Serra, RS: 8º Relatório Bimestral – Julho/Agosto 2007**. Relatório Nuparq/IFCH/UFRGS.

_____. 2007e. **Escavações Arqueológicas em Pinhal da Serra, RS: 9º Relatório Bimestral – Setembro/Outubro 2007**. Relatório Nuparq/IFCH/UFRGS.

_____. 2007f. **Escavações Arqueológicas em Pinhal da Serra, RS: 10º Relatório Bimestral – Novembro/Dezembro 2007**. Relatório Nuparq/IFCH/UFRGS.

_____. 2008a. **Escavações Arqueológicas em Pinhal da Serra, RS: 11º Relatório Bimestral – Janeiro/Fevereiro 2008**. Relatório Nuparq/IFCH/UFRGS.

_____. 2008c. **Escavações arqueológicas em Pinhal da Serra, RS: atividades de campo realizadas em 2006 e 2007**. Relatório Nuparq/IFCH/UFRGS.

_____. 2008d. **Escavações arqueológicas em Pinhal da Serra, RS: atividades laboratoriais realizadas em 2006 e 2007**. Relatório Nuparq/IFCH/UFRGS.

_____. 2009. **Estratégia de escavação das estruturas semisubterrâneas 2, 3 e 4 – sítio RS-PE-41**. Datiloscrito. NuPArq/UFRGS. MICKEY

D'AVILA, L. 2010. **Relatório de Pesquisa 2010**. Datiloscrito. Nuparq/IFCH/UFRGS.

SANHUDO, M. S. 2011. **Projeto de Pesquisa: Geoarqueologia em estruturas semisubterrâneas de Pinhal da Serra, RS: o caso do sítio RS-PE-41**. Datiloscrito. UFRGS/IFCH.

Questionários

CABRAL, M. P. 2010. **Questionário respondido sobre o momento da descoberta do sítio Ari Duarte I em 02/11/2001**. Datiloscrito.

JACQUES, C. C. 2010. **Questionário respondido sobre o momento da descoberta do sítio Ari Duarte I em 31/10/2001**. Datiloscrito.

SALDANHA, J. D. M. 2010. **Questionário respondido sobre o momento da descoberta do sítio Ari Duarte I em 31/10/2001**. Datiloscrito.

SILVA, A. F. 2010. **Questionário respondido sobre o momento da descoberta do sítio Ari Duarte I em 02/11/2001**. Datiloscrito.

Diários de campo

NuPArq/UFRGS. **Diários de campo do projeto “Escavações em Sítios Arqueológicos do Entorno da UHE Barra Grande, Pinhal da Serra, RS” de 2006 a 2007**.

Sites

Disponível em: <<http://www.fumdham.org.br/parque.asp>>

Disponível em: <<http://www.pinhaldaserra.net/index.php>>

Disponível em: <<http://www.propesq.ufrgs.br/sic2010>>

Disponível em: <<http://www.rotacamposdecimadaserra.com.br>>

Disponível em: <<http://www.ufrgs.br>>

Documentos

IPHAN. **Termo de Ajuste de Conduta**. Brasília, 20 de outubro de 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DA SERRA. **Decreto N. 104**. Pinhal da Serra, 15 de dezembro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DA SERRA. **Lei N. 584**. Pinhal da serra, 23 de dezembro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DA SERRA. **Lei N. 593**. Pinhal da serra, 03 de fevereiro de 2011.

Anexos

Anexo 1 – Modelo do questionário sobre o momento da descoberta do sítio Ari Duarte I em 31/10/2001 encaminhado para os primeiros membros da equipe do NuPARq a encontrar o sítio.

1) Contar o que lembra sobre o que ocorreu nos dias anteriores à descoberta do sítio Ari Duarte I e no próprio dia da descoberta (outras descobertas de sítios na região, eventos ocorridos na cidade, etc).

2) Descrever, na medida do possível, as suas impressões do sítio ao chegar ao local, incluindo o que pensou e sentiu neste momento.

3) O que foi feito (João, Rodrigo e Clarisse) após achar o sítio? (tirar fotos, percorrer toda a extensão do sítio, conversa com o seu Ari, etc).

4) O que poderia ser dito sobre este sítio em relação aos outros encontrados antes na região e a todos os outros que você já esteve ou encontrou? Em algum momento teve dúvidas de que era realmente um sítio arqueológico?

5) Para o João: A nomeação como Ari Duarte I se deu por este sítio ter sido o primeiro a ser encontrado ou por qual outro motivo?

Anexo 2 – Questionário respondido por João Darcy de Moura Saldanha em junho de 2010.

- 1) Não lembro destes dias. Apenas lembro de conversar com seu Ari e ele nos falar dos sítios em suas terras. E depois ele nos levar até eles.
- 2) Lembro de ficar bastante impressionado com a quantidade de movimentação de terras e ver que os “aterros niveladores”, que já tinha visto em outras casas subterrâneas individualmente, servir para nivelar toda uma aldeia.
- 3) Não lembro muito bem, se foi a topografia, realmente não lembro.
- 4) Foi a primeira vez que via, como eu disse anteriormente, tanta movimentação de terra formando aglomerados de buracos. Depois, conheci outros sítios do mesmo tipo. Nunca tive dúvidas que aquilo era um sítio.
- 5) Por ser o primeiro sítio nas terras do seu Ari. O critério que utilizamos em Pinhal seguiu o do Ribeiro, que já tinha trabalhado na região, e usa primeiro o nome do proprietário, depois o número referente ao achado.

Anexo 3- Questionário respondido por Clarisse Callegari Jacques em maio de 2010

1) Não lembro dos dias anteriores a descoberta do sítio... inclusive não lembro como foi que chegamos naquele sítio. Como era meu segundo ano na arqueologia, tudo era muito novidade e eu não participava muito da logística de campo.

2) Me lembro que chegando no local não vi nada. Eu conhecia estruturas subterrâneas bem delimitadas e profundas, e não consegui entender a princípio por que aquela área era um sítio. Me lembro do seu Ari nos levar lá dizendo que era dentro da mata. Depois ele nos levou nas três estruturas do lado de fora da mata, cobertas por grama, e tudo pareceu mais claro para mim. Mas me lembro que logo ao entrar na mata era difícil ter noção das estruturas em termos de profundidade. Depois que começamos a caminhar pelo terreno, subindo e descendo, subindo e descendo que me dei conta que realmente aquilo era ‘estranho’ – no sentido de não poder ter sido feito pela natureza. Me lembro que essa mata nos chamou muito a atenção, pois é uma mata com muita araucária, muito bonita. Me lembro de ficar na expectativa, esperando para ver o que os outros diziam, e lá pelas tantas caminhando pela área começamos a dizer: ‘olha, aqui tem mais um buraco, e mais outro.... esse não é arredondado e etc.’ E fomos ficando abismados com a quantidade de buracos... e depois ficamos discutindo como deveriam ser essas ‘casas’ na época, pois estão tão próximas umas das outras.

3) Lembro que o que fizemos foi tentar diferenciar as estruturas de áreas perturbadas pela derrubada de árvores (que seu Ari tinha dito que ele tinha tirado umas árvores). Para isso seguimos caminhando, e fazendo um croqui com a mira topográfica e a trena. Lembro que posicionávamos a régua nos topos e medíamos o diâmetro das estruturas. Na época eu estava aprendendo a usar a mira topográfica, e me centrei muito nisso. Ah, me lembro de ficar em cima, ou na base dos buracos/paredes das estruturas para aparecer na foto e termos um melhor idéia de que aquilo é um buraco.

4) Sempre houveram dúvidas sobre o sítio.... na verdade, não sobre o sítio como um todo, mas sobre quais buracos eram estruturas e quais não. Depois que caminhei na área percebi que era um sítio. Lembro de documentar também o limite da área do sítio com a descida do morro (em direção ao açude), e que caminhamos nessa beirada para ver até onde ia esse limite/acumulo de terra (?). O que posso dizer deste sítio é que ele me chama atenção justamente por não mostrar (visualmente) a obviedade os buracos. Digo obviedade porque estava acostumada (ou a pouca experiência que eu tinha até então em arqueologia) a andar no campo de cima da serra gramados e encontrar essas depressões em forma circular. Ou encontrar as estruturas com um monte de árvores dentro, em uma região sem muita árvore (acho que a umidade acumulava dentro dos buracos e as plantas cresciam mais dentro). Enfim, o sítio se destaca por não ser tão “obvio” visualmente – comparando com os outros sítios que eu conhecia. Em relação aos outros da região.... acho que este foi um dos primeiros a serem encontrados, não sei dizer quais a gente já tinha identificado antes deste.

Anexo 4- Modelo do questionário sobre o momento da descoberta do sítio Ari Duarte I em 02/11/2001 encaminhado para os outros membros da equipe do NuPARq a encontrar o sítio.

- 1) Contar o que lembra que foi comentado sobre o sítio Ari Duarte I pelos colegas que estiveram lá antes (João, Rodrigo e Clarisse).
- 2) Criaste alguma(s) expectativa(s) sobre como seria o sítio? Qual (quais)?
- 3) Antes de conhecer o sítio viste alguma foto do lugar?
- 4) Descrever, na medida do possível, as suas impressões do sítio ao chegar ao local, incluindo o que pensou e sentiu neste momento.
- 5) Após conhecer o sítio, suas expectativas sobre o local se concretizaram? Ficaram aquém ou além do esperado?
- 6) O que fizeste depois de chegar no sítio (tirar fotos, percorrer sua área, fazer anotações, etc).
- 7) O que poderia ser dito sobre este sítio em relação aos outros encontrados antes na região e a todos os outros que você já esteve ou encontrou?

Anexo 5- Questionário respondido por Adriana Fraga da Silva em maio de 2010

- 1) Em detalhes não me lembro muito bem, mas me recordo de alguns comentários que o Rodrigo e o João fizeram, antes de irmos ao sítio (no dia em que Nana e eu chegamos em Pinhal da Serra), sobre as possíveis movimentações de terra que haviam ocorrido naquele terreno para a construção das estruturas. A complexidade das construções surpreendia a eles.
- 2) Curiosidade tremenda de, no dia após os comentários, conhecer este lugar.
- 3) Não.
- 4) Visitamos as estruturas e depois fomos ao “pé da colina” próximo a um açude (contornando o sítio), onde, ao olhar em direção ao capão de mato (onde se encontra o sítio), podemos perceber uma espécie de “degrau” construído (ou não) na instalação das estruturas. Curiosidade. Acho que esta é a palavra que resume minha aproximação com o sítio na primeira visita.
- 5) O sítio ficou dentro do esperado, construído com os comentários dos colegas. No entanto muito além do esperado no que diz respeito a beleza do bosque de araucárias onde o sítio se encontra hoje.
- 6) Se bem me recordo, conversamos sobre o que estava diante de nós e fizemos um croqui muito básico, com levantamento topográfico, e fotos. Mas não me recordo bem, pois naquele anos corremos demais entre um sítio e outro da região.
- 7) Todos os sítios têm suas especificidades e curiosidades, este, pelos comentários dos colegas sobre as possíveis movimentações de terra me deixou bem curiosa. Mas, naquele momento tantos eram os sítios que deveríamos dar conta que este ficou “entre os demais”, recebendo maiores atenções depois que Sílvia e o pessoal do IPHAN escolheram o sítio para elaboração de uma escavação museografada, para o futuro parque o Homem do Planalto. A partir deste momento o meu olhar sobre este sítio se modificou, em relação aos demais. Mas, muito pelo novo destino que a ele foi designado. Antes do desenhar do novo destino do sítio Ari I eu percebia, em Pinhal da Serra, como espetacular e curioso demais, o sítio localizado nas terras do senhor que chamávamos de “ermitão”. Não me recordo o nome do proprietário das terras, nem do sítio, agora. Mas era um “pacote” interessantíssimo, com estruturas subterrâneas, túneis que passavam por estas ou próximos e anel de terra. Tudo muito próximo. Mas, como este “pacote” estava mais distante da área impactada pela estrada, pela barragem, ou pelas áreas de captura de matéria-prima para a construção da barragem e ampliação da estrada, deixamos, após registro, este sítio para outros trabalhos futuros.

Anexo 6- Questionário respondido por Mariana Petry Cabral em maio de 2010

- 1) Não lembro detalhes.
- 2) Como não lembro de comentários, também não lembro se havia ou não esta expectativa.
- 3) Não lembro também.
- 4) Era um sítio diferente, pois havia bem mais modificações de terra, dava para ver os volumes que se formavam no meio das araucárias. Também era diferente porque não tinha depressões fundas. Lembro que nos perguntávamos se era mesmo um sítio, para logo em seguida concordarmos que tinha tudo para ser. Para mim a impressão mais forte era de ser um sítio diferente dos outros que conhecíamos.
- 5) Como não lembro de expectativas, não tenho como responder esta questão.
- 6) Acho que a primeira coisa foi andar pelo sítio, e tirar fotos. Naquela época eu costumava estar sempre com a câmera e tinha como uma das minhas tarefas em campo fazer muitas fotos. Como sempre neste tipo de sítio, com modificações de terra, é difícil fazer boas fotos, em especial no caso deste por estar dentro da mata de araucária, onde a luz é irregular. Eu lembro de ficar andando pelo sítio em busca de bons ângulos, e ao mesmo tempo de ficar conversando com os outros sobre as modificações de terra, tentando ver seus limites, entender as formas, ver quais montículos tinha continuidade com os outros, se as formas dos buracos eram regulares, e claro, sempre procurando por caco ou lítico, coisa que muito raramente encontrávamos em superfície neste tipo de sítio. Também lembro de conversarmos sobre o caminho que passava ao lado do sítio, se ele teria influenciado o que estávamos vendo ou não.
- 7) Como escrevi mais acima, essa questão me remete a minha impressão geral do sítio. Para mim, o que chamava a atenção era o quão diferente este sítio era em comparação com os outros sítios que conhecia nessa região do planalto. Acho que a área de Pinhal foi interessante naquela época para mim porque tinha tipos de sítios distintos do que conhecia de Bom Jesus, dava para notar que havia um tanto de particularidades também. Os conjuntos de Pinhal tinham a presença dos montículos de uma forma bem mais saliente, parece que havia uma maneira de construir que jogava muito mais com os volumes. E este sítio tem muito disso, os altos e baixos formados com os montículos e os buracos confundem o olhar, por isso em um primeiro momento cheguei a questionar se era mesmo sítio. Mas olhando o entorno todo fica bem óbvio que aquilo era uma modificação intencional do terreno.

Anexo 7- Decreto N°. 104 da Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra



República Federativa do Brasil
Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra

PORTARIA _____
 Publicado no quadro de publicações Le
 Em 15.12.2010

 Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 104, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel que descreve.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DA SERRA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, resolve decretar:

Art. 1º - É declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o seguinte imóvel:

I - um imóvel rural com área de 100.000 m² (cem mil metros quadrados) da área total de 146.400 m² (cento e quarenta e seis mil e quatrocentos metros quadrados) de propriedade de Ari Rodrigues Duarte, localizado na localidade de Capela São Miguel, interior do Município de Pinhal da Serra, com Matrícula nº M-1 615 e registrada sob nº R-2 1 615, no Ofício dos Registros Públicos de Esmeralda, com as seguintes confrontações: ao NORTE com áreas de Ari Rodrigues Duarte; ao SUL com a RS 456 e Estrada Municipal; ao LESTE com área de Adair Lisboa Ramos e ao OESTE com área de Ari Rodrigues Duarte.

II- o imóvel a ser desapropriado tem a seguinte **Descrição Perimétrica**: Inicia-se no M1 definido pelas coordenadas N: 6919797,3560 e E: 483452,5250, confrontando com Ari Rodrigues Duarte, deste segue até o marco M2 com azimute de 40°12'27" e distância de 296,391m; agora confrontando com Ari Rodrigues Duarte; e coordenadas N: 6920023,2290 e E: 483666,4990, deste segue até o marco M3 com azimute de 91°13'26" e distância de 22,641m; agora confrontando com Ari Rodrigues Duarte; e coordenadas N: 6919966,5240 e E: 483725,5030, deste segue até o marco M4 com azimute de 133°51'42" e distância de 81,835m; agora confrontando com Ari Rodrigues Duarte; e coordenadas N: 6919962,7440 e E: 483798,3000, deste segue até o marco M5 com azimute de 92°58'21" e distância de 72,895m; agora confrontando com Ari Rodrigues Duarte; e coordenadas N: 6920013,2350 e E: 483814,5040, deste segue até o marco M6 com azimute de 17°47'34" e distância de 53,027m; agora confrontando com Ari Rodrigues Duarte; e coordenadas N: 6920019,0430 e E: 483843,2680, deste segue até o marco M7 com azimute de 78°35'04" e distância de 29,345m; agora confrontando com Ari Rodrigues Duarte; e coordenadas N: 6919986,0550 e E: 483911,7950, deste segue até o marco M8 com azimute de 115°42'20" e distância de 76,054m; agora confrontando com Ari Rodrigues Duarte; e coordenadas N: 6919974,1190 e E: 483917,6490, deste segue até o marco M9 com azimute de 153°52'28" e distância de 13,294m; agora confrontando com Adair Lisboa Ramos; e coordenadas N: 6919962,9280 e E: 483886,9980, deste segue até o marco M10 com azimute de 249°56'32" e distância de 32,630m; agora confrontando com Adair Lisboa Ramos; e coordenadas N: 6919958,0320 e E: 483880,6811, deste segue até o marco M11 com azimute de 232°13'18" e distância de 7,992m; agora confrontando com Adair Lisboa Ramos; e coordenadas N: 6919916,3090 e E: 483826,8500, deste segue até o marco M12 com azimute de 232°13'18" e distância de 68,107m; agora confrontando com Adair

Av. Luiz Pessoa da Silva Neto, 1295- Centro
 95390-000 - Pinhal da Serra - RS



República Federativa do Brasil
Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra

Lisboa Ramos; e coordenadas N: 6919820,1370 e E:483811,3000,deste segue até o marco M13 com azimute de 189°11'05" e distância de 97,421m;agora confrontando com Adair Lisboa Ramos; e coordenadas N: 6919788,4520 e E:483803,7340,deste segue até o marco M14 com azimute de 193°25'48" e distância de 32,576m;agora confrontando com Adair Lisboa Ramos; e coordenadas N: 6919771,7050 e E:483794,1540,deste segue até o marco M15 com azimute de 209°46'17" e distância de 19,293m;agora confrontando com Adair Lisboa Ramos; e coordenadas N: 6919630,9130 e E:483691,0850,deste segue até o marco M16 com azimute de 216°12'24" e distância de 174,487m;agora confrontando com Estrada Municipal; e coordenadas N: 6919646,5600 e E:483612,2410,deste segue até o marco M17 com azimute de 281°13'29" e distância de 80,382m;agora confrontando com Estrada Municipal; e coordenadas N: 6919641,7010 e E:483588,9440,deste segue até o marco M18 com azimute de 258°13'08" e distância de 23,798m;agora confrontando com Estrada Municipal; e coordenadas N: 6919651,6797 e E:483538,0296,deste segue até o marco M19 com azimute de 281°05'20" e distância de 51,883m;agora confrontando com RS 456; e coordenadas N: 6919671,3197 e E:483528,0016,deste segue até o marco M20 com azimute de 332°57'06" e distância de 22,052m;agora confrontando com RS 456; e coordenadas N: 6919738,0530 e E:483489,4910,deste segue até o marco M21 com azimute de 330°00'41" e distância de 77,048m;agora confrontando com RS 456; e coordenadas N: 6919797,3560 e E:483452,5250,deste segue até o marco M1 com azimute de 328°03'47" e distância de 69,881m;o perímetro acima descrito encerra uma área de 10.0000 ha.

Parágrafo único. O referido imóvel foi avaliado por uma comissão nomeada para tal fim, cujo valor foi de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais.)

Art. 2º - A utilização do imóvel declarado de utilidade pública no caput do art. 1º, será para a construção do PARQUE ARQUEOLOGICO DO HOMEM DO PLANALTO DAS ARAUCÁRIAS.

Art. 3º - Para os fins previstos no art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, é declarada a urgência na medida de que trata o presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DA SERRA, em 15 de dezembro de 2010.


Ivandro Birek
Prefeito Municipal

Registre-se.
Publique-se. Data supra.


João Alves da Silva
Secretário da Administração

Anexo 8- Lei Nº 584 da Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra



República Federativa do Brasil
Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra

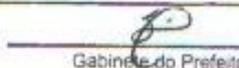
LEI DECRETO

PORTARIA _____

Publicação no quadro de publicações

Em 23.12.2010

LEI Nº 584, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.


Gabinete do Prefeito

Autoriza o Poder Executivo Municipal a indenizar Imóvel Objeto de Desapropriação para Utilidade Pública.

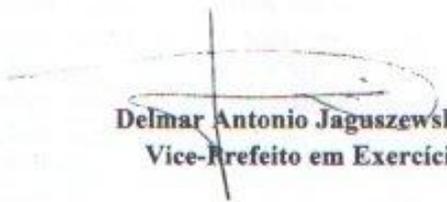
O VICE-PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PINHAL DA SERRA, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, FAÇO SABER, que o Poder Legislativo aprovou e eu, em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a indenizar imóvel, de propriedade do Sr. Ari Rodrigues Duarte, com área de 10.000 m², localizada na localidade de Capela São Miguel, sob Matrícula de nº M-1 615 e registrada sob nº R-2 1 615, no Ofício dos Registros Públicos de Esmeralda, objeto de desapropriação para utilidade pública, conforme decreto nº 104, de 2010, que faz parte integrante desta lei.

Art. 2.º O valor do imóvel desapropriado foi objeto de avaliação, por uma comissão nomeada para este fim, sendo que a indenização será no montante de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), valor este com o qual concorda o proprietário, conforme documentos anexos, que fazem parte integrante desta lei.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de Serra, 23 de dezembro 2010.


Delmar Antonio Jaguszewski
Vice-Prefeito em Exercício

Registre-se

Publique-se. Data Supra


João Alves da Silva
Secretário de Administração e Finanças

Anexo 9- Lei Nº 593 da Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra



República Federativa do Brasil
Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Pinhal da Serra

LEI DECRETO

PORTARIA

Publicado no quadro de publicação

Em 03/02/2011


Gabinete do Prefeito

LEI Nº 593, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2011.

Altera o art. 1º da Lei Municipal 584, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a indenizar Imóvel Objeto de Desapropriação para Utilidade Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHAL DA SERRA-RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, FAÇO SABER, que o Poder Legislativo aprovou e eu, em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

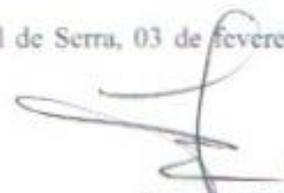
Art. 1.º Fica alterado o Art. 1º da Lei Municipal 584, de 23 de dezembro de 2010, o qual passará a ter a seguinte redação.

“**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a indenizar imóvel, de propriedade do Sr. Ari Rodrigues Duarte, com área de 100.000 m², localizada na localidade de Capela São Miguel, sob Matrícula de nº M-1 615 e registrada sob nº R-2 1 615, no Ofício dos Registros Públicos de Esmeralda, objeto de desapropriação para utilidade pública, conforme decreto nº 104, de 2010, que faz parte integrante desta lei.” NR

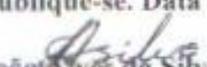
Art. 2.º Os demais dispositivos da referida Lei, permanecem inalterados.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de Serra, 03 de fevereiro de 2011.


Ivandro Birck
Prefeito Municipal

Registre-se.
Publique-se. Data supra.


João Alves da Silva
Secretário de Administração e Finanças